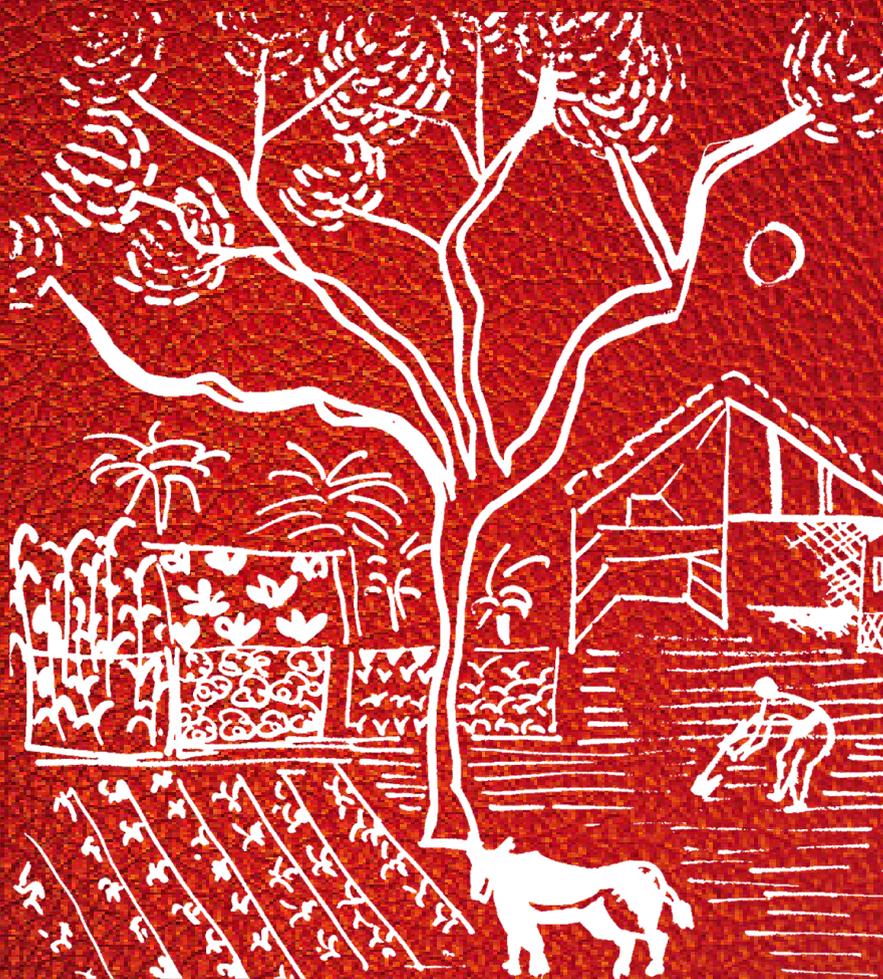


RETRATOS de ASSENTAMENTOS

V. 20 N. 1 2018



RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 21, Número 1, 2018

Arte de Capa: *Arte em Aquarela: Regina Carmona*
Diagramação: *Thatiany Mariano*

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 21, Número 1, 2018

**ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594**

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP

CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7252

Revista eletrônica: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

e-mail: npc@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 21, Número 2, 2018

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

EDITORES

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker,
Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL

Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde
Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Marcelo Aláριο Ennes, Maria
Aparecida Moraes Silva, Marilda Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio
Pereira Leite, Sérgio Sauer, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA/DIAGRAMAÇÃO/NORMATIZAÇÃO
Thatiany Mariano



Retratos de Assentamentos

E-ISSN 1516 8182

Volume 21, Número 1, 2018

<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa
e Documentação Rural (Nupedor) – Araraquara – SP – Brasil,
1994

v.21, n.1, 2018. 286p.

.

ISSN 1516-8182

E-ISSN 2527- 2594

SUMÁRIO | CONTENTS

Apresentação/Presentation09

A visão dos gestores públicos sobre o papel da CONAB na gestão dos estoques de alimentos no período de 2003 a 2014 / The vision of the public managers on the role of CONAB (National Supply Company) in the management of food stock during 2003 to 2004

Marcelo Botton Piccin
Newton Narciso Gomes Junior15

A Constituição do sistema participativo de garantia do sul de Minas / The Constitution of the participatory guarantee system of the south of Minas

Aloísia Rodrigues Hirata
Thiago Rodrigo de Paula
Luiz Carlos Dias da Rocha47

SOCIOLOGIA VIVA: uma proposta de construção de uma rede latino-americana de observatórios fundiários e núcleos de pesquisa e extensão focados em situações de conflito agroambientais rurais e nas lutas por terra / LIVE SOCIOLOGY: A Latin American net construction proposal of Land Observatories and Research Center and Extension focused on situations of environmental agrarian rural conflicts

Ana Maria Motta Ribeiro
Hugo Belarmino de Moraes
Maria José Andrade de Souza
Emmanuel Oguri Freitas71

Trabalho e resistência nos assentamentos do Pontal do Paranapanema / Work and resistance in the settings of Paranapanema Pontal

Angela dos Santos Machado
Ana Lúcia de Jesus Almeida97

Aposentadoria entre os assentados rurais: conquistas, benefícios e bloqueios / Retirement between rural settlers: achievements, benefits and blockings

Rubens Oliveira Eliziario
Vera Lucia Silveira Silveira Botta Ferrante
Hildebrando Herrmann120

Projeto Jaíba - etapa i: assentamento e concentração da terra em um perímetro irrigado / Jaíba Project Stage I: settlement and land concentration in irrigated perimeters

Adâmara Santos Gonçalves Felício
Bastiaan Philip Reydon

.....146

Rádio comunitária como ferramenta de ampliação da cidadania: desafios, dificuldades e o papel das lideranças / Community communication as a tool of citizenship and local development: restructuring and implementation process of Monte Alegre radio

Matheus Henrique Souza Santos
Ana Cláudia Fernandes Terence

.....186

A percepção ao meio ambiente em estudo socioambiental na região central do estado de São Paulo / The perception of the environment in a socio-environmental study in the central region of the state of São Paulo

Valéria Andreatta Whitaker
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
Marinaldo Fernando Souza
Zildo Gallo

.....207

Percepção social sobre gestão ambiental em assentamentos rurais no norte do paraná e no pontal do paranapanema / Social perception on environmental management in rural settlements in northern paraná and Pontal do Paranapanema

Luiz Antonio Norder
Maurício Ventura Ursi

.....229

Política de ATER e os agricultores familiares beneficiários do PAA no estado de Mato Grosso: fatos e evidências em assentamentos de reforma agrária / Policy of technical assistance and rural extension (ater) and family farmers beneficiaries of the food acquisition programme (paa) in the state of mato grosso, brazil: facts and evidence in settlements of agrarian reform

José Roberto Rambo
Murilo Didonet de Moraes
Gilmar Laforga
Raimundo Nonato Cunha de França
Antonio Lázaro Sant'Ana

.....251

Assentadas no circuito do PRONAF mulher: expressões da autonomia feminina? / *Seated in the PRONAF circuit woman: expressions of female autonomy?*

Laís Túbero Izidoro
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Henrique Carmona Duval
Daiane Roncato Cardozo
Helena Carvalho De Lorenzo

.....265



APRESENTAÇÃO

Lançamos mais este número de Retratos de Assentamentos em meio a um clima rodeado de apreensões, mas pleno de esperanças. Por um lado, há um processo eleitoral que abre perspectivas de volta do país à normalidade da democracia representativa e do reequilíbrio entre os três poderes, que por fim ao estado de exceção estabelecido pelo golpe de 2016 e tristemente referendado pelo judiciário. Por outro lado, nuvens ameaçadoras perturbam esse mesmo processo, a partir de uma polarização política que envolve perversas influências internacionais – a extrema direita em descarada emergência por toda parte.

Nossa democracia, conquistada em duros embates contra a ditadura militar, ao ser reconstruída com empenho e persistência pelos partidos de esquerda e pelos movimentos sociais, teve grande contribuição do campo, através das lutas pela Reforma Agrária.

O momento é, portanto, de graves interrogações. Conquistaremos nova primavera política, com a retomada e aprofundamento das políticas públicas que amenizam as desigualdades do capitalismo? Ou as forças históricas apontam um inexorável caminho na direção de mais um “inverno das nossas desesperanças”?

Contradições é que não faltam! Enquanto o Projeto de Lei que flexibiliza a regulação de agrotóxicos no país, o chamado PL do Veneno, foi aprovado com amplo apoio da bancada ruralista, a Comissão da Câmara de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei que restringe a venda direta de produtos orgânicos (!), ameaçando os avanços que tivemos em termos de certificação e o início de um processo de aprendizagem de agricultores familiares em termos do rastreamento da produção, restringindo os canais de comercialização que são, efetivamente, um dos bloqueios para a sua inserção nos mercados.

O campo já sofre castigos preocupantes (ao invés de ser premiado pela eficiência na produção de alimentos que nos matam a fome). Enquanto o agronegócio marcha triunfante, modernizando o velho latifúndio que

trabalha para o mercado externo, a agricultura familiar está ameaçada da volta à subalternidade, apesar da sua eficácia em produzir alimentos de verdade.

Ou seja, o crescimento da pesquisa científica atesta sua importância na produção de alimentos e na preservação do meio-ambiente. O que precisamos nós mais do que a realização desses dois direitos humanos difusos? O que necessitamos mais do que uma verdadeira Reforma Agrária, base da construção da democracia nos países desenvolvidos? O resto nos virá por acréscimo.

Retratos de Assentamento tem se dedicado a registrar a construção vagarosa e sofrida dessa utopia, com artigos científicos que demonstram avanços e recuos nessa direção. Mas agora, os sintomas anunciam atitudes regressivas e precisamos estar alerta(s) em relação a elas: cortes orçamentários atingem muitas conquistas dos agricultores familiares, cujos tímidos avanços podem ser eliminados, extinção de políticas públicas afetam o campo e a cidade; processos regressivos aumentam o desemprego...

Paradoxalmente ou não, os textos aqui apresentados descortinam a esperança porque apontam conquistas obtidas ao longo dos anos de luta, após a redemocratização do país, que se iniciou com a constituição de 1988, e que aliás poderá ser rasgada, conforme declarações ameaçadoras... Nas entrelinhas desses textos científicos percebemos, não só o que ainda não conquistamos, mas o muito que poderemos perder.

Após vivenciarmos 2014 como o ano internacional da agricultura familiar e um período de reconhecimento de sua importância científica, social, econômica e ambiental, essa categoria tem sido alvo preferencial de cortes orçamentários e de eliminação de direitos. Justamente aquelas populações que sempre estiveram à margem das agendas de desenvolvimento, são as principais a sentirem o peso dos cortes e a quase extinção de políticas públicas. Assiste-se a um fenômeno de retrocesso de conquistas reais – como o Programa de Aquisição de Alimentos.

As vésperas de uma das mais importantes eleições presidenciais da história para a democracia no Brasil, o tratamento à agricultura familiar como agente histórico reside no limiar entre o aprofundamento e a diminuição das desigualdades e da fome em nossa sociedade.

Muitos artigos que compõem esta edição foram apresentados e discutidos durante o VIII Simpósio Reforma Agrária e Questões Rurais, realizado na Uniara entre os dias 06 e 08 de junho de 2018, além de outros artigos

que recebemos por meio de fluxo contínuo. Em todos os casos, os estudos passam pelas conquistas e pelo reconhecimento da agricultura familiar, mas também pelas lutas e conflitos travados no cotidiano de sua reprodução social. Vale ressaltar o tema do referido simpósio, que este ano se propôs a discutir “Terra, trabalho e lutas no século XXI: Projetos em disputa”.

Para abrir o primeiro bloco desta edição foram selecionados artigos que colocam em relevância o tema do abastecimento alimentar e da formação de estoques de alimentos como atribuições públicas, tendo-se em vista a vulnerabilidade da população quanto à segurança alimentar. Projeto este sob ataque desde a década de 1970 ao serem delegadas estas atribuições aos mercados privados em vários países. A gestão de políticas públicas pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) é analisada no primeiro artigo por meio de um recorte temporal no qual grandes avanços foram realizados no Brasil – como ter saído do Mapa da Fome da ONU (Organização das Nações Unidas) e as conquistas de um programa estruturante como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) para a produção e o consumo de alimentos no mercado interno. Por outro lado, o abastecimento alimentar é, certamente, um tema que tem contribuído muito para se discutir o campo e a cidade com fronteiras menos rígidas, que às vezes os separam, na teoria e na prática. Já o segundo artigo retrata a formação de uma relevante rede de produtores orgânicos no Sul de Minas Gerais. Trata-se de uma pauta que se soma e fortalece o abastecimento do mercado interno e da soberania alimentar via agricultura familiar agroecológica. Ainda mais quando se refere a Sistemas Participativos de Garantia (SPG), frutos de uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que, nos últimos 15 anos, contribuiu para um vertiginoso aumento da produção e do consumo de alimentos orgânicos no Brasil.

O segundo bloco de artigos resgata diferentes dimensões da luta pela terra. Reflexões sobre perspectivas acadêmico-militantes para integração de atuações de apoio junto a movimentos sociais organizados são apresentadas na experiência inovadora de uma rede latino-americana de observatórios fundiários e núcleos de pesquisa e extensão focada em situações de conflitos agroambientais e rurais. Sem dúvidas, há dificuldade de registros que podem criar falsas aparências no campo, invisibilizando lutas, por pressão de interesses dominantes. Critica-se esta espécie de apagamento sociológico que pode desqualificar narrativas atravessadas por conflitos que envolvem a própria luta por sobrevivência. Bem-vinda esta reflexão que pode abrir

caminhos para experiências que já vêm sendo desenvolvidas no Brasil e na América Latina, alimentando um circuito de invenção de novas e criativas metodologias. Isto pode ser fundamental para o fortalecimento de uma integração entre ensino, pesquisa e extensão voltada à ressignificação de um movimento sobre territorialidades e conflituosidades rurais em uma troca de saberes e de ações.

Formas específicas de resistências de assentados no Pontal do Paranapanema que trabalham no setor canavieiro e sofrem pelo ritmo intenso das atividades laborais são analisadas em um território atravessado por projetos antagônicos quanto à destinação das terras e sua função social. Tais influências atingem, no presente, 116 assentamentos aonde vivem cerca de 6.400 famílias, cujas vidas têm sido afetadas pela redução dos recursos dos programas de comercialização institucional. De outro ângulo, o cercamento destes assentamentos pela cana de açúcar traz, como consequência da pulverização aérea de agrotóxicos, dificuldades para as famílias produzirem alimentos saudáveis. O PL do Veneno encontra, neste território, completa ressonância. Amarelamento das hortaliças, morte de abelhas, afetando a produção do mel, um alto índice de nascidos com uma má formação congênita e a maior taxa de morte por câncer no estado de São Paulo são uma triste herança do impacto negativo do cercamento da cana. Expressões de degradação ambiental que impactam a qualidade de vida dos assentados e de toda a população convivem com a deterioração das políticas públicas que ameaçam o presente o futuro da reforma agrária.

Logo após, um artigo sobre a previdência social rural que discute sua clara importância para famílias assentadas e se destaca como uma das principais fontes de renda, ainda mais em um contexto de envelhecimento dos moradores do meio rural. Com dados empíricos, discute-se a melhoria da qualidade de vida que a previdência significa para famílias, mas demonstra-se que os benefícios sociais no meio rural não são nunca conquistados facilmente, tendo-se em vista as obstruções da previdência social rural que ainda criam limites à aquisição deste direito.

Triste o cenário da extrema concentração da terra no semiárido. Análise deste processo em perímetros irrigados, através do estudo de caso do Projeto Jaíba ilustra bloqueios enfrentados por produtores da região. Falhas no processo de seleção dos assentados, endividamento provocaram a desistência de muitos, abrindo espaço à negociação dos lotes, o que vai ter consequências para o processo de concentração da terra irrigada. Há

situações de agricultores regionais que enxergaram o perímetro irrigado como alternativa para o desenvolvimento da fruticultura através do mercado de terras informal, uma outra prática de concentração fundiária. Face a tais mecanismos vão sendo desfeitos os objetivos iniciais de democratização de acesso à terra. O processo de mercantilização ganha espaço. Negociações dos lotes entre colonos e produtores agrícolas passam a ser frequentes motivadas pelo aumento da oferta da terra irrigada a um preço abaixo do mercado. Falhas e omissões do Estado no processo de assentamento das famílias assentadas ganham contornos mais graves pela falta de assistência técnica e pela trama de aprisionamentos que se impõem aos produtores no campo da comercialização.

O terceiro bloco de artigos apresenta este contexto de permanentes disputas em diferentes dimensões do modo de vida de assentados ou nas políticas públicas a eles direcionadas. Assim, a criação de uma rádio comunitária é vista sob a perspectiva das disputas sobre os meios de comunicação, como uma clara contraposição das grandes redes de comunicação em relação à própria ideia de organização comunitária. Registra-se uma experiência concreta em um assentamento de Araraquara que certamente constrói uma rede de informações locais preciosa para a organização, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios de regulação, institucionalização e continuidade, inclusive quanto ao apoio de fatores e parcerias externas ao assentamento.

O tema da percepção ambiental e social dá continuidade ao terceiro bloco, com reflexões sobre as transformações impostas ao território por meio de monoculturas e pela especialização na produção de commodities. O primeiro artigo analisa em perspectiva histórica como a padronização promove uma série de consequências sob a perspectiva da (negação da) cultura e dos grupos rurais. Apesar da padronização imposta à paisagem e ao sistema produtivo hegemônico em vastos territórios, experiências com enfoque agroecológico estão constantemente emergindo em uma nova conjuntura em que a questão ambiental se faz presente no imaginário e nas ações individuais e institucionais. Cada vez mais a dimensão ambiental se torna indispensável quando falamos em desenvolvimento, portanto, ela está fazendo parte dos objetivos de políticas públicas como a extensão rural, como demonstrado em um dos artigos. Por meio de uma análise quantitativa os autores identificam que assentados e técnicos possuem boa percepção de problemas ambientais como erosões e contaminação por agrotóxicos,

comuns em assentamentos rurais, mas também a percepção de fatores que impedem que estas questões sejam solucionadas.

As políticas públicas ainda aparecem como temas relevantes nos dois últimos artigos do volume, que tratam mais especificamente das políticas de ATER e do PRONAF mulheres. No primeiro caso analisa-se como os beneficiários do PAA são atendidos pelos técnicos de ATER em um assentamento do Mato Grosso. Trata-se de um artigo com hipóteses extremamente relevantes para a execução de duas políticas públicas das mais bem sucedidas para a agricultura familiar. No entanto, apesar da opinião dos assentados de que a assistência técnica contribui na execução do PAA, os autores, apoiados em vários estudos, concluem que falta uma articulação na própria gestão dos programas. Já o artigo sobre o PRONAF chega a considerações parecidas, já que os agentes sociais do assentamento analisado reconhecem a importante contribuição da conquista de uma modalidade de financiamento agropecuário que tem por princípio diminuir desigualdades de gênero no meio rural, mas que não possui relevância prática. O artigo coloca questões como o porquê do PRONAF Mulher ser pouquíssimo acessado. Pode-se concluir que sua existência significa muito pouco para mudar relações sociais entre mulheres assentadas e técnicos. No entanto, os autores também consideram a existência desta modalidade uma conquista que deve ser analisada não pela quantidade de contratos de financiamento em si, mas por meio da própria participação das mulheres nas políticas públicas. Expressão da conquista dos direitos como decorrência das resistências das mulheres.

Comprovadamente, estamos diante de projetos em disputa. Ao permitir seu desvendamento analítico, este número de Retratos, lançado em pleno início da primavera, não nos coloca um mar de flores, mas, sem dúvidas, nos estimula a prosseguir no debate e na luta pela agricultura familiar sustentável como um agente relevante dos desafios que se impõem ao desenvolvimento brasileiro. Boa leitura!

Os Editores

A VISÃO DOS GESTORES PÚBLICOS SOBRE O PAPEL DA CONAB NA GESTÃO DOS ESTOQUES DE ALIMENTOS NO PERÍODO DE 2003 A 2014

Marcelo Botton Piccin¹

Newton Narciso Gomes Junior²

RESUMO: O artigo analisa o papel desempenhado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) na gestão dos estoques públicos de alimentos, executados através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no período de 2003 a 2014, sob a perspectiva da promoção do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e da soberania alimentar. As evidências analisadas indicam que a Conab cumpriu um duplo papel: a) fortaleceu o histórico sistema agroalimentar exportador de alimentos; e b) possibilitou, pela primeira vez, o acesso da agricultura familiar a importantes políticas públicas, mesmo sendo essas de dimensão ainda insuficientes e comparativamente subalternas às acessadas pelo agronegócio. A PGPM, manteve sua lógica histórica: atrelada aos mecanismos do mercado privado, baixa formação de estoques públicos, com atuação pontual e fragmentada, pouca incidência no controle da inflação e na estabilização dos preços. Já o PAA mostra-se como um programa estruturador, alinhado aos princípios do DHAA e à soberania alimentar. As evidências também apontam para a inexistência de uma política nacional de abastecimento que supere a transferência de renda como mecanismo principal de acesso.

PALAVRAS-CHAVE: Abastecimento, Estoques públicos de alimentos, Segurança alimentar e nutricional, Combate à fome.

¹ Mestre em Agroecossistemas pela UFSC (2017) e Membro do Grupo de Pesquisa Mercados&Comidas do Núcleo de Estudos das Políticas de Abastecimento Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional, da Universidade de Brasília.

² Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília; Coordenador do Diretório de Pesquisa Mercados&Comida UnB/CNPQ; Especialista em Abastecimento Alimentar e Desenvolvimento Rural FAO/IPARDES/UFPR(1986), Doutor em Políticas Sociais(UnB) (2007). Pós Doutorado Economia pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas UNICAMP Área de concentração Políticas Públicas Segurança Alimentar e Nutricional, Sistemas de Abastecimento Alimentar, Questão Agrária e Desenvolvimento Rural, Necessidades Humanas Básicas e Cidadania.

ABSTRACT: The article analyses the role developed by the National Supply Company (CONAB) in the management of food stocks, carried out throughout the Minimum Price Guarantee Policy (PGPM) and the Food Acquisition Program (PAA), in the period of 2003 to 2004, from the perspective of the human right promotion to adequate food (DHAA) and food sovereignty. The analysed evidences indicate that CONAB fulfilled two roles: a) it strengthened the historic exporting agrifood system; and b) it enabled, for the first time, the access of family farming to important public policies, even those being insufficient and comparatively subalterns to those accessed by the agribusiness. The PGPM kept its historic logic: it is attached to the private market mechanisms, low composition of public stocks, with punctual and fragmented practices, low incidence into the control of inflation and stabilisation of prices. Thus, the PAA show itself as a structuring programme, aligned with the principles of DHAA and food sovereignty. The evidences also point to the non-existence of a national supply policy that can replace cash transference as the main mechanism of access.

KEYWORDS: Food Supply; Food Public Stock; Food And Nutritional Security; Fight Against Hunger.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, a formação de estoques reguladores de alimentos, conformaram as primeiras políticas públicas adotadas pelas nações como mecanismos atenuantes das oscilações de preços e de garantia estratégica de reservas na perspectiva de se precaver do flagelo da fome. Mais recentemente, a partir das duas grandes guerras mundiais, ocorridas no século XX, foram instituídos os mecanismos de formação de estoques públicos de alimentos, com intuito de estabilização dos preços, da regulação da oferta, procurando aferir maior regulação do mercado de *commodities* agrícolas, de modo a evitar crises alimentares.

Analisar a atuação dos estoques de alimentos, especialmente os formados pelo poder público, tem se constituído numa questão importante para a agenda de promoção da segurança alimentar e nutricional nacional e internacional, ganhando cada vez mais espaço nos governos, órgãos internacionais e organizações da sociedade civil.

Após a liberalização e desregulamentação dos mercados alimentares, ocorridas em grande parte dos países, entre as décadas 1970 e 1990,

muitas nações abriram mão dos mecanismos de formação de estoques públicos de alimentos como instrumentos de estabilização dos mercados e de promoção do abastecimento, delegando essas atribuições ao mercado privado (DELGADO, 1995, 2005).

A crise econômica e a elevação internacional dos preços das *commodities* agrícolas, ocorrida especialmente a partir dos anos de 2008 e 2009, provocaram diferentes impactos no acesso aos alimentos pelas populações latino-americanas e propuseram a reflexão sobre a gestão dos estoques públicos de alimentos e seu papel estratégico para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, para a garantia do direito à alimentação e para a promoção da soberania alimentar³ das nações (ALADI; FAO, 2015).

Na América Latina e Caribe, a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) apresentou, em 2014, um Plano para a Segurança Alimentar e Nutricional e Erradicação da Fome 2025. O plano propõe uma política comercial intra-regional de alimentos com intuito de contribuir com a erradicação da fome e da miséria no continente. Dentre as propostas a serem implementadas, está a criação de um programa latino-americano de reservas e estoques de alimentos, formado a partir da produção da agricultura familiar e direcionado, inicialmente, à prevenção de catástrofes socioambientais, bem como à formação de reservas no interior da região para outros casos de necessidade (CELAC, 2014).

O Brasil tem enfrentado crises frequentes de abastecimento alimentar ao longo de sua história. Parte expressiva da população permaneceu, por vários séculos, sob a condição de extrema pobreza e assolada pela fome e pela desnutrição. Tal fenômeno tem sido apontado como resultante da adoção, pelo Estado brasileiro, de uma política econômica dependente e um sistema agroalimentar pautado na exportação de alimentos, em detrimento da produção para o abastecimento interno.

³Existem diversos entendimentos sobre o conceito de soberania alimentar. O entendimento adotado neste estudo é o definido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, onde em seu Art. 5º define: “A consecução do direito humano à alimentação e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos”. Em complementação a este entendimento, também adotamos o conceito definido pela Via Campesina: “soberania alimentar é o direito dos povos em definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Conceito pode ser acessado no site <http://www.cloc-viacampesina.net/portugues/brasil-soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade>. Acesso em 12/07/2018.

Tais fatos e evidências repuseram a questão dos estoques de alimentos privados e/ou públicos na ordem do dia dos governos e da sociedade. Como veremos durante o estudo, as lógicas que dirigem as políticas públicas de formação de estoques públicos de alimentos podem contribuir ou não para a promoção do direito humano à alimentação e a soberania alimentar, definidos como princípios norteadores da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN e firmados no artigo 6º da Constituição Federal.

No Brasil, os estoques públicos de alimentos são formados através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)⁴ e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵, ambos geridos e executados pela CONAB⁶.

Este artigo baseou-se em pesquisa documental, análise de fontes e dados secundários, bem como entrevistas semiestruturadas realizadas com atores-chave relacionados à gestão pública federal, que se envolveram na concepção, execução, monitoramento e avaliação das políticas agrícolas, de abastecimento, de agricultura familiar e de segurança alimentar e nutricional, durante o período analisado.

⁴ A PGPM é executada desde 1943, através da instituição da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), criada pelo Decreto-Lei nº 5.212, de 21 de janeiro de 1943, e tinha como objetivos: a) adquirir produtos pelo preço mínimo fixado; b) conceder financiamento, com ou sem opção de venda, inclusive para beneficiamento, acondicionamento e transporte dos produtos amparados pela PGPM; c) vender produtos adquiridos na forma do item anterior; d) formar estoques reguladores; e) importar e exportar produtos especialmente indicados pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente os principais instrumentos da PGPM são: Aquisição do Governo Federal – AGF; Contrato Público com Opção de Venda – CPOV; Prêmio de Escoamento do Produto-PEP- e Valor do Escoamento do Produto – VEP; Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO; Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja-PESOJA; Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda - PROP- e Contrato Privado de Opção de Venda – CPOV. A AGF e o CPOV formam estoques públicos de alimentos e os demais mecanismos viabilizam a comercialização privada.

⁵ Sob a luz da estratégia Fome Zero, anunciada pelo Governo Lula em 2003, com o intuito de estruturar ações no âmbito da política agrícola e agrária e da segurança alimentar, dando concretude às diretrizes apresentadas pelo Grupo Técnico Interministerial e Grupo Técnico do CONSEA, criados para estruturar os anúncios do Plano Safra 2003/2004, materializa-se a criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA -, através do artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, substituídas pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011, regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04/07/2012, e, mais recentemente, pelo Decreto nº 8.293, de 12/08/2014. Os instrumentos do PAA são: Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF; Formação de Estoques pela agricultura familiar – FE; Incentivo à produção e consumo de leite – PAA leite; Compra com doação simultânea – CDS; Compra Institucional – CI e Aquisição de Sementes – PAA – sementes. Os recursos são alocados no Ministério de Desenvolvimento Social e na Secretaria Especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário. Os estoques públicos são formados pela modalidade CDAF e os estoques provados pela FE.

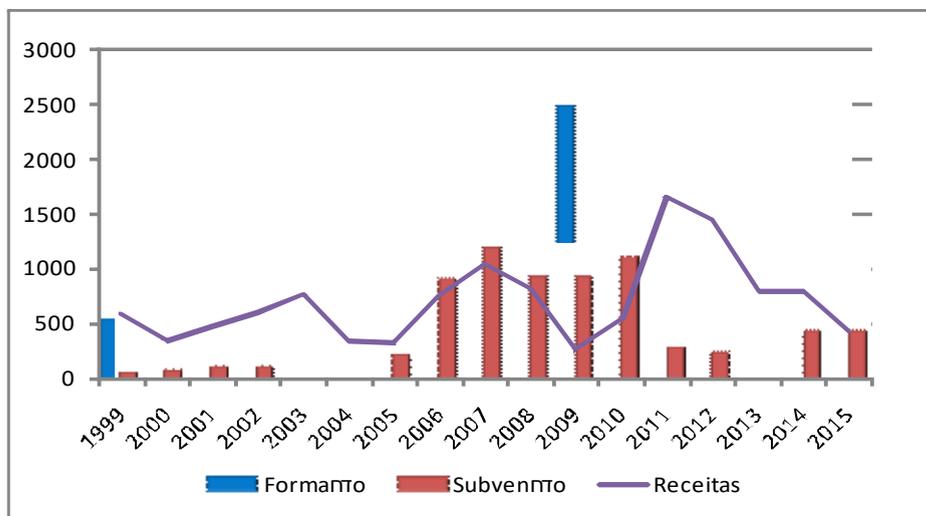
⁶ A Companhia Nacional do Abastecimento - CONAB, empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi instituída por meio da Medida Provisória nº 151, de 15/03/1990, transformada na Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão da CFP, criada em 1945, da COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos -, Empresa Pública Federal e da CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento, criadas em 1962. O Decreto nº 99.233, de 03/05/1990, estabeleceu os procedimentos preparatórios ao processo de fusão. Pode ser acessada <<http://www.CONAB.gov.br/CONAB-quemSomos.php>>. Acessado em 29/03/2017.

O objetivo é analisar o papel desempenhado pela CONAB em relação ao cumprimento de sua missão⁷ institucional definida como orientadora de sua ação no período de 2003 a 2014, bem como as lógicas e perspectivas que orientaram a execução da PGPM e do PAA pela empresa neste período.

EXECUÇÃO DA PGPM E DO PAA: ALGUNS DADOS GERAIS

De acordo com a CONAB, no período de 1999 a 2015, os gastos nominais do governo com a PGPM nos produtos arroz, milho e trigo, chegaram a um acumulado de R\$ 20,6 bilhões. Deste montante, R\$ 13,5 bilhões foram usados na formação de estoques (AGF e COV) e R\$ 7,1 bilhões na subvenção a comercialização (PEP, PROP, PEPRO). Nesse período, as receitas nominais, realizadas com a comercialização dos estoques governamentais, com o intuito de equilibrar preços internos, chegaram na marca de R\$ 11,9 bilhões (CONAB, 2016)

Gráfico 1: Recursos aplicados e receitas da PGPM, de 1999 a 2015.



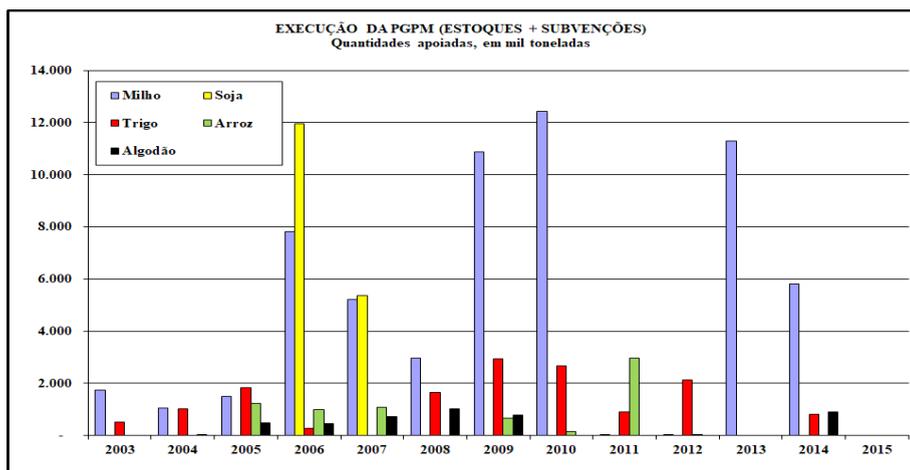
Fonte: CONAB, 2016.

Das 108 milhões de toneladas de produtos mobilizadas no período de

⁷ Missão da CONAB definida em 2003 que permanece atualmente: “Promover a garantia de **renda ao produtor rural**, a segurança alimentar e nutricional e a **regularidade do abastecimento**, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas”.

2003 a 2015⁸, por meio de todos os mecanismos da PGPM, 104,2 milhões foram constituídas com algodão, soja, trigo, arroz e milho, conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2- Execução da PGPM para as culturas do milho, soja, trigo, arroz e algodão, de 2003 a 2015.



Fonte: Mapa/SPA e CONAB 2017.

Já o PAA, constituiu-se como um dos principais programas criados pela Estratégia Fome Zero e um dos principais anúncios do Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003/2004.⁹

Segundo dados do Governo Federal¹⁰ (2015), no período de 2003 a 2015, foi investido cerca de R\$ 6,4 bilhões em alimentos oriundos da agricultura familiar, envolvendo, diretamente, em torno de 150 mil famílias ao ano.

⁸ Todos os dados de execução da PGPM referentes ao período estão disponibilizados no relatório de séries históricas, fornecido pelo MAPA, e um monitoramento de execução física e financeira para os seguintes produtos: algodão, arroz, borracha, café, feijão, mandioca, milho, sisal, soja, semente de soja, sorgo, trigo, vinho, laranja, uva e leite de vaca. O relatório pode ser acessado no site <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/sumarios-executivos-de-produtos-agricolas/ano-civil-apoio-a-comercializacao-2003-2018-abril-2018.pdf>> Acesso realizado em 12/07/2018.

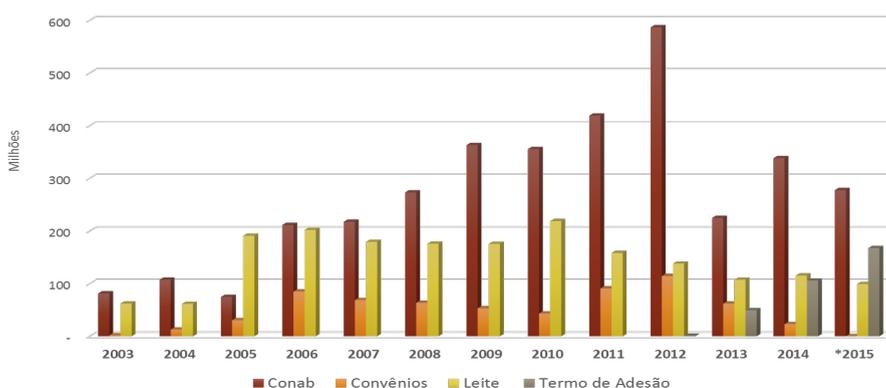
⁹ Segundo Delgado (2005), a concepção original do Projeto Fome Zero, assumida pelas Diretrizes do Plano de Safra e normatizada pelo PAA, de forma específica, compreende três objetivos, correspondentes a três funções distintas de política pública: i) de constituição de um polo institucional de demanda por alimentos dirigido à agricultura familiar; ii) de provisão de subvenções ao consumo de alimentos às populações em situações de risco alimentar-nutricional; e iii) que essas funções sejam atendidas mediante ação integrada da política agrária e de segurança alimentar. (DELGADO, 2005, p.20).

¹⁰ Dados apresentados na reunião do Grupo Gestor do PAA, realizada em 11 de março de 2016/Brasília/ DF.

Foram mais de 4,6 milhões de toneladas de alimentos adquiridos, que abasteceram uma rede nacional de proteção e promoção social, composta por mais de 20 mil instituições que atenderam milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em mais de 3.200 municípios brasileiros.

No gráfico 3, podemos analisar o comportamento do montante dos recursos executados pelo PAA, no período de 2003 a 2015, a partir dos instrumentos de parceria que regularam a execução do MDS e do MDA com a CONAB e demais entes federativos.

Gráfico 3 - Evolução da execução dos recursos do PAA, por instrumentos de parceria utilizados pelo MDS e MDA, de 2003 a 2015 (milhões de R\$).

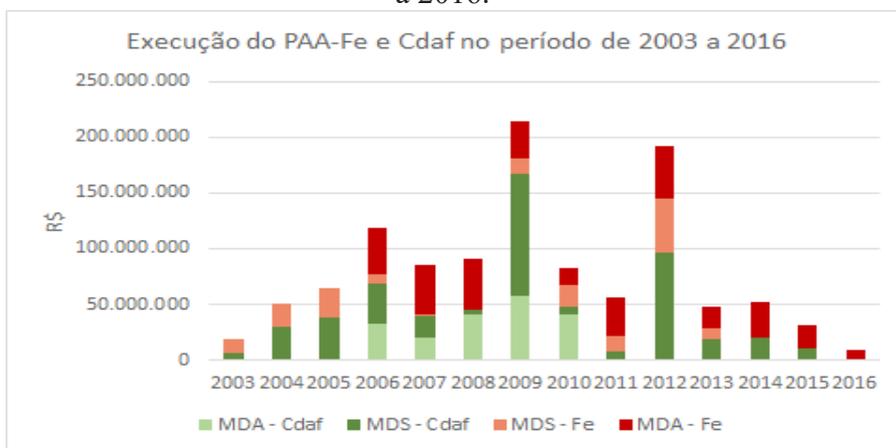


Fonte: MDS, 2016. Relatório apresentado na reunião do Grupo Gestor do PAA, em 25/02/16.

É possível observar a diversidade de executores e instrumentos de execução adotados no período. De maneira geral, os recursos executados pela CONAB foram fruto das cooperações realizadas entre a empresa e os Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário. Esse formato se refere à execução centralizada do PAA pelo Governo Federal, através das modalidades instituídas pela CONAB ao longo do período estudado. Já nos convênios, a modalidade PAA leite e os termos de adesão são todos instrumentos executados pelo Ministério do Desenvolvimento Social com o Distrito Federal, estados e municípios e referem-se ao PAA leite e PAA doação simultânea. A execução do PAA compra institucional não faz parte da análise por ser executado com recursos próprios de cada órgão.

Dos recursos totais do PAA executados pela CONAB no período de 2003 a 2016, que somaram R\$ 3,7 bilhões de reais, a modalidade Doação Simultânea foi responsável por 67,5% dos recursos, ou seja, R\$ 2,5 bilhões. No entanto, nosso foco é analisar e compreender a execução e gestão das outras modalidades que constituem os estoques públicos de alimentos, compostos pelo PAA-CDAF e PAA-FE, geridas pelo MDS e MDA e executadas pela CONAB, por meio de cooperação, conforme gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução da execução financeira do PAA, executado pela CONAB, modalidades FE e CDAF, vinculadas ao MDA e MDS, de 2003 a 2016.



Fonte: CONAB, 2017.

De maneira geral, é possível afirmar que a dinâmica de execução, realizada pelo MDA, MDS e CONAB, na composição das duas modalidades, teve um esforço de combinar a execução financeira entre os ministérios, especialmente no PAA-CDAF, que priorizou sua atuação em produtos que formavam a cesta de alimentos, distribuídas às populações vulneráveis, tais como: arroz, feijão, farinha de mandioca, farinha de trigo e leite em pó. Produtos clássicos dos sistemas produtivos das agriculturas de base familiar e componentes estruturais da cesta de alimentos. Outros produtos são pontualmente identificados na atuação do PAA-CDAF, ao longo do período estudado, como sucos e doces. Nesses, houve claramente, uma intervenção no mercado pela CONAB, no sentido de garantir o nível de renda aos agricultores familiares, tendo uma atuação semelhante à do AGF da PGPM. Esses produtos também formaram estoques públicos e foram

direcionados ao abastecimento dos programas sociais de segurança alimentar no país, muitos deles, vinculados às esferas municipais, com forte atuação da política de assistência social.

Já o PAA-FE atuou em duas frentes: a primeira, articulada à formação de estoques para composição, também, das cestas de alimentos, reforçando a conexão entre as modalidades em sua atuação nos mesmos produtos com a mesma finalidade, e, numa segunda, composta por um conjunto mais amplo de alimentos, especialmente processados, grãos e oleaginosas, lácteos, castanhas e sementes. Por trabalhar na perspectiva do fortalecimento do processo de transformação dos alimentos para agregar mais valor e possibilitar melhores alternativas de comercialização, cumpriu um papel importante na garantia de renda aos agricultores, além de promover o abastecimento local sem a necessidade de transformar toda a aquisição em estoques públicos. Segundo documentos do MDA, em 2015, outros programas complementares deveriam ser melhor estruturados para viabilizarem uma melhor gestão pelas Cooperativas e Associações desta modalidade do PAA, como por exemplo: assessoria permanente em gestão e acesso a novas linhas de capital de giro. Nesta perspectiva, o MDA lança no plano safra de 2015/2016, o Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária (COOPERAF), instituído, através da portaria nº 204, de 22 de junho de 2015¹¹, que visou à estruturação de uma nova política de comercialização para as agriculturas de base familiar, apoiado no fortalecimento de suas organizações econômicas. Logicamente, este processo foi interrompido com a retirada do Governo da Presidenta Dilma, em 2016.

A VISÃO DOS GESTORES PÚBLICOS SOBRE O PAPEL DESEMPENHADO PELA CONAB NA EXECUÇÃO DA PGPM E DO PAA NO PERÍODO DE 2003 A 2014

Várias abordagens foram dadas pelos entrevistados em relação ao papel desempenhado pela CONAB quando buscamos aferir o cumprimento de sua missão institucional em relação à garantia de renda ao produtor e promoção da regularidade do abastecimento, mesmo entendendo que as questões, por si só, não são sinônimas de promoção da segurança alimentar e nutricional. Vale lembrar que essa missão foi instituída no bojo da estratégia fome zero, que trouxe consigo uma reestruturação interna, conforme determinação da

¹¹A portaria pode ser acessada no site: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_24/Portaria%20Cooperativismo-%20Cooperaf.pdf. Acesso realizado em 06/12/17.

Portaria Interministerial MAPA/MESA, de abril de 2003¹². De qualquer forma, é inegável a nova atribuição dada, após 2003, como cita a entrevista “3”:

[...] e na época, obviamente, que o Graziano, na recomendação, era: vamos recuperar a capacidade da CONAB. A CONAB é... a gente tem até estruturas, desenhos, que a gente fez, a CONAB será a empresa operadora do Fome Zero. Essa era a decisão que foi apresentada para o Lula, e ele queria. E a criação do MESA – Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar. A ideia era que a CONAB, é... trabalhasse a serviço do MESA...

Portanto, o Governo Lula, por meio da estratégia Fome Zero, determinou à CONAB um novo papel a cumprir, claramente identificado em promover políticas de abastecimento alimentar, conectando a produção de base familiar com a população mais vulnerável que necessitava de alimentos, tendo o PAA como programa materializador da atribuição, inclusive atuando como mais um instrumento constituidor de estoques públicos de alimentos, junto à PGPM (Entrevistas 1, 3, 5, 9).

No entanto, o programa de Governo também apontava para a necessidade de avançar nas exportações de *commodities* agrícolas, devendo a CONAB cumprir também este papel, conforme anunciado na “carta ao povo brasileiro”¹³, publicada pelo Presidente Lula em 2002 e seu discurso de posse¹⁴, em 2003.

Parte dos entrevistados entendeu que as políticas, executadas pela CONAB, nesse período, em especial a PGPM e o PAA, contribuíram para que parte dos agricultores, no Brasil, tivessem suas margens mínimas de renda garantidas (entrevistas 1, 2, 8 e 9), como expressa a entrevista 9, que reconhece a atuação decisiva da CONAB na recuperação ascendente dos preços mínimos de vários produtos, como feijão, arroz, trigo, dentre outros, gerando ganhos e recomposições para parte importante dos agricultores

¹²Portaria Interministerial MAPA/MESA nº 183, de 14 de abril de 2003. Segundo Maya Takagi, em sua entrevista para esta pesquisa, ainda na transição do Governo, no final de 2002, houve discussões entre o Ministro José Graziano da Silva e o Presidente Lula sobre a CONAB ser vinculada diretamente ao MESA, fato que não se viabilizou politicamente, ficando o MESA com a estrutura do Comunidade Solidária, tendo a CONAB como braço operacional, mas seguindo vinculada ao MAPA.

¹³A “carta ao povo brasileiro” foi um documento público, assinado pelo Presidente Lula na campanha presidencial, em 22 de junho de 2002. Pode ser acessada http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf. Acesso em 25/11/2017.

¹⁴O discurso pode ser acessado <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>. Acesso em 25/11/2017.

tanto do agronegócio, quanto da agricultura familiar, sem no entanto ter a mesma atuação na regulação da oferta de alimentos para o abastecimento interno, conforme citado por um dos entrevistados: “e então, eu acho que em termos de preço, a CONAB foi muito mais efetiva do que em termos de regularidade do abastecimento...”(Entrevista 9).

A sequência de ajustes nos preços mínimos em um conjunto considerável de produtos (50 produtos agropecuários e extrativos), realizados pela CONAB, após 2003, ativaram um conjunto de políticas de fomento da produção neste período, possibilitando o cumprimento de um papel diferente em relação às políticas agrícolas, implementadas na primeira década de vigência da Lei Agrícola de 1991. De forma geral, o realinhamento dos preços mínimos, efetuados no período de 2003 a 2014, foi fundamental para a estruturação de fortes políticas de fomento à produção, especialmente de linhas de créditos e de seguros agrícolas, criados e ampliados tanto para a agricultura familiar (em articulação com a Estratégia Fome Zero e com as políticas de segurança alimentar e nutricional), quanto para o agronegócio, reforçando a consolidação de um padrão de produção de alimentos, pautado por sucessivos ganhos de produtividade, concentrado geograficamente (Sul e Centro Oeste), acessado por um reduzido número de agricultores (familiares ou não), fortemente articulados a um novo padrão de funcionamento do sistema agroalimentar mundial, conforme descrito por Maluf e Speranza (2013, 2014). Nessa perspectiva, atuaram, também, os mecanismos da PGPM, em especial os que realizaram a subvenção privada dos processos de comercialização. De acordo com a própria CONAB, as estratégias de realinhamento dos preços mínimos não objetivavam qualquer incentivo à formação de estoques públicos para garantir a regularidade dos preços e da oferta. Essa política pública sempre foi considerada como acessória à política de apoio à produção (CONAB, 2016, p. 14).

É essa perspectiva de estruturação da agricultura brasileira que leva a maioria dos entrevistados a afirmar que as ações executadas pela CONAB, nesse período, atuaram parcialmente na regularidade do abastecimento alimentar, ficando explícitas as diferentes visões existentes dentro do Governo. As perspectivas adotadas em torno do termo “abastecimento”, que remontam à reestruturação da política agrícola, implementada na década de 1990, possuem relação direta com a abertura e a estruturação do sistema agroalimentar capitalista e, ao mesmo tempo, colidem com a perspectiva construída pela segurança alimentar e nutricional, que traz

como princípios a promoção do direito humano à alimentação adequada e a soberania alimentar. Constatou-se que a lei agrícola, de 1991, manteve-se como linha estratégica orientadora das decisões do MAPA e subordinou parte importante das ações da CONAB, mesmo após sua reestruturação em 2003, realizada em alinhamento às políticas de segurança alimentar e nutricional, instituídas pela estratégia Fome Zero.

As opiniões dos entrevistados foram unânimes ao declararem a contrariedade do MAPA e as resistências do Ministério da Fazenda em relação à formação de estoques públicos de alimentos como mecanismo importante de promover a regularidade do abastecimento, mesmo tendo sido constituídos importantes volumes, especialmente durante os Governos Lula. Essas posições ficam explícitas em declarações, como:

[...] então, o Ministério da Agricultura não quer estoque público, o mercado não quer estoque público, o mercado quer manter sobre o seu controle o abastecimento regular, dentro das normas do mercado; e o controle, inclusive, do pico especulativo. Se abre a janela, e ninguém fala mais, hoje, do arroz, do milho, do feijão, exclusivamente, dentro de um país. Os caras olham o mapa inteiro e já sabem onde há uma possível quebra de grãos do arroz tailandês, possível quebra de grão do feijão mexicano, possível quebra de grão do trigo canadense; os caras olham aquilo tudo. E suas estruturas de armazenagem dos grãos, que é possível manter por muito tempo armazenado, os caras fazem o jogo da oferta e da demanda. E muitas vezes, o pico inflacionário não tem nada a ver com ampliação ou diminuição do consumo dentro do Brasil, tem a ver com dinâmica internacional, que só valoriza, ainda mais, a tendência de exportação desses alimentos, porque se transformaram todos em *commodities*... (Entrevista 1).

[...] olha, eu acho que tiveram momentos pontuais que foram usados, mas não algo estrutural; e, eventualmente, a gente pegou carona no instrumento da PGPM para defender alguns grupos de produtores; então, tinha uma atuação da CONAB a partir de quem liderava ela, da divisão de liderança que tinha dentro dela, que alguns momentos usou a PGPM para defender o produtor de trigo do Rio Grande do Sul, por exemplo. Isso aconteceu, mas não foi... mas não dá para dizer que foi uma política estrutural de defesa da renda do produtor, e muito menos de combate à inflação, ou de garantia de abastecimento

à população... (Entrevista 2).

[...] a CONAB era um instrumento garantidor de preço na baixa; era sempre assim, a CONAB era um instrumento garantidor da renda, na baixa; então, o Poder Público entrava para garantir renda, para a baixa; era mais este instrumento sempre garantidor de renda, do que uma... um conceito estratégico de abastecimento à população, por conta da oferta de alimento... (Entrevista 10).

As motivações elencadas, que buscam explicar esse posicionamento estratégico de parte do Governo, representado pelo MAPA, durante todo o período estudado, e pelo Ministério da Fazenda, na maior parte dele, mostram posições divergentes entre os entrevistados. Para a maioria deles, a lógica da política agrícola, implementada pelo MAPA, não admitia, em hipótese alguma, a constituição de mecanismos que pudessem provocar algum nível de regulação ou intervenção nas esferas de atacado e varejo do sistema agroalimentar. Percebe-se que esse é um dos pontos centrais de críticas à política agrícola implementada pelo Governo, durante todo o período estudado, apontadas também por outros estudos, dentre eles, pelo CONSEA (2005) e Maluf e Speranza (2013 e 2014). De maneira geral, como sintetizado na entrevista “2”, a formação de estoques e a subvenção da comercialização atuaram para absorver e escoar a produção excedente nas regiões produtoras, e subsidiar a competitividade de alguns grãos em relação aos preços internacionais, possibilitando competitividade ao agronegócio, através de subsídios públicos. É bastante ilustrativa a seguinte declaração:

[...] no âmbito dos dirigentes do Ministério da Agricultura, era piada falar em abastecimento, o papel deles era garantir preço; e se estocasse, precisasse estocar, na hora que eles demandassem o produto, fosse uma demanda do próprio segmento em relação ao produto, para vender mais barato, aí sim entrava a discussão, mas não pensando do ponto de vista da população, como um todo... (Entrevista 5).

Para outros, as motivações constituíam-se em questionar a efetividade da atuação de estoques públicos como um importante mecanismo de regulação do abastecimento. Nesta perspectiva, a compreensão do abastecimento alimentar, passa por concordar que as regras definidas pelo

mercado globalizado de alimentos ditam os parâmetros com mais eficiência, garantindo a oferta dos alimentos à população. Fortes também são os argumentos referentes aos elevados custos de aquisição e manutenção de estoques públicos de alimentos, além da necessidade de serem formados em grandes volumes, para terem capacidade de influenciar no mercado. A interpretação da entrevista “4” deixa explícita a visão contrária à formação de estoques, afirmando que os estoques formados no período, não produziram efeitos sobre a inflação dos alimentos, pois o volume foi pequeno e porque o Brasil não é formador de preços. Segundo este entrevistado, os preços são formados em praças internacionais, como Chicago, Londres e Nova Iorque. Ao mesmo tempo, essa visão defende os demais mecanismos da PGPM, alegando que, com os mecanismos de subvenção do escoamento da produção, se garante a renda ao produtor e o abastecimento interno para regiões que apresentam falta do produto. Elementos semelhantes também são constatados no estudo realizado por Schwantes e Bachas (2017), ao analisarem custos sociais e orçamentários das políticas de garantia de preços no Brasil. Esses elementos constituem o núcleo central dos argumentos contrários aos mecanismos de intervenção, através da formação de estoques públicos de alimentos, como exemplificam as seguintes declarações:

[...] olha, não precisa de montanhas de produto. Até porque, com a globalização, e com o mercado aberto, e com os acordos de Mercosul, de... tem menos produto, é que você busca ali. [...] olha, não voltou no Governo do PT; portanto, não vai voltar em outro Governo mais liberal, a formação de estoques em grande volume; porque, qualquer um que for fazer conta, ele vai chegar à conclusão de que não... isso não é bom para o produtor, isso não é bom para o Governo, gasta muito dinheiro... (Entrevista 4).

[...] primeiro, que há uma questão, um aspecto, assim, de ideologia dentro do Governo, daquela história de ser neoliberal, deixa o mercado se virar, entendeu. Além disso, tem a questão fiscal, o pessoal alega que não tem espaço fiscal por conta da crise, e ainda os cortes, e tal; então, não tem dinheiro para fazer; tem orçamento, mas não tem o dinheiro. Entendeu? Então, aí dois aspectos. Então, assim, importante, a gente acha que é. A gente sempre faz nota técnica propondo... defendendo a formação de estoque... Só que... Só que não fica na... assim, isso não depende só da gente... aí depende do lado do Governo, em si, entender, e comprar a briga. Só que a

gente está observando aí que não... não está caminhando nesse lado não... (Entrevista 6).

Mesmo que essa visão tenha se constituído como hegemônica, especialmente no centro econômico do Governo ao longo das três gestões estudadas, os dados sistematizados pela pesquisa e a metade dos entrevistados, registraram uma pequena inflexão do Governo, especialmente do Ministério da Fazenda, após a crise de 2008, onde o tema da inflação dos alimentos começou a ficar mais presente e a CONAB formou estoques importantes de milho, colocando-os no mercado interno como mecanismo de controle de preços ao consumidor e como instrumento de abastecimento de regiões afetadas pela seca. Nesse aspecto, o segundo Governo Lula (2006 a 2010), foi o período no qual a CONAB formou os maiores volumes de estoques públicos (Entrevistas 1, 5, 8, 9 e 10).

Conforme adverte o entrevistado “5”, no período de 2003 a 2010, a CONAB virou uma grande estocadora de grãos. No entanto, não foi unicamente por uma estratégia de armazenagem no intuito de realizar abastecimento alimentar, mas principalmente por pressão do agronegócio no MAPA, que demandavam a intervenção para garantir renda a seus setores. Importantes nesse cenário, também são as afirmações da entrevista “8”, onde o entrevistado declara que o milho é um produto chave e um dos que tem o maior *lobby* de pressão política por meio da bancada ruralista, que tenciona o MAPA, no uso dos instrumentos da PGPM, seja para formar estoque ou apoiar o escoamento, alinhado aos seus interesses econômicos. Em complementação, a entrevista “9” afirma que teve um ano em que a CONAB vendeu, no mercado, um milhão de toneladas de grãos e demonstrou uma enorme capacidade de intervenção. Foi aí que o Ministério da Fazenda percebeu a importância da atuação dos estoques para amenizar a subida dos preços dos alimentos. Porém, esta percepção que se configurou por volta de 2008, não se manteve no período seguinte. O resultado da ausência de uma política de abastecimento foi a presença constante de pressões inflacionárias, puxadas pelos alimentos, no período de 2010 a 2015. O entrevistado ainda segue afirmando que, de forma geral, as vendas dos estoques sempre foram feitas a conta gotas, por ordem do MAPA, não impactando na baixa de preços no mercado, mesmo após ter sido criado o CIEP¹⁵, em 2013. Fica

¹⁵ Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP), criado em 2013, com o objetivo de definir as condições para aquisição e liberação de estoques públicos de alimentos.

explícito dessa forma, que as formações de estoques públicos, no período, não se constituíram em um instrumento permanente de abastecimento alimentar e muito menos como mais um mecanismo a ser usado no controle da inflação, fortemente influenciada pelo aumento dos preços dos alimentos, especialmente na última gestão federal estudada. Análise semelhante é também apresentada por Maluf e Speranza (2013, 2014). Em complemento a essa análise, a entrevista “7” afirma que a ausência de estoques de milho e de feijão contribuíram para a tendência altista dos preços, ocorridos nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, pois segundo a entrevista, o mercado reage só em saber que o Governo não tem estoques.

Outra questão importante a ser analisada foi referente aos elementos centrais que dirigiram a agenda do MDA, no período formado pelos dois governos Lula. Segundo a entrevista “10”, a preocupação central foi em estruturar uma agenda de fomento à produção e garantia de renda à produção de base familiar. Nessa ótica, priorizou-se a estruturação de outros mecanismos de política agrícola, como crédito, seguro agrícola, preços mínimos e assistência técnica, sendo inclusive o PAA, compreendido nessa perspectiva. A lógica da agenda, para combater o pico inflacionário dos alimentos, era ampliar a capacidade de produção, gerar renda e qualidade de vida para a base da agricultura familiar. Somente ao final de 2010, se retomou uma reflexão no MDA e no conjunto das forças da agricultura familiar, sobre o papel e a vinculação integral da CONAB a este setor econômico. Embora as motivações fossem diferentes das apresentadas na transição de Governo, em 2002, e início do Governo Lula, em 2003, o fato da elevação dos preços dos alimentos começar a influenciar fortemente nos índices de inflação, tornando o tema importante na agenda da política econômica, motivou o MDA a discutir a vinculação integral da CONAB à sua estrutura, reconhecendo a importância da instituição como promotora do abastecimento alimentar, completando uma lacuna no conjunto das políticas executadas no período, centradas fortemente no fomento a estruturação produtiva, conforme declara o entrevistado “10”:

[...] esse era o tema. Quer dizer, o máximo que nós chegamos, tanto que se re-pautou a ideia de, no próximo Governo, a CONAB vir para o MDA, como um conceito estratégico de abastecimento, que é o que justificava, tu entende? Então, nós tínhamos essa formatação, e faltava uma perna ali: Qual era o instrumento de abastecimento? Era a CONAB, que nós nunca conseguimos chegar perto, não é.

Tinha uma... uma Diretoria lá, não é, o Silvio e o Intini, mas não... enfim... (Entrevista 10).

Tão fundamental quanto a decisão de alocar recursos financeiros para constituir estoques públicos de alimentos é a estruturação de uma rede de armazenagem pública que crie as condições para esse fim. A flagrante defasagem tecnológica do sistema de armazenagem público, estruturado em décadas anteriores, constitui-se como elemento chave na fragilização da atuação da CONAB. A precarização da rede pública de armazenagem da CONAB é apontada por vários dos entrevistados como um dos elementos centrais para a não constituição de estoques públicos de alimentos num volume maior, mais diversificado, permanentes e com menores custos de carregamento. (Entrevistas 1, 4, 5, 6, 8 e 9)

A síntese das afirmações, realizadas pelo entrevistado “1”, não deixam dúvidas, quando declara que não houve modernização do sistema de armazenagem público em relação a década de 1990, provocando uma defasagem tecnológica que causa baixa eficiência, altos custos e perdas, sendo substituída pela iniciativa privada, nas regiões de produção. De acordo com a entrevista “5”, por não haver uma política de valorização da rede de armazenamento da CONAB, onde o Governo pudesse assumir o custo de manutenção de toda a rede, foi implementada uma lógica de recuperar somente onde o armazém se viabilizasse economicamente, ficando as velhas estruturas sem modernização, principalmente nas regiões deficitárias de produção, como no nordeste. O cenário pode ser bem caracterizado, a partir da fala do entrevistado “9”, que afirma:

[...] eu diria que, mesmo fazendo a reabertura de unidades, em termos numéricos, foi significativo. Mas, em termos de capacidade de armazenagem, muito pequena. Então, o problema é que era uma rede defasada, uma rede inadequada, e que, portanto, ela precisava, efetivamente, de um processo de modernização; e de um repensar, inclusive, de... de instituir novas unidades em lugares estratégicos. Então, o fato é que, por se tratar de uma rede antiga, boa parte dela era armazém geral, não eram silos, e... e isso limitava muito a capacidade operacional do recebimento de volumes, recebimento de cargas, de recebimento e despacho dessa carga. Era um sistema que dependia, que tinha que, necessariamente, chegar, como no caso do milho para o nordeste, toda aquela intervenção que se fez;

então, o produto chegava, é... ou a granel, mas tinha... se chegasse a granel, tinha que ser ensacado; e se chegasse a granel, não tinha nenhuma rampa, minimamente, para poder descarregar aquilo, colocar num lugar adequado; ia para o chão, do chão ia... tinha que ter uma trupe de gente para poder ensacar, para poder depois vender 60 kg por 60 kg. Ou seja, uma rede totalmente defasada. O grande problema, de fato, é que não houve uma modernização; mesmo que em pequenos silos, mas que nós tivéssemos, de fato, uma rede que desse uma possibilidade de armazenar de forma mais adequada; e, ocasionalmente, ela fosse mais ágil, no sentido do recebimento, de fato, dessa carga, desse volume. Então, isso, realmente, eu te diria que era o grande problema da CONAB, ficou muito defasado no tempo... (Entrevistado “9”).

De acordo com a entrevistada “6”, não houve estruturação da rede de armazenamento da CONAB, pois as políticas agrícolas dos últimos dez anos focaram muito na estruturação da produção e não estruturaram a questão da armazenagem. Tal situação produz um aumento dos custos de escoamento que poderiam ser reduzidos se realizados na entressafra, caso houvesse uma rede de armazéns pulmões, nas zonas produtoras, e uma rede de armazéns de distribuição, nas zonas deficitárias e de consumo.

Mesmo com o lançamento do Plano Nacional de Armazenagem (PNA), pelo Governo Federal, em 2013, ao longo de sua execução o tema não foi enfrentado pela perspectiva de estruturação de instrumentos públicos que pudessem constituir-se como potencial de regulação na esfera do atacado e do varejo no Brasil. Segundo a entrevista “5”, no processo de definições de critérios e normas do PNA, as posições do livre mercado prevaleceram. As principais divergências se concentraram nos seguintes pontos: a) taxa de juros preferencial para produtores e suas cooperativas; e, b) taxas de juros para priorização de regiões com estímulos para construção, a partir do mapeamento das deficiências de estocagem. O resultado final não adotou nenhum dos critérios propostos, abrindo o acesso para qualquer tomador, sem distinção de localização do armazém, podendo ser feito, inclusive, nos portos de exportação. Porém, o mesmo entrevistado relata que, dentro do PNA, ficou definido um conjunto de armazéns públicos que seriam modernizados, bem como um conjunto de novos armazéns a serem construídos, no intuito de cobrir os territórios deficitários de armazenamento, inclusive em regiões nas quais a iniciativa privada não se motivaria a

construir. Não foi possível identificar, por esta pesquisa, nenhuma ação concreta que tenha sido implementada pelo Governo Federal, de 2013 até o momento, nesta perspectiva.

A GESTÃO E EXECUÇÃO DA PGPM PELA CONAB NO PERÍODO DE 2003 A 2014

Há um reconhecimento geral da forte recuperação orçamentária e financeira da PGPM no período estudado, em relação aos anos de 1990. Especialmente nos dois Governos Lula (2003 a 2010), ela voltou a cumprir um papel importante na política agrícola, especialmente na região centro-oeste do Brasil. Mais uma vez, se faz referência à importância da recomposição dos preços mínimos realizados no período, especialmente para a manutenção de produções locais que contribuíram para o abastecimento regional, promovidos em grande parte pela agricultura familiar. Porém, de acordo com a leitura de alguns entrevistados, raramente a PGPM atuou como uma política articulada à estratégia Fome Zero e, logicamente, não alinhou-se integralmente às políticas promotoras de segurança alimentar e nutricional. (Entrevistas 1, 3 e 9)

A estratégia de formação de estoques públicos de alimentos não foi a mais relevante, pois priorizou-se a utilização dos mecanismos de subvenção ao escoamento da produção. A PGPM teve uma atuação pontual e segmentada, não se constituiu numa política estrutural de formação de estoques públicos, nem na defesa da renda da maioria dos agricultores e, muito menos, no combate à inflação ou na garantia do abastecimento à população (Entrevistas, 2 e 9). As avaliações em torno da atuação dos mecanismos da PGPM, endossam as análises e os estudos realizados, ao longo de sua existência, que marcam sua história desde a criação, em 1943. A análise histórica do abastecimento no Brasil e a execução da PGPM, até 2002, registra com abundância de evidências, os dilemas encontrados pela PGPM em cumprir plenamente o que é declarado em suas normas e objetivos definidos desde sua criação. (ALMEIDA, 2014; BELIK, 2017; DELGADO 1978,1995, 2005; LINHARES, 1979)

Outra constatação é que a constituição dos estoques públicos de alimentos, formados nesse período, não estavam orientados estrategicamente para enfrentar a alta de preços dos alimentos e pouco atuaram na regulação da oferta aos consumidores. Fato que contribuiu para o aumento da inflação, causada por especulação do mercado, por quebras de produção e/ou por

problemas climáticos, como por exemplo, ocorrido com o feijão nos anos de 2013 a 2016. Quando houve inflação dos alimentos, os estoques já estavam todos vendidos, fragilizando a ação do Estado. (Entrevistas 1 e 2)

Evitando cair num falso debate sobre qual mecanismo da PGPM é mais adequado ou qual é o melhor, a preocupação central de nossa análise é perceber com qual finalidade a política como um todo, foi executada, realizando o estudo a partir das lógicas que motivaram a constituição e a liberação dos estoques públicos de alimentos, nesse período. Foram as opiniões sobre as finalidades da utilização dos mecanismos da PGPM que materializaram as diferentes concepções e que orientaram sua utilização no período.

Em relação aos mecanismos de subvenção da comercialização, foram apontadas diversas finalidades que justificaram a utilização dos mesmos durante o período. Algumas opiniões reconhecem a importância do instrumento para o abastecimento interno, utilizando-os de forma combinada com a formação de estoques públicos, propiciando oferta de produtos, como arroz, milho e trigo, em regiões deficitárias na produção desses alimentos, como, por exemplo, o nordeste brasileiro (Entrevista 1). Outros, agregam à finalidade sua adequação para garantir renda aos produtores e equiparar os preços internos aos dos produtos importados (Entrevista 4). Porém, algumas críticas também são explicitadas, evidenciando uma opinião sobre a finalidade dos mecanismos de subvenção da comercialização, conhecidos também, após a reestruturação da década de 1990, como mecanismos de mercado. Aponta-se uma concentração na utilização da PGPM, em especial dos mecanismos de subvenção, na região centro oeste, estando essa fortemente articulada à política de exportação de *commodities*, em especial soja e milho (Entrevista “8”). Em posição contrária ao entrevistado “4”, são apresentados problemas sérios de transparência no processo de garantia de renda aos agricultores, quando alguns dos mecanismos de mercado são acessados por terceiros que necessitam comprovar o pagamento do preço mínimo aos agricultores, retendo parte do valor indevidamente. Outro elemento diz respeito a serem recursos, que, quando acessados por seus tomadores, não entram no abatimento do imposto de renda, pois são subsídios públicos, sendo mais um elemento indutor de concentração de acesso para alguns produtores e um pequeno grupo de grandes agroindústrias e empresas comercializadoras. Assim sendo, é emblemática a afirmação da entrevista “5”:

[...] há uma concentração muito grande, eu lembro que num determinado ano, a Família Maggi pegou 23 milhões de reais só em subsídio; e o subsídio público ele é isento de imposto de renda; então, você tem um outro problema. Quando é pessoa jurídica isso tem um peso maior; por exemplo, digamos, que você teve um custo de produção de... é, para milho, de 30 reais a saca, o preço de venda é 25, você teve um prejuízo de 5. Digamos que o Governo te dê um subsídio de 5 reais por saca, ou 6 reais por saca, ou 7 reais por saca, isto não entra como valor da venda, isso entra como isento do imposto de renda, com uma conta subsídio; e, aí, oficialmente, aquela empresa, ela teve um prejuízo de 5, mesmo tendo zero de prejuízo, porque ela recebeu 5, ou 6, ou 7, ou 10, digamos, do Governo...” “...Subsídio público é isento de imposto. Então, você tem uma concentração; então, os mecanismos de incentivo privado não funcionaram; principalmente, PEPO, PREPO, essas coisas todas; há um desvio muito grande, uma concentração muito grande na mão desse setor... (Entrevista 5).

Embora se reconheça o papel positivo dos mecanismos de subvenção da comercialização por contribuírem no escoamento e oferta de alimentos em todo o território nacional, e de que são mecanismos menos custosos para os cofres públicos, como constatado por Schwantes e Bacha (2017), de forma geral, mantiveram-se atrelados ao fortalecimento do padrão produtivo do agronegócio brasileiro, completamente integrado de forma subordinada às cadeias agroalimentares internacionais, apresentando concentração de acesso a esses recursos, por um pequeno grupo de processadores e comerciantes, mantendo e aprofundando o poder de especulação e controle dos preços pelo mercado privado de alimentos.

No que se refere à destinação dos estoques, formados pela PGPM, além de ficar evidente sua utilização descontinuada e em pequenos volumes, não se constituiu como um instrumento efetivo de estabilização dos preços e, muito menos, de promoção do abastecimento alimentar, na perspectiva do direito humano à alimentação e da soberania alimentar. No entanto, a execução dos programas de abastecimento social da CONAB, operados através dos estoques formados pela PGPM e PAA, conformaram importante ação para amenizar a escassez de milho para os pequenos e médios criadores do nordeste brasileiro, durante os anos mais críticos da seca que assolou aquele território, cumprindo um papel importante para a segurança alimentar e nutricional daquela população. Na mesma perspectiva foram importantes

outras ações de assistência alimentar, como o programa de distribuição de cestas de alimentos para populações vulneráveis, para atingidos por catástrofes ambientais e para doações internacionais, articuladas a partir de uma agenda pró-ativa de cooperação internacional, desenvolvida, fortemente no Brasil, especialmente nas duas gestões do Presidente Lula. Conforme também destacado na pesquisa realizada por Almeida (2014), a CONAB foi fundamental para viabilizar as ações articuladas no bojo da estratégia Fome Zero e do Plano Brasil Sem Miséria.

A GESTÃO E EXECUÇÃO DO PAA PELA CONAB NO PERÍODO DE 2003 A 2014

O PAA, quando concebido, em 2002/2003, já nasce com um forte viés de tornar-se uma alternativa de comercialização para a agricultura familiar, formando estoques públicos conectados às políticas de abastecimento social, como por exemplo, a distribuição emergencial de cestas de alimentos realizada pela CONAB. Embora esse não fosse o único enfoque definido para o PAA na sua criação, conforme explicitado por Delgado (2005), acabou por dominar sua crescente evolução, de 2003 a 2012, sofrendo forte desaceleração nos anos posteriores, chegando praticamente à extinção, em 2017.

A gestão dos estoques, formados através do PAA, mesmo sendo menores que os formados pela PGPM, diferentemente desta, tiveram um completo alinhamento com as políticas de segurança alimentar e nutricional, coordenadas pelo MDS, em articulação com o MDA. (Entrevistas 3 e 9)

O PAA também é considerado um programa ágil, eficiente, de gestão fácil, garantidor de renda ao produtor e altamente conectado aos programas de abastecimento social, alinhado com a estratégia Fome Zero, com a segurança alimentar e nutricional e com o direito humano à alimentação. Inspirado naquilo que a PGPM pouco realizava, constituiu-se numa referência positiva para a estruturação de uma política de abastecimento alimentar vinculando a produção da agricultura familiar e uma forte política social estruturadora de uma rede de proteção e promoção social no país. (Entrevistas 1 e 2)

A síntese de opiniões sobre o papel desempenhado pelo PAA, enquanto ação estruturadora de uma outra perspectiva de produção agrícola, fortemente articulada a circuitos locais de produção e consumo, descentralizado e atuante em todo o território nacional, com forte valorização da cultura e da diversidade alimentar, gerador de renda e apoiador de processos produtivos saudáveis, pautados pela agroecologia, e, ao mesmo tempo, conectado em

circuitos de abastecimento social, é fartamente identificado em inúmeras pesquisas e análises já realizadas sobre o programa, como por exemplo: Consea (2005); Delgado (2005); Fao (2014); Grisa e Porto (2015); Menezes, Porto e Grisa (2015).

Neste período, intervenções importantes foram realizadas pelo PAA. Como referências, podem ser citadas as aquisições de feijão, nos três primeiros anos, em Rondônia, garantindo renda para os agricultores e escoamento da produção por intermédio de cestas de alimentos, venda em balcão, tendo funcionamento parecido com a AGF da PGPM. Assim como foram significativas as intervenções na castanha de caju com venda deste estoque público para as pequenas processadoras. Houve, também, uma atuação forte do PAA na produção de leite, garantido o funcionamento das cooperativas da agricultura familiar, sobretudo do Rio Grande do Sul, através da transformação em leite em pó e sua distribuição nas ações de abastecimento social (Entrevistas 9 e 10).

De acordo com algumas entrevistas, para o MDA, o PAA sempre foi compreendido como um instrumento fundamentalmente de desenvolvimento territorial e garantidor de renda aos agricultores familiares, como, de certa forma, ficou também compreendida toda a agenda das compras públicas, envolvendo o PNAE e o abastecimento do mercado institucional mais recentemente. (Entrevista 10)

Porém, para o CONSEA (2005), o PAA apresentava-se como uma iniciativa com maior potencial, transpondo as funções de apenas garantir renda e ser um canal de comercialização para a agricultura familiar conectado a uma política de assistência alimentar. Para o CONSEA, o PAA sintetiza um programa que incorporou os princípios do direito humano à alimentação e da soberania alimentar, sendo apontado como um potencial programa estruturador de uma nova política nacional de abastecimento alimentar.

Na análise realizada sobre a execução do PAA e nas entrevistas realizadas, aparecem dois elementos importantes para nossas sugestões de aperfeiçoamento das políticas públicas de abastecimento alimentar.

O primeiro diz respeito a alguns mecanismos estratégicos do PAA que foram interrompidos, já nos primeiros anos de sua execução, acarretando uma enorme perda estratégica para o programa, como a modalidade Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF). A manifestação, feita pelo entrevistado “9”, e as ponderações, realizadas por Delgado (2005), revelam alguns desafios que permanecem no horizonte, dentro de uma agenda de

construção de uma nova política de abastecimento para o Brasil:

[...] bom, eu acho que, em primeiro lugar, uma das grandes modalidades que foi morta na sua gênese, foi a Compra Antecipada, na lógica do fomento à produção. Ou seja, uma linha de fomento à produção não bancarizada e não creditícia; que, infelizmente, nós não tivemos tempo para desenvolver da forma como deveria, ao meu ver, assegurando assistência técnica, assegurando uma outra complementariedade de ação...” “...Ele era mais do que o EGF, porque tu liberava o recurso como custeio...” “... A Compra Antecipada, ela tinha a lógica realmente de fomento, ela tinha um VBC, ela tinha uma relação de... então, nós criamos lá um valor básico de custeio para cada produto, tinha uma relação de pagamento em produto, dava a possibilidade de pagar em produto ou pagar em financeiro a escolha das organizações. Então, para mim, uma das grandes modalidades, uma das grandes inovações, foi essa primeira modalidade; que, infelizmente, por uma disputa política interna, da Fazenda e, sobretudo, junto com o MDA, não é; com o receio que o MDA passou a ter de que isso poderia competir com... com o Pronaf, vamos dizer assim; o que, de alguma forma, poderia colocar em cheque, ou enfraquecer o Pronaf. E, fortalecendo a CONAB, como a CONAB não era um ente vinculado ao MDA, então podia fortalecer o Ministério da Agricultura, ou seja, uma visão fraca, uma visão míope, no sentido de que, ao contrário, que poderia ter colocado, como fez o MDS, colocando a CONAB a serviço do MDA, não é; mas não conseguiram fazer essa ponte. Entendeu?... (Entrevista 9).

Esta oportunidade constituída pelo PAA-CAAF, interrompida em 2004, que possibilitaria às organizações de produção de base familiar acessar recursos por fora das normas bancarizadas do crédito, constitui a alternativa para um conjunto considerável de críticas ao Pronaf realizadas ao longo dos últimos anos, como apresentado por Capellesso (2016).

O segundo elemento importante a ser considerado numa perspectiva de retomada da agenda de políticas promotoras de segurança alimentar e nutricional, diz respeito aos canais de destino dos alimentos operados via um programa como o PAA. De acordo com um dos entrevistados, o PAA ficou limitado quanto às estratégias de destino dos alimentos, vinculando-se, apenas, aos programas de abastecimento assistenciais, tendo sua execução diminuída no último período, especialmente pós 2012. A ausência de

uma política nacional de abastecimento articulada a segurança alimentar e nutricional fez com que as políticas sociais promotoras do acesso aos alimentos, especialmente as executadas em períodos de crises econômicas, se reduzissem a transferência de renda, sem interferir na estrutura de atacado e varejo do país. Perdeu o potencial que poderia ser desenvolvido, numa outra estratégia de proteção alimentar da população, podendo ser suporte a estruturação de um outro circuito de atacado e varejo, que viabilizasse o acesso aos alimentos de formas diretas à população. Essa posição fica explícita, a partir das seguintes afirmações:

[...] então, quando fazíamos uma compra direta, que podia socorrer a renda do produtor, podia socorrer um excesso de produção, por exemplo, o canal de distribuição podia ser muito bem uma rede de proteção alimentar, que a gente nunca pensou nisso, nós pensamos em proteção social, com direitos sociais e serviços públicos - educação, saúde -, serviço público; mas não falamos num sistema de proteção alimentar, e aí perdeu a... perdeu o sentido de manter essas operações que socorriam aqui, sendo que o destino... Então, eu acho que a gente funcionou muito movidos por uma conjuntura de disponibilidade orçamentária, então: Quanto precisa? 100 milhões para fazer leite em pó? – 100 milhões para fazer leite em pó. E o destino se perdeu. Então, eu imagino que um conceito que a gente não desempenhou, nesse período nosso, embora tenhamos evoluído muito na segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação, não é; isso evoluiu muito, um sistema de segurança alimentar, nós não discutimos um sistema de proteção alimentar... (Entrevista 1).

CONCLUSÃO

No período estudado, a CONAB foi estruturada e disputada para cumprir dois papéis, muitas vezes paralelos e conflitantes, embora oficialmente declarados oficialmente como complementares: a) contribuir para alavancar o fortalecimento do agronegócio e a exportação de *commodities* e, b) ser o órgão operador de um dos principais programas de segurança alimentar e nutricional, criados no período, o PAA.

A partir das evidências analisadas por este estudo, é possível concluir que, mesmo tendo a companhia definido uma nova missão a partir da estratégia Fome Zero em 2003, pautada na promoção da segurança alimentar e nutricional, a lógica de execução de sua principal política, a

PGPM, manteve os fundamentos e funções desempenhados a partir da abertura dos mercados agroalimentares implementada, no Brasil, a partir dos anos 1990. A formação dos estoques públicos de alimentos, constituídos pela PGPM, bem como seus mecanismos de subvenção do escoamento da produção, submeteram-se, prioritariamente, a lógicas de garantia de renda para parte dos agricultores brasileiros e, via de regra, ficaram subordinados aos interesses dos diversos setores do sistema agroalimentar, formado também, por industriais, atacadistas e comerciantes, fortemente articulados às *trades* internacionais. Essa lógica contribuiu para o avanço e a consolidação do modelo hegemônico de agricultura, denominado como agronegócio. Tal perspectiva também impediu que se utilizassem, de maneira mais sistemática, os mecanismos de formação de estoques reguladores e estratégicos, delegando ao mercado privado o papel e a função de assegurar a disponibilidade dos alimentos e atribuir preços aos consumidores.

Também é possível concluir que o nível de formação de estoques públicos de alimentos ou, mais recentemente, a inexistência deles, mostrou-se limitado e insuficiente para dotar o Brasil de melhores mecanismos de resistência e enfrentamento de crises de abastecimento, permanecendo o país vulnerável em sua estratégia de assegurar o abastecimento e regular o preço do mercado interno de alimentos, limitando sua atuação as lógicas de assistência alimentar e fragilizando a promoção do direito humano à alimentação e à soberania alimentar, preconizados como princípios orientadores do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a serem garantidos pelo Estado à toda a população.

No entanto, mesmo mantendo a lógica de consolidação e ampliação do modelo agroexportador, criou-se espaços para também avançar num conjunto de ações estimuladoras de outras perspectivas de promoção de sistemas agroalimentares, alinhados aos princípios do direito humano à alimentação e da soberania alimentar, institucionalizados, nesse período, através de leis, planos e programas.

A decisão política, expressa pela estratégia Fome Zero, e mantida nos planos Brasil Sem Miséria e de Segurança Alimentar e Nutricional, criando o Programa de aquisição de alimentos (PAA), executado pela CONAB, incorporou as agriculturas de base familiar em novos circuitos de comercialização e abastecimento, significando um importante avanço que marca o papel diferenciado, exercido pela CONAB. Embora esta perspectiva tenha sido executada numa condição subalterna em relação às políticas de

fomento ao Agronegócio, o conjunto de programas e ações desenvolvidos sob a agenda alargada da Segurança Alimentar e Nutricional, que articularam a CONAB a vários órgãos federais, estaduais, municipais e organizações da sociedade civil, contribuiu para o fortalecimento de centenas de iniciativas econômicas e sociais que adotaram outras perspectivas que orientaram novos modos de produzir e consumir alimentos. Estas iniciativas constituem-se como referências para a estruturação de um novo ciclo de políticas públicas de abastecimento alimentar pautados pelos princípios do direito humano a alimentação adequada e pela soberania alimentar.

Em relação à formação dos estoques públicos de alimentos, formados pela PGPM e pelo PAA, constatamos diferenças entre ambos, em relação a função e o papel desempenhados pelos estoques.

Na PGPM, os reduzidos estoques formados ficaram subordinados ao papel de contribuir com o fortalecimento, mesmo que pontual, do modelo agroexportador, sendo constituídos, na maioria das vezes, por pressão de setores do próprio agronegócio brasileiro, cumprindo um papel insuficiente na estabilização da oferta e dos preços ao consumidor. Ao mesmo tempo, cumpriram um papel importante no suporte às políticas de assistência alimentar e de atuação em períodos de crises ambientais, como as frequentes secas, especialmente as ocorridas no semiárido brasileiro.

Já o PAA cumpriu um papel de destaque nas políticas de segurança alimentar e nutricional desenvolvidas no período. Teve atuação forte, rápida e eficiente no combate à fome, atuando em complementação com os demais instrumentos criados. Seus estoques, embora formados em menor volume, quando comparados com os da PGPM, tiveram também papel central no conjunto das intervenções realizadas no período, cumprindo um papel estruturador às organizações da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, deu suporte aos programas de abastecimento social, desenvolvidos pela CONAB em articulação com um conjunto de outros ministérios, governos estaduais e municipais. Porém, por mais inovador que possa ter sido o PAA, ficou limitado a ser um fornecedor de alimentos para as políticas de assistência alimentar, sendo pouco articulado a outros circuitos alimentares que provocassem reestruturação do sistema agroalimentar hegemônico. Embora o PAA tenha em sua gênese, uma profunda identificação com os princípios do direito à alimentação e da soberania alimentar, foi pouco utilizado para a estruturação de circuitos alimentares privados, alinhados com estes princípios. Esse é um potencial atribuído ao PAA, no qual constatamos,

no decorrer do estudo, que não foi priorizado, sendo inclusive desativado modalidades que mais dialogavam com estas perspectivas.

As evidências também apontam para a inexistência de uma política nacional de abastecimento que supere a transferência de renda como mecanismo principal de acesso aos alimentos. Porém, não nos referimos a qualquer política de abastecimento. Uma nova política de abastecimento deve constituir um dos pilares estruturadores de outra proposta de desenvolvimento econômico e social para o Brasil, que tenha, na base de suas motivações, o objetivo de acabar com a desigualdade social e econômica no país. Em todos os períodos históricos estudados, as políticas de abastecimento adotadas (ou a falta delas), estão intimamente relacionadas às perspectivas que dirigem a proposta hegemônica de desenvolvimento econômico e social de nossa sociedade. Garantir o direito à alimentação e promover a soberania alimentar são ações que exigem políticas públicas que regulem as esferas do sistema agroalimentar, devendo ficar subordinadas ao controle e aos interesses públicos da maioria da sociedade.

Portanto, a estruturação de circuitos próprios de produção, circulação e consumo, que conectem as produções de base familiar ao conjunto dos trabalhadores brasileiros, parece ser um imperativo para uma nova proposta a ser implantada no Brasil. Nessa perspectiva, a formação de estoques públicos de alimentos ganha uma dimensão estratégica, como, claramente foi proposto por vários entrevistados nesta pesquisa.

Iniciativas que dialogam com essa perspectiva já se materializam em diversos pontos do Brasil. A estruturação de novos circuitos alimentares, a partir das centenas de redes de produção e comercialização, que aproximam a produção do consumo e estabelecem outros valores e princípios que mediam a relação entre produtor e consumidor, apresenta-se como um caminho a ser intensificado. Ações desenvolvidas, a partir da consolidação de feiras livres, de iniciativas vinculadas ao fortalecimento da agroecologia, baseadas numa relação que aproxima camponeses e trabalhadores urbanos, como apresentado pelo programa camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), já são concretas e demandam novas políticas públicas, que rompam com as lógicas que tentam compensar a exclusão e a exploração produzidas pelo sistema agroalimentar hegemônico.

Nessa perspectiva, seguem, na pauta do dia: a) o acesso à terra, suficiente para promover um processo de produção desconcentrado e pautado pela produção saudável de alimentos; b) implantação de uma política

agroindustrial e sanitária desconcentrada, pautada em empreendimentos de pequeno e médio porte; c) uma nova lógica de financiamento do processo produtivo, de processamento e de comercialização, comprometida em alavancar uma perspectiva de desenvolvimento que respeite o direito humano à alimentação e à soberania alimentar; d) novos circuitos alimentares que reestruturem as esferas de atacado e varejo do sistema agroalimentar, com participação ativa do Estado, sob forte controle da sociedade, estruturando um sistema de proteção alimentar. Nessa agenda, compreende-se também: a) o realinhamento da CONAB, com a estruturação de uma rede de armazenagem que viabilize uma gestão eficiente de estoques públicos e privados de alimentos, subordinados ao controle social; b) a nacionalização das CEASAs (centrais de abastecimento) e recriação de um sistema nacional de abastecimento que redefina seu papel estratégico no abastecimento de frutas, legumes e verduras no país.

Essas perspectivas não se materializam sem inflexões importantes também no sistema agroalimentar mundial. Portanto, as pautas já estabelecidas por alguns órgãos multilaterais internacionais são de fundamental importância para a construção de um outro caminho para o sistema agroalimentar mundial. As deliberações do Conselho Mundial de Segurança Alimentar da ONU (CMSA) e o conjunto de planos e metas já estabelecidos no continente latino americano, através, especialmente, da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), apontam para a necessária transparência das informações sobre os estoques privados do mundo e o controle dos capitais especulativos nos alimentos. Apontam também, para a necessidade dos países adotarem políticas que garantam o direito dos povos em definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulheres e jovens desempenham um papel fundamental. Nesta perspectiva, deverão ser criados novos mecanismos locais e regionais que promovam resiliências aos devaneios do capital, como por exemplo, a constituição de estoques públicos de alimentos em nível nacional e regional no continente, dotando o território de melhores mecanismos de enfrentamento da fome, da pobreza e de proteção de seus povos. Para enfrentar este desafio, não bastará, apenas, uma decisão de governo, mas um novo pacto com a sociedade brasileira e latino-americana.

REFERÊNCIAS

ALADI; FAO. **Desarrollo del comercio intrarregional de alimentos y fortalecimiento de la seguridad alimentaria en América Latina y el Caribe**. Santiago/Chile, 2015.

ALMEIDA, A, M. **A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB -, no período após a abertura comercial: mudança institucional e novos instrumentos**. 2014. 206p. Tese de doutoramento. ESALQ/USP. Piracicaba/SP, 2014.

BELIK, W.; CUNHA, A.R.A.A. **A formação de estoques reguladores de grãos no Brasil e a Política de Segurança Alimentar**. Artigo apresentado no 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Santa Maria/RS. UFSM, 30/jul a 03/ago, 2017.

CAPELLESSO, A. J.; **Crédito e seguro da agricultura familiar: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência?** 2016. 357p. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Agroecossistemas. Ufsc, Florianópolis/SC, 2016.

COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS (CELAC). **Plan para la seguridad alimentaria, nutrición y erradicación del hambre de la celac, 2025**. Santiago/Chile, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Recomendações para a formulação e implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA) baseada no enfoque da segurança alimentar e nutricional (SAN)**. Brasília, DF. Recomendação nº 13, 2005.

DELGADO, C. G. **Uma metodologia para determinação de preços mínimos**. CFP, 1978. 92 p. (Coleção Análise e Pesquisa, 3). Brasília/DF, 1978.

DELGADO, G. C.; **Estoques Governamentais de Alimentos e Preços Públicos** (Relatório de Avaliação do Sistema). Texto para discussão n° 395, IPEA. Brasília, DF, dezembro de 1995.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. **Políticas de preços agrícolas e estoques de alimentos: origens, situação atual e perspectivas**. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, n.108, p.25-32, jan./jun. 2005. Curitiba/PR, 2005.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; OLIVEIRA, J.J de. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos (Paa)**. Texto para discussão n° 1145, IPEA. Brasília, DF, dezembro de 2005.

FAO. 2014a. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Relatório 2014. FAO, Brasília/ DF, 2014.

_____ **Las compras públicas a la agricultura familiar y la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe: Lecciones aprendidas y experiencias**. Santiago/Chile, 2015.

GRISA, C; PORTO, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

LINHARES, M. Y. L; SILVA, F. C.T. **História política do abastecimento (1918-1974)**. 240 p. (Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, v. 6). BINAGRI, Brasília/DF, 1979.

MALUF, R. S. J.; SPERANZA, J. S. **Volatilidade dos preços internacionais e inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional**. MDS/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília/ DF, 2013.

MALUF, R. S. J.; SPERANZA, J. S. **Preços dos alimentos, modelos de agricultura e abastecimento alimentar no Brasil: os casos da soja e do feijão**. Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CERESAN/CPDA/UFRJ. Observatório de Políticas Públicas para a

Agricultura. Relatório Técnico 7. Rio de Janeiro/RJ, abril, 2014.

MENEZES, F.A.F.; PORTO, S.; GRISA, C. **Abastecimento Alimentar e Compras Públicas no Brasil: um resgate histórico.** Centro de Excelência contra a Fome – Série Políticas Sociais e de Alimentação; 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/Estudo1_Historico_lowres.pdf. Acesso em 25, abr. 2018.

SCHWANTES, F.; BACHA, C.J.C. Custos sociais e orçamentários das políticas de garantia de preços no Brasil – estudo dos casos de arroz e milho. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 55, n° 2, Apr/Jun. 2017. Brasília/DF, 2017.

A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA DO SUL DE MINAS

*Aloísia Rodrigues Hirata¹
Thiago Rodrigo de Paula Assis²
Luiz Carlos Dias da Rocha³*

RESUMO: Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) visam assegurar, por meio do processo de avaliação participativa da conformidade, a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos técnicos da agricultura orgânica. Apesar de ter sido regulamentado em 2009, poucos grupos de agricultores conseguiram constituir um SPG. A experiência do Sul de Minas na constituição do seu SPG tem chamado a atenção de vários grupos. Para realização deste trabalho, utilizou-se da análise documental e observação participante como procedimentos técnicos metodológicos. Seu objetivo foi resgatar o processo de constituição do SPG Sul de Minas, para que possa servir de referência teórica e prática para outros grupos de agricultores e técnicos que queiram conhecer o processo de constituição de um Sistema Participativo de Garantia. Constatou-se que o histórico dos agricultores da região com a Agroecologia e agricultura orgânica e as parcerias foram aspectos que contribuíram para a constituição e consolidação do SPG Sul de Minas.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Orgânica; Avaliação da Conformidade; Certificação Participativa; SPG.

ABSTRACT: Participatory Guarantee Systems (SPG) are intended to ensure, through the participatory compliance assessment process, the assurance that a product, process or service meets the technical regulations of organic agriculture. Despite being regulated in 2009, few groups of farmers have managed to set up a SPG. The experience of the South of Minas in the

¹Doutoranda em Engenharia Agrícola, FEAGRI/UNICAMP. Técnica em Assuntos Educacionais-IFSULDEMINAS
E-mail: aloisia.hirata@ifsulde Minas.edu.br

²Professor Universidade Federal de Lavras. E-mail: thiagoassis@dae.uf la.br

³Professor IFSULDEMINAS, Campus Inconfidentes. E-mail: luiz.rocha@ifsulde Minas.edu.br

constitution of its SPG has attracted the attention of several groups. For this work, documentary analysis and participant observation were used as technical methodological procedures. Its objective was to rescue the process of setting up the Southern Minas Gerais SPG, so that it can serve as a theoretical and practical reference for other groups of farmers and technicians who want to know the process of establishing a Participatory Guarantee System. It was verified that the history of the farmers of the region with Agroecology and organic agriculture and the partnerships were aspects that contributed to the constitution and consolidation of the SPG South of Minas.

KEYWORDS: Organic Agriculture; Conformity Assessment; Participatory Certification; SPG.

INTRODUÇÃO

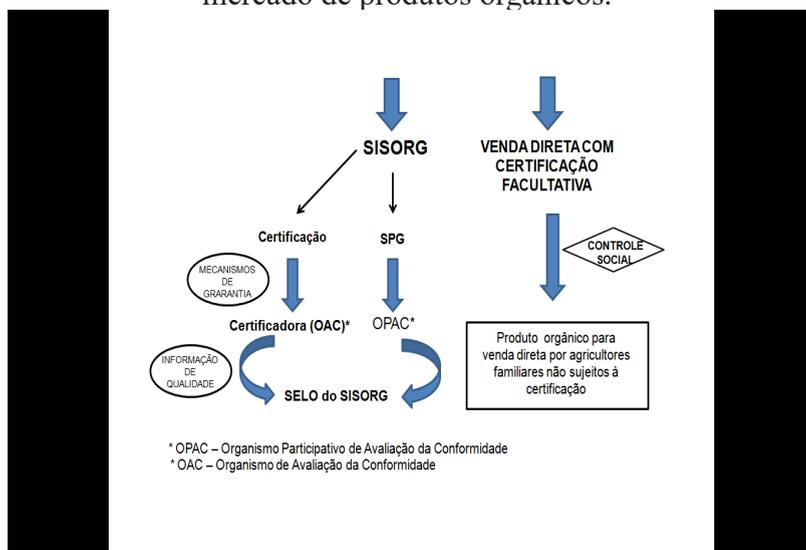
As últimas décadas foram marcadas por grandes mudanças nos sistemas de produção agrícola, impulsionadas pelo desenvolvimento de tecnologias, máquinas agrícolas e indústria química que, embora tenham aumentado a produção de alimentos, também causaram grandes impactos ao meio ambiente e à saúde do homem. De acordo com Gliessman (2009), dentre os principais impactos desse modelo de produção, é possível destacar a degradação do solo, perda de diversidade genética, poluição do ambiente, dependência de insumos externos, desperdício e uso exagerado de água, perda do controle local sobre a produção agrícola e desigualdades sociais.

Cientes dos problemas ocasionados por esse modelo de produção convencional, muitos agricultores vêm resgatando e desenvolvendo tecnologias, que possibilitam uma produção de alimentos saudáveis, preservação do meio ambiente, aliado à interação sinérgica entre homens e natureza. Alguns desses agricultores desenvolvem uma agricultura de base ecológica, como a agricultura orgânica ou agroecológica. Sua principal característica é o não-uso de agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas nocivas ao meio ambiente. No Brasil, a legislação determina também que, para um produto ser considerado orgânico, o processo produtivo deve contemplar o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações ambientais, sociais e culturais (BRASIL, 2003). E, conforme descrito por Alves, Santos e Azevedo (2012), para a comercialização exigiu-se que os produtos fossem certificados

por Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) reconhecidos, oficialmente (excetuando-se os casos de venda direta).

A definição das diretrizes, dos mecanismos de avaliação da conformidade, responsabilidades das partes e do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) foi objeto do Decreto nº 6.323/2007 que regulamentou a Lei nº 10.831 de 2003 (BRASIL, 2007; ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012). Com o Decreto, foram estabelecidas diferentes formas de relações de mercado e certificação para produtos Orgânicos, como as Organizações de Controle Social (OCS) e o SisOrg composto pela Certificação por Auditoria⁴ e os Sistemas Participativos de Garantia (SPG). Os mecanismos de controle para acesso ao mercado de produtos orgânicos podem ser observados na Figura 1.

Figura 1- Representação dos mecanismos de controle para acesso ao mercado de produtos orgânicos.



Fonte: Adaptado de FONSECA et al. (2009 p. 47)

O funcionamento dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), responsáveis pela avaliação da conformidade orgânica de forma participativa, foi estabelecido pela Instrução Normativa (IN) Nº 19/2009, mas, apesar deste tempo de regulamentação, ainda são poucos os grupos de agricultores

⁴ Na certificação por auditoria, diferente da participativa, o processo de certificação não é feito pelos atores diretamente envolvidos nos processos organizativos e de produção, mas por uma “terceira parte”. Ou seja, a avaliação é feita por cientistas ou técnicos de organismos acreditados (RADOMSKY, 2011).

que conseguiram se organizar para constituir seu SPG, assim como para credenciar seu Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Em 2012, como forma de promover a certificação participativa e ainda fortalecer os grupos de agricultores orgânicos existentes por meio da interação entre eles, foi constituído em Minas Gerais, o primeiro SPG do Estado, o SPG Sul de Minas. Da organização à avaliação da conformidade para obtenção do certificado orgânico, foram muitas ações desenvolvidas em um tempo relativamente curto, o que tem chamado a atenção de outros grupos de agricultores e instituições, que têm visto no SPG Sul de Minas, uma referência para o sistema participativo.

Assim, este trabalho tem como objetivo resgatar o processo de constituição do SPG Sul de Minas, para que possa servir de referência teórica e prática para outros grupos de agricultores e técnicos que queiram conhecer o processo de constituição de um Sistema Participativo de Garantia.

Esse aspecto é importante, pois existem poucos estudos sobre SPG, e os que existem, atualmente se concentram na experiência da região sul do país, mais precisamente sobre a experiência da rede Ecovida⁵.

Para a legislação brasileira, o Sistema Participativo de Garantia é um conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, regida por princípios, normas de organização e de funcionamento, visando a assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos técnicos da agricultura orgânica e que foi submetido a uma avaliação participativa da conformidade (BRASIL, 2009).

Um SPG é um organismo formado por membros interessados na avaliação da conformidade orgânica que promove ações de interesse do grupo visando ao seu fortalecimento e desenvolvimento. O Fórum Latino Americano de Sistemas Participativos de Garantia⁶ definiu os SPGs como sistemas de garantia de qualidade, a partir do empoderamento das comunidades, onde a certificação conta com a participação ativa dos atores envolvidos e tem como base a

⁵Conforme conceituada por Santos e Mayer (2007, p.1) “A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, gerar e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros”.

⁶Instância de representação dos SPGs da América Latina, criado em 2009 na cidade de Antônio Prado-RS com o objetivo de ser um espaço de intercâmbio político e técnico entre os SPGs existentes no continente.

confiança, as redes sociais e o intercâmbio de conhecimento (CARTA, 2009).

Para que um SPG possa proceder a certificação é necessário que ele tenha um OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) credenciado junto ao MAPA. Além disso, deverá cumprir as atividades determinadas pelo grupo, como os registros de manejo, visitas de pares, visitas de verificação e outros (BRASIL, 2009).

A composição de um SPG é formada pelos membros do sistema e o OPAC. Os membros do sistema são classificados pela legislação brasileira em fornecedores (produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores) e colaboradores (consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica).

Em um SPG, o OPAC funciona como um “departamento de certificação”. Possui personalidade jurídica, sendo órgão responsável pelo conjunto de atividades desenvolvidas que visam à avaliação da conformidade para obtenção do certificado de produção orgânica. Essas atividades e responsabilidades deverão estar previstas em seus documentos constitutivos (estatuto, regimento e manual de procedimentos operacionais). A Comissão de Avaliação da Conformidade Orgânica e o Conselho de Recursos compõem a estrutura mínima de um OPAC, e são formados pelos representantes dos membros do sistema.

Para uma região ou grupo de agricultores, um SPG representa um passo profundo de organicidade, podendo ir além da oferta de um selo, pois enquanto metodologia de organização social promove o empoderamento dos agricultores, valorizando seu conhecimento tradicional e difundindo os resultados práticos (LEITE, 2013).

Conforme previsto na IN 19/2009, para proceder à certificação, é necessário que o SPG solicite o credenciamento do seu OPAC como Organismo de Avaliação da Conformidade - OAC, junto ao MAPA. O credenciamento é precedido pela análise documental e por uma auditoria sob a responsabilidade da Coordenação de Agroecologia – COAGRE/MAPA. A auditoria para credenciamento é realizada após a tramitação de toda a documentação do SPG e do OPAC junto ao MAPA. Para a solicitação do credenciamento do OPAC, o SPG deverá protocolar na Superintendência Federal do MAPA no estado de atuação, os seguintes documentos: definição dos escopos de atuação, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do OPAC, atos constitutivos (estatuto social, regimento e contrato social), manual de procedimentos operacionais do OPAC, normas de produção orgânicas

utilizadas e cadastro das unidades de produção acompanhadas ou declaração de inexistência delas.

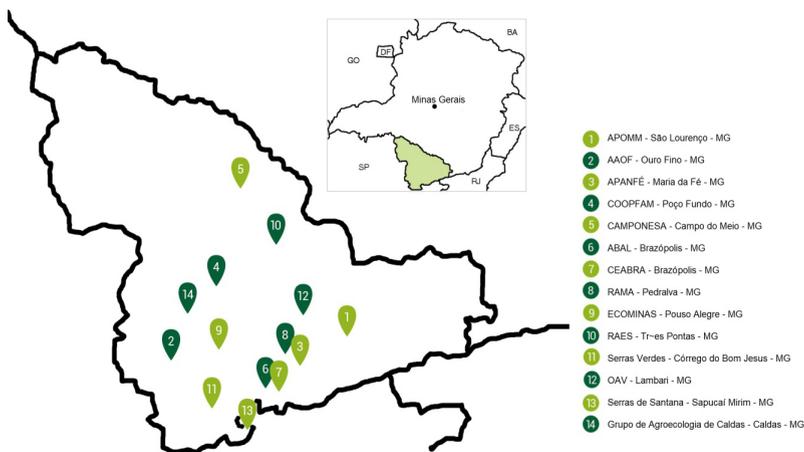
Quando um SPG solicita o credenciamento do OPAC, tem-se uma indicação clara do longo caminho percorrido na articulação dos seus membros e na construção dos processos de geração de credibilidade da conformidade orgânica. Esse processo, que também é chamado de controle social, se dá a partir da interação das pessoas, apoiados na participação, comprometimento, transparência e confiança entre os membros envolvidos.

METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho utilizou-se do método descritivo para detalhar o processo de constituição do SPG Sul de Minas, abordando desde o início de sua organização até o momento atual, analisando como se dá o processo de geração de credibilidade, os principais atores envolvidos, as dificuldades e os aspectos que contribuíram para o sucesso desta experiência.

O trabalho foi realizado no âmbito da Central de Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas, mais conhecida como Orgânicos Sul de Minas (OSM). Atualmente fazem parte desta central, nove associações, duas cooperativas e três grupos informais, conforme figura abaixo.

Figura 2 - Distribuição das organizações que compõem a OSM.



Fonte: Adaptado de Hirata et al. (2018).

É essa central de associações que possibilita o suporte legal para o credenciamento do OPAC junto ao MAPA e que também estimula e anima os processos necessários para o fortalecimento do Sistema Participativo de Garantia.

Foram utilizados como procedimentos técnicos metodológicos a observação participante e análise documental. A observação participante foi feita durante todo o ano de 2014 e 2015 com a participação em reuniões, visitas e eventos realizados pelo SPG Sul de Minas. Tal participação foi facilitada pelo fato de que a autora é técnica do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), e atuou diretamente na organização e mediação desses espaços. A análise documental foi feita na sede da Orgânicos Sul de Minas onde foram analisados todos os documentos ligados ao OPAC, como estatuto, regimento e manual de procedimentos. Além disso, foram analisados os Planos de manejo e relatórios de visitas das unidades de produção certificadas pelo OPAC na ocasião da pesquisa.

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SPG SUL DE MINAS

O CONTEXTO DA AGROECOLOGIA NA REGIÃO SUL DE MINAS

A região Sul de Minas é caracterizada, geograficamente, pelas grandes altitudes, clima ameno e chuvoso e uma economia fortemente voltada para a agricultura, com predominância de pequenas propriedades, notoriamente de agricultores familiares. Apresenta elevado índice de ocupação rural, mostrando ser uma região em que a atividade rural é uma das bases da economia. Os cultivos de café, morango, batata e hortaliças, destacam-se, na região, pois se apresentam como culturas de grande importância na geração de emprego, renda e de divisas (IBGE, 2016).

Alguns agricultores, na região, têm buscado atender aos princípios da sustentabilidade, da produção de qualidade e da preservação ambiental, praticando seus cultivos sob sistemas orgânicos e, contribuindo para o desenvolvimento da Agroecologia, uma das razões pela qual, o consumo e a produção de alimentos orgânicos crescem a cada ano. O fato se tornou evidente pela existência de um número significativo de grupos formais de agricultores orgânicos com diferentes mecanismos de certificação e comercialização⁷. Os mecanismos participativos de avaliação da conformidade em propriedades orgânicas da região eram, até pouco tempo, garantidos por meio de ações promovidas por instituições do estado de São Paulo,

⁷Sobre a produção agroecológica na região ver Assis et al. (2013)

gerando um maior custo e dificultando a integração entre os agricultores.

Nesse sentido, a criação da Orgânicos Sul de Minas foi uma forma que os agricultores orgânicos da região encontraram para viabilizar a certificação participativa e por meio dela, promover a integração entre os grupos existentes e destes com as instituições de extensão, ensino e pesquisa, buscando assim, o fortalecimento da produção orgânica e Agroecologia na região.

Assim, por meio da parceria entre a Orgânicos Sul de Minas, IFSULDEMINAS, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) e MAPA, foi constituído o primeiro SPG de Minas Gerais, um organismo social formado por pessoas interessadas na certificação orgânica e no desenvolvimento de ações de interesse do grupo.

A ideia da criação de um SPG no Sul de Minas estava sendo cogitada, desde 2010, por alguns agricultores na região, em especial associados da Ecominas, associação de produtores orgânicos que agrega agricultores de Pouso Alegre e região. Porém, o pouco entendimento sobre os caminhos a percorrer e a falta de uma boa articulação na região, que uma ação dessa natureza exige, fizeram com que o grupo não fosse muito além de discutir o assunto em reuniões internas e apresentar a demanda à EMATER-MG e ao MAPA. Atendendo à demanda do MAPA e da Ecominas, a EMATER-MG promoveu uma discussão sobre o tema na ocasião do Frutifica Minas, em 2011, um evento de caráter técnico promovido pela empresa, onde acontecem diversas oficinas.

Essas iniciativas serviram de base para o IFSULDEMINAS elaborar uma proposta de projeto de extensão que viesse apoiar a Agroecologia no Sul de Minas.

O projeto de extensão inicialmente chamado de “Projeto de Apoio ao Fortalecimento da Agroecologia, no Sul de Minas”, teve como objetivo fomentar a constituição de uma rede agroecológica, na região, para viabilizar a certificação participativa. Iniciou-se com a identificação dos grupos formais e informais que trabalhavam com agricultura orgânica e Agroecologia. Na ocasião, foram identificados 13 grupos com essa característica, dos quais, 09 fazem parte da OSM até hoje.

A Pró-reitoria de Extensão do IFSULDEMINAS, assumindo em um primeiro momento a coordenação dos trabalhos, fez contato com representantes de todos os grupos, convidando-os para uma capacitação que teria o apoio do Ministério da Agricultura, Associação Natural de Campinas

(ANC), EMATER-MG e IFSULDEMINAS. A proposta da capacitação, já havia sido idealizada em Botucatu, na ocasião de uma capacitação sobre certificação participativa promovida pelo MAPA, onde, extensionistas da EMATER-MG e agricultores do Sul de Minas, participaram e assumiram o compromisso de envolver outros agricultores e instituições para apoiar o trabalho na região.

O primeiro encontro dos representantes das associações de agricultores orgânicos do sul de Minas também teve como objetivo envolver o corpo técnico da EMATER-MG. Aconteceu em março de 2012, no Campus Inconfidentes, e reuniu cerca de 50 pessoas, entre representantes de associações, extensionistas da EMATER-MG, servidores do IFSULDEMINAS e do MAPA.

Esse encontro exigiu um grande esforço dos organizadores para mobilização dos grupos, pois, ainda, não existia qualquer tipo de vínculo ou aproximação desses grupos com os organizadores (IFSULDEMINAS) e a temática “Sistema Participativo de Garantia”, não era do conhecimento da maioria. Apesar dessa dificuldade e, até mesmo, insegurança sobre a proposta, esse momento foi imprescindível e marcou o início da construção da rede agroecológica no Sul de Minas. Nem todos os grupos convidados compareceram, ainda assim, foi uma grande surpresa para os presentes, saberem da existência de tantos grupos de produção orgânica na região, mostrando, claramente, um potencial para a construção de uma rede, mas também a fragilidade da articulação entre os agricultores, pois, apesar de estarem na mesma região, desenvolverem atividades similares, possuírem as mesmas dificuldades e os mesmos anseios, muitos ainda não se conheciam. Nessa capacitação, objetivou-se discutir os processos de avaliação da conformidade orgânica e conhecer a realidade e anseios desses grupos, para assim, viabilizar as ações do projeto de Apoio ao fortalecimento da Agroecologia na região, que seria coordenado pelo IFSULDEMINAS com o apoio da EMATER-MG.

Os temas relacionados à avaliação da conformidade orgânica foram conduzidos pelo MAPA e a ANC contribuiu com o relato da sua experiência, além do esclarecimento de diversos pontos ainda confusos para os agricultores, extensionistas e professores. Ao final, foi realizado um trabalho de grupo, visando a maior integração entre os presentes, por meio do diagnóstico participativo, buscando levantar questões sobre as demandas mais emergentes das associações. Em síntese, a constituição de

um SPG no Sul de Minas, foi entendida como a melhor forma de viabilizar a certificação participativa, promover a integração entre as associações de produtores orgânicos e destas com as instituições de extensão, pesquisa e ensino, que pudessem contribuir com essa ação. Para afirmação da ação, ao final do encontro foi definida por unanimidade a criação do SPG Sul de Minas, onde, uma comissão formada por representantes de cada grupo participante, além de servidores do IFSULDEMINAS e EMATER-MG, daria prosseguimento nas ações.

Esse momento marcou o início das ações para a constituição do SPG Sul de Minas e foi essencial a presença de várias representações de agricultores e também vários representantes das instituições públicas.

A TOMADA DE DECISÃO PELA CONSTITUIÇÃO DA CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DE MINAS

Para que um SPG possa realizar a avaliação da conformidade orgânica, é necessário que seu OPAC tenha uma personalidade jurídica e esteja credenciado junto ao MAPA.

Diante de um cenário de organização congregando mais de dez grupos formalizados em associações e cooperativas existentes, muitas foram as possibilidades de ter uma entidade jurídica para abrigar o OPAC Sul de Minas. Entretanto, a escolha da associação “A” ou “B”, sem a devida aproximação entre os grupos poderia significar apenas uma constituição formal, mas, de forma fria, o que poderia dificultar o sentimento de pertencimento e apropriação. Na busca de soluções, sugeriu-se que a constituição do OPAC fosse ligada ao Centro de Assessoria Sapucaí (ONG Sapucaí), uma Organização Não- Governamental constituída em meados da década de 1990 e que teve um papel importante no fortalecimento da agricultura orgânica na região de Pouso Alegre, pois abrigou a certificadora Sapucaí, assessorando agricultores na transição do sistema convencional para cultivo orgânico, assim como a certificação.

Em razão da sua experiência, em especial com agricultura orgânica e também pela regularidade documental, o grupo entendeu que a ONG Sapucaí poderia se tornar uma parceira capaz de contribuir para solucionar as dificuldades de certificação do grupo, além de promover a reativação de uma instituição que fora respeitada regionalmente. Entretanto, apesar de ser aparentemente interessante para todos, alguns dirigentes e fundadores da ONG Sapucaí se manifestaram contrários à adesão dos agricultores

orgânicos e da possibilidade de abrir um OPAC, alegando que, na época em que a entidade abrigou a Certificadora Sapucaí, houve muitos desgastes e prejuízos. Essa decisão frustrou muitos agricultores e colaboradores, atrasou os trabalhos, mas não foi capaz de desanimar o grupo, muito pelo contrário, serviu para fortalecer e intensificar ainda mais o comprometimento de todos em compensar o tempo perdido.

Diante da decisão da ONG Sapucaí em não apoiar a constituição do SPG, os representantes passaram a discutir as possibilidades de criação de uma nova instituição, capaz de agregar os grupos de agricultores agroecológicos, orgânicos e familiares do sul de Minas e também abrigar o OPAC Sul de Minas. Nesse sentido, a decisão foi para a constituição de uma entidade que abrigasse todos os grupos já existentes, de forma a fortalecer e valorizar o que já existia de organização. O modelo adotado foi de uma central de associações, inspirado na experiência do município de Brazópolis com a Central de Associações de Brazópolis, MG (CEABRA). Essa decisão exigiu muito esforço de alguns agricultores que naquele momento estavam mais interessados na proposta. Foram meses de trabalho discutindo estatuto e regimento interno. Muitas dificuldades foram enfrentadas, pois além da distância entre os agricultores também havia pouca interação entre eles. Diversas reuniões foram realizadas com representantes de 4 associações e, nesse sentido, o apoio da EMATER-MG facilitou a participação dos agricultores da Associação de Bananicultores de Luminosa (ABAL) e Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé (APANFE). Já, os agricultores da Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira (APOMM) contaram com o apoio da própria associação e a Ecominas, com esforço pessoal de alguns membros.

O envolvimento do IFSULDEMINAS foi essencial na articulação dos membros, pois todas as informações, agendamento de reuniões foram concentradas ora na Pró-reitoria de Extensão, ora no Campus Inconfidentes. A escolha do nome da nova entidade rendeu várias discussões, pois havia no grupo adeptos dos diversos modelos de sistema de produção, como permacultural, ecológico, agroecológico, biodinâmico e orgânico. A exemplo da legislação brasileira que, para efeito de certificação, entende todos esses sistemas como orgânico, o grupo entendeu que utilizar o termo “Orgânicos” seria uma forma de contemplar os diversos estilos de produção sustentável e o “Sul de Minas” seria uma forma de valorizar e delimitar um território de atuação do SPG, além de aproveitar a boa lembrança que o Sul de

Minas remete, como uma região montanhosa de terras férteis e água boa⁸. Assim, após intenso período de trabalho, no dia 27 de novembro de 2012, aconteceu no Campus Inconfidentes a Assembleia de Constituição da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas). Inicialmente com a adesão de 06 organizações⁹ e após 2 meses passou a congregar mais 04 organizações¹⁰.

Embora o tema agregador, desde o início, tenha sido a certificação participativa, percebe-se que várias associações participantes, viram, nessa organização, a possibilidade de alcançar outros benefícios além do selo, que não se configurava naquele momento um entrave para a maioria dos grupos que contribuíram na constituição da Orgânicos Sul de Minas. Conforme declarado, na ocasião, por essas organizações que já tinham algum tipo de certificação, a integração das associações e cooperativas de agricultores orgânicos e a parceria com as entidades públicas só tinha a trazer benefícios para a região.

A existência de vários grupos de agricultores orgânicos já consolidados, o forte envolvimento e comprometimento dos parceiros e a disposição dos grupos em participar da proposta de criação de uma rede agroecológica na região, foram fatores que contribuíram muito para que a Orgânicos Sul de Minas fosse constituída e tivesse condição de abrigar o primeiro OPAC de Minas Gerais.

O CREDENCIAMENTO DO ORGANISMO PARTICIPATIVO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE (OPAC) SUL DE MINAS

Com a criação da Orgânicos Sul de Minas e a previsão estatutária para o funcionamento de um departamento de certificação, firmava-se o primeiro passo rumo à constituição do OPAC na região. De acordo com IN 19/2009 em seu Artigo 73, um SPG é formado pelos membros do sistema e seu OPAC. Os membros do Sistema são divididos em duas categorias: fornecedores e colaboradores. Atualmente, no SPG Sul de Minas, os fornecedores são representados pelos agricultores associados da APOMM, AAOF,

⁸ Conforme lembra Radomsky (2011), as certificações se baseiam em diferenciações que podem ser de processo ou lugares. Nesse sentido o nome escolhido contempla os processos diferenciados de produção (orgânica) e a localidade onde são produzidos.

⁹ APOMM, ABAL, Serras Verdes, Cooperativa dos Produtores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam), Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF) e APREX (Associação de Produtores Rurais de Extrema, que só participou nesse momento e acabou sendo desligada após 2 anos sem participação)

¹⁰ APANFÉ, ECOMINAS, Serras de Santana e Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (AAFASD).

ABAL, APANFÉ, CAMPONESA, COOPFAM, CEABRA, ECOMINAS, SERRAS VERDES, Rede de Agroecologia e Economia Solidária (RAES), Orgânicos das Águas Virtuosas (OAV), Rede Agroecológica da Mantiqueira (RAMA), Grupo de Agroecologia de Caldas e a Organização de Produtores Agroecológicos do Alto Rio Grande (OPAA). Como colaboradores, o SPG Sul de Minas conta com o IFSULDEMINAS, a EMATER-MG e, ainda, as associações vinculadas à Orgânicos Sul de Minas, Serras de Santana. Esporadicamente, participam representantes de outras instituições da região como Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG), consumidores e técnicos autônomos. O OPAC do SPG Sul de Minas é representado pela OSM e conforme exigência legal, conta com a estrutura de uma comissão de avaliação e um conselho de recursos, formado pelos membros do sistema.

Dispondo da composição mínima, o SPG Sul de Minas, por meio das representações dos agricultores e das instituições parceiras (IFSULDEMINAS e EMATER-MG) constituíram uma comissão e com o apoio do MAPA, iniciaram as tratativas para a composição dos regulamentos, regimento e formulários necessários para o credenciamento no Ministério da Agricultura. Os documentos de todos os SPGs existentes em 2013¹¹ foram utilizados como referência para estudos e compreensão dos documentos exigidos pelo MAPA para credenciamento do OPAC. Diante da quantidade de documentos necessários e tendo em vista a inexperiência da equipe e ainda pouco conhecimento sobre as reais características das propriedades orgânicas sul mineiras, a comissão entendeu que o mais sensato seria utilizar os mesmos formulários e normas da ANC que, a princípio, estavam mais próximos do grupo. Assim, após pequenos ajustes, a comissão definiu todos os seus formulários, regimento interno e manual de procedimentos operacionais, baseado nos modelos da ANC, que autorizou prontamente a utilização dos seus documentos pela OSM.

Ao longo do ano de 2013, membros da Orgânicos Sul de Minas e futuros representantes do OPAC (ainda em fase de credenciamento) se alternaram entre as capacitações do Ministério da Agricultura, reuniões para elaboração de documentos e formulários, momentos de compreensão do funcionamento de um SPG e realização das atividades de campo (visitas de pares e visitas de verificação).

¹¹ Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região; Associação Biodinâmica, Rede Ecovida e Associação de agricultores biológicos do Rio de Janeiro.

Foram momentos ricos em aprendizagem e interação, mas também de grande insegurança, pois frente à necessidade de realizar os procedimentos corretos e em conformidade com a legislação vigente, o grupo acabou por exigir muito dos agricultores, principalmente em termos de participação em inúmeras visitas e dias de campo. Por outro lado, negligenciou a parte das anotações, tanto referentes às propriedades quanto às ações coletivas realizadas, como, por exemplo, a elaboração de atas e preenchimento dos formulários durante as visitas.

Para viabilizar a composição do OPAC Sul de Minas, cada uma das associações solicitantes da avaliação da conformidade foi denominada como um “Núcleo de Certificação” e cada núcleo se dividiu em grupos, de acordo com as suas necessidades, localização geográfica, produção, número de agricultores e interesses. Cada grupo tem um coordenador, que entre outras atividades, responsabiliza-se pela articulação do seu grupo na realização de atividades como atualização dos documentos, interação do grupo com o núcleo e com o OPAC. Além dessas atividades, os coordenadores articulam e participam das visitas de pares e visitas de verificação, atividades consideradas como principais mecanismos de controle social de um OPAC para atestar a conformidade orgânica. Cada uma dessas visitas acontece, no mínimo, uma vez por ano, sendo as visitas de pares realizadas entre os próprios membros do grupo, podendo ter participação de outros, e as visitas de verificação, realizadas pela comissão de avaliação do OPAC.

Para a composição do OPAC, cada núcleo indica 3 membros, sendo dois para a Comissão de Avaliação e um para o Conselho de Recursos. Normalmente, os coordenadores de grupo são indicados para exercer este papel por um período de até dois anos. As entidades colaboradoras também participam do OPAC por meio de adesão formal em formulário específico do OPAC.

Antes mesmo de protocolar a solicitação de credenciamento do OPAC Sul de Minas, os profissionais da Superintendência do MAPA no Estado de Minas Gerais já estavam inseridos no processo e tiveram importante participação, com análises criteriosas e orientações detalhadas e precisas sobre os ajustes necessários. Dessa forma, e com o apoio do IFSULDEMINAS na articulação e ajustes dos documentos, além do engajamento e participação dos agricultores, o processo de credenciamento aconteceu de maneira rápida, e quando foi, efetivamente, protocolado, já não necessitava de muitos ajustes, possibilitando o imediato agendamento da visita de credenciamento pelo MAPA.

Assim, em novembro de 2013, o OPAC Sul de Minas recebeu a auditoria

de credenciamento que contou com a participação de auditores do MAPA. Em sucessão a essa etapa, os representantes do Ministério elaboraram um rico relatório sobre a visita, onde ressaltaram os pontos positivos, assim como evidenciaram pontos de melhorias, que não foram considerados entraves para que o OPAC Sul de Minas fosse credenciado. O credenciamento foi ratificado por um ofício do MAPA em 20 de dezembro do mesmo ano. Como marco inicial, o OPAC possibilitou a avaliação da conformidade orgânica de 20 propriedades de agricultores ligados à APOMM, pioneira no processo de construção da metodologia de avaliação da conformidade pelo SPG Sul de Minas, que receberam os certificados em 28 de dezembro do mesmo ano.

O FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DO SPG SUL DE MINAS

Consolidada a primeira parte da missão estabelecida para 2012 (criação da central das associações) e para 2013 (constituição do OPAC Sul de Minas), os novos desafios postos foram relativos ao fortalecimento da rede e expansão do número de agricultores envolvidos no processo de avaliação da conformidade. A certificação de 20 unidades produtivas no primeiro ano de existência da Orgânicos Sul de Minas chamou a atenção de novos grupos. Alguns já se encontravam certificados por auditoria, mas achavam o custo alto, outros acreditavam que o selo orgânico poderia abrir novos mercados e alguns por acreditar que o sistema participativo seria uma forma de integração com outros grupos, proporcionando, assim, o fortalecimento da Agroecologia e Produção Orgânica na região¹². Ao final de 2013, a Orgânicos Sul de Minas já contava com nove associações, uma cooperativa e vários grupos já haviam manifestado interesse na avaliação da conformidade pelo OPAC Sul de Minas.

Novamente, os parceiros tiveram papel importante. O IFSULDEMINAS, por meio de um Edital Interno de Agroecologia, possibilitou o apoio ao *Projeto de Consolidação do SPG Sul de Minas*, que trouxe entre os objetivos, a realização de ações para a ampliação do número de agricultores orgânicos certificados e o envolvimento de novas associações e/ou cooperativas na certificação participativa.

Dentre as ações executadas por meio de apoio dos parceiros da Orgânicos Sul de Minas, destaca-se a realização do Circuito Sul Mineiro

¹² Brandenburg (2017) chama a atenção para o fato de que a certificação participativa permite construir um modo de regulação próprio, que de certa maneira permite compensar a perda de autonomia causada pela institucionalização da definição da qualidade por meio de auditorias.

de Agroecologia, dias de campo realizados em 2013/2014, possibilitando a integração entre os membros das associações ligadas à Orgânicos Sul de Minas. As etapas se consolidaram em um espaço de integração onde os novos grupos interessados na avaliação da conformidade orgânica pudessem iniciar as suas ações.

Por meio dessas ações, o trabalho foi se tornando volumoso e atraindo as novas associações para a certificação participativa do OPAC Sul de Minas. Muitas atividades antecedem ao processo de avaliação, que envolvem o conhecimento da legislação pelos interessados, preenchimento do caderno do plano de manejo orgânico, realização das visitas de pares e realização das visitas de verificação. Todas essas atividades tiveram o apoio da equipe do *Projeto de Consolidação do SPG Sul de Minas*. Ao final de 2014, três novas Associações cumpriram as exigências estabelecidas e passaram a compor o grupo de agricultores vinculados ao OPAC (AAFASD, ABAL e AAOF) e o número de agricultores certificados saltou para 55. Em 2015, além de duas novas organizações (CAMPONESA e Orgânicos das Águas Virtuosas - OAV) também houve acréscimo no número de propriedades que passaram pela avaliação da conformidade, ultrapassando 150 unidades.

FUNCIONAMENTO DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NO SPG SUL DE MINAS

O OPAC Sul de Minas é abrigado pela OSM e esta, por sua vez, possui escritório no Campus Inconfidentes do IFSULDEMINAS. Como a OSM foi constituída com o objetivo de viabilizar o processo de certificação, assumindo legalmente, por meio do seu CNPJ, a responsabilidade pelas questões relacionadas à avaliação da conformidade orgânica, é muito comum, equívocos sobre quem é o SPG Sul de Minas, quem é a OSM e quem é o OPAC Sul de Minas. Simplificando aqui, o SPG abrange a OSM, o OPAC e qualquer entidade ou pessoa interessada na certificação participativa que oficialize sua adesão por meio de formulários do OPAC, ou seja, é um sistema mais abrangente que reúne pessoas, organizações e entidades governamentais para realizar a avaliação da conformidade orgânica, trata-se de uma rede agroecológica.

A OSM é uma associação que se configura na conformação de central de associações que integra as organizações dos agricultores orgânicos da região, interessadas não só na certificação, mas também na integração,

fortalecimento e valorização da Agroecologia e produção orgânica. Por meio do seu CNPJ e documentos normativos (regimento interno/manual de procedimentos operacionais) atua como o OPAC Sul de Minas, respondendo pela avaliação da conformidade orgânica das unidades de produção. O OPAC é composto pelos representantes dos membros do sistema, fornecedores e colaboradores do SPG Sul de Minas. Partindo desse entendimento básico, vamos compreender melhor, como funciona o processo de avaliação da conformidade orgânica no SPG Sul de Minas.

Sobre a entrada de novos membros na certificação participativa, pode-se dizer que se trata de uma decisão da base, ou seja, dos grupos de agricultores. Ao ingressar um novo membro em um grupo de certificação, cabe aos agricultores do próprio grupo aceitá-lo e também orientá-lo quanto à documentação, registros e normativos do OPAC. O grupo organiza e realiza a visita de pares na unidade de produção, orientando-o sobre os procedimentos necessários para receber a avaliação da conformidade. Estando o membro apto a receber a visita de verificação, na avaliação do seu grupo, o coordenador informa ao OPAC, por meio de formulários próprios, sua avaliação da conformidade orgânica, que acontecerá na mesma ocasião que as demais propriedades que compõem o referido grupo, por meio da visita de verificação. A decisão da avaliação da conformidade se dará ao final da visita de verificação, porém, a deliberação do certificado se dará na reunião final do OPAC.

O certificado emitido pelo OPAC Sul de Minas tem duração de 01 ano, conforme determina a lei. Desde os primeiros, o OPAC Sul de Minas padronizou que todos os certificados têm validade de janeiro a dezembro. Também está padronizado que todas as visitas de pares acontecem no primeiro semestre, como forma de preparar o agricultor para receber a visita de verificação, que acontece no segundo semestre e após a realização de todas as visitas de verificação é realizada a reunião do OPAC para deliberação sobre a emissão dos certificados. Nessa reunião, também acontece uma socialização das experiências de cada núcleo e a avaliação das visitas. Esses procedimentos, até o momento, têm contribuído e facilitado a administração da emissão dos certificados. Quando algum agricultor solicita adesão no meio do ano, precisa acompanhar as visitas de verificação do seu grupo, e somente no próximo ano iniciará o processo com visita de pares em sua propriedade. A critério do grupo, pode acontecer visita de pares e verificação no segundo semestre, como forma de agilizar a emissão do certificado, mas,

esse procedimento somente é adotado quando o agricultor já está inserido de alguma forma com a OSM por meio de alguma associação e notoriamente tem condição de ser certificado.

No Quadro 01 observam-se as ações e procedimentos a serem seguidos pelos membros para a obtenção da certificação.

Quadro 01 - Ações e procedimentos ligados ao processo de certificação participativa do OPAC Sul de Minas.

AÇÃO	PROCEDIMENTO
Solicitação de adesão ao grupo	O grupo analisa o pedido e se necessário realiza uma visita à unidade de produção.
Caso aprovada a entrada de novo membro	O novo membro é orientado quanto aos procedimentos, normas e documentação: Plano de manejo orgânico, formulários e registros das atividades.
Realização de visita de pares (1º Semestre)	O grupo, troca experiências, sugere melhorias na unidade produtiva e confere os registros e documentação necessária.
Realização de visita de verificação (2º Semestre)	O agricultor recebe a comissão de avaliação para decisão da conformidade orgânica.
Reunião do OPAC	A decisão da comissão de avaliação será confirmada pelo OPAC e se tudo certo, o agricultor receberá a certificação para o próximo ano.
Certificado	O certificado terá validade de um ano.

Fonte: Documentos do OPAC (2015).

Os documentos normativos do OPAC são: estatuto da OSM, manual de procedimento operacional do OPAC, regimento interno do OPAC, formulários para a entrada de novos membros tanto fornecedores quanto colaboradores, contrato com o OPAC, solicitação de avaliação da conformidade, formulários de visitas de pares e visita de verificação. Todos os documentos ficam disponíveis no escritório da OSM, que também funciona como escritório do OPAC, podendo ser solicitados por qualquer pessoa. Em geral, todas as entidades da Orgânicos Sul de Minas recebem cópia em arquivo digital e/ou impressa desses documentos quando ingressam e cabe a elas, a socialização com os seus membros.

Em se tratando da adesão de um novo núcleo, ou seja, uma associação ou cooperativa de agricultores, a entidade interessada deve, primeiramente, proceder sua vinculação à OSM, enviando correspondência à presidência, que aguarda a próxima assembleia para oficializar a adesão. Antes disso, por e-mail, a diretoria já informa e manifesta sua opinião, pois as Assembleias são semestrais, podendo demorar dependendo da época de solicitação. Após a entrada na OSM, o grupo passa a receber orientação sobre os procedimentos da avaliação da conformidade. Essas orientações têm sido realizadas, principalmente, pelos servidores do IFSULDEMINAS com o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Entomologia “Raiz do Campo”¹³ e pelos agricultores, coordenadores de grupo e coordenador do OPAC. Não existe uma norma sobre isso, até o momento, todas as orientações foram realizadas voluntariamente, embora alguns coordenadores já discutam a possibilidade de cobrar por essa consultoria, pois gera custo e demanda tempo dos agricultores.

O OPAC Sul de Minas possui, em junho de 2018, 183 unidades de produção certificadas, ligados a 33 grupos, que por sua vez estão ligados a 13 núcleos. Cada grupo possui um coordenador e é esse coordenador que representa os demais agricultores nas reuniões ou espaços onde são planejadas as visitas, discutidos a entrada de novos membros, a revisão de documentos e questões ligadas ao processo de certificação. Dentre os coordenadores, existe um escolhido para ser coordenador do OPAC. Esse coordenador tem a função de assinar e emitir em nome do OPAC os certificados, além da atribuição de fazer fluir a comunicação entre os coordenadores e destes com todo o SPG.

Os procedimentos básicos para a avaliação da conformidade que envolve maior planejamento são as visitas de pares e de verificação. O MAPA exige um cronograma atualizado dessas visitas. Com o aumento do número de unidades avaliadas, em 2015 esse planejamento passou a ser realizado, juntamente, com um evento de formação e integração dos coordenadores do OPAC. Nesse encontro, os coordenadores, juntamente com representantes da diretoria da OSM, dos membros colaboradores da EMATER-MG e IFSULDEMINAS, elaboram o cronograma das visitas de pares, visitas de verificação, constituem as equipes com o quórum mínimo previsto nos regimentos, revisam e alteram documentos quando necessário

¹³Esse núcleo se insere na política de formação e apoio aos Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA), contando com apoio do MAPA e CNPq.

e ainda elaboram a programação das atividades coletivas de capacitação e integração como o circuito Sul mineiro de Agroecologia e Festa das Sementes¹⁴. O encontro tem duração de 02 a 03 dias e, ainda, conta com a discussão e entendimento do papel do coordenador, especialmente como forma de inserir e capacitar os novos coordenadores.

Por fim, trataremos sobre as despesas da certificação. O custo com a certificação é pago pelo agricultor quando recebe o Certificado e variável de acordo com a categoria familiar e não familiar. No ano de 2017, o valor foi de R\$ 250,00/ano para agricultores familiares e R\$ 400,00/ano para agricultores não familiares. A gestão desse recurso que entra no caixa da OSM, anualmente, é feita pela tesouraria e, praticamente, é este utilizado para viabilizar a participação dos agricultores nas visitas de verificação, reunião do OPAC e pagamento de uma estagiária para auxiliar na parte administrativa. Até o momento, não se tem gastos com espaço, incluindo uso de telefone, internet e técnicos, pois estes têm sido arcados pelo Campus Inconfidentes, que ainda auxilia com transporte para as visitas, sempre que possível, uma vez que servidores e estudantes sempre acompanham essas ações como atividades de extensão. O apoio técnico tem sido feito pela EMATER-MG e o NEA Raiz do Campo. Nas visitas de pares, realizadas no próprio grupo com pouca participação de agricultores de outro núcleo, os custos de deslocamento e alimentação, quando existem, ficam por conta de cada agricultor participante. Já, as visitas de verificação, onde é obrigatória a presença de, no mínimo, um agricultor de outro núcleo (aval cruzado), o OPAC assume as despesas com o deslocamento, alimentação e, ainda, uma diária equivalente ao dia de serviço na propriedade (R\$ 50,00). Essa forma de compensação tem sido muito positiva e vista como necessária para envolver mais pessoas que, por falta de mão de obra na família, muitas vezes não podem se ausentar da propriedade, e com o auxílio, têm condições de contratar um substituto, no dia em que realiza visita. O valor da certificação anual é calculado em função desses custos, durante o encontro de formação de coordenadores, assim como as decisões sobre a forma de utilização do recurso ao longo do ano.

¹⁴O Circuito Sul Mineiro de Agroecologia é composto por dias de campo organizado pelos agricultores vinculados a OSM. A Festa das Sementes é um evento construído pelos agricultores de alguns Núcleos da OSM com o apoio da Associação Biodinâmica (ABD-Botucatu). Durante a festa acontecem palestras, visitas a unidades de produção de sementes em campo e trocas de sementes crioulas e orgânicas entre os participantes que vem de diferentes regiões do estado e do País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do pouco tempo de experiência do SPG Sul de Minas com a certificação participativa, por meio deste relato, observou-se que muitos resultados foram alcançados. O primeiro resultado que podemos ressaltar é a constituição da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas que viabilizou a estruturação do OPAC. Este OPAC conseguiu, em cerca de 05 anos, realizar a certificação de 183 unidades de produção e congregar cerca de 300 agricultores pertencentes às 14 organizações de agricultores orgânicos da região.

A integração com outros agricultores orgânicos do sul de Minas, o baixo custo da certificação, a ampliação de mercado, e ainda, a integração e aproximação dos agricultores com as entidades parceiras: IFSULDEMINAS, EMATER e MAPA são resultados positivos percebidos com a constituição do SPG Sul de Minas.

Destaca-se também que este trabalho tem promovido a ampliação do debate acadêmico sobre a Agroecologia, em especial do IFSULDEMINAS, com a formação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Entomologia “Raiz do Campo”, que vem desenvolvendo projetos com sementes crioulas, certificação participativa e comercialização em parceria com os agricultores certificados pelo OPAC Sul de Minas.

Apesar dos desafios e do longo caminho que o SPG Sul de Minas precisa percorrer para que venha, de fato, a influenciar o modo de produzir e consumir na região em que está inserido percebe-se que tem desempenhado um papel importante na inclusão de agricultores familiares para acesso ao mercado orgânico, na disponibilidade de produto saudável na região e também na promoção de espaços de discussão e oportunidades para a promoção da Agroecologia.

A reconstrução do histórico de formação do SPG Sul de Minas, com descrição detalhada do contexto, dos atores, da metodologia e procedimentos utilizados para a constituição e funcionamento dessa rede elucidou alguns elementos importantes nesse processo. Entre eles, podemos citar o contexto favorável para a implantação do SPG, com forte presença e comprometimento de agricultores orgânicos organizados, além da clara experiência e histórico das associações existentes. Muitas destas organizações já possuíam uma trajetória de mais de vinte anos com trabalhos associativistas, o que foi fundamental no êxito do processo de constituição do SPG Sul de Minas. Outro fator que destacamos, foi o apoio dos parceiros,

assumindo, desde o início, o papel de facilitadores do processo, viabilizando, por meio de projetos, apoio administrativo, técnico e logístico. Verificou-se, ainda, que esse apoio tem proporcionado uma redução dos custos, tornando a certificação mais acessível, além de uma maior credibilidade pelo envolvimento de instituições públicas. Por outro lado, a parceria também trouxe benefícios às instituições parceiras, aproximando técnicos e estudantes da agricultura orgânica e da agroecologia e influenciando o discurso e a prática dessas instituições.

A parceria entre IFSULDEMINAS e EMATER-MG apoiados pelo MAPA foi importante para que o processo de constituição fosse ágil, havendo consenso entre os próprios agricultores que, sem esse apoio, essa articulação, dificilmente, aconteceria, embora algumas associações já cogitassem a constituição do SPG na região. Em todos os SPGs do Brasil foi identificado o apoio de alguma instituição ou organização, ficando claro que o processo de constituição é burocrático e depende de técnicos envolvidos que assessorem os agricultores no processo de constituição e credenciamento do OPAC, especificamente pela grande exigência de documentação. É fundamental também que as ações sejam de “mão dupla” que os benefícios sejam percebidos tanto pelo SPG quanto pelas instituições parceiras. O grupo precisa cada vez mais criar espaços de participação e tomada de decisões e cuidar para que as decisões sejam de conhecimento de todos, conferindo maior transparência ao processo. Estimular a participação dos agricultores em espaços além da propriedade e do seu núcleo deve ser uma prática cotidiana.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos agricultores orgânicos do Sul de Minas e ao IFSULDEMINAS pela confiança nesta parceria que possibilitou a realização deste trabalho e a existência do SPG Sul de Minas.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.C.O.; SANTOS, A.L.S.; AZEVEDO, R.M.M.C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.7, n.2, p.19-27, 2012. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/10085>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

ASSIS, T.R.P.; XAVIER, J. B.; COELHO, A. M.; GÓIS, L. Agricultura Familiar e Agroecologia no Sul de Minas Gerais - Reflexões Iniciais. In: CONGRESSO DA SOBER, 51., 2013, Belém. **Anais...** Belém: SOBER, 2013.

BRANDENBURG, A. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In: DELGADO, G .C.; BERGAMASCO, S. M. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 152-167

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 07 dez. 2014.

_____. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 07 dez. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa 019, 2009**. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Disponível em < http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLe_gislacaoFederal> Acesso em: 28 abr. 2015.

CARTA FORO LATINOAMERICANO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTÍA. **Carta de princípios del foro Latino-Americano de sistemas participativos de garantía**. Antônio Prado, RS. 2009. Disponível em: <<http://www.ifoam.bio/sites/default/files/page/files/cartadeprincipiosdofrumlatinospgsespaol.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

FONSECA, M.F.A.C. et al. **Agricultura orgânica: introdução às normas, regulamentos técnicos e critério para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói : Programa Rio Rural, 2009. 58 p. (Programa Rio Rural. Manual Técnico, 19).

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

HIRATA, A.R.; ROCHA, L.C.D.; NERY, J.A. **O Sistema Participativo de Garantia do Sul de Minas**. Pouso Alegre: Ifsuldeminas, 2018. 80p. : il. Disponível em: < https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/pnae/O_Sistema_Participativo_de_Garantia_do_Sul_de_Minas.pdf> Acesso em: 06 de julho de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. **Culturas temporárias e permanentes**. 2016. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/default.shtm>> Acesso em: Out 2016.

LEITE, R.M. Dez anos de regulamentação da agricultura orgânica, experiência de sistema participativo de garantia, avanços, desafios e oportunidades da agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Planeta Orgânico**. 2013. Disponível em: <planetaorganico.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/Dez_anos_de_Regulamentacao_da_Agricultura_Organica.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.

RADOMSKY, G. F. W. Certificação participativa e agricultura ecológica: rede, processos de inovação e conhecimentos locais. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 235-250.

SANTOS, L.C.R.; MAYER, P.H. A experiência da Rede Ecovida de Agroecologia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v.2. n.2, p.1800-1804, Out. 2007.

SOCIOLOGIA VIVA: UMA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE UMA REDE LATINO- AMERICANA DE OBSERVATÓRIOS FUNDIÁRIOS E NÚCLEOS DE PESQUISA E EXTENSÃO FOCADOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO AGROAMBIENTAIS RURAIS E NAS LUTAS POR TERRA

*Ana Maria Motta Ribeiro¹; Hugo Belarmino de Morais²
Maria José Andrade de Souza³; Emmanuel Oguri Freitas⁴*

RESUMO: Pretende-se neste artigo refletir conjuntamente sobre uma perspectiva acadêmico-militante derivada da *expertise* dos pesquisadores para integração de atuações de apoio intelectual junto a movimentos sociais organizados em situações de conflito. Do ponto de vista teórico-metodológico, parte-se da compreensão histórica, social e pedagógica com que Edward Thompson interpreta a formação da classe a partir das experiências vivenciadas em cada situação datada e localizada de luta, que se articula com a importância de se aprender a ouvir e a registrar a fala do homem simples ou comum. Assumindo pressuposto destas reflexões a agência humana que vivencia processos de subalternização em situações de disputa e/ou confronto com a apropriação da natureza no mundo rural - ou de definição de territorialidades no meio urbano - delimita-se aqui como de interesse deste trabalho a abertura para reconhecimento de novos recortes e ferramentas metodológicas. Neste sentido, apresenta-se a experiência

¹Professora Associada do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito - PPGSD na Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense - OBFF. E-mail: anamribeiro@outlook.com

²Professor Assistente do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF) e idealizador do Observatório Fundiário e Ambiental da Paraíba. Advogado Popular. E-mail: hugobelmorais@gmail.com

³Professora Substituta do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutoranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF). E-mail mariaandrasouza@gmail.com

⁴Professor do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutor em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF). E-mail: emmanuel.of@gmail.com

dos observatórios fundiários em seu processo atual de construção em rede a fim de ampliar a discussão sobre a validade e viabilidade da articulação de pesquisadores, extensionistas e seus núcleos de trabalho, sempre tendo como enfoque principal as situações de conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Observatórios; Lutas por terra e território; Conflitos socioambientais; Sociologia Rural e Ambiental; Questão agrária.

ABSTRACT: This article intends to reflect together on an academic-militant perspective derived from the researchers' expertise to integrate intellectual support activities with organized social movements in situations of conflict. From the theoretical-methodological point of view, it starts from the historical, social and pedagogical understanding with which Edward Thompson interprets the formation of the class from the experiences lived in each dated and localized situation of struggle, which articulates with the importance of learning to listen and record the speech of the simple or ordinary man. Thus, as an emphasis or presupposition of these reflections, the human agency that experiences processes of subalternization in situations of dispute and / or confrontation with the appropriation of nature in the rural world - or of the definition of territorialities in the urban environment - is defined here as interest of this work the opening for recognition of new cuts and methodological tools. In this sense, the experience of land observatories in their current network construction process is presented, in order to broaden the discussion about the validity and feasibility of the articulation of researchers, extensionists and their work nucleos, always having as main focus the conflict situations.

KEYWORDS: Observatories; Fights over land and territory; Socio-environmental conflicts; Rural and Environmental Sociology; Agrarian question.

INTRODUÇÃO

Pretende-se, neste artigo, refletir conjuntamente sobre uma perspectiva acadêmico-militante derivada da expertise dos pesquisadores para integração de atuações de apoio intelectual junto à movimentos sociais organizados em situações de conflito

Relembrando as reflexões trazidas por Carlo Ginzburg no Prefácio de *O queijo e os vermes*, é um desafio e ao mesmo tempo uma necessidade conseguir recontar de uma forma plausível e rigososa as narrativas das classes subalternizadas, fugindo, por um lado, de uma perspectiva de totalidade vazia e, em geral, autoritária mas sem cair também no fascínio do exótico e do incompreensível. Considerando-se a enorme escassez de registros públicos sobre a realidade vivida por pessoas comuns e empobrecidas em suas próprias versões e a ausência real de meios de produção, guarda e divulgação formal de registros dos processos históricos que colocuem em relevo a sua ação social a partir da experiência e da percepção dos subalternizados, emerge com vigor a relevância de se recuperar essas experiências tanto para pesquisadores quanto para os próprios atingidos (GINZBURG, 2006).

Essa necessidade ocorre principalmente dentro de processos nos quais são buscados direitos e reconhecimento através das lutas que travam para poder aparecer na cena social e publicizar suas histórias e versões, para evitar a falsa aparência de que a História Humana é feita apenas pelas elites e donos do poder.

Essas dificuldades de registro representam, efetivamente, um fato que torna invisível e interdita uma presença mais completa e concreta da sociedade real, formando uma explicação empiricamente equivocada - posto que parcial - e uma revelação ideologizada como produto apenas das classes dominantes e dos interesses portados pelas relações de dominação em curso em cada época.

Tais fatos reforçam uma espécie de “apagamento sociológico”, que termina por reduzir a importância e o lugar desses segmentos - em especial os aqui destacados no mundo rural - e, no limite, representa a negação do sentido e da eficácia de suas lutas as quais, paradoxalmente, também formam uma parte essencial dos resultados históricos que definem concretamente a vida social moderna burguesa.

Esse fenômeno - decorrente em geral do poder instituído pelo domínio dos meios de produção e reprodução de registros - tende a formação de um erro crônico, ao tomar *os vitoriosos* dos diferentes e diversos embates entre as classes como *os únicos* representantes do movimento de criação da realidade e assim da suposta verdade.

Definitivamente, a presença e a relevância das pessoas comuns e de suas lutas na produção da história e formas de organização crítica de seus

interesses precisam ser resgatados, reconhecidos e partilhados, sobretudo entre os produtores de conhecimento teórico-crítico e entre os membros de movimentos sociais organizados, em especial as narrativas atravessadas pelos conflitos que caracterizam a própria luta por sobrevivência, para manutenção de modos de vida tradicional, para garantia de terra e território, etc.

São esses princípios que atuam como diretrizes deste ensaio, em formato ainda aberto decorrente da intenção dos autores de aproveitar o espaço do Encontro de Redes Rurais para abrir uma discussão acadêmico-militante com a finalidade de integrar atuações de apoio intelectual junto à movimentos sociais organizados em situações de conflito e que interagem de alguma forma com a Academia.

Este texto é, portanto, uma sistematização das ideias-chave que visam a reunir diferentes grupos de cuidadores, guardadores ou acumuladores de acervos gerados em situações de conflito que são, ao mesmo tempo, produtores de novas informações críticas emergentes desses processos a contrapelo.

Trata-se, outrossim, de um texto em construção a várias mãos, que é apresentado agora muito mais em forma de ensaio, como produto de alguns encontros já realizados, de forma a “apresentar-se” ao debate e provocar o encontro coletivo sem pretender qualquer fechamento teórico ou metodológico em termos conceituais e/ou políticos. Decorre das atividades planejadas para constituição de uma rede de observatórios e/ou núcleos de pesquisa e extensão focados em situações de conflitos agroambientais, de forma que pretendemos apreender e descobrir as diferentes estratégias de atuação/intervenção ligadas ao tema, notadamente ligadas às experiências que interligam ensino-pesquisa-extensão em Universidades e que buscam trabalhar empiricamente com a experiência social dos subalternizados.

Por meio do debate coletivo, espera-se abrir caminhos concretos para a problematização dessa realidade e a troca de experiências que já vêm sendo desenvolvidas no Brasil e na América Latina, reunindo a energia, informações e perspectivas necessárias à invenção de novas e criativas metodologias para a prática da recuperação e da anotação sistemáticas, assim como a possibilidade de intercâmbio de acervos dentro de um processo que seja objetivo, científico e juridicamente útil para as lutas sociais.

O QUE SÃO OBSERVATÓRIOS E QUAIS SEUS OBJETIVOS? QUAL SUA RELAÇÃO COM AS LUTAS PELAS TERRA/TERRITÓRIO?

Em alguns ambientes do mundo acadêmico, do setor não-governamental e em agências vinculadas a entidades de classe têm sido criadas algumas estruturas que se constituem em formato de Observatórios ou Núcleos, servindo de apoio logístico e de ferramenta de sustentação e de reflexão às lutas sociais. Estes espaços têm conseguido produzir conjuntos expressivos de informações e dados sobre a problemática rural, urbana, étnica, de classe e de gênero e se constituem a partir de diferentes concepções teórico-metodológicas e de sociedade.

Academicamente, poderíamos afirmar que os Observatórios são núcleos de formação em pesquisa e/ou extensão que pretendem reunir diferentes grupos de cuidadores, guardadores ou acumuladores de acervos gerados em situações de conflitos que são, ao mesmo tempo, também produtores de novas informações críticas emergentes destes processos a contrapelo. Nas universidades esses conteúdos atualizam o ensino, principalmente em nível de pós-graduação *stricto sensu*, fato que configura a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Entendemos, aqui, que se trata de um trabalho com base em experiências de mediação, que viabilizem modos de assessoria a movimentos sociais organizados em situação de conflito socioambiental e agrário, que sejam desenvolvidos desde a universidade através de projetos e práticas de Extensão e Pesquisa. Pretende-se estimular a articulação de diferentes experiências que se desenvolvam nesse sentido para uma formação em rede dessas práticas. O objetivo maior seria o de chegar a atingir um acúmulo crítico que se alimente de intercâmbios estratégicos entre equipes diversas –trabalhadores em Núcleos de Pesquisa ou Arquivos sobre movimentos sociais e Observatórios Fundiários em diferentes Universidades - para abrir possibilidades de descobrir e dar sentido em nível macro (neste caso, latino-americano) aos conflitos mapeados e estudados em cada caso. Isto, naturalmente, sem perder a expressão singular constituinte em cada caso, a temporalidade e a emergência de tensões relativas às experiências de opressão e de controle pelo Estado ou por outras formas de alteridade em disputa.

Pressupõe-se, nesta proposta, que apenas através desse movimento de articulação entre grupos de trabalho, que partilham o estudo de situações de conflito ou de resistência entre grupos subalternizados no mundo rural seria possível analisar formas de rebeldia e resistência para revelar, por esta via, os efeitos e impactos (a dimensão do que aqui denominamos de

”sofrimento sociológico”) da forma contemporânea de atuação do capital transnacional que vem empreendendo formas cada vez mais agressivas de apropriação privada da terra, dos recursos naturais - sobretudo das águas - e dos territórios.

Espera-se obter dessa cooperação interdisciplinar uma nova compreensão sobre esses significados reveladores da produção contraditória e em movimento constante, de identidades novas e velhas, as quais mudam ao mesmo tempo em que podem também se cristalizar, que se reafirmam entre os sujeitos vulneráveis. Tratam-se de identidades em movimento, que se configuram pelos sujeitos, tanto em sua socialização interna quanto externamente determinadas. Estas se expressam em reação às variadas formas assumidas e representadas como alteridade, relativamente às suas concepções sobre a vida, sobre seus direitos originários de ocupação e reprodução no e do território, sobre a natureza, ou sobre a espiritualidade ancestral que os define enquanto comunidades de “bem viver”. Todas essas identidades têm sido, em geral, massacradas, oprimidas e invisibilizadas, expressando-se de novas formas de representação dos sujeitos, eventualmente até abstratas, que aparecem como significadores da dominação.

A ideia implícita é a de conduzir ações e procedimentos instruídos e intelectuais, que aportem um potencial para aprender a ver ou para intervir a ponto de fazer emergir novos conceitos, teorias e métodos durante e através do envolvimento direto entre universidade e esses segmentos territorializados. Fazem parte desse campo dos subalternizados as comunidades tradicionais, os sem-terras assentados e beneficiários da reforma agrária, os segmentos de agricultura familiar, os membros de comunidades étnicas, diversas populações reassentadas que foram deslocadas compulsoriamente por barragens, narcotráfico, mineração, grandes projetos de desenvolvimento, pela poluição de rios e mares, enfim, os quais podem ser consignados na mesma condição de “atingidos” .

Temos a firme convicção de que esses processos de pesquisa e extensão/ assessoria se constituem numa experiência que modifica a realidade empírica e nela a dinâmica desses sujeitos em foco, tanto quanto modifica os sujeitos da academia (mediadores) que pretendem produzir conhecimento. Sendo, portanto, pedagógicos porque facilitam e permitem o treinamento e a ressignificação das possibilidades do olhar, do tato, da audição, do olfato e do paladar como ferramentas de conhecimento sensível, direcionadas à abertura dos canais de inteligência teórica, ao mesmo tempo em que renovam

e definem importantes compromissos de solidariedade, humildade cognitiva, além de parceria como padrão ético imprescindível à consolidação epistêmica adequada e crítica da relação entre sujeito e objeto de conhecimento.

Essas experiências de trabalho podem aparecer nas mais diversas formas em termos de métodos e técnicas, incluindo o trabalho de coleta documental e em fontes diversas, o registro e a formação de acervos visuais (vídeos, fotos, imagens variadas em termos de produção de linguagens e narrativas, mapas ou desenhos) e então, documentais, mas, sobretudo aquelas reconhecidas como trabalho de campo. São formatadas como Cartografias Sociais, Observação-Participante, Estágios de Vivência Rural, Advocacia Popular, Educação no Campo, Oficinas de Memória, Pesquisa-Ação, Pesquisa-Militante, Pesquisa-Luta, e pela realização de diagnóstico rápido participativo (DRP), só para citar as mais frequentes. Todas sendo modelos de coleta e processos de formação profissionalizantes de ofício e formas de sistematização do acúmulo de estratégias teórico e metodológicas praticadas que poderão ser trocadas entre os diferentes Observatórios e Núcleos. A articulação possibilita a partilha dos registros e guardas desses saberes populares encontrados que irão gradativamente se constituindo enquanto acervos.

Mesmo sendo estimulado pelo Observatório Fundiário Fluminense (ObFF), através do acúmulo de produção em forma de Orientação Coletiva de alunos de graduação de vários cursos, e a partir de acompanhamento de trabalhos de campo de orientandos de mestrado e doutorado do PPGSD, da Universidade Federal Fluminense, que pretende sintetizar o percurso de formação dessa rede latino-americana, está incluído, também, no planejamento desta tarefa maior, a montagem de um centro de referência virtual de sistematização de dados e informações e de armazenamento de arquivos de produção acadêmica, a ser desenvolvido por um dos parceiros junto a Universidade Católica de Salvador. Vislumbra-se, ainda, uma sede física nas dependências da Universidade Federal de Goiás, que irá desenvolver o encaminhamento da centralização de documentos e imagens para os que tiverem interesse e dará espaço, em especial, à formação de acervos populares, para que tenham um domínio de autoria e reconhecimento no Observatório Fundiário de Goiás (OFUNGO). Na mesma medida outros observatórios estão em processo de consolidação estimulados pela dinâmica aberta neste processo, como na UEFS e na UFPB.

Vemos, nesta proposta de criação de uma Rede Latino-Americana de Observatórios, uma experiência pedagógica que se desenvolve enquanto

se produz pesquisa e extensão fora das salas de aula e que podem retornar como pautas de luta. Observamos que parte desse aprendizado é absorvido enquanto conteúdo para a definição de ementas de disciplinas optativas ou eletivas, que permitem o acesso a uma dimensão da realidade que remete às condições concretas de vida da maioria da população que, em geral, não são reconhecidas como “conhecimento”. Essas narrativas costumam ser silenciadas por não serem constituídas como saber aceito na instrução formal e ilustrada, firmada e reconhecida pelos bacharéis, além de serem parte de uma determinação de classe que se desdobra enquanto gênero, etnia, raça e posição subordinada do continente.

Certamente, esse tipo de formação, que acontece enquanto se pratica assessoria a movimentos sociais ou a comunidades em situação de conflito socioambiental e agrário, se dá a contrapelo e se desenvolve mais confortavelmente numa vertente interdisciplinar. Essa opção pretende habilitar os alunos a conversarem e aprenderem a integrar os diferentes saberes formados pelas disciplinas e ciências que baseiam seus currículos disciplinares de modo articulado e com alto rendimento, afetando positivamente suas certezas que foram sendo estabelecidas ao longo de seus cursos formais. Torna-se possível, com isso, a eclosão de novas formas de compreensão teórica, num sentido mais acurado com a realidade no âmbito das ciências sociais, habilitando para lidar com fatos e processos complexos recortados por afetação estratégica de opressão de classe.

Assim, as novas modalidades de sociabilidade recortadas “desde abajo” a serem descobertas e reconhecidas enquanto tal para além de sua imposição pela reprodução definida pela marginalização de direitos e pela exclusão das/pelas políticas públicas precisam ser estudadas e conhecidas enquanto se transformam e emergem como resistência organizada no interior e a partir de situações de conflito.

Através da articulação de diferentes perspectivas de pesquisa e extensão em casos assim delimitados, pretende-se alcançar a produção de conhecimento balizado que possa dar luz a acontecimentos em curso que, por ora, poderíamos chamar de novas formas de sociabilidade civil rebelde (porque estudar e reconhecer apenas as formas de acomodação?), tendo em vista acúmulos registrados e guardados ao longo dos processos de luta das entidades de ação popular (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra [MST], Movimento dos Pequenos Agricultores [MPA], Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB], além de outros pertencentes à Via

Campesina, as Pastorais da Terra, o MTST e outros).

Partimos da consideração de que a construção dessas experiências em rede e numa territorialização latino-americana, ainda pouco produzida e rompendo as fronteiras do isolamento brasileiro nessa condição (que reporta a consideração de um passado onde partilha-se uma condição colonizada em comum), pode trazer a possibilidade efetiva da produção de novos saberes e conhecimentos críticos.

E deve-se ressaltar, ainda, a vantagem da integração interdisciplinar aqui defendida porque abre perspectivas criativas de compreensão a partir de seus enfoques, numa aproximação, ainda que tensa, de conhecimentos em debate, embora a tensão neste caso possa ser assumida como desafio instigante. Podemos apontar a natureza criativa do encontro de diferentes e interessantes enfoques em cena, pela organização metodológica dos diálogos como instrumento de trabalho, integrado pela via da convergência e do estranhamento, através das análises realizadas por geógrafos, sociólogos, historiadores, antropólogos, filósofos, economistas, advogados populares de perfil acadêmico, educadores, psicólogos, engenheiros agrônomo ou agrícolas. Os ricos resultados se constroem nas trocas de experiências de *sofrimento sociológico* verificadas na empiria aqui desenhada, que se expressam no cotidiano das populações atingidas, em especial, quando são produzidos e ativados em forma de “resistência coletiva”.

Esses processos de resistência conseguem, algumas vezes, problematizar a carga de *sofrimento sociológico* e se traduzir nas expressões da luta na tentativa de achar caminhos de neutralização das dores que enfrentam por não terem acesso mínimo ao “direito de dizer não”. Nesses casos, muitas vezes, aparecem novas formas de concepção dos regramentos sociais até por fora do direito constituído e mesmo o Estado aparece redefinido, como no caso da experiência atual de segmentos indígenas na Bolívia.

Por último, vale destacar a importância de uma reconsideração acerca do lugar e do papel do mediador neste tipo de proposta, uma vez que a agência da mediação também pode ser concebida não como externalidade, mas como parte do próprio conflito e de seus meios de reprodução.

Tomamos como basilar a ideia de que são inerentemente tensas e conflitivas as relações que se constituem em torno dos mediadores e, exatamente por isso, cada vez que se estabelecem, essas tensões promovem uma espécie de acomodação conflitiva de saberes e, então, o que resulta se reproduz como nova forma de conhecimento via de regra estabelecida

por negociação com ou sem ascendência do mediador (ROMANO, 1994).

Neves (2004) aporta ainda mais complicadores para a compreensão desse processo social da assessoria aos movimentos sociais pela academia ou por outra agência de mediação atuante em cada situação. Segundo a autora, quando estuda agentes de desenvolvimento que se percebem como instrumentos de reordenação social e corretores de tendências na sociedade, pode-se perceber em que medida essa mediação, num contexto cultural que desconsidere esse jogo complexo de diferenças, parte do pressuposto de que *a priori* o mediado não consegue ou não pode partir de um projeto político próprio e acaba dependente de alianças com outros agentes que se oferecem e se apresentam como seus porta-vozes por legitimarem seus projetos. A nosso ver, isso define o tipo, a qualidade e o padrão da mediação a ser construída. E, mesmo assim, como adverte a autora mencionada, a mediação sempre deverá ser tomada na sua diversidade dinâmica.

Ponderamos que a construção da mediação não elimina a disputa por hegemonia de propostas, que embora apareçam em determinado lugar não se restringem a essa fonte, podendo ser articuladas por dentro e por fora da relação focalizada. Assim, Novaes (1994) também ajuda bastante na compreensão concreta dessa condição basilar da experiência que propomos. Para esta autora, a mediação é definida e sedimentada no pressuposto da existência das assimetrias econômicas, da dominação política, das diferenças culturais e do isolamento existente entre as partes no interior de uma situação enraizada e fundamentada pela sociedade abrangente.

Nesta medida, torna-se chave de pensamento, neste caso, entender que a mediação pode de fato se estabelecer “para o bem” (para o questionamento da dominação) ou “para o mal” (para a adaptação e reprodução dos projetos alheios aos interesses do mediado).

Mas, finalmente, podemos considerar como fundamento o fato de que para a maioria dos autores que buscamos para compreender essa dinâmica, a mediação deve ser percebida na sua condição de flexibilidade e polissemia, em especial quando referida a processos sociais em curso no meio rural. Levando em conta que a observação terá como meta o olhar sobre as experiências rebeldes e em estado de resistência dentro de situações concretas de conflito em comunidades reais, a mediação também será posta sob o foco do estranhamento, na medida em que será concebida como parte integrante desse acontecimento social, por sua condição de interveniência.

Estamos certos da propriedade de se estabelecer a tarefa de construção

desses objetivos através da articulação de grupos estruturados em forma de Observatórios ou Núcleos de pesquisa e extensão em um primeiro momento. Posteriormente, ocorrerá a inclusão de lideranças participantes dessas situações de conflito, de sujeitos com posição de liderança legitimada dentro de comunidades tradicionais atingidas, bem como integrantes de grupos de resistência organizados dentro dessas linhas de enfoque.

Será um desafio importante desenvolver essa integração para que se consiga promover a emergência de uma intelectualidade coletiva, que será vital para a abertura de processos de negociação e de aprendizagem que possam gerar criticamente, numa construção difícil - entretanto desejada e bem-vinda – através da inclusão de lideranças como inteligência orgânica, para além do campo de observação exterior, na condição internalizada mesma no campo de produção de conhecimento cientificamente validado. Nesse caso, figurarão como autores e intelectuais, portadores de uma narrativa que poderá disputar inclusive as conclusões a serem atingidas pelo coletivo, caso haja uma solicitação real neste sentido pelos observados no conflito.

A intensão é a de produzir uma alternativa de fazer sociológico que escolhemos denominar como **Sociologia Viva**, dado seu caráter estrutural focado no trabalho de campo e seu fundamento teórico metodológico ancorado no materialismo histórico dialético, especificamente na vertente dos historiadores marxistas britânicos. Isto é o que definimos como uma modalidade de pensamento coletivo e crítico que pensamos estar construindo a contrapelo.

ALGUMAS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

De um ponto de vista mais macro, um dos marcos teóricos principais de acúmulo e estabelecido em conjunto com trabalhos de orientação (mestrado e doutorado) tem recebido a influência de E.P. Thompson.

Como se sabe, Thompson assume o materialismo histórico-dialético e a tradição marxista de maneira extremamente heterodoxa, dada a posição crítica que irá assumir, após 1956, acerca dos rumos da União Soviética sob domínio stalinista ou das críticas ao pensamento de Althusser que qualificou como produto do “determinismo econômico fascinado pelo idealismo teórico” (1981, p. 20). O que importa particularmente para nós neste ensaio é ressaltar o desenvolvimento do conceito de *classe* e *experiência* do autor, que nos é útil para compreensão do processo de lutas emancipatórias “desde abajo”.

Isto porque Thompson dá ao tema da classe um tratamento diferenciado, recusando-se a entendê-la como um conceito *a priori* e trabalhando-a como categoria histórica⁵. Tal conceito recebe, pois, um reconhecimento muito diferenciado, já que o autor define que a classe pode ser analisada com base num conjunto de evidências “empiricamente observáveis” com um conteúdo histórico correspondente, mas também pode ser analisada através de uma *caracterização heurística ou analítica* para “organizar a evidência histórica” (1981, p. 34). Neste segundo caso, afirma que:

Isso vem a destacar, pois, *que classe, em seu sentido heurístico, é inseparável da noção de luta de classes. Na minha opinião, se tem prestado uma atenção teórica excessiva a “classe” e muito pouca à “luta de classes”. Na realidade, luta de classes é um conceito prévio assim como muito mais universal. As classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada em modos determinados (principalmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter poder sobre os explorados), identificam pontes de interesse antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo real histórico. Todo este esquálido confucionismo que nos rodeia é consequência do erro prévio: que as classes existem, independentemente de relações e lutas históricas, e que lutam porque existem, no lugar de fazer surgir sua existência da luta* (1981, p. 37-38 - *grifos nossos*).

Para tal, formula também o conceito de experiência humana (1981), no qual os fatos e acontecimentos históricos são avaliados a partir do reconhecimento dos seres humanos como produtores e produtos do “ser social” em movimento, de forma a interligar *processo* e *estrutura*, sem negar os determinantes objetivos:

Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do “ser social”, com frequência *parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se*

⁵ Utilizamos, aqui, indistintamente, a nossa própria tradução do espanhol do livro *Tradición, revuelta y conciencia de clase* (1981), bem como o capítulo *Algumas observações sobre classe e falsa consciência*, em *A peculiaridade dos ingleses e outros escritos* (2001).

contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à experiência - uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador já que *compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento* (1981, p. 15 - *grifos nossos*).

Desta forma, numa verdadeira inovação teórico-metodológica, ao defender que “o termo ausente” para Althusser seria exatamente a experiência humana: expressão flexível e, obviamente, conflituosa, sem deixar de ser rigorosa. Thompson afirma:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que *experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (1981, p. 182 - *grifos nossos*).

Se, como ensina Thompson, estrutura e processo, base e superestrutura, modo de produção e cultura, não são termos indissociáveis na tradição marxista, acreditamos ser possível uma aliança entre tais reflexões e o pensamento crítico latino-americano em sua vertente decolonial, na busca de uma espécie de marxismo “decolonizado”, que ressalte o lugar de fala, as necessidades e atravessamentos ligados à questão da raça, classe e gênero e nos quais a colonialidade do poder e do saber - que é constitutiva desta experiência social dos subalternizados, em especial na América Latina - seja também compreendida e problematizada (LANDER, 2005).

Por outro lado, é importante ressaltar a importância das caracterizações teórico-metodológicas ligadas à pesquisa-ação, observação participante ou investigação-ação para recordarmos Fals-Borda. Dada a quantidade de materiais sobre esta perspectiva metodológica nos valem de uma síntese produzida pelo próprio Fals-Borda ainda em 1978, que acreditamos suficientemente profunda para nossos interesses de “provocação”:

1. El problema de la relación entre el pensar y el ser – la sensación y lo físico- se resuelve por la observación de lo material que es externo a nosotros e independiente de nuestra conciencia; y lo material incluye no sólo lo constatable de la naturaleza sino también las condiciones fundamentales primarias, de la existencia humana.
2. El problema de la formación y reducción del conocimiento no se resuelve diferenciando los fenómenos de las cosas –en- sí, sino planteando la diferencia entre lo que es conocido y lo que todavía no se conoce. Todo conocimiento es inacabado y variable y queda sujeto, por lo mismo al razonamiento dialéctico; nace de la ignorancia, en un esfuerzo por reducirla y llegar a ser más completo y exacto.
3. El problema de la relación entre el pensar y el actuar se resuelve reconociendo una actividad real de las cosas a la cual sólo se adviene por la práctica que, en este sentido, es anterior a la reflexión; allí se demuestra la objetiva, que es la materia en movimiento.
4. El problema de la relación entre forma y contenido se resuelve planteado la posibilidad de superar su indiferencia por la práctica y no sólo por el comportamiento intuitivo o contemplativo; toda cosa se da como un complejo inextricable de forma y contenido, de allí que la teoría no pueda separarse de la práctica, ni le sujeto del objeto (FALS-BORDA, 1978, p. 03).

Em geral, portanto, os marcos da teoria crítica e da pesquisa-ação acompanha as trajetórias dos Observatórios até aqui, entendida também como um “[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 1985, p. 14).

O método de abordagem será essencialmente dialético – que penetra o mundo dos fenômenos por meio de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Toda verdade para o método dialético é uma “verdade-processo”, que assume as configurações históricas enquanto componentes materiais condicionantes da própria atividade científica.

Dada a centralidade dos conflitos socioambientais e da questão agrária no Brasil no âmbito dos Observatórios Fundiários e/ou Territoriais, toda

a complexidade da matriz fundiária e as contradições a ela inerentes são incorporadas, buscando, inclusive atualizar estas referências para abarcar a heterogeneidade constitutiva da realidade agrária nacional. Neste sentido, cabe pensar na própria situação de concentração fundiária e o descumprimento da função socioambiental da terra como elementos importantes, somados à existência de territorialidades e modelos de sociedade que se conflituam e movem os atores e atrizes sociais para as lutas.

Inicialmente, cabe assinalar uma metáfora utilizada pelo Prof. Carlos Frederico Marés, quando se refere ao direito brasileiro como um conjunto de fotografias. O autor relata que nestas imagens alguns personagens “aparecem com uma nitidez quase irritante, enquanto o resto, que forma o fundo, está intencionalmente fora de foco. Os personagens principais são sempre a propriedade privada, especialmente da terra, e o contrato de compra e venda” (MARÉS, 2011, p. 11 In: ESCRIVÃO FILHO, 2011). Continua o autor, retratando que as outras partes da imagem só poderão ser observadas adequadamente utilizando de técnicas muito especiais, afinal, como a fotografia do direito de propriedade privada da terra é sempre muito nítida, certamente poder-se-iam ver outros institutos jurídicos, mas sempre fora de foco, escondidos, manchados, como a desapropriação ou a própria função social e também o conceito de território:

Os contornos jurídicos da propriedade privada da terra parecem absolutamente nítidos e sem jaça quando olhados com a velha ideologia proprietária, mas se focarmos melhor as manchas que o circundam com análise não só crítica, mas também emancipatória, então se pode ver que a velha ideologia proprietária não é capaz de explicar o sistema e, para manter o conceito arcaico, usa apenas o poder que realmente tem: político, econômico, policial e penal (MARÉS, 2011, p. 11 In: ESCRIVÃO FILHO, 2011).

Desta forma, um dos objetivos dos Observatórios é justamente também efetuar uma leitura desta “fotografia jurídica” a partir das lentes adequadas, visando não só desnudar as questões técnico-jurídicas que são utilizadas na proteção do direito de propriedade, seja no âmbito rural/urbano, fundiário e ambiental, seja na observação e diagnóstico desses elementos mais amplos que conformam o sistema jurídico: a questão agrária e as lutas por terra e território.

Neste cenário, portanto, a “modernização” do campo brasileiro é compreendida ocultando o caráter concentrador e expropriatório próprio do

agronegócio, como aponta Bernardo Mançano Fernandes: “Se o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade” (FERNANDES, 2008, p. 65). Em contraponto a esse modelo, a professora Maria Nazareth Wanderley afirma a possibilidade de conceber o espaço rural como um “espaço físico diferenciado” e como “lugar de vida”:

Em primeiro lugar, [o espaço rural] enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (WANDERLEY, 2001, p. 03).

Dada uma situação de desigualdade estrutural e jurídica também corresponde uma situação de resistência e luta. As questões sociais derivadas do contexto agrário nacional ajudam a explicar tanto o processo de exclusão quanto as reivindicações derivadas dos movimentos sociais de luta pela terra e para além da terra.

Por isso vimos sempre trabalhando a noção de território, para caracterizar não somente uma “dimensão físico-geográfica” mas também um espaço político e cultural por excelência, no qual “se realizam determinadas relações sociais” (FERNANDES, 2008, p. 53). O território, portanto, é um espaço de reprodução física, cultural e simbólica que se confronta, dada uma determinada estrutura social e política, com outros territórios, a depender das relações de poder que se estabelecem.

Em suma, esse processo agrega três faces importantes: primeiramente, é preciso romper com qualquer concepção dicotômica da realidade que separa o rural e o urbano, pois estes dois espaços não possuem fronteiras rígidas (interagem cotidianamente), embora não percam, por isso, as suas especificidades e identidades; em segundo lugar, as lutas dos movimentos sociais não se restringem às lutas pela propriedade fundiária e pela a manutenção de “valores camponeses tradicionais”, mas ultrapassam-na, pois

são lutas pela libertação e emancipação humanas, incluindo demandas por saúde, acesso à justiça, assistência técnica, educação, cultura, etc; por fim, é preciso conceber a importância da terra/território como *meio* de trabalho (ontologicamente considerado), possibilitando a construção de identidades e de cidadania no campo. É a partir destas reflexões que se pode falar em *recriação* ou *reinvenção* do campo (SAUER, 2010, p. 35-44), justamente vinculando aqui a centralidade do processo de luta, a questão dos conflitos derivados da nossa matriz fundiária - urbana e rural e a perspectiva de atuação concreta que interliga ensino-pesquisa-extensão enquanto tarefa primordial dos sujeitos sociais ligados à Academia em parceria com os movimentos sociais organizados e/ou grupos sociais subalternizados.

O QUE JÁ TEMOS? RELATO DAS ÚLTIMAS EXPERIÊNCIAS DE ARTICULAÇÃO DE UMA REDE DE OBSERVATÓRIOS

A tentativa de criação de tal espaço de discussão já vem sendo almejada a algum tempo. Pesquisadores ligados ao Observatório Fundiário Fluminense, ao Observatório Fundiário e Ambiental da Paraíba, Observatório Fundiário Goiano, Observatório de Conflitos Rurais de São Paulo, Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (UCSAL), Observatório de Conflitos do Campo do Espírito Santo, entre outras entidades, desde 2016 planejam a consolidação de uma rede de observatórios, visando a integração entre pesquisa e mudança social como instrumentos do combate a desigualdades sociais pela crítica e participação social.

Mais recentemente, como parte de uma agenda de encontros, realizou-se em Feira de Santana mais uma Oficina intitulada **DISCUTINDO A CONSOLIDAÇÃO DE UMA REDE LATINO-AMERICANA DE OBSERVATÓRIOS DE CONFLITOS AGRÁRIO-AMBIENTAIS**, durante a XI Feira do Semiárido e o II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo?, na Universidade Estadual de Feira de Santana, e contou com a participação de estudantes e professores da UEFS, UFF, UCSAL, UFBA, UNEB, IFBA e da Universidad de Humanismo Cristiano/Chile. Neste encontro, foram feitas algumas articulações importantes e uma análise de conjuntura sobre a questão agrária e os conflitos agrários e ambientais a partir das trajetórias dos sujeitos e dos grupos participantes.

A ideia de construção de uma Rede iniciou a partir da necessidade de transformar o Observatório Fundiário Fluminense em um espaço vivo

no momento em que este OBF foi impactado pelas mudanças estruturais ocorridas na Universidade Federal Fluminense, que decorreram, dentre outros, na rearrumação e redistribuição de salas, com impacto direto na continuidade do OBFF, enquanto espaço físico para realização de encontros, reuniões e manutenção e guarda do acervo que foi construído ao longo de mais de duas décadas – livros, revistas, cartazes, vídeos, relatórios de pesquisa e documentos diversos sobre a questão agrária. Desse fato, a partir da necessidade de transferência do acervo para o OBF da UFG, começam os primeiros contornos em torno de uma proposta de consolidação de Rede, que possa organizar e potencializar as experiências existentes, como também favorecer a construção de novos observatórios como se pretende fazer na Bahia.

Em diálogo com outros observatórios fundiários, esta proposta de construção de uma “rede latinoamericana” se apresenta como uma resposta estratégica que possa uniformizar, minimamente, os trabalhos, os projetos e iniciativas que estão ocorrendo em diversos lugares. Unir o rural, o agrário e o ambiental com uma dimensão de rede que tenha abrangência na América Latina. Esse tipo de iniciativa adquire uma grande importância, especialmente, na atual conjuntura de expropriação e aumento da violência contra segmentos sociais subalternizados.

Nesse primeiro encontro, ocorrido na UEFS, os participantes encaminharam algumas propostas e expuseram ideias embrionárias de como poderia ser desenhada e organizada a Rede. Como forma de reunir as experiências através de uma língua comum, foi sugerido que estabelecêssemos um recorte para organização e sistematização de registros sobre os impactos e os conflitos, que pode ser feito através de descritores – pelos biomas, pelas questões agroambientais, por exemplo: os gerais e o padrão do impacto do capital sobre essas áreas; Rio São Francisco e o caminho das águas, considerando que do ponto de vista do capital a estratégia de apropriação da natureza segue um determinado curso que difere da lógica dos atingidos pelas grandes obras.

A partir das apresentações, evidenciou-se o potencial de consolidação de um Observatório Fundiário no estado da Bahia. No encontro, professores e estudantes da UEFS, UNEB, UFBA, IFBA e UCSAL expuseram os projetos que desenvolvem e outras iniciativas que são desenvolvidas que podem se somar a esta proposta. Os integrantes da UEFS destacaram a importância de dialogarmos com alguns grupos nesta Universidade, a exemplo do

“Repensar Feira”, que vem se construindo como um observatório da cidade; do Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais – LABELU; do LEGADIA (Grupo de Pesquisa em Economia), que desenvolve estudos sobre a questão do trabalho livre e escravo.

Na Bahia, é preciso destacar a parceria e diálogos que estão sendo feitos com o Grupo “Desenvolvimento, Sociedade e Natureza” (DSN/UCSAL), coordenado pela professora Cristina Alencar; e com o GEOGRAFAR/UFBA, coordenado pela professora Guiomar Germani. Essas e outras iniciativas podem ser reunidas num projeto de OBF baiano, no sentido de dar visibilidade às diversas experiências da academia, dos movimentos sociais, organizações e entidades que atuam na questão agrária baiana a partir de uma articulação capaz de sistematizar e organizar uma base para a resistência.

Nesse sentido, é importante destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de duas décadas pelo GEOGRAFAR, UFBA, que é um dos grupos parceiros para consolidação da Rede e construção de um Observatório Fundiário na Bahia. O Geografar - que é uma sigla e um verbo – é um grupo que existe desde 1996, ano marcado pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, e tem como escala de atuação a Bahia. Começou a partir de um projeto financiado pelo CNPq que tinha por objetivo tentar entender a produção do espaço agrário baiano, a grande conflitualidade que marca esse espaço e de que maneira a atuação do Estado e a atuação dos movimentos sociais interferem na produção desse espaço. O grupo tem construído um Banco de Dados sobre reforma agrária – assentamentos, cédula da terra -, a questão agrária, os conflitos socioterritoriais. O Banco de Dados é alimentado com dados oficiais e os trabalhos de pesquisa. O GEOGRAFAR também faz a guarda do acervo de Antonio Dias e Eli Estrela. Além disso, realiza mapeamento de cenários de luta na terra empreendidas pelas comunidades tradicionais. Inventário de energias: barragens na Bahia, ampliado para eólica e solar. A metodologia de trabalho articula ensino, pesquisa e extensão com o entendimento de que teoria e empiria caminham juntas no processo.

Para se tornar um projeto e um coletivo de referência na questão agrária baiana, o GEOGRAFAR, ao longo de sua atuação, vem desenvolvendo trabalhos que se destacam pelas parcerias e importância para a luta dos grupos e setores subalternizados da sociedade, a exemplo, da parceria com a Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores/as Rurais da

Bahia – AATR, no enfrentamento da questão do trabalho escravo (AATR). As pesquisas revelam que os municípios baianos são lugares que exportam mão-de-obra para as relações de trabalho análoga à escravidão. Além disso, o GEOGRAFAR tem feito uma pesquisa ao longo dos últimos anos sobre as terras devolutas na Bahia, que tenta apresentar o caminho tortuoso para se tentar entender a questão dessas terras no estado e da apropriação privada do território baiano quando estima-se que 50% das terras da Bahia sejam devolutas. O grupo também realiza o mapeamento georreferenciado das comunidades quilombolas da Bahia certificadas pela Fundação Cultural Palmares e das comunidades de fundos e fechos de pasto da Bahia, que é fruto de uma parceria entre a Universidade e articulação de comunidades de fundos e fechos de pasto.

Neste encontro, após constatar que a natureza dos conflitos agrários em diferentes locais da América Latina é semelhante, porque semelhantes são as formas de apropriação dos meios produção que o capitalismo dita, um professor da Universidad de Humanismo Cristiano/Chile apontou para a pertinência da iniciativa de criar uma rede com este foco e lembrou tanto que a construção social da realidade não é feita somente pelos poderosos, quanto que os grupos subalternizados e excluídos não são uma massa homogênea, nos seus aspectos culturais e materiais de subsistência/existência. Falou sobre a experiência do Núcleo de Investigación y Docencia en Ambiente y Sociedad – NIDAS, que desenvolve trabalhos e pesquisas em conflitos ambientais/socioambientais a partir de uma vinculação com os atores envolvidos no conflito, em particular ao lado dos grupos subalternizados, a exemplo dos pescadores e recoletores de algas. O Núcleo é vinculado à Universidad Academia de Humanismo Cristiano, uma universidade privada que atualmente tem cerca de 4.500 estudantes, instituição gestada em tempos em que a Igreja Católica chilena tornou-se um bastião de defesa dos direitos humanos, no começo da Ditadura que governou o país, entre 1973 e 1989. Expôs algumas experiências da universidade a que está vinculado, bem como a forma como organizam as cátedras no Instituto de Humanidades: Direitos Humanos, Gênero, História Social, Razão e Subjetividade, Comunidade, Economia, Sociedad e Natureza. Relatou que as abordagens incluem debates transdisciplinares em estudos latino-americanos. Ao final, levantou algumas questões para reflexão: como a conceituação e delimitação da ideia de observatório e de conflito socioambiental, entendendo que o estabelecimento de linha demarcatória é parte do caminho.

Essas e outras propostas vem sendo desenhadas, de uma maneira interdisciplinar e coletiva, a cada novo encontro da Rede, que tem coincidido com a participação dos interessados em eventos nacionais e internacionais, de caráter acadêmico e político. Os encontros até este momento aconteceram no Seminário Final da Turma de Direito do PRONERA/UEFS; no Curso CPT - Formação de agentes em situação de conflitos, em Bahia e Pernambuco; no VIII Simpósio Reforma Agrária e Questões Rurais, em Araraquara; no Seminario Taller Latinoamericano “Saberes diversos hacia un abordaje complejo de las transformaciones territoriales”, em Santiago del Estero - Argentina; no Encontro da Rede de Estudos Rurais, em Florianópolis, Santa Catarina; e ainda será debatida no Encontro de Ciências Sociais e Barragens, em Santiago, Chile. Para 2019, já estão previstos: III Simpósio Baiano de Geografia Agrária, em Barreiras, Bahia; SINGA, Recife, Pernambuco.

Além dos encontros acadêmicos, alguns integrantes vêm realizando reuniões para construção da proposta. Em 09 de junho de 2018, foi realizada uma reunião na sede do grupo GEOGRAFAR, na UFBA, com o intuito de agregar as articulações do Observatório Agrário e Ambiental da Bahia com a criação do Observatório Latino-americano Agroambiental. O debate tratou sobre o que seria definido enquanto ações, de acordo com a estrutura de cada grupo e disponibilidades para criação do Observatório da Bahia, que articularia a rede latino-americana no Estado. Como tarefa, estabeleceu-se a necessidade de um mapeamento de grupos de pesquisa que trabalhem com a questão fundiária, agrária e ambiental, além de dialogar com os movimentos sociais do campo para falar sobre o Observatório, mobilizando a relação necessária entre a construção de acervos sobre as lutas dos subalternizados e suas práticas concretas, produtoras da experiência.

Em razão da dificuldade de reunião presencial dos diversos grupos que passam a construir essa rede, os espaços virtuais têm sido utilizados como forma de manutenção das relações entre os diferentes sujeitos e com intuito de socialização das denúncias, pautas, eventos e demais atividades, quais sejam: 1) Mapeamento dos grupos de pesquisa nas instituições que os membros atuam e demais iniciativas no grupo de projetos de pesquisa do CNPQ. Solicitação em cada lugar de trabalho (Universidades, escolas e institutos) da criação de grupos de pesquisa/extensão sobre questão agrária e ambiental para subsidiar as ações da rede; 2) Organizar projetos que possam ser estruturados como ponto de partida para o observatório. PIBIC, PIBEX e afins, para estruturar nas regiões; 3) Cadastrar no CNPQ como

grupo interinstitucional e interdisciplinar, após o encontro de educação no campo, como uma proposta de institucionalizar o observatório como grupo de pesquisa integrando os diversos territórios; 4) Participação nos eventos para articular e qualificar o debate; 5) Mapeamentos dos trabalhos que tratem de temáticas sobre a questão agrária na Bahia – definir metodologia. Verificar os objetivos estabelecidos na proposta já articulada para o observatório baiano; 6) Criação de uma lista de e-mail que incorpore os participantes das listas já existentes, bem como incorporação em grupos específicos de articulação da rede baiana no aplicativo whatsapp.

Com o objetivo de ampliar a rede para uma dimensão latinoamericana, é importante destacar a realização de um encontro no Instituto Gino Germani, durante o “Seminario Taller Latinoamericano “Saberes diversos hacia un abordaje complejo de las transformaciones territoriales”, ocorrido em 21 e 22 junho, em Santiago del Estero, Argentina, bem como no evento preparatório realizado no dia 19 de junho, intitulado “Herramientas políticas y Organizacionales para la Defensa de los Derechos Territoriales”, a convite de Gaston Godoy Garraza do INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria).

Nestes encontros, foi importante reconhecer as afinidades das questões teóricas, metodológicas e políticas implicadas nesta proposta de trabalho e nas experiências que vem sendo desenvolvidas pelos pesquisadores e militantes de outros países da América Latina. Alguns participantes apresentaram a experiência do “Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos” (GEPCyD - IIGG), destacando a questão da conflitualidade por terras, territórios e bens da natureza nos trabalhos do grupo, com base teórica na ecologia política e na sociologia rural. Destacaram também a utilização da metodologia da cartografia social como aposta para vincular-se aos sujeitos organizados em resistência e luta e valorizando a cartografia social como uma chave para o processo de produção do conhecimento e não somente como atividade de extensão na universidade. Ademais, trabalham na discussão/interface entre sociologia rural e sociologia jurídica (mais crítica) e do pluralismo jurídico.

Foi apresentada a experiência do Grupo de Estudios Rurales - Grupo de Estudios de Movimientos Sociales de America Latin (GER-GEMSAL), que desenvolve pesquisas sobre a propriedade intelectual de sementes, realiza trabalhos em três províncias (Buenos Aires, Mendoza e Haucan), na qual são mapeadas as estratégias de territorialização das empresas do agronegócio e

as resistências concretas e formas alternativas de produção (agroecologia, etc.), além da aproximação com algumas organizações campesinas.

Na sequência, uma participante expôs sua pesquisa de caráter mais teórico sobre o desenvolvimento da biotecnologia aplicada ao “agro” - “Biotecnocapitalismo”, compreendido como um salto qualitativo sobre as novas formas de manipulação da vida através do campo da biotecnologia, que manejado pelo capital implica em outras formas de ordenamento sociopolítico da vida. Por skype, uma participante explicou seu contexto de pesquisa em Pernambuco, ligado à Agroecologia e suas redes de apoio, buscando a construção de novos conhecimentos e mapeamento das experiências de resistência, em especial da cadeia de produção ao agronegócio. Etc. Por fim, foi relatada a experiência da extensão e pesquisa de uma equipe de pedagogos na cátedra de soberania alimentaria e agroecologia, que desenvolve trabalhos com algumas organizações, em particular com a UTT (Unión Trabajadores), e com produtores envolvidos com a agroecologia.

A cada novo encontro, a metodologia vem sendo construída com as indicações e propostas dos participantes que atuam em diferentes espaços e realidades. Nesse sentido, os eventos que temos participado têm sido uma boa oportunidade para construirmos as pontes e “tecer a rede”, em coerência com a proposta metodológica da **sociologia viva**.

CONCLUSÕES INCONCLUSAS: O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO

A intenção maior deste texto é a provocação. Em especial para a possibilidade de criação de um ambiente aberto, que permita uma definição melhor elaborada quanto à rede e que todos os presentes possam construir e definir sua operacionalização, a partir das experiências concretas de cada grupo representado para poder depois partilhar os modos de produção de seu trabalho até que cheguemos juntos a uma proposta quanto a essa articulação em forma de rede de Observatórios (e outros afins), desde o Brasil até a América Latina, sempre reconhecendo como parceiras as concepções de sociedade e de ciência que direcionam os fenômenos observados e analisados dentro e fora da academia, no sentido de se ampliarem as condições de se propiciar melhores formas de se “dar voz” aos invisibilizados e silenciados sociais. Naturalmente dentro de um campo de conhecimento com centralidade nas concepções científicas e em movimento dinâmico sobre territorialidades e conflituosidades rurais e sobre as diferentes formas de

apropriação da natureza atualmente em curso e organizadas por interesses do capital internacional.

Deste modo, a chave da proposta será a de partir de nossas experiências e angústias para tentar ver o que seria possível partilhar para aprender e para conseguir articular entre si e na sociedade a ação social desses agentes que se movimentam isolados ou em grupo e que aparecem no decorrer desses processos a contrapelo (situações de conflito rurais e periféricos). A expectativa é a de que possamos partir do que já fazemos e seguir trocando saberes até chegar a modos e momentos de invenção criativa que permitam fazer aparecer certas territorialidades rebeldes e gestões no universo dos Comuns que já existem. E para pensar em que medida nosso trabalho acadêmico de pesquisa, ensino e extensão ou de assessoria pode ver e reconhecer, teórica e empiricamente, essas novas e populares alternativas concepções de Estado, de Direito e de sociabilidade que já estão sendo produzidas pelos subalternizados – os eternamente rejeitados pelos governos e elites consorciadas as quais se apresentam como as pretensas formuladoras de ideias particulares revestidas de pensamento universal chanceladas pelas mídias que também decidem assegurar suas identidades como única versão naturalizada na formação viva de processos de luta coletiva. Os pobres, pretos, indígenas, caiçaras, comunais, atingidos por barragens ou cercamentos de terra ou água são os silenciados que nesta proposta precisam gritar.

A ideia, na verdade, é a de começar sem uma formatação dada para se pensar de modo partilhado e dentro de cada experiência igualmente considerada e sem uma direção intelectual e política já estabelecida, sem uma diretriz para a definição da rede e de seus propósitos e alcances, de modo a que se possa fazer e decidir juntos e coletivamente o modo melhor de a realização dessa *Rede de Observatórios e Laboratórios fundiários e territoriais rurais em situação de conflito no Brasil e na América Latina* que até hoje andaram desconectados, mas que articulados poderão chegar a formar uma outra e nova forma de trabalho e assessoria popular.

REFERÊNCIAS

FALS-BORDA, O. **Por la praxis**: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Bogotá: FUNDABCO, 1978. Disponível em <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000411.pdf>>.

FERNANDES, B. M. (et al.). **Educação do campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA, 2008.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Ver especialmente o Prefácio.

LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-Americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MARÉS, C. F. Prefácio: Uma hermenêutica para a dignidade humana. In: ESCRIVÃO FILHO, Antônio. **Uma hermenêutica para o programa constitucional do trabalho rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, pp. 21-44.

_____. “Construção de Novas Competências para o Desenvolvimento Rural. Mesa Redonda no **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Agricultura Familiar e Meio Ambiente**. Aracaju, 22 de outubro de 2004.

NOVAES, R. R. “A Mediação no Campo: entre a Polissemia e a Banalização”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo, et al (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

RIBEIRO, A. M. M. “A Experiência Social e a Versão Autobiográfica da Identidade do Polo Sindical do Submédio São Francisco”. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta. **O Polo Sindical do Submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda**. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2008, Capítulo 2.

ROMANO, J. O. “Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários a um debate”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo, et al (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

SAUER, S. Terra e modernidade. **A reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e falsa consciência. In: NEGRO, A. L. e SILVA, S. (org.). E. P. Thompson. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. **A miseria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Tradicion, Revuelta y Consciencia de classe**. Barcelona: Critica, 1979.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>.

TRABALHO E RESISTÊNCIA NOS ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA¹

Angela dos Santos Machado²

Ana Lúcia de Jesus Almeida³

RESUMO : No Pontal do Paranapanema, extremo sudoeste do estado de São Paulo, existem mais de uma centena de assentamentos da reforma agrária que resistem todos os dias “cercados” pela cana-de-açúcar. Seja por falta de opção, seja como o único modo de conseguir renda para continuar no lote, alguns assentados buscam emprego no setor canavieiro. Esses assentados são agregados nos lotes dos pais e, por isso, não há nenhum impedimento legal em trabalhar fora. Nosso objetivo nesse texto é discutir a reforma agrária no Pontal do Paranapanema e as formas de resistência dos assentados para continuar na terra, o trabalho no setor canavieiro, as formas de controle do trabalhador bem como as repercussões desse trabalho para a saúde dos trabalhadores. A abordagem teórico-metodológica consistiu na análise de entrevistas produzidas com assentados que laboram no setor canavieiro. Essas entrevistas estão em processo de análise, mas até o momento foi possível observar que os riscos inerentes ao trabalho mecanizado no setor canavieiro estão relacionados, sobretudo, ao ritmo intenso das atividades laborais.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento; Cana-de-açúcar; Trabalho; Pontal do Paranapanema.

¹ Agrademos à FAPESP pelo apoio à pesquisa.

² Mestranda em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP/ Presidente Prudente. E-mail: angelasm.geo@gmail.com

³ Professora Doutora – Departamento de Fisioterapia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP/ Presidente Prudente. E-mail: analu@fct.unesp.br

ABSTRACT: In Pontal do Paranapanema, extreme southeast of the State of São Paulo, there are more than a hundred of agrarian reform settlements that resist daily “surrounded” by sugar cane plantations. Whether by lack of options or the only way to get money to remain in the settlement, some settlers seek jobs in the sugar cane sector. Those settlers are aggregated into their parents’ properties, then there is no hindrance to working somewhere else. Our main goal in this essay is discussing the agrarian reform in Pontal do Paranapanema, the ways the settlers resist to remain in the land, the work in the sugar cane sector, the ways to control the worker as well as the consequences of that work to the workers’ health. The theoretical and methodological approach consists on analyzing interviews that were made with settlers who work in the sugar cane sector. Those interviews are being processed, but up to now it was possible to observe that the inherent risks of the mechanical working on the sugar cane plantations are related, above all, to the intense pace of working activities.

KEYWORDS: Settlement; Sugar cane; Work; Pontal do Paranapanema.

INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil, enfrentada pelos movimentos sociais, tornou possível a existência da Reforma Agrária que, embora seja tímida, realizou o sonho de mais de um milhão de famílias de ter acesso a um pedaço de terra. No entanto, realizar desapropriações de latifúndios e transformá-los em assentamentos pode não ser suficiente para que as terras se tornem produtivas.

As dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas iniciam-se logo que adentram ao lote, uma terra nua, sem habitação, sem água, sem energia, ou seja, sem o mínimo de infraestrutura para se iniciar uma nova vida. Muitas vezes, continuam em barracos de lona aproveitando o material utilizado nos acampamentos na beira da estrada. Aos poucos conseguem obter recursos para construir a casa, o poço, ter acesso à energia elétrica e produzir no lote.

Às vezes, conseguem acessar alguma política pública que ajuda na melhoria da produção e da qualidade de vida dos assentados. Mas, nem sempre isso é possível tendo em vista a descontinuidade das políticas públicas e os critérios estabelecidos para seu acesso que, muitas vezes, não

levam em consideração a realidade dos pequenos agricultores⁴. Portanto, nem todos conseguem acessar ou manter as políticas públicas.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado prioriza a manutenção de uma economia baseada na produção de *commodities* exportáveis em detrimento de uma soberania alimentar que valorize a agricultura camponesa. Esse fator contribui para a saída da população do campo ou a transformação do assentamento em simples local de morada enquanto o trabalho se dá fora do lote.

Neste texto, visamos discutir essas questões na escala regional do Pontal do Paranapanema-SP, um território disputado por classes sociais distintas que possuem projetos antagônicos sobre a destinação das terras e sua função social. Na primeira seção, realizamos uma breve contextualização sobre as origens dos conflitos no Pontal em que evidenciamos a grilagem de terras e os processos de retomada de frações do território pelos movimentos camponeses. Na segunda seção, discutimos os diferentes projetos em disputa nesse território protagonizados, sobretudo, pelo capital sucroalcooleiro e os assentamentos da reforma agrária. Na última parte, discutimos os resultados parciais de nossa pesquisa de mestrado por meio de entrevistas que foram realizadas com assentados da reforma agrária empregados no setor canavieiro, destacando as formas de controle do trabalhador e os rebatimentos do trabalho para a saúde dos trabalhadores

É importante pontuar o contexto em que se deu a produção das entrevistas bem como nos posicionarmos enquanto pesquisadoras e produtoras dos sentidos atribuídos às falas dos entrevistados. Fundamentamo-nos na ideia de “conhecimento parcial e posicionado” que Silva (2017) atribui às epistemologias feministas. Assim, é de fundamental importância considerar a posição da pessoa que produz o conhecimento e os caminhos que ela percorreu no desenvolvimento da pesquisa para compreender seus resultados.

As autoras, enquanto acadêmicas que não tiveram a vivência camponesa, nem do trabalho no campo, nem da árdua luta pela terra, têm buscado

⁴Um exemplo é o Programa de Microbacias no estado de São Paulo, financiado pelo Banco Mundial, sujeito às exigências dessa instituição. Em sua primeira edição (2000-2008) a prioridade era o meio ambiente incentivando os produtores a adotarem práticas sustentáveis de manejo do solo e da água. Na segunda, houve uma ruptura com o que estava sendo desenvolvido e o programa passou a priorizar a inserção dos pequenos produtores no mercado. O acesso aos recursos foi restringido aos agricultores organizados em associação ou cooperativa e que tiverem planos de negócios submetidos e aprovados. No entanto, essas exigências não levaram em consideração a realidade do estado de São Paulo cujas associações rurais, em sua maior parte, não estão em funcionamento (NEVES NETO; HESPANHOL, p.248, 2015).

compreender a questão agrária brasileira, posicionando-se em defesa da reforma agrária, da produção de alimentos saudáveis e de uma melhor qualidade de vida no campo.

O processo de produção de entrevista é um jogo de relações de poder em que nós pesquisadoras não somos as detentoras do conhecimento, quem detém as informações que precisamos são os entrevistados. A cada pergunta que realizamos está por trás nossos interesses, impomos o assunto que será tratado. Existe um estranhamento entre as partes que se revela nos comportamentos, nas roupas, nos gestos, nas falas de pessoas que vivem realidades distintas.

É preciso ressaltar que estaremos diante de aspectos subjetivos das pesquisadoras e também dos pesquisados. Utilizamos uma abordagem teórico-metodológica da pesquisa qualitativa em que não existe objetividade, normalmente os relatos dos sujeitos são repletos de subjetividade, inexatidões, emoções, visões de mundo e fantasias. “Ao contrário do que se pensa, é exatamente o conjunto dessas alterações que interessa” (MEIHY, 2002, p.47). Pois, uma história contada é sempre uma “versão sobre os fatos e não os fatos em si”, é sempre uma “construção comprometida” (MEIHY, 2002, p.50). Por isso, a pesquisa qualitativa não busca a verdade, mas sim a experiência.

BREVE HISTÓRICO

De acordo com Feliciano (2009), o Pontal do Paranapanema é marcado por um histórico de expropriação e violência, assim como todo o território brasileiro. Os indígenas foram massacrados e expulsos durante o final do século XIX e início do XX. Em seguida, houve um processo de apropriação do território, grilagem de terras e desmatamento de reservas naturais.

Esse território foi construído por meio do conflito entre distintas classes sociais que o disputam resultando em uma fragmentação entre terras ilegais sob o domínio de fazendeiros, terras retomadas pelos camponeses por meio de luta e transformada em assentamentos rurais e terras em disputa judicial, movida principalmente pela pressão dos movimentos camponeses para que se cumpra a lei designando as terras públicas para a reforma agrária (FELICIANO, 2013).

Atualmente, a cana-de-açúcar tem forte predominância na produção agrícola do Pontal do Paranapanema. Esse território passou por diversos ciclos produtivos: o café, uma das culturas mais importantes na região até

a crise de 1929, foi substituído pelo algodão nos anos 1930 e, ao mesmo tempo, surgiram o amendoim e a pecuária com menor expressividade. Outras culturas como arroz, feijão, milho e batata inglesa destacaram-se a partir da década de 1960. Em seguida, as lavouras permanentes passaram a ser substituídas pelas temporárias de soja, trigo e cana-de-açúcar. O trigo era plantado por colonos e voltado para o consumo próprio. A soja, que se expandiu na região entre os anos 2001 e 2005, foi fruto de um planejamento governamental que visava sua expansão para exportação, mas não houve boa adaptação da cultura na região. As áreas ocupadas pela soja foram então substituídas pela cana-de-açúcar (SOBREIRO FILHO, 2013).

A origem da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema remete à década de 1970, época do surgimento do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL). De acordo com Thomaz Júnior (2002), o incentivo estatal tinha como objetivo produzir uma alternativa energética ao petróleo em um período em que a sua cotação estava em alta e o preço do açúcar em queda. Os primeiros canaviais e unidades agroindustriais do Pontal foram geridos por latifundiários da região que se inseriram no setor atraídos pelos incentivos financeiros do programa.

No Brasil, a partir de 2003, houve um novo processo de expansão da cana-de-açúcar em razão do crescimento da demanda internacional e pelo aumento do uso do etanol em automóveis *Flex Fuel*. No Pontal, essa nova expansão ganhou expressão a partir de 2005, dessa vez com unidades agroindustriais ligadas a grupos empresariais ou familiares, de capital nacional ou internacional, como o grupo norueguês *BioEnergy* e a *Odebrecht* que adentram na região por meio de processos de fusão/aquisição expressando um processo de concentração e centralização de capitais (BARRETO, 2012).

De acordo com os dados do CANASAT do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre os anos 2003 e 2013, a área plantada com cana-de-açúcar na região cresceu quase 500%. Por outro lado, como aponta Sobreiro Filho (2013), houve um forte decréscimo das demais culturas, sobretudo do arroz e do feijão.

A luta do movimento camponês no Pontal do Paranapanema iniciou-se na década de 1990 quando milhares de famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizaram centenas de ocupações de terras nesse território com o objetivo de pressionar para que o Estado retomasse as terras devolutas (FERNADES; RAMALHO, 2001).

A partir da disputa pelo território com os latifundiários e empresários do setor canavieiro, frações do território passam para as mãos dos camponeses sem terra. Na década de 1990, o Pontal foi uma das regiões com maior número de conflitos por terra do Brasil. Como aponta Fernandes (2005), a conquista de territórios camponeses é resultado da luta realizada pelos movimentos socioterritoriais e não da boa vontade do Estado em realizar a reforma agrária.

Feliciano (2009) ressalta que antes da formação dos movimentos camponeses existiam apenas duas possibilidades de destino para as terras devolutas: a legalização das posses ou a preservação ambiental. A reforma agrária como possibilidade só surgiu com as ações camponesas.

PROJETOS EM DISPUTA

Atualmente, existem 116 assentamentos espalhados pelo Pontal do Paranapanema onde vivem cerca de 6.364 famílias em uma área somada em mais de 143 mil hectares (Quadro 1). Essas famílias retiram renda sobretudo da produção de leite e produzem para o autoconsumo mandioca e horticultura (BARONE et. al, 2012).

Os programas de comercialização institucional foram um grande estímulo para a produção. Leal (2017) aponta que, em 2013, 1.277 famílias assentadas no Pontal do Paranapanema participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), esse número representou cerca de 30% das participações no estado de São Paulo. No entanto, houve uma forte redução dos recursos destinados a essa importante política pública. No ano de 2012, 2.152 famílias participaram do PAA no Pontal do Paranapanema. Em 2013, houve queda de mais de 40% nesse número com a participação de 1.277 famílias. Em 2014, houve uma elevação na quantidade de famílias participantes do PAA com relação ao ano anterior (1.794), mas não se atingiu o nível de 2012. Em 2015, a queda foi mais abrupta com apenas 669 participações no programa, número que representa uma queda de quase 70%. A descontinuidade desse programa é um fator extremamente preocupante visto que muitas famílias camponesas dependem desse programa para a venda de seus produtos.

Além de não poderem contar com recursos públicos para viabilizar a produção de alimentos, vivem “cercados” pela cana-de-açúcar que se expandiu na região e sofrem as consequências da pulverização aérea de agrotóxicos (MAPA 1). Isso resulta na dificuldade das famílias produzirem alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, pois a produção é contaminada pelo veneno lançado na cana e se não é contaminada, é danificada.

Quadro 1 - Número de assentamentos, famílias e área por município - pontal do paranapanema (1985-2016)

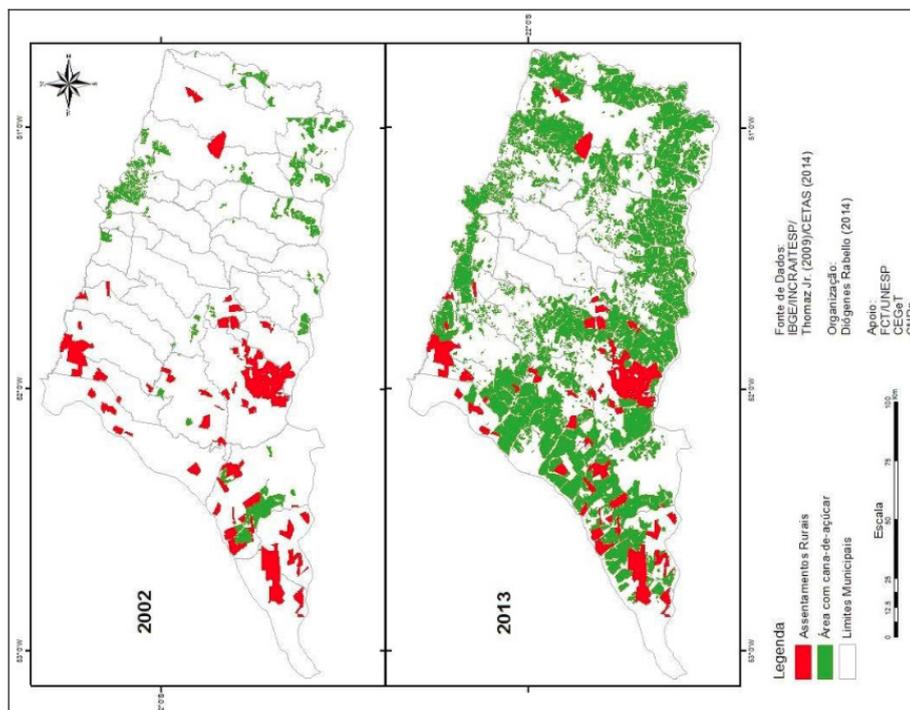
MUNICÍPIO	NÚMERO DE ASSENTAMENTOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA EM HECTARES
CAIUÁ	8	446	10.736
EUCLIDES DA CUNHA	9	519	10.935
IEPÊ	2	84	599
JOÃO RAMALHO	1	29	55
MARABÁ PAULISTA	6	261	6.481
MARTINÓPOLIS	2	124	2.745
MIRANTE DO PARANAPANEMA	36	1733	36.013
PIQUEROBI	3	84	2.595
PRESIDENTE BERNARDES	8	266	7.193
PRESIDENTE EPITÁCIO	4	342	6.088
PRESIDENTE VENCESLAU	8	448	10.101
RANCHARIA	2	178	4.265
ROSANA	4	768	18.307
SANDOVALINA	2	198	4.017
TEODORO SAMPAIO	21	884	23.371
TOTAL	116	6364	143.501

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. Organizado pela autora. Obs.: Atualizado com dados até 2016, disponibilizados pelo DATALUTA.

Ou seja, as pulverizações aéreas atingem não somente os canaviais, mas as pessoas, os animais, os vegetais, os solos, as águas, tudo em seu entorno, em razão das derivas ou desvios da pulverização (PIGNATI, 2007).

Os prejuízos dos produtores de bicho-da-seda nos municípios de Mirante do Paranapanema e Sandovalina foram denunciados pelo Ministério Público. As amoreiras que servem de alimentos para o bicho-da-seda foram inutilizadas após a pulverização aérea levando as lagartas à morte. Assim como produtores de hortaliças de outros municípios da região relataram amarelamento e perda dos cultivos. Criadores também denunciaram a morte de abelhas, afetando a produção do mel. Sandovalina, região relataram

Mapa 1 - O “cercamento” dos assentamentos pela cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (2002-2013)



Fonte: RABELLO, D. (2014).

amarelamento e perda dos cultivos. Criadores também denunciaram a morte de abelhas, afetando a produção do mel. Sandovalina, que é um município com menos de quatro mil habitantes, apresenta o segundo maior índice de nascidos vivos com malformações congênicas e a maior taxa de morte por câncer do pâncreas no estado de São Paulo, existindo fortes indícios para relacionar essas taxas com o uso de agrotóxicos.

Dentre os problemas de saúde que os agrotóxicos podem causar podemos citar o aumento na incidência de cânceres, a redução da fertilidade masculina, anormalidades no desenvolvimento sexual (por exemplo, redução do número de espermatozoides) e problemas no sistema endócrino. Cada vez mais a origem desses problemas está sendo relacionada à exposição ambiental em detrimento das causas genéticas (MEYER *et al.*, 2003).

Outra problemática que atinge os assentados é a produção de pepinos, que é extremamente dependente de agroquímicos e, nessa região, é financiada por

uma empresa do Mato Grosso do Sul. De acordo com Oliveira e Feliciano (2017), a partir de 2015, essa empresa passou a aliciar os moradores dos assentamentos para a produção de pepinos destinados à indústria de picles. De início, tudo parecia muito atrativo, pois a empresa forneceria os insumos, o pacote tecnológico para a produção e assistência técnica. Além disso, a venda da produção seria garantida e o trabalho dividido entre os membros da família. Assim, 120 famílias assentadas no Pontal do Paranapanema passaram a produzir pepinos.

Com o passar do tempo as famílias foram percebendo que o negócio não era assim tão vantajoso como a empresa apregoava. A começar pela subordinação do trabalho camponês imposta pelos técnicos da empresa, as famílias precisavam trabalhar incessantemente para cumprir todas as tarefas diárias: “conduzir a planta nas espaldeiras, colher, irrigar, abastecer com hormônios e venenos os tambores que contem água para irrigação, colher, aplicar venenos via costal, ensacar, transportar” (OLIVEIRA; FELICIANO, 2017). O trabalho exigia uma dedicação integral e diária, sem interrupção em fins de semana e feriado.

Sem contar o uso indiscriminado de uma quantidade enorme de veneno aplicado sem nenhum equipamento de segurança, embalagens com armazenamento e descarte inapropriados, famílias inteiras intoxicadas com sintomas de “dor de cabeça, dores de estomago, sonolência, tontura, fraqueza, perturbação da visão, saliva e suor excessivos, dificuldade respiratória e diarreia” (OLIVEIRA; FELICIANO, 2017).

Em trabalho de campo realizado em fevereiro deste ano, em Sandovalina, conversamos com uma família assentada que produzia pepinos para essa empresa. Soubemos que muitas famílias interromperam os serviços prestados à empresa de pepinos, pois além do trabalho incessante e do uso abusivo de agroquímicos, não conseguiram almejar a renda que havia sido prometida.

Uma das estratégias da empresa para subtrair a renda dos agricultores era por meio de um padrão de qualidade imposto às mercadorias. Os pepinos passavam por um processo de classificação em que se definia se eram de 1ª, 2ª ou 3ª qualidade. É claro que a maior parte era considerada de 3ª qualidade pagando-se trinta centavos no quilo. Enquanto os de melhor qualidade, uma pequena parte, tinha o preço de R\$2,10 por quilo. Desse modo, muitos produtores acabaram endividados, ou seja, além de tudo o que passaram ficaram devendo para a empresa.

Entretanto, vale ressaltar também as resistências camponesas ao processo

de monopolização da terra e do trabalho sob o capital. Destacamos o projeto Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”, uma proposta alternativa de geração de renda para as famílias assentadas diante do enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse projeto é uma parceria entre a Associação Regional para a Cooperação Agrícola (ARCA), do assentamento Gleba XV de Novembro, localizado no município de Euclides da Cunha, o Setor de Produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) da UNESP/Presidente Prudente (NEGRÃO et. al, 2017).

As cestas consistem basicamente na comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores (verduras, hortaliças, legumes, ovos, frango, queijo) principalmente para a comunidade acadêmica (docentes, servidores e discentes) da UNESP e também para consumidores do município de Presidente Prudente. Além de ajudar os produtores, esse projeto tem fortalecido o debate em torno da agroecologia enquanto uma proposta contra hegemônica da ordem estabelecida pelos complexos agro-químico-alimentar-financeiros (NEGRÃO et. al, 2017).

Assim, verificamos que as estratégias de reprodução social dos camponeses, no Pontal do Paranapanema, perpassam pela produção para o autoconsumo, pela participação em políticas públicas (quando existem), por projetos de comercialização de produtos agroecológicos, em uma luta diária pela sobrevivência e pela autonomia, mesmo quando as condições são extremamente desfavoráveis como na atualidade. Mas também envolvem a subjugação do trabalho ao capital, seja produzindo para o capital no lote, seja trabalhando fora.

Percebemos no Pontal do Paranapanema dois processos evidenciados por Oliveira (2012): a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios. O primeiro exercendo o controle da propriedade privada da terra e o do processo produtivo no campo, como é o caso das usinas de cana-de-açúcar, e o segundo controlando o trabalho por meio de mecanismos de subordinação estabelecidos pelo modelo agro-químico-alimentar-financeiro, como é o caso da produção de pepinos.

Em razão da grande dificuldade para se produzir no lote e viver de sua produção, alguns assentados agregados se empregam no setor canavieiro para ajudar a família na manutenção do lote e de seu modo de vida no campo. Na próxima seção, discutiremos a inserção dos camponeses assentados no trabalho do setor canavieiro, as

formas de controle do trabalhador e as consequências desse trabalho para a saúde evidenciando os resultados parciais da nossa pesquisa de mestrado obtidos por meio de entrevistas com esses sujeitos.

TRABALHO NO SETOR CANAVIEIRO

Atualmente, o trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema encontra-se em fase avançada de mecanização. Desse modo, os trabalhadores assentados geralmente conseguem emprego como tratoristas, motoristas e operadores de máquinas colhedoras. É comum pensar que os problemas relacionados à saúde dos trabalhadores do setor canavieiro tiveram fim com a mecanização do corte de cana. No entanto, temos observado que esses trabalhadores sofrem forte controle do trabalho e pressão para o alcance de metas.

As entrevistas aqui analisadas foram produzidas no mês de abril de 2018 em um assentamento localizado em Teodoro Sampaio. Foram entrevistados um motorista, um tratorista, cinco operadores de máquina colhedora, uma ex-cortadora de cana, um ex-cortador de cana e uma técnica em enfermagem da unidade de saúde, totalizando 10 entrevistas. Mas, nesse artigo vamos analisar somente as entrevistas dos trabalhadores do setor canavieiro. Os nomes utilizados para identificar os entrevistados são fictícios para preservar suas identidades.

Primeiramente, vale ressaltar a dificuldade de encontrar esses trabalhadores em suas casas, pois eles chegam a ficar cerca de 12 horas fora do lote, sendo aproximadamente 8 horas de trabalho e 4 horas de trajeto até o local de trabalho e do trabalho para a casa. Grande parte dos trabalhadores vão de moto até um distrito próximo ao assentamento onde pegam o transporte da usina que os levam até o local de trabalho. A distância e o tempo de transporte variam em função do local para onde serão deslocados para trabalharem no plantio ou na colheita.

Existem três turnos de trabalho: turno A (7h00-15h00); turno B (15h-23h00); turno C (23h00 às 7h00). Assim, quem trabalha no turno A sai de casa por volta das 5h e retorna por volta das 17h, quem trabalha no turno B sai às 13h e retorna 1h da manhã, os que trabalham no turno C saem às 21h e retornam aproximadamente às 9h. Eles ainda realizam atividades no lote, principalmente a ordenha de vacas.

Portanto, é difícil esses trabalhadores estarem com tempo disponível para participar das entrevistas, pois ou estão trabalhando fora ou estão

descansando ou estão realizando alguma atividade no lote. Muitos paravam com o que estavam fazendo para nos atender, outros aceitavam conversar conosco mesmo após exaustivas 12 horas de trabalho e trajeto, além desses, tinham aqueles que acordavam mais cedo ou iam dormir mais tarde para poder participar das entrevistas.

Todos esses fatores (cansaço, pressa, sono) podem afetar a produção das entrevistas. Vale ressaltar também que percebemos um certo incomodo quando falávamos que as perguntas seriam a respeito do trabalho no setor canavieiro. Os entrevistados faziam questão de deixar claro que eles não eram os responsáveis legais pelo lote. Além disso, havia o receio de falar da empresa. Aqueles trabalhadores que já haviam se desligado do emprego ficavam mais à vontade para falar e nos forneciam mais informações sobre o trabalho. Já aqueles que estavam empregados, geralmente, respondiam de forma curta com respostas do tipo “é bom, não tenho nada a reclamar”.

Essa foi uma primeira aproximação com os sujeitos de nossa pesquisa, cheia de tensões e dificuldades, mas acreditamos que encontramos algumas pistas para realizar uma discussão acerca desse assunto. A primeira parte da análise das entrevistas consistiu na leitura atenta das falas e sua categorização. Esse processo consistiu na identificação de partes do texto que possuem sentidos semelhantes e a criação de códigos para relacioná-las. Em um primeiro momento separamos pelos seguintes assuntos:

- 1) Assentamento: assuntos relacionados a vida no assentamento como, por exemplo, a falta de renda e a necessidade de trabalhar fora;
- 2) Corpo: refere-se as “marcas” deixadas pelo trabalho no setor canavieiro nos corpos e mentes dos trabalhadores;
- 3) Direitos: perda de direitos e fatos relatados que estão em desacordo com a legislação trabalhista;
- 4) Expansão da cana: opinião sobre a expansão da cana na região e a percepção sobre seus impactos;
- 5) Geração de emprego: falta de emprego e a usina vista como única opção de trabalho;
- 6) Riscos: a percepção dos riscos no trabalho;
- 7) Trabalho na cana: assuntos relacionados ao cotidiano de trabalho na usina;
- 8) Trajeto: relacionado ao trajeto casa-trabalho e trabalho-casa, algo

bastante mencionado nas entrevistas.

Utilizamos o *software Gephi* em que é possível visualizar a conexão entre as palavras pertencentes aos discursos dos entrevistados por meio da elaboração de redes. O programa realiza cálculos estatísticos que evidenciam quais as palavras que mais apareceram nas entrevistas, bem como as relações mais fortes entre os grupos de palavras (FIGURA 2).

Essa estratégia é interessante para que possamos discutir aquilo que mais se destacou nas falas dos entrevistados e não aquilo que nós, intuitivamente, consideramos o mais importante. Nesse momento, voltaremos nossa atenção às relações evidenciadas na rede e buscaremos trechos das entrevistas que melhor expliquem essas relações.

De modo geral, percebemos que “Trabalho na cana” ficou no centro da rede, ligando-se às outras categorias (“Trajeto”, “Direitos”, “Expansão da cana”, “Riscos”, “Corpo”, “Assentamento”, “Geração de emprego”).

Figura 2 - Rede de palavras dos discursos dos entrevistados.



Org.: MACHADO (2018).

“Trabalho na cana” aparece conectado com “trabalho_cana_bom” indicando a opinião que prevaleceu entre os entrevistados de que o trabalho no setor canavieiro é bom. Pode-se destacar a ligação entre “Trabalho na cana”, “cana”, “expansão da cana”, “cana_bom”, “não_serviço”, “Geração de emprego” que significa uma opinião favorável à expansão da cana-de-

açúcar em razão da geração de emprego e por não haver outras opções de serviço na região. Antônio, um dos entrevistados, responde da seguinte forma quando questionado sobre a razão de ter começado a trabalhar no setor canavieiro:

Ah porque aqui é o que tem de serviço aqui. Para a gente aqui não tem outra coisa se não for a usina porque aqui é bem fraco de serviço, não é? Tirou a usina, acabou. Ou é tentar alguém que presta serviço para ela que nem a Ouro Verde⁵ ou a ACP⁶, os terceiros que prestam serviço...tirando isso aí acabou. Ou muitos aí trabalham em fazenda, mas o salário é pouco, não é? (ANTÔNIO, 2018).

A opinião dos entrevistados sobre a “expansão da cana” revela uma contradição em que eles respondiam como lado positivo a geração de emprego, mas também mencionavam a percepção de seus impactos negativos:

Para nós uma parte é boa e outra parte é ruim. A usina precisa. Principalmente, nós aqui que somos cercados no meio da cana, isso para nós não é bom, volta e meia acontece alguns princípios de incêndio aí, que Deus me livre e guarde, não é bom! Não é agradável para a gente não, ficar cercado de cana. Aqui olha, o avião passa veneno...o avião passa veneno[...] Então, só crescendo [a cana] e nós ficando cercados, não é? Como diz, encurralados (JOÃO, 2018).

A categoria “Expansão da cana” liga-se ao “Assentamento” que, por sua vez, evidencia a necessidade do trabalho fora do lote em razão da necessidade de obtenção de renda. O que mais se destaca na produção do lote é o leite, mas que é insuficiente para o sustento da família, daí a necessidade de buscar trabalho fora do lote no setor canavieiro.

ah no sítio você fica só com leite a renda é pouca, se for para ter uma renda aqui para ficar só no sítio tem que tirar muito leite e o gado dá um gasto danado, tem pagar aluguel de pasto, é sal, é tudo (PEDRO, 2018).

Podemos perceber, na cor laranja (FIGURA 02), uma ligação entre

⁵ Empresa transportadora de cana-de-açúcar.

⁶ ACP Bioenergia - empresa que atua no cultivo de cana-de-açúcar fornecendo para as usinas da região.

“Trajeto”, “tempo”, “Direitos” e “corte de direitos”. Algo muito mencionado como um aspecto negativo do trabalho no setor canavieiro, o tempo de trajeto. A mudança na legislação trabalhista impactou fortemente os trabalhadores, pois as horas *in itinere* não são mais contabilizadas na jornada de trabalho, o que representa uma diferença significativa nos salários. Abaixo podemos observar como era a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e como ela ficou após a reforma trabalhista (QUADRO 1). Atualmente, não importa mais se o local de trabalho é de difícil acesso, se é servido ou não por transporte público, se o empregador oferece ou não condução, de acordo com a nova redação da lei o trabalhador tem que “se virar” para chegar ao trabalho e não tem direito a receber pelo tempo no trajeto.

Quadro 1 - Alteração da CLT que trata das horas *in itinere*.

Antes da Reforma Trabalhista:
Art. 58 § 2º O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando , tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
Após a Reforma Trabalhista:
Art. 58 § 2º O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, NÃO será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

Fonte: Brasil, 1943. Nova redação dada pela Lei nº 13.467 de 2017. Organizado pela autora.

Destaca-se outra mudança na legislação que altera as normas do banco de horas no lugar do pagamento de horas-extras em dinheiro. O banco de horas já era previsto na lei, mas foi inserido um novo parágrafo (§ 5º do artigo 59) que diz que pode ser pactuado um acordo individual escrito entre o empregador e o empregado para definir os critérios do banco de horas, a única exigência é que a compensação ocorra no período máximo de

seis meses. Assim, sem ter um limite diário ou semanal o trabalhador fica desprotegido quanto a possíveis abusos praticados pelos patrões.

Voltando à rede de palavras (FIGURA 02), a categoria “Corpo” se relaciona com partes do corpo em que sentem dores ou que já foram lesionadas (pé, joelho, braço, perna, tornozelo, tendão). Também tem conexão com o estresse, os movimentos repetitivos, os afastamentos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), o fato de ficarem muito tempo sentados, o envelhecimento, a necessidade de tomar remédios, as cirurgias pelas quais já passaram, a percepção que tem das consequências do trabalho no corpo, como podemos observar na seguinte fala:

eu vou falar para você que é difícil, não tem nenhum serviço fácil, tudo é difícil. Às vezes, a pessoa fala “ah, vou arrumar um serviço melhor”, não existe serviço melhor, tudo é difícil. É muita “encheção de saco”, aliás “encheção de saco” são as normas da empresa. Então, são as normas da empresa...você tem que estar ali para trabalhar, mas tem dia que a cabeça da gente fica desse tamanho, tem que aguentar. Que nem eu estou praticamente há 9 anos em cima da colhedora, nove anos fez agora dia 1º de abril em cima da colhedora de cana. A gente vai ficando todo arreventado, esses movimentos no braço, movimentos no tornozelo...tudo arreventado, às vezes, a gente fala para as pessoas e elas falam que não é nada...está certo que é velhice. A gente ainda vai nos médicos e os médicos falam: “Não rapaz, isso é movimento repetitivo. Por isso que está dando esse problema”. É complicado, é chato...difícil (JOÃO, 2018).

O ex-cortador de cana entrevistado relatou que ainda sente dores nos ombros, nos braços, nas pernas, mesmo já fazendo anos que não trabalha mais no corte manual. Também carrega as marcas de quatro cirurgias no joelho em razão do rompimento no menisco. Os operadores de máquina relatam torções nos tornozelos quando descem das máquinas, a dor no corpo por ficar muito tempo sentados e, principalmente, o estresse em razão do forte controle exercido sobre o trabalhador que só pode pausar o trabalho em caso de extrema necessidade.

Aí as vezes você tem que ir com pressa porque quando a máquina está trabalhando é tudo ativado, aí avisa a usina que a máquina está trabalhando. Se você deixar ela parada e ela ligada e não alegar lá que você está aguardando ou que quebrou alguma coisa eles já passam

um rádio automaticamente perguntando porque que a máquina está parada com o motor ligado. Parou tem que estar aguardando ou quebrou alguma coisa, tem que passar o rádio para desativar ela (JOSÉ, 2018).

O trabalho ocorre em ritmo tão intenso que, às vezes, não param nem para fazer o horário de almoço. No trecho seguinte, o entrevistado relata que batiam o seu cartão de ponto como se estivesse parando para almoçar, mas não havia pausa. Trabalhavam o turno todo sem realizar a refeição, alguns comiam no ônibus quando estavam indo embora.

Aí não tinha tirador de horas, aí o líder falava: “Pessoal, os operadores de colhedora aí eu vou agradecer vocês se vocês ajudarem aí [...] ajuda a gente...não sei o que, fulano de tal pediu aí para ajudar porque a usina está parando por falta de cana, ajuda aí, quebra o galho aí”. Você está é louco! Trazia a comida embora! Tinha gente que vinha comendo dentro do ônibus, eu não...eu, passou da hora eu já perco a fome. Às vezes, eu levava uma bolachinha, uma maçã, aí dava para ir trabalhando e comendo ou abria o almoço e ia beliscando. Aí depois você não queria nem mais ver a marmita, mas isso aí já aconteceu comigo várias vezes. Aí mandava o crachá para o operador de trator, ele levava e deixava com o líder ou com algum lá que passava o crachá. Aí colega meu que entrou na justiça ele filmou isso aí tudinho e ele entrou na justiça e pegou um bom dinheiro eu fui até testemunha dele por causa disso aí (JOSÉ, 2018).

Na parte azul da rede aparece a categoria “Riscos” que são relacionados principalmente com “incêndio”, “veneno”, “acidente” e “machucar”. Algo que nos chamou a atenção foi a questão do incêndio nas máquinas, como elas não param de trabalhar dia e noite elas esquentam muito e é comum pegarem fogo, por isso sempre tem um caminhão-pipa acompanhando as máquinas. Em razão do número de acidentes relacionados a isso, atualmente a própria máquina tem detector de chamas, com a primeira faísca a máquina para e o fogo é apagado automaticamente. Se o fogo não for apagado automaticamente em razão de uma falha, existe um botão que o operador aperta e dispara o kit anti-incêndio. E o caminhão-pipa tem que estar sempre por perto, se ele se afastar para abastecer o tanque o operador da máquina tem que avisar a central que vai parar porque o caminhão-pipa não está próximo. Outro facilitador de princípio de incêndio é o acúmulo de palhas

no escapamento como explica José:

[...] o escapamento dela sai lá de baixo se ficar entrando palha ali naquela coisa do escapamento pega fogo, o rodante dela também trabalha no meio da palha aquilo lá trabalha ferro com ferro, vai juntando palha, esquenta e, às vezes, começa a dar problema no rolamento e você não percebe. E vai juntando palha, vai juntando palha e você não está vendo...você está trabalhando, levanta uma faísca de uma vez! (JOSÉ, 2018).

Em outro momento comenta que já aconteceu de não conseguirem apagar o fogo e a máquina queimar totalmente: “Queimou que ficou só o arco mesmo”. Um episódio marcante para os trabalhadores foi um colega de trabalho que morreu carbonizado enquanto dirigia o caminhão-pipa⁷. José relata como aconteceu esse acidente fatal:

Foi em 2016, ele trabalhava com caminhão-pipa, ele estava trabalhando perto de um lugar em que eu estava, eu escutei ele pedindo socorro no rádio, ele falou “Tombei o caminhão aqui, socorro! Vem depressa porque está pegando fogo!”. Aí já era, ele tombou o caminhão dentro do lugar que já tinha queimado porque a máquina vai colhendo e vai jogando, não é? A palha. Aquela palha, ela seca ali. [...] Aí o fogo, quando o vento passa com fogo não queima embaixo, só queima por cima. Embaixo fica tipo uma brasinha ali, aí tombou o caminhão e o caminhão saiu esfregando em cima daquilo lá, entrou dentro da cabine. O caminhão é todinho de plástico, aquele teto com aquele material...aí levantou o fogo e já era quando chegou lá o coitado estava todo torrado (JOSÉ, 2018).

O entrevistado ressalta que tinha amizade com o assentado, trabalhador canavieiro, vítima da tragédia. Conta que ele tinha uma roça de quiabo que sempre compartilhava com os amigos. E também tinha um filho pequeno. O que nos chocou ainda mais foi saber que mesmo após ver o amigo morto, carbonizado, eles tiveram que voltar a trabalhar normalmente o resto da noite porque a produção não podia parar.

Com relação aos outros tipos de acidente relatados destaca-se os tombamentos de máquinas e as colisões. Uma razão apontada para os

⁷ Fato noticiado pela imprensa local. Disponível em: <<http://gr21.com.br/motorista-morre-carbonizado-apos-caminhao-tombar-em-pres-epitacio/>> e <<http://divisanoticias.com.br/motorista-morre-carbonizado-apos-caminhao-tombar-em-pres-epitacio/>>. Acesso em 26 abr. 2018.

tombamentos foram os formigueiros que existem no meio dos canaviais, quando a máquina passa por cima eles se abrem e a máquina cai dentro deles. Contaram que uma operadora de máquina tombou enquanto trabalhava a noite e ficou presa no cinto de segurança, por sorte a máquina não pegou fogo. Outro risco é bater em árvores e linhas de transmissão de energia que estão no meio dos canaviais, como ressalta José:

Teve uma colega minha que bateu, acho que ela não tinha muita experiência, e bateu a máquina no poste da rede de energia. O fio caiu em cima da máquina e ela ficou toda energizada, não é? Aí ela [a máquina] tem um borrachão lá dentro da cabine, aí ela não pôde nem se mexer, ela ficou lá dentro da cabine assim [imitou] rezando, chorando até eles virem para desligar a energia [...] (JOSÉ, 2018).

Os operadores de máquina possuem uma visão privilegiada porque a máquina é alta, mas os tratoristas ficam em uma parte baixa e não conseguem enxergar o que estão à sua frente. O trabalho entre operador de máquina e tratorista é sincronizado, um deve acompanhar o outro, pois a cana colhida pela máquina é transferida para o trator. Assim os operadores de máquina, por possuírem uma visão melhor do terreno, precisam direcionar os tratoristas sobre o que tem em volta.

Com relação aos riscos relacionados aos venenos, os operadores de máquina, motoristas e tratoristas relatam que não têm contato direto com agrotóxicos, apenas quem trabalha com o caminhão bazuca que é o que carrega os agroquímicos. Ressaltam que fazem curso de agrotóxicos e que é obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para manuseá-los. Apesar de não terem contato direto, dizem sentir o cheiro do veneno no dia-a-dia do trabalho e que alguns operadores já se intoxicaram. Ressaltam também que, às vezes, acontece de o avião estar pulverizando muito próximo do local onde estão trabalhando.

Além disso, foram relatados outros riscos relacionados ao barulho, à cobras nos canaviais e aos cortes uma vez que eles precisam trocar as facas afiadas da máquina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como propósito discutir o trabalho e a resistência dos assentados da reforma agrária, no Pontal do Paranapanema, que convivem com a expansão da cana-de-açúcar na região, com os impactos pela

pulverização aérea de agrotóxicos e pela falta de políticas públicas que os obrigam a buscar alternativas para continuar no lote e conseguir renda.

As saídas encontradas perpassam pela produção para o autoconsumo familiar e a participação em projetos agroecológicos, mas também se deparam com a subjugação do trabalho seja produzindo mercadorias para o capital no lote, seja empregando sua força de trabalho nos canaviais.

Apresentamos uma contextualização histórica do processo de formação do território do Pontal do Paranapanema, fruto do conflito e da disputa pela terra. Pontuamos as ações do capital nesse território por meio da territorialização dos monopólios e da monopolização do território, assim como destacamos ações de resistência.

O foco principal do texto foi a discussão sobre as condições de trabalho no setor canavieiro, as formas de controle dos trabalhadores e as consequências para sua saúde com base em entrevistas realizadas com assentados agregados que trabalham no setor canavieiro.

De acordo com os resultados parciais aqui apresentados, o trabalho no setor canavieiro, predominantemente mecanizado, é realizado em um ritmo intenso e fortemente controlado. Os trabalhadores têm a percepção de diversos riscos de acidentes que envolvem o trabalho, acidentes que podem ser mortais. Esses fatores fazem com que os trabalhadores tenham que ficar sempre em estado de alerta, fato que gera um nível elevado de estresse.

Além disso, os trabalhadores foram impactados negativamente pelas mudanças na legislação trabalhista, sobretudo, pela perda das horas *in itinere*. Eles ficam cerca de 12 horas fora do lote para trabalhar fora, mas ainda assim realizam as tarefas diárias no assentamento e buscam condições de se manterem na terra.

Os relatos dos entrevistados reforçam a percepção de que a expansão da cana-de-açúcar tem praticamente “cercado” os assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema impondo dificuldades para a produção de alimentos agroecológicos e acarretando a perda de produção em razão da pulverização aérea de agrotóxicos. O discurso em torno da geração de emprego que o setor fornece para a região, esbarra-se nas condições de trabalho que degradam a saúde dos trabalhadores. Além disso, há a degradação ambiental com todo o prejuízo causado pela contaminação por agrotóxicos das águas, dos alimentos e do meio ambiente impactando na qualidade de vida de toda a população que reside no Pontal do Paranapanema.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO. Entrevista concedida à Angela dos Santos Machado. Teodoro Sampaio, 2018.

BARRETO, M.J. Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho. 245 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

BARONE et al. Considerações acerca da produção nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Retratos de assentamentos**, v.15, n.1, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em 23 mai 2018.

NEVES NETO, C. de C.; HESPANHOL, A.N. Os efeitos da descontinuidade no programa de microbacias em São Paulo. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n.22, vol.2, p.234-251, 2015.

DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra: Relatório Pontal do Paranapanema 2013. **NERA**. Presidente Prudente, 2014.

FELICIANO, C.A. Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 575 f. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. O conflito com o elemento chave na construção da região do Pontal do Paranapanema. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.167-186, 2013.

FERNANDES, B.M. Delimitação conceitual de Campesinato. In. CARVALHO, H. M. de. **O Campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FERNANDES, B.M.; RAMALHO, C.B. Luta pela terra e desenvolvimento

rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

ITESP. **Assentamentos Rurais**. Disponível em: <<http://201.55.33.20/page.php?tipo=21>>. Acesso em 20 mai 2018.

JOÃO. Entrevista concedida à Angela dos Santos Machado. Teodoro Sampaio, 2018.

JOSÉ. Entrevista concedida à Angela dos Santos Machado. Teodoro Sampaio, 2018.

LEAL, S.C.T. A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos. **Dissertação** (mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2017.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEYER, A., *et al.* Os agrotóxicos e sua ação como desregulares endócrinos. In: PERES, F., and MOREIRA, JC., orgs. **É veneno ou é remédio?: agrotóxicos, saúde e ambiente** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 101-118.

NEGRÃO, G.C.P. et. al. Estratégias de reprodução do campesinato no Pontal do Paranapanema (SP): o caso da comercialização das cestas agroecológicas e solidárias “raízes do Pontal”. In: Anais da XVIII Jornada do Trabalho: A dialética entre o pessimismo da razão e o otimismo da ação para a classe trabalhadora em tempos de golpe, 2017. Goiânia. **Anais...Goiânia**: UFG, 2017, p.355-370.

OLIVEIRA, A.U de. **A mundialização da agricultura brasileira**. In: Colóquio Internacional de Geocrítica: Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX, 12. Bogotá, mai., 2012.

OLIVEIRA, L.B. de; FELICIANO, C.A. Pontal do Paranapanema: integração dos assentados de reforma agrária à indústria no plantio de pepinos. In: Anais da XVIII Jornada do Trabalho: A dialética entre o

pessimismo da razão e o otimismo da ação para a classe trabalhadora em tempos de golpe, 2017. Goiânia. **Anais...**Goiânia: UFG, 2017, p.146-160. PEDRO. Entrevista concedida à Angela dos Santos Machado. Teodoro Sampaio, 2018.

PIGNATI, W.A. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. **Ciência e Saúde Coletiva**, 12(1):105-114, 2007.

RABELLO, D. Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica. **Monografia**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2014.

SILVA, J.M. ‘Não me chame de senhora, eu sou feminista’!: posicionalidade e flexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**. vol.19, nº40, Niterói, mai./ago., 2017.

SOBREIRO FILHO, J. O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. 546 f. **Dissertação** (mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume, 2002.

APOSENTADORIA ENTRE OS ASSENTADOS RURAIS: CONQUISTAS, BENEFÍCIOS E BLOQUEIOS

*Rubens de Oliveira Eliziário¹
Vera Lucia Silveira Botta Ferrante²
Hildebrando Herrmann³*

RESUMO: O objetivo deste artigo foi discutir a previdência social rural no Brasil e as particularidades do segurado especial no Assentamento Reage Brasil, Bebedouro-SP. Foram aplicados questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas às 57 pessoas de 42 lotes que recebem benefícios previdenciários e em 10 lotes que não dispõem do benefício previdenciário, além de serem consultados dados de caderneta de campo de 2014 e bancos de dados da Fundação ITESP. Os resultados revelam contradições e erros de interpretação na aplicação dos direitos previdenciários ao segurado especial. Constatou-se também que após a obtenção do benefício, ocorrem mudanças benéficas na vida do assentado. Os recursos são utilizados para a compra de alimentos, insumos agropecuários, roupas e remédios, reforma da casa, viagem para casas de filhos e realização de empréstimo consignado. A maioria dos benefícios, que tem melhorado a qualidade de vida das famílias, só foi conseguida via ação judicial. O tema ganha importância, não só porque a reforma da previdência tem sido matéria de discussão continuada e controversa da conjuntura brasileira, mas porque é pouco estudada na significativa produção acadêmica voltada a assentamentos rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos rurais; Previdência Social Rural; Segurado Especial.

¹Mestre pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara – UNIARA. Advogado e Técnico em Desenvolvimento Agrário da Fundação ITESP. E-mail: rubenselizario@yahoo.com.br.

²Docente e Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA. E-mail: ybotta@techs.com.br.

³Docente do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA. E-mail: dtmeioambiente@uniara.com.br.

ABSTRACT: The objective of this article was to discuss rural social security in Brazil and the particularities of the special insured in Settlement Reage Brasil, Bebedouro-SP. Structured questionnaires and semi-structured interviews were applied to 57 people from 42 lots that receive social security benefits and in 10 lots that do not have the social security benefit, in addition to being consulted data from the field book of 2014 and ITESP Foundation databases. The results reveal contradictions and errors of interpretation in the application of social security rights to the special insured. It was also found that after obtaining the benefit, beneficial changes take place in the life of the settler. The funds are used for the purchase of food, agricultural inputs, clothing and medicines, home renovation, travel to children's homes and payroll loan. Most of the benefits, which have improved the quality of life of the families, were only achieved through legal action. The issue becomes important, not only because pension reform has been a subject of continuous and controversial discussion of the Brazilian scenario, but because it is little studied in the significant academic production aimed at rural settlements.

KEYWORDS: Rural settlements; Rural social security; Special insured.

INTRODUÇÃO

Este artigo tratou dos aspectos sociais, econômicos, fundiários e previdenciários do Assentamento Reage Brasil no Município de Bebedouro no Estado de São Paulo.

O assentamento Reage Brasil é um assentamento estadual de responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP)⁴. Está localizado no município de Bebedouro, região norte do estado de São Paulo, que faz parte da Bacia Hidrográfica Baixo Pardo/Grande.

O assentamento, que foi criado oficialmente em setembro de 1998, é composto por 84 lotes familiares de 8,5 ha de área agrícola, em média, e de 3,5 ha de áreas destinadas para manejo florestal, totalizando 671.761 hectares de área agrícola, 263.421 ha de áreas destinadas à reserva florestal legal e preservação permanente e 295,73 ha de área destinada para manejo florestal (OLIVEIRA, 2006). Nestes 42 lotes moram 57 pessoas beneficiadas pela previdência e que recebem algum tipo de benefício previdenciário: aposentadoria, pensão ou ambos. Nos demais lotes, seus possuidores, ou

⁴ O ITESP é o órgão estadual implementador da política agrária em São Paulo, com atuação na instalação de projetos de assentamentos em áreas públicas estaduais e terras devolutas.

não atingiram a idade de aposentadoria ou simplesmente não fazem jus aos benefícios da Previdência Social como pensionistas. Deve-se ressaltar que esses benefícios previdenciários estão distribuídos da seguinte forma: 30 mulheres, das quais 3 são agregadas e 33 homens, dos quais 3 são agregados.

O objetivo deste artigo foi promover uma discussão sobre a previdência social rural no Brasil e as particularidades do segurado especial em um território de um assentamento de reforma agrária, cuja região é dominada pelo agronegócio, com ênfase para dois aspectos particulares: o tratamento discriminatório praticados pelos agentes públicos e a dificuldade para obtenção desses direitos constitucionais, em que pese a legalidade dos requerimentos apresentados.

A TRAJETÓRIA DA SEGURIDADE SOCIAL ATRAVÉS DO TEMPO: UM RESGATE HISTÓRICO

Na Roma antiga, havia o “pater famílias”, que tinha a obrigação de prestar assistência aos servos e clientes necessitados. O soldado romano guardava duas sétimas partes do seu salário para quando se “aposentasse”. Recebia além do seu saldo um pedaço de terra, o que também era uma forma de proteção previdenciária.

Na Inglaterra, em 1601, editou-se a “*Poor Relief Act*”, foi o primeiro documento legislativo de grande importância, no que diz respeito à Previdência Social. Era uma lei de amparo aos pobres. Regulamentava a instituição de auxílios e socorros públicos aos necessitados. Previa uma contribuição obrigatória dos ocupantes e usuários de terras para auxílio aos indigentes.

Em 1897, foi instituído o “*Workmen Compensation Act*”, seguro obrigatório contra acidentes do trabalho, onde o trabalhador tinha o direito a uma indenização, caso ocorresse algum acidente. Em 1907, foi estabelecido o sistema de assistência ao idoso. Em 1908, foi concedida pensão aos maiores de setenta anos, independente de contribuição. Em 1911, foi determinada a aplicação de um sistema compulsório de contribuições sociais a cargo do empregador, empregados e do Estado.

Em 1941, por meio do plano Beveridge⁵, foi implantado um programa de prosperidade política e social, que garantia recurso suficiente para que se algum trabalhador, por qualquer motivo, não pudesse trabalhar seria

⁵O plano de Lord Beveridge tinha como objetivos: unificar os seguros sociais existentes; tríplex forma de custeio; estabelecer o princípio da universalidade e igualdade de proteção. Este plano visava atingir a todas as pessoas, mesmo aquelas que não eram empregadas. Inspirado neste plano, em 1944, o governo inglês apresentou o plano de previdência social que foi implantado, em 1946.

coberto pelo seguro social.

Foi na Alemanha que teve origem o primeiro ordenamento legal que tratou da Previdência Social. Para atenuar tensões da classe trabalhadora, o Chanceler Ottan Von Bismack introduziu uma série de seguros sociais. Em 1883, foi introduzido o seguro-doença que era custeado por empregados, empregadores e Estado; em 1884, foi instituído o seguro de acidente do trabalho, pago pelos empregadores; em 1889, foi criado o seguro de invalidez e velhice, de responsabilidade dos trabalhadores, empregadores e Estado. Além disso, todos os trabalhadores que recebessem até 2.000 marcos anuais eram obrigados a se filiar a uma seguradora ou a entidades de socorros mútuos. Estas medidas tinham caráter eminentemente político. Devido a decorrência da crise industrial, os movimentos socialistas encontravam-se fortalecidos e a medida visava obter a consagração social. Isto culminou com o surgimento do Código de seguro social alemão, em 1911 (MEIRELLES, 2009).

Somente os empregados tinham direito à proteção social, desde que contribuíssem. Este modelo foi denominado Bismarckiano. Após os seguros sociais, em 1919, a Constituição de Weimar determinava que o Estado se incumbiria da subsistência do cidadão alemão, caso não houvesse oportunidade aos trabalhadores de ganhar a vida com um trabalho produtivo. Foi criado o plano chamado de cobertura social. Era obrigatório para os trabalhadores do setor

Nos Estados Unidos, com a influência da política do *Welfare State*, a evolução da Previdência Social se deu quando o Presidente Franklin Roosevelt, para tentar resolver a crise econômica de 1929, introduziu o “*New Deal*”, estado do bem-estar social com o objetivo de combater a miséria com um conjunto de políticas estatais, para criar novos empregos e uma rede de previdência e saúde pública. Teve, através do seu Congresso, aprovado o *Social Security Act*, amparando idosos e instituindo, também, o auxílio-desemprego (MEIRELLES, 2009).

Este modelo foi considerado Beveridgeano, pelo qual todos os cidadãos tinham direito à seguridade social, independente de contribuição. Há diferença entre o sistema bismarckiano e o beveridgeano. Este último é universal, protege todos os cidadãos, já o bismarckiano é um seguro social, protegendo somente aqueles que contribuem para o sistema.

O período de universalização da Previdência corresponde, ao período de expansão geográfica dos Estados Unidos, tendo como ápice o Tratado de

Versalhes de 1919, que criou a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 1919. Tal órgão passou a evidenciar a necessidade de um programa sobre previdência social, aprovando-o em 1921. Várias convenções vieram a tratar da matéria, como a de nº 12, sobre acidentes do trabalho na agricultura, de 1921; a Convenção nº 17 (1927), sobre “indenização por acidente de trabalho”, e outras (MARTINS, 2010, p. 5).

O México foi o primeiro país a incluir o seguro social em seu texto constitucional, isto na Constituição de 1917, tratado em seu artigo 123. Assim, surgiu uma nova fase no mundo, denominada constitucionalismo social, onde as constituições dos países começaram a ter, em seus textos, os direitos sociais, trabalhistas, econômicos e previdenciários. Em 1948, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos do Homem que, em seu artigo XXV, determinava:

todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar, a si e à sua família, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à seguridade no caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice, ou outros casos de perda dos meios de subsistências em circunstâncias fora de seu controle.

Assim, em todos os países foram sendo elaborados e instituídos programas de seguridade social.

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO BRASIL: O PROCESSO DE CONQUISTA DA CIDADANIA

O direito à seguridade social no Brasil foi construído por meio de muitas lutas e conquistas dos trabalhadores. É o resultado de um processo contínuo, que demandou o desenvolvimento de novos conceitos e instituições. Gradativamente, novos sujeitos foram sendo reconhecidos como possuidores de direitos e, nesse processo, a última categoria a obter o reconhecimento foi a do trabalhador em regime de agricultura familiar. Esse fato é paradoxal porque tendo sido o trabalhador rural uma das primeiras categorias profissionais do Brasil, foi a última a ter seus direitos reconhecidos.

O direito da seguridade social, ou seja, os direitos previdenciários dos

trabalhadores urbanos, têm como marco a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos, que ⁶; previa a entrega de prestações assistenciais e um plano de pensão para seus funcionários, os empregados das Ordens Terceiras, além de outras instituições que mantinham hospitais, asilos, orfanatos e casas de amparo a seus associados e desvalidos (MEIRELLES, 2010). Contudo, somente no ano de 1945 é que teve início os direitos previdenciários dos trabalhadores rurais brasileiros.

Em 1963, praticamente surgiu uma mini Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) rural, por meio da Lei n. 4.214, de 1963, denominada de Estatuto Rural, que tratou dos direitos individuais, coletivos, processuais, previdenciários e fiscalização trabalhista no campo rural. Esta lei aproximou os direitos do trabalhador rural aos direitos do trabalhador urbano (PAIDA, 2012).

Este estatuto foi promulgado num momento de conflitos sociais crescente em torno do problema da terra que teve início na década de 1960. Mobilizados pelas ligas camponesas⁷ e outras entidades de caráter classistas decidido a lutar por melhores condições de vida (FERRANTE, 1976). Não foi uma atitude consciente e concreta de atendimento aos problemas das relações de trabalho rural, mas o reconhecimento oficial da gravidade do problema agrário que tinha atingido um ponto que era necessário algumas soluções (FERRANTE, 1976).

Atendendo às reivindicações dos trabalhadores rurais, neste ano de 1963, o Presidente João Goulart criou, por meio da Lei n. 4.212, de 2 de março de 1963, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), que incluiu essa categoria profissional nos benefícios previdenciários. Essa foi a primeira regulamentação específica e abrangente no direito brasileiro acerca do trabalhador rural (SILVA, 1999). Esta lei tratou pormenorizadamente de todos os aspectos trabalhistas referentes a esse trabalhador em seu artigo 2º, em que acentuava que trabalhador rural “[...] é toda a pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro” (BRASIL, 1963).

⁶Santa Casa de Misericórdia de Santos: Foi fundada por Brás Cubas em 1543. Tendo sido inspirada nas Misericórdias de Portugal. Era chamada de Hospital de Todos os Santos. Nome que foi adotado pela cidade. Brás Cubas foi provedor por 49 anos.

⁷Ligas Camponesas: As Ligas Camponesas foram um movimento de luta pela reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) iniciado a partir de 1945. Criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil.

Art. 158. Fica criado o “Fundo Assistência e Previdência do Trabalhador Rural”, que se constituirá de 1 % (um por cento) do valor dos produtos agropecuários colocados e que deverá ser recolhido pelo produtor, quando da primeira operação, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, mediante guia própria, até quinze dias daquela colocação.

Mas essas conquistas, na prática, não foram concretizadas: faltaram recursos financeiros, e os trabalhadores rurais continuaram sem os direitos previdenciários (BRUMER, 2002).

Foi durante o regime militar brasileiro (1964-1985), conservador, centralizador e autoritário, que houve alguns avanços. Nesse período, expandiu-se aos trabalhadores rurais a cobertura do sistema previdenciário, aprovou-se o Decreto-Lei nº 276, de 11 de novembro de 1966, que reformulou o Estatuto do Trabalhador Rural e o adequou a suas reais possibilidades (SCHIEFELBEIN, 2011). Outra alteração significativa do governo militar foi o Decreto-Lei nº 564, de 1º de maio de 1969, que criou o Plano Básico da Previdência Social, restabelecendo outros benefícios.

Com esse decreto-lei, ocorreu um avanço nos direitos dos trabalhadores rurais; o dispositivo estendeu a previdência social ao trabalhador rural, principalmente aos empregados do setor agrário da agroindústria canavieira, por meio de um plano básico. Ainda em 1969, o Decreto-Lei nº 704, de 24 de julho, complementou e ampliou o Plano Básico da Previdência Social Rural aos empregados das empresas produtoras, aos fornecedores de produtos agrários *in natura* e aos empreiteiros que utilizassem mão de obra para produção e fornecimento de produtos agrários. Também naquele ano as empresas passaram a recolher a contribuição previdenciária sobre o trabalho autônomo, mas os objetivos não foram atingidos de maneira satisfatória, levando o governo a buscar novas iniciativas no campo da previdência social rural (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000).

Note-se ainda o que efetivamente marcou a viabilização do sistema rural foi a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou, no lugar dos programas anteriores, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), produto de um Estado Autoritário que de certa forma representou um projeto avançado (FERRANTE, 1976). Beneficiava com a aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, no valor de meio salário mínimo apenas para o arrimo da família (o que

praticamente excluía as mulheres). Elas eram consideradas dependentes do marido, restava o benefício de pensão por morte, do auxílio funeral e do auxílio-reclusão, também no valor de meio salário mínimo.

A lei não previa a contribuição dos trabalhadores rurais, mas sim a aposentadoria por velhice, invalidez, pensão e auxílio-funeral; o valor era de metade do salário mínimo. Além disso, previa o direito ao serviço social e de saúde. Saliente-se que foi por meio dessa lei que os trabalhadores rurais passaram a ser segurados da Previdência Social (CASTRO; LAZZARI, 2005).

Nos anos seguintes, foram sendo aperfeiçoados direitos e benefícios dos trabalhadores brasileiros. Ainda segundo Schiefelbein (2011, p.21):

Até o ano de 1977 os beneficiários da Previdência rural e urbana eram assistidos por dois órgãos distintos: o Funrural e o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) os quais eram responsáveis pela assistência médica, assistência social, prestação de benefícios e por toda a estrutura administrativa e financeira dos seus programas. Com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) através da Lei 6.439 de 1 de setembro de 1977 as duas clientelas passam a ser unificadas e cada função passou a ser de um órgão específico.

O marco da objetivação democrática e social do Estado Brasileiro foi a Constituição Federal de 1988, que alargou o tratamento constitucional dado à Previdência Social, dispendo pela primeira vez do termo “seguridade social” como sendo um conjunto de ações integradas envolvendo saúde, assistência e previdência social (HOMCI, 2009).

SEGURADO ESPECIAL: ENTRE A LEI E A PRÁTICA

Segurado especial é aquele trabalhador rural cuja produção do trabalho é feita para a economia familiar, não utilizando assim da mão de obra assalariada. Nessa categoria, incluem-se os cônjuges, companheiros e os seus filhos com idade maior que 16 anos, desde que trabalhem com a família em atividades rurais.

A Constituição de 1988 trouxe uma cobertura ampla e equitativa entre os trabalhadores urbanos e rurais e introduziu o princípio do acesso universal de idosos e inválidos, de ambos os sexos, à previdência social (DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 2000). Extinguiu-se o tratamento diferenciado dos trabalhadores rurais em relação aos urbanos (FERNANDES, 2005). Pelo

menos conforme a Constituição.

Várias mudanças importantes e significativas foram implantadas com a nova Constituição, como:

- O valor do benefício para aposentadorias e pensões passou a ser de um salário mínimo federal;
- As mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter direito à aposentadoria;
- A idade de acesso à aposentadoria para os trabalhadores rurais ficou estabelecida em 60 anos para homens e 55 para mulheres; e
- A comprovação do tempo de atividade rural passou a ser documentada e exigida na mesma extensão que o período de contribuição mínimo previsto para os segurados urbanos (SCHWARTZER, 2000; FERNANDES, 2005).

Houve uma reconfiguração no direito previdenciário, sendo criado o INSS, por meio do Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, que passou a ser responsável pela previdência social. O instituto tem a finalidade de cobrar as contribuições e a conceder os benefícios.

O marco fundamental destas mudanças, foram as leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que instituem a condição de segurado especial aos trabalhadores rurais e produtores que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar (SCHIEFELBEIN, 2011). Outra conquista importante foram os critérios do segurado especial, em decorrência do desgaste físico derivado do seu trabalho, teve a idade da aposentadoria diminuída em cinco anos em relação ao trabalhador urbano. Sendo que para a mulher a idade é de 55 anos e para o homem é de 60 anos. Essas leis, assim trataram os segurados especiais:

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de:

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais,

que explore atividade:

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ou
 2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;
- b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e
- c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas *a* e *b* deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

[...]

§ 7º Para serem considerados segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 16 (dezesesseis) anos ou os a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar.

§ 8º O grupo familiar poderá utilizar-se de empregados contratados por prazo determinado ou trabalhador de que trata a alínea *g* do inciso V do caput deste artigo, em épocas de safra, à razão de no máximo 120 (cento e vinte) pessoas/dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho (BRASIL, 1991a).

Para acessar o benefício mínimo de um salário mínimo, os trabalhadores rurais devem comprovar tempos variados de trabalho em regime de economia familiar sem subordinação a empregador conforme o benefício. Sendo que para a aposentadoria por idade são 180 meses ou 15 anos (GARCIA, 2013; BRUGNHARA, 2014).

Nota-se que uma complexidade de normas forma o arcabouço legislativo

que regula a concessão dos benefícios aos segurados rurais, a começar pelo seu enquadramento, que possui regras muito subjetivas, inclusive estabelecendo tratamento diferenciado entre a contribuição do trabalhador rural e do urbano.

De acordo com a Carta Magna, os trabalhadores em regime de economia familiar, categoria que engloba os assentados da reforma agrária, não são obrigados a contribuir de maneira direta ao INSS. Tais direitos, em que pesem as discussões atuais, são frutos de muita luta e até de mortes de trabalhadores rurais durante o período que precede a Constituinte de 1988.

O caráter indireto da contribuição previdenciária dos trabalhadores rurais fica evidenciado no art. 195, § 8º, da Constituição Federal. Nota-se que a contribuição será de acordo com o resultado da comercialização de sua produção:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

[...] §8º O produtor, o parceiro, o meeiro, arrendatário rural e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei (BRASIL, 1988).

Observa-se que passados 30 anos da promulgação da Constituição, muitos ainda desconhecem a existência desses direitos, inclusive os próprios trabalhadores em regime de agricultura familiar. Isso cria para os interessados muitas dificuldades no resgate de seus direitos, quer pelas exigências feitas pelo INSS, quer pela recusa do agente federal no recebimento de certos documentos como prova do trabalho rural (GARCIA, 2013).

As normativas editadas pelo INSS, que, na maioria das vezes, são explicativas, dão margem a muitos erros de interpretação; um exemplo claro é a instrução normativa INSS/PRES nº 77, de 21 de janeiro de 2015, que continua exigindo dos trabalhadores rurais em regime familiar a apresentação de duas declarações de exercício de atividade rural para entrarem com pedido de solicitação de benefícios previdenciários, ou a

comprovação dos 180 meses (quinze anos) trabalhados com provas materiais de que são segurados especiais. A declaração deverá ser fornecida pelo sindicato dos trabalhadores rurais na agricultura familiar, na falta deste, pelas autoridades competentes para fornecer estas declarações, Juízes de Direito, Representante do Ministério Público, Delegados de Polícia e Diretores de Escolas (ELIZIÁRIO, 2009).

Por determinação do INSS, de acordo com a Normativa nº 77, não são aceitas declarações emitidas por órgãos públicos: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), para os agricultores da agricultura familiar em geral, a Fundação Itesp, para os beneficiários da reforma agrária estadual (Estado de São Paulo), e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para os beneficiários da reforma agrária federal.

Constata-se, que os agricultores familiares não conseguem acessar administrativamente seus benefícios previdenciários, tendo de recorrer ao Judiciário para terem seus direitos reconhecidos, tornando demorado o acesso ao benefício. Muitas vezes, precisam recorrer à prova exclusivamente testemunhal, o que desperta grande controvérsia em matéria previdenciária (GARCIA, 2013). Nessa mesma perspectiva, salienta Garcia (2013, p. 173) que: “os segurados rurais das diversas categorias, de um modo geral, encontram dificuldade na obtenção de provas do exercício de atividade laborativa no campo”.

No que concerne à contribuição do Segurado Especial à Previdência Social, delimita-se que, embora muitos achem que não há contribuição, os segurados especiais contribuem sim para a Previdência Social. Sua contribuição é feita em decorrência da venda de sua produção agropecuária. Os valores pagos são de 2,1% da receita da venda obtida de sua produção, sendo 2% destinados à seguridade social e 0,1% ao financiamento das prestações a serem pagas em virtude de acidentes de trabalho, conforme explicitado na Lei nº 8.212/91.

A responsabilidade pelo preenchimento da guia e pelo recebimento da contribuição previdenciária do segurado especial é do comprador, quando feita por pessoa jurídica. Quando a comercialização for feita no varejo, para consumidores pessoas físicas, a responsabilidade é do segurado especial, o que na maioria das vezes não acontece. Assim, somente são isentos de contribuição os produtores rurais que produzem somente para sua subsistência, devendo ser comprovado esta condição. Em termos processuais, infere-se que, para conseguir fazer as contribuições, o segurado especial

tem de fazer um cadastro no INSS e provar a sua condição de segurado especial, passando pelos mesmos problemas de apresentação de provas de quando vão requerer benefícios junto ao INSS.

Quanto aos riscos da perda da condição de segurado especial, percebe-se que a atividade laborativa no meio rural é penosa e geralmente desvalorizada. Assim, a cada dia essa categoria procura desenvolver novos meios para melhorar sua renda e fortalecer-se. É constante a preocupação do agricultor familiar em saber se continua com seu direito de segurado especial exercendo determinada atividade.

De acordo com o art. 10 da Lei nº 11.718/2008, que acresceu o § 8º ao art. 11 da Lei nº 8.213/91, o produtor rural não perde a condição de segurado especial se:

I – a outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar;

II – a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano;

III – a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar; e

IV – ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo; e

VI – a associação em cooperativa agropecuária (BRASIL, 1991b).

Por outro lado, o produtor rural perde a condição de segurado especial se tiver outras fontes de renda que sejam superiores a um salário mínimo. É importante frisar que os segurados especiais têm de ter como atividade exclusiva a agricultura familiar, para perder esse direito. Exceto aposentadoria por idade rural. E muitas vezes, o trabalhador em regime de economia familiar, por desconhecimento, e com o objetivo de ser segurado da previdência social, faz contribuição facultativa, perdendo assim a

condição de segurado especial.

Por desconhecer seus direitos, muitos trabalhadores deixam de reivindicar os benefícios previdenciários a que fazem jus. Ignoram também que a perda de seus direitos ocorre no dia seguinte aos prazos estabelecidos na Lei n. 10.118/2008. O segurado especial conserva seus direitos aos benefícios de acordo com o art. 15, §3º, da Lei nº 8.213/91, quando:

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;

II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.

III - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;

IV - até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar (BRASIL, 1991b).

Em relação aos dependentes do segurado especial, há três classes deles. Seguindo a norma geral da Lei nº 8.213/91, em seu art. 16, são dependentes:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 2º. O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a

segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada (BRASIL, 1991b).

Para ter direito ao benefício previdenciário, os dependentes precisam comprovar a dependência por meio de documentos que comprovem a dependência econômica dos pais, do irmão não emancipado ou de outros membros da família menores de 21 anos ou inválido. Essa é a classe que mais enfrenta dificuldades na obtenção de benefícios previdenciários, visto que os funcionários do INSS exigem documentos que os dependentes muitas vezes não possuem. Citamos, por exemplo, as filhas solteiras dos agricultores familiares que engravidam e ao solicitarem o salário maternidade, lhes são exigidas notas de venda de produtos agropecuários em seu nome: e, não havendo, é-lhes negado o benefício, sendo que, dessa forma, o solicitante se vê obrigado a buscar o judiciário para ter seus direitos reconhecidos.

Outra dimensão de dificuldades que passa o assentado é a prova da identidade rural. Garcia (2013) informa que, os segurados rurais das diversas categorias, de um modo geral, encontram dificuldade na obtenção de provas do exercício de atividade laborativa no campo. O grande problema é que muitos documentos exigidos são de tempos passados e a chamada prova contemporânea do tempo, em que se deseja provar a condição de segurado especial, torna tudo muito mais difícil. Se alguém desejar provar que há dez anos era trabalhador rural em regime de agricultura familiar, necessita de algum tipo de prova material daquela época, como, por exemplo, um contrato de arrendamento, um bloco de notas de produtor rural, nota de compra de insumo agrícola, etc. Essa é a grande limitação, já que muitos não possuem o “arquivo morto” e muitas vezes nem sabem que são segurados especiais da previdência. Além disso, são muito comuns situações em que os contratos foram realizados verbalmente ou em que o comércio dos insumos era feito informalmente. Consequentemente, muitas vezes esses trabalhadores rurais possuem direitos líquidos e certos, mas não conseguem obtê-los por conta da falta de provas documentais.

Assim, é necessário buscar no Poder Judiciário o reconhecimento de seus direitos, ainda que isso consuma tempo desnecessário. Quem o faz, obtém êxito, o que comprova a legalidade do pedido. Durante esse processo, vários documentos apresentam potencial comprobatório; assim, os documentos que comprovam a atividade rural são os chamados documentos de prova

plena, de acordo com a nova redação do art. 106 da Lei nº 8.213/91, dada pela Lei nº 11.718/2008:

Art. 106. A comprovação do exercício de atividade rural será feita, alternativamente, por meio de:

I – contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II – contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural

III – declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

IV – comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar;

V – bloco de notas do produtor rural;

VI – notas fiscais de entrada de mercadorias, de que trata o § 7º do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor;

VII – documentos fiscais relativos à entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante

VIII – comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção

IX – cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural;

X – licença de ocupação ou permissão outorgada pelo Incra (BRASIL, 2008).

Mesmo apresentando esses documentos, o INSS muitas vezes indefere o pedido de benefício previdenciário aos agricultores em regime de agricultura familiar. Visto que as leis e as normas são interpretadas erroneamente pelos agentes do INSS.

No caso das mulheres, é ainda mais difícil o reconhecimento de sua condição de segurado especial, pois, de acordo com o art. 55, §3º, da Lei nº 8.213/91:

§ 3º - A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento (BRASIL, 1991b).

Assim, o INSS, ao exigir provas materiais das mulheres, torna mais difícil a comprovação, principalmente os documentos comprobatórios da profissão de lavradora, posto que na maioria dos seus documentos a profissão vem anotada como sendo “do lar” ainda que se dedique aos afazeres rurícolas. De acordo com o art. 136, §1º, da Instrução Normativa nº 11/2006, são subsídios para a homologação da declaração dos sindicatos documentos que comprovam a atividade rural. O INSS tem liberdade para analisar e homologar a declaração dos sindicatos dos trabalhadores em regime de economia familiar ou rejeitá-la, desde que justifique tal rejeição, devendo analisar todos os documentos que o segurado possuir. Mas, na maioria das vezes, os funcionários, por desconhecimento da legislação e falta de boa vontade, não homologam a declaração do sindicato. Contemporaneamente, é pacífico o entendimento de que os assentados são trabalhadores em regime de agricultura familiar e, por consequência, segurados especiais. Todas as vezes em que os segurados especiais buscam o judiciário para que seus direitos sejam reconhecidos, o INSS tem procurado contestar argumentando acerca da ineficaz prova apresentada pelo segurado à autarquia. A lide tem sido resolvida pela Justiça em favor dos agricultores familiares.

METODOLOGIA: OS CAMINHOS DA PESQUISA

Para o presente trabalho, foi escolhido o método exploratório e as estratégias de pesquisa foram quantitativas e qualitativas. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas, aplicados a 57 pessoas dos 42 lotes que recebem benefícios previdenciários. Com assentados que não dispõem do benefício previdenciário foram feitas 10 entrevistas. A técnica de abordagem foi por meio de entrevistas semidiretivas, nas quais foram usados como

fonte secundária os dados da caderneta de campo de 2014 (levantamento de produção agropecuária e sociais feito pela Fundação ITESP em todos os assentamentos estaduais a cada dois anos), consultas a bancos de dados da Fundação ITESP e a experiência profissional do pesquisador (diário de campo), além de dissertações, artigos e livros relacionados ao tema em questão. Esses dados irão colaborar para o entendimento de todo o contexto que está sendo estudado.

A opção pelo tema dos direitos previdenciários rurais em um assentamento derivou das experiências vividas pelo pesquisador como técnico em desenvolvimento agrário na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp); dentre as funções desenvolvidas estava o atendimento aos agricultores assentados. Assim, as atividades executadas permitiram o acúmulo institucional do conhecimento sobre a vivência, a dinâmica, as relações e inter-relações estabelecidas no interior de assentamentos rurais.

Com certeza, para levar a bom termo o estudo, o autor precisou se despojar da visão do técnico e aprender, passo a passo, a difícil tarefa de ser pesquisador. Em uma conjuntura na qual a reforma da previdência tem ocupado grandes manchetes, é preciso rediscutir, na universidade, o significado que tem a conquista destes direitos e a importância que a aposentadoria tem para milhares de brasileiros. Antes da discussão da reforma da previdência ocupar o cenário nacional, estudei, nos últimos anos, o papel da aposentadoria no modo de vida do assentamento Reage Brasil, localizado no Município de Bebedouro-SP.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um dos pontos investigados pela pesquisa foi o tipo de benefício recebido. A legislação permite que a previdência rural se materialize em aposentadoria por Idade; Aposentadoria por Invalidez; Auxílio Doença; Auxílio Acidente; Auxílio Reclusão; Pensão por Morte e Salário Maternidade. Nota-se que a aposentadoria por idade é o benefício mais comum recebido pelos segurados da comunidade pesquisada, representando 63% do total. As aposentadorias por tempo de contribuição são de beneficiários que já possuíam esse benefício ou direito, visto que é um benefício exclusivo dos trabalhadores urbanos.

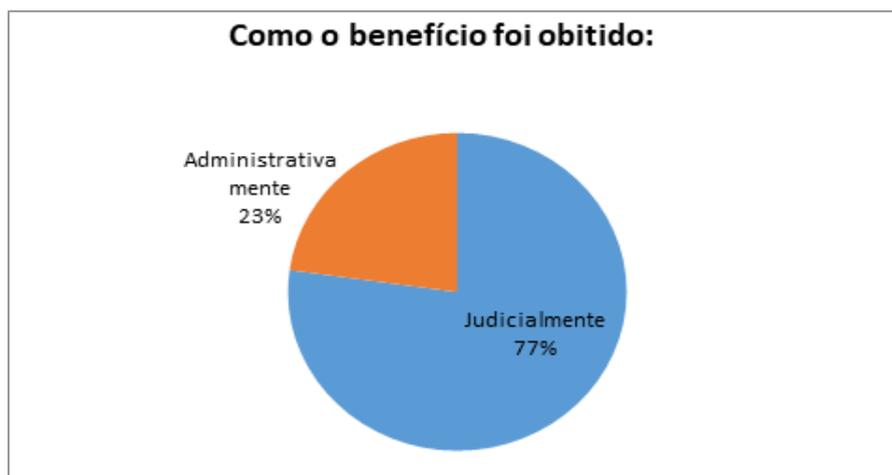
Outro fato relevante da grande quantidade de aposentados por idade rural é que em 2014 completaram-se 15 anos do assentamento, tempo necessário para fazer jus à aposentadoria por idade rural. Destaca-se ainda que 12% possuem dois benefícios previdenciários, como pensão por morte

e aposentadoria por idade rural.

Por conta das grandes dificuldades impostas pelo INSS e pela agência de Bebedouro, os trabalhadores do Assentamento Reage Brasil têm recorrido à Justiça para assegurar seus direitos previdenciários. Constata-se que 77% dos benefícios foram obtidos por vias judiciais, o que é um significativo indicador de que este direito enfrenta barreiras administrativas concretas.

Segundo os entrevistados, o INSS dificulta o reconhecimento dos direitos do segurado especial; exige vários documentos e, no final, indefere o pedido do benefício, afirmando que *“Vocês não pagam INSS, não têm, portanto, direito nenhum!”*. Parece que há uma má vontade por parte dos funcionários do INSS.

Figura 1 – Como o benefício foi obtido



Fonte: elaborado pelos autores (2016)

Para evidenciar essa dinâmica, destaque-se que, até 2014, a comunidade não tinha quinze anos de assentamento. Logo, os trabalhadores rurais detinham dificuldades para apresentar provas dos 180 meses, conforme solicitado pela legislação. O problema continua: a unidade local do INSS está exigindo documentos de emissão de notas e compras de insumos agrícolas dos quinze anos de assentados, e muitos não guardaram tais documentos.

Por conta da necessidade de recorrer à Justiça para obter a aposentadoria, existe um lapso temporal entre a entrada e obtenção do direito, que, em média, tem sido de dez meses, mas há casos em que foram cinco anos, tal como ilustrado na Figura 2.

Figura 2 - Tempo necessário para receber o benefício.



Fonte: elaborado pelos autores (2016).

Figura 3 - Identificação das áreas de aplicação do recurso.



Fonte: elaborado pelos autores (2016).

Contribuindo para a análise, buscou-se verificar a avaliação que os beneficiários da previdência rural faziam sobre o atendimento da Agência Local do INSS. Das 57 famílias que possuem benefícios previdenciários, 86% declararam que o INSS não reconhece os direitos dos assentados como segurados especiais; são exigidos vários documentos e sempre acabam indeferindo o pedido de benefício previdenciário. Esses são os motivos da alta porcentagem (82,5%) que considera insatisfatório o atendimento.

A situação agrava-se mais ainda quando o benefício é requerido por um agregado. Para o INSS, os agregados são outra família, e o órgão

não reconhece os documentos apresentados em nome do titular do lote. Caso mais grave ocorre com as filhas dos assentados quando têm filhos enquanto solteiras, pois não possuem nenhum documento em seu nome que comprovem a sua condição de trabalhador em regime de agricultura familiar. Outra frente de investigação da pesquisa empírica foi a aplicação dos recursos previdenciários. Os dados apresentados (Figura 3) são interessantes, pois ajudam a dimensionar a importância dos benefícios previdenciários na composição da renda das famílias assentadas.

Considerando-se que já são 50% de lotes com benefícios previdenciários e o valor recebido é de um salário mínimo, infere-se que metade dos beneficiários já possui essa renda. Somando-se a essas informações as dificuldades da agricultura familiar por que passa o Brasil, em especial nos assentamentos rurais, conclui-se que a previdência rural vem adquirindo papel importante enquanto política social no campo. Não fica dúvida a respeito da importância dos benefícios previdenciários para as famílias assentadas, ainda que isso se contraponha aos objetivos propostos para a política da reforma agrária.

Sabe-se que o aumento da produção agropecuária está relacionado ao aumento do investimento. Conforme dados das pesquisas, esse fato vem ocorrendo na comunidade pesquisada; observa-se que 67% dos entrevistados aplicam os recursos dos benefícios na aquisição de insumos agropecuários; é comum serem usados em compras de sementes, adubos, ração etc. Pode-se concluir que a renda dos lotes que possuem benefícios previdenciários é superior à dos que não os têm; fato que ocorre também nas regiões Sul e Nordeste do Brasil.

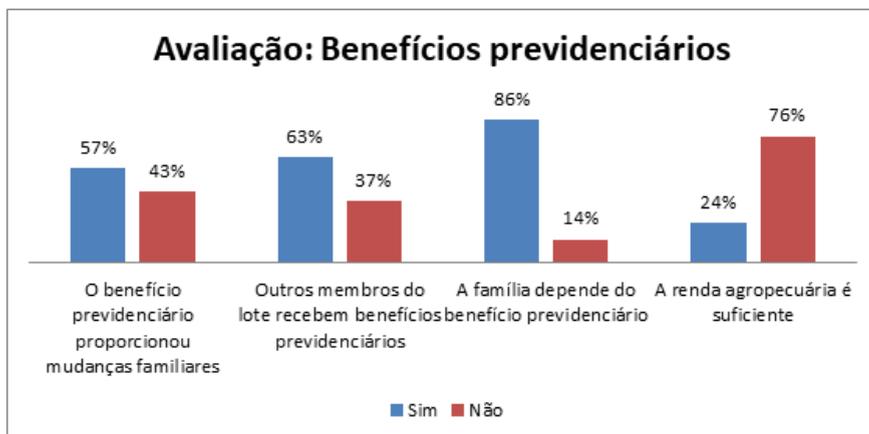
Conforme foi percebido e relatado por Delgado e Cardoso Júnior (2000), o benefício tem sido utilizado até mesmo como seguro agrícola, já que 48% dos domicílios da região Sul e 43% no Nordeste são responsáveis por estabelecimentos rurais ativos, e, desses estabelecimentos, 44,7% no primeiro e 51,7% no segundo caso, declararam utilizar o benefício na manutenção e no custeio das atividades.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS: AUMENTO DE RENDA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS ASSENTADOS

De modo geral, os benefícios previdenciários são de suma importância na vida cotidiana dos assentados (Figura 4). Para 57%, a previdência proporciona mudança nas relações familiares, tal como observado nos

trechos das entrevistas: “hoje é possível, uma vez por mês, ir a Bebedouro com os netos, comer lanche ou pizza [...]”; “Após a aposentadoria, o dinheiro do mercado em todos os meses está garantido”. Nota-se que há um aumento na qualidade de vida das famílias com a segurança alimentar, autonomia financeira e até passeios com a família.

Figura 4 - Identificação dos benefícios proporcionados pelo recurso.



Fonte: elaborado pelos autores (2016).

Em estudo de avaliação dos impactos socioeconômicos e regionais da Previdência Social Rural nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, Delgado e Cardoso Júnior (1999) constataram que houve um aumento na renda das famílias beneficiárias de benefícios previdenciários. A renda familiar na região do Sul é três vezes maior do que um salário mínimo, e na região Nordeste é de 1,6 salário mínimo. Mas, quando são analisados os benefícios previdenciários na Região Sul, correspondem a 41,5% do orçamento familiar e na Região Nordeste, a 70,8%. Pode-se concluir que os benefícios previdenciários rurais aumentam seu grau de importância conforme decresce o rendimento familiar.

Nessa mesma direção, Schwarzer (2000a), em pesquisa no Estado do Pará, Região Norte do país, constatou que os benefícios previdenciários rurais representam aproximadamente 74,5% da renda total dessas famílias, quando existe um beneficiário, e quando esse é o chefe da família, chega até a 81,7% da renda total familiar. Essas famílias dispõem, em geral, de um

conjunto muito limitado de fontes de renda e ocupações (BIOLCHI, 2002).

Delgado e Cardoso Júnior (2000) acentuam que esses meios transformam-se quantitativa e qualitativamente ao serem somados aos benefícios rurais, pois estes cumprem não apenas a função de seguro de proteção social, como também, indiretamente, “uma função que muito se aproxima de um seguro agrícola, e amplia o potencial produtivo da economia familiar”; e esta pesquisa chegou a conclusões semelhantes.

Nesse sentido, 76% dos entrevistados consideram que a renda obtida do lote agrícola não é suficiente para a sobrevivência da família, reiterando a importância do benefício previdenciário. Destaca-se ainda que 38% das famílias recebem outros benefícios sociais, como Bolsa Família e Renda Cidadã. Além disso, como evidenciado, a previdência rural proporciona impactos no que se refere ao nível de bem-estar e lazer das famílias com benefícios previdenciários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi contribuir para a discussão da previdência rural em assentamentos, seus entraves e sua abertura para a reprodução social das famílias.

Notou-se que os recursos financeiros dos benefícios previdenciários, em especial as aposentadorias, são aplicados nos lotes, no lazer, no conforto e na saúde dos beneficiários. Esse recurso proporciona um aumento na renda, segurança e estabilidade para a família e agregados; conseqüentemente, muda a rotina e a dinâmica da vida familiar. Os beneficiários ganham *status* e relevância financeira e social; para as mulheres, as mudanças são ainda mais nítidas, principalmente no que tange aos gastos pessoais.

A pesquisa mostrou ainda que os recursos previdenciários estão viabilizando a permanência das famílias no assentamento; estão contribuindo para melhorar a condição social das famílias assentadas; estão sendo utilizados para a compra de insumos agropecuários para uso no lote.

Nota-se que mesmo após 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, que trouxe direitos previdenciários positivados aos trabalhadores rurais em regime de economia familiar, estes ainda são desconhecidos pela maioria da sociedade brasileira. Foi surpreendente no estudo a avaliação da atitude dos agentes do INSS, que demonstram, uma má compreensão da lei, insistindo que os trabalhadores em regime de economia familiar não possuem direitos previdenciários.

Este artigo teve como meta pôr em questão o alcance e as obstruções da previdência social rural no Brasil, na comunidade estudada, os direitos do segurado especial, suas dificuldades de comprovação junto ao INSS e efeitos dos benefícios previdenciários no território. Foi uma contribuição de quem aprendeu a ver, além dos dados imediatos, as perspectivas e os limites da aquisição da aposentadoria em um território, utilizando parâmetros de metodologia científica, e com o objetivo de não incorrer em erros de interpretação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial [da] República Federativa Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 1988.

_____. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social institui Plano de Custeio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 25 de julho de 1991a.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 25 de julho de 1991b.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, 2002.

BRUGNHARA, A. C. A previdência Social Rural e os Quilombolas: Uma Análise Desse Direito no Vale do Ribeira-SP. 2014. 184 f. **Dissertação (Mestrado em 2014), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2014.** Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2014/10/Vers%C3%A3o-Final_Revisada_Impressa-1.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

DELGADO, G.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil: projeto avaliação socioeconômica da previdência social rural.** Rio de

Janeiro, 2000.

_____. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente de universalização. Brasília: IPEA, 1999.

ELIZIÁRIO, R. O. Os Trabalhadores Rurais em Regime de Agricultura Familiar e seus Direitos como Segurados Especiais Junto ao INSS. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2009), Faculdades Integradas Unifafibe, Bebedouro, 2009.

FERNANDES, A. Previdência social rural: considerações sobre aposentadorias rurais no Assentamento Monte Alegre I. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em 2005), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2005.

FERRANTE, V. L. S. B. O estatuto do trabalhador rural e o Funrural: ideologia e realidade. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 1, 1976.

HOMCI, A. L. A evolução histórica da previdência social no Brasil. Revista Jus Navigandi, Teresina, v. 14, n. 2104, 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12493>>. Acesso em: 24 set. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades**. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso: 12 out. 2016.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. **Instrução Normativa nº 77-2015 do INSS**. Disponível em: <<https://previdenciaria.com/in-77-2015/>>. Acesso: 12 out. 2016.

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Caderno de Campo, Dados Secundários**, 2014.

OLIVEIRA, A. S. **Assentamentos rurais em hortos florestais da região norte do Estado de São Paulo**. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2006. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/arquivos/file/cursos/mestrado/desenvolvimento_regional_meio_ambiente/>

dissertacoes/2006/alessandro-silva-de-oliveira.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

PAIDA, Z. **Trabalhador Rural**. Conteúdo Jurídico. Brasília-DF: 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.36550&seo=1>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

SCHIEFELBEIN, A. **Os impactos sociais e econômicos da previdência social rural no município de Silveira Martins, RS**. 2011. 93 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, 2011. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3860>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SCHWARZER, H. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil - Resultados de um estudo de caso no Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 72-102, abr. 2000.

THEODORO, M.; DELGADO, G. C. Política Social: **Universalização ou Focalização. Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**. Brasília: IPEA, 2003.

PROJETO JAÍBA - ETAPA I: ASSENTAMENTO E CONCENTRAÇÃO DA TERRA EM UM PERÍMETRO IRRIGADO

*Adâmara Santos Gonçalves Felício¹
Bastiaan Philip Reydon²*

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de concentração da terra em perímetros irrigados do semiárido. A concentração da terra no Semiárido é de sobremaneira elevada, explicada pelo contexto histórico do processo de ocupação. Na década de 1960, a questão acerca da distribuição da terra no país e a necessidade de uma política em prol do desenvolvimento regional, fomentou debates e políticas públicas, dentre elas o desenvolvimento da agricultura irrigada, através dos perímetros públicos de irrigação, mediante a interação entre famílias assentadas e empresários agrícolas. No entanto, em muitos perímetros irrigados, tal proposta não vigorou. Destarte, o problema de pesquisa visa analisar o processo de concentração da terra em perímetros irrigados, através do estudo de caso do Projeto Jaíba Etapa I. A hipótese que norteia o estudo está baseada no argumento que permaneceram na terra, alguns poucos produtores bem-sucedidos, que encontraram oportunidade em um determinado nicho de mercado, incorrendo estes na compra de lotes daqueles que optaram em não cultivar a terra recebida. Como resultante da pesquisa realizada, compreendeu-se que falhas no processo de seleção dos assentados e endividamento, foram determinantes para a desistência de muitos assentados, criando um ambiente propício a negociação dos lotes recebidos, em um processo informal de transferência de direitos, capaz de reorientar a ocupação original do assentamento, fazendo com que o objetivo inicial não fosse cumprido, mas sim, ocorresse um processo de concentração da terra irrigada, seja através de assentados que conseguiram viabilizar o cultivo ou através de agricultores regionais que enxergaram o perímetro irrigado como uma alternativa para o desenvolvimento da fruticultura em meio ao semiárido, através do mercado de terras informal.

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela PUCAMPINAS, Mestra em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP e Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP. Filiação: Instituto de Economia – UNICAMP.

² Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas, professor visitante - International Center for Land Policy Studies and Training em Taiwan e professor visitante - Utrecht University.

PALAVRAS-CHAVE: Concentração da Terra; Perímetros Irrigados; Projeto Jaíba; Mercado de Terras.

ABSTRACT: This thesis aims to analyze the land concentration process in irrigated perimeters of the Brazilian semiarid region. Land concentration in the semi-arid region is extremely high and results from the historical context of the occupation process. In the 1960s, the question of land distribution in Brazil and the need for a regional development policy promoted debates and public policies, such as the development of irrigated agriculture by means of public irrigation perimeters and the interaction between settled families and agricultural entrepreneurs. However, this proposal failed in a great number of irrigated perimeters. The research problem of this thesis is to analyze the process of land concentration in irrigated perimeters using the case study of the Jaíba Project Stage I. The hypothesis that guides this study is based on the argument that only a few producers subsisted, i.e., those who were able to meet the demand of a certain niche market and, as a result, purchased the land lots of those who decided not to cultivate the land they had received. Research findings suggest that failures in the selection process of settlers and indebtedness were the main reasons why many settlers gave up, creating an environment that favored the sale of received land lots by means of an informal process of rights transfer, which reconfigured the original occupation of the settlement. The original goal was abandoned and a process of irrigated land concentration started to take place, backed either by settlers who were able to cultivate crops or by regional farmers who used the irrigated perimeter as an alternative for the development of fruit culture in the semiarid region by taking advantage of the informal land market.

KEYWORDS: Land concentration, Irrigated perimeters, Jaíba project, Land market.

INTRODUÇÃO

O acesso à terra em uma sociedade marcada pela concentração fundiária é tema amplamente discutido dentre os chamados legisladores e estudiosos da agropecuária e das políticas públicas no Brasil, mesmo quando entendido como uma questão de pautas de governo ou de partidos políticos. Porém, em meio a polarização que o tema é submetido na atualidade, é preciso considerar a importância do acesso à terra em ações de combate à pobreza

e de segurança alimentar. Dean (1971), demonstrou que a concentração da propriedade é um dos impactos sociais e econômicos mais marcantes no Brasil.

E neste contexto, temos uma realidade adjacente as demandas pelo acesso à terra, que ainda se coloca no caso brasileiro como um campo de disputa, agricultura em larga escala x agricultura familiar. E o termo “ainda” foi utilizado com o real intuito de transportarmos ao passado recente, em que o acesso à terra ocupou os espaços de discussão dos campos da política, economia, do ativismo social e das ações em prol do desenvolvimento.

Mas, e quando posta tal análise em uma geografia social de extrema pobreza e carência até mesmo das chuvas, como é a realidade do semiárido brasileiro? Como tornar possível o acesso à terra e água? Mediante a este contexto foram formulados os programas em prol da irrigação no semiárido, em que, a pauta de desenvolvimento agrícola atendeu a políticas de expansão agrícola e de acesso à terra, fazendo com que em um perímetro irrigado, famílias da região que não tinham acesso à terra, pudessem vir a se tornarem produtores agrícolas e integrados a um mercado específico, no qual concorreriam com empresários agrícolas, detentores de parcelas de terras irrigadas dentro do mesmo perímetro.

E sob a lógica de mercado, as famílias assentadas deveriam desenvolver o cultivo agrícola. Este é o cenário preliminar conferido as famílias da Etapa I do Projeto Jaíba – objeto deste estudo de caso-, assentadas por meio de um processo de colonização, proposto para o perímetro irrigado, em que o objetivo principal era reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento econômico mediante ao cultivo da fruticultura irrigada.

Dadas tais condições, a motivação principal da pesquisa se estabeleceu sob a perspectiva de compreender as mudanças na composição fundiária da Etapa I do Projeto Jaíba ao longo dos anos, mediante a uma hipótese de concentração da posse da terra, em meio a uma área de assentamento. Ressalvamos aqui, que não é de interesse da pesquisa tratar da questão agrária em sua totalidade, restringindo a análise de maneira específica a Etapa I do Projeto Jaíba e as relações de posse e uso da terra que se constituíram através de um processo de transferência de direitos em meio a um mercado informal de terras.

Através de pesquisa de campo, esforços foram empenhados para conceber respostas à seguinte questão: Apesar de legalmente ser impossível a venda de lotes, por que há um processo de concentração da terra em

assentamentos rurais de perímetros irrigados? A hipótese formulada foi de a que permaneceram na terra alguns poucos produtores bem-sucedidos que encontraram oportunidades em um determinado nicho de mercado, incorrendo estes na compra de lotes vizinhos daqueles que optaram em deixar a parcela de terra recebida.

Isto posto, a proposta para este trabalho foi aprimorada através de cinco partes, consistindo inicialmente na discussão acerca da formação dos mercados de terras rurais. A segunda etapa está constituída de uma revisão bibliográfica acerca da irrigação no semiárido e da dinâmica dos perímetros irrigados. A próxima fase será de exposição do processo de implantação do Projeto Jaíba, com foco especial a Etapa I, objeto deste trabalho. O quarto momento, foi elaborado de modo que o resultado do estudo de caso proposto evidenciasse as observações propostas acerca das transformações fundiárias ocorridas no assentamento e por fim, conclusão. A proposta geral deste trabalho, foi de proporcionar respostas ao problema de pesquisa que questionou acerca do processo de saída dos assentados dos lotes recebidos e acerca da possibilidade de concentração da posse da terra através da venda de lotes do assentamento, mesmo que legalmente ser vedada tal prática.

QUESTÃO AGRÁRIA E A FORMAÇÃO DOS MERCADOS DE TERRAS NO BRASIL

A forma de “pensar a terra” é variável em cada local do mundo, e difere-se a maneira como outras pessoas ou comunidades pensam. Tais formas de pensar a terra vão desde a análise social até a paisagem local existente. Os conceitos de uma tribo, país ou comunidade sobre a terra, são obtidos na medida em que possam atender ao seu estilo ou as necessidades do presente, estando sempre em mudança e tornando a compreensão dos diferentes conceitos sobre a terra, um desafio para os interessados no assunto (REYDON; FELÍCIO, 2017).

Um debate recorrente na literatura do desenvolvimento da economia brasileira circunda-se pela elevada concentração da terra. Em muitos casos, diante da existência deste condicionante da estrutura social brasileira, a condição de oposição do papel da pequena produção agrícola em relação a grande propriedade, centraliza o discurso do crescimento agrícola e desenvolvimento econômico. De acordo com Reydon (2011), a elevada concentração da propriedade é reflexo do processo histórico da formação da propriedade no Brasil, com origem desde o período colonial, com a

finalidade de atender interesses privados do rural brasileiro. O encadeamento da concentração fundiária na história do país, pode ser considerada como uma das principais explicações para a desigualdade social e econômica do País, fornecendo explicações a pobreza rural e a exclusão social, haja vista que os pobres não têm acesso à terra. A aquisição de terras com fins especulativos também é tido como um fator de elevação da concentração da propriedade, pois os “estabelecimentos passaram a demandar maiores áreas para utilização como fundo de reserva de valor” (REYDON, 2011).

Mellor (1976 apud Deininger e Byerlee, 2001) aponta que muitos autores mostraram que os ganhos de produtividade dos pequenos agricultores são capazes de promover melhores resultados de desenvolvimento em termos de redução da pobreza, geração de renda e crescimento econômico, reforçando o discurso em prol da distribuição de parcela de terra a pequenos agricultores em países como o Brasil, que dispõe de uma estrutura agrária desigual, contemplada pelo modelo de modernização através da agricultura mecanizada em larga escala, em cenário de abundantes parcelas de terra (DEININGER; BYERLEE, 2001).

Ao longo do tempo, em virtude dos resultados da política fundiária brasileira, o estudo acerca da determinação e das projeções sobre os preços de terras rurais e urbanas tem se mostrado importante, no intuito de melhor compreender a realidade brasileira, sendo que segundo Plata & Reydon (1995), a dinâmica dos mercados de terras e a evolução dos preços tem exercido um papel crucial sobre os objetivos e metas destas políticas, tornando-se um instrumento para subsidiar a tomada de decisões e reformulações, quando assim, necessário.

Segundo Plata (2002), a terra rural pode ser considerada como um recurso natural de características econômicas diferenciadas, muitas vezes complexa, mas necessária para diversas atividades econômicas; A terra além de ser um ativo real, também pode ser considerada como um ativo de reserva de valor, capaz de manter ou aumentar o valor de um período para o outro, principalmente em situações de instabilidade econômica. Dada a análise do preço de uma terra rural, quando verificado um determinado espaço geográfico, os preços ali encontrados são balizadores da situação de sua estrutura de mercado, tendo como determinantes fundamentais o seu entorno socioeconômico e político.

Plata e Reydon (1995) apontam que os preços de mercado da terra rural são utilizados pelos agentes econômicos para a tomada de decisão em

diversos momentos de negociação acerca deste recurso natural, sendo que, os preços de mercado, são balizadores em negociações de compra e venda; referência para o governo na formulação de programas de democratização do acesso à terra, bem como para a tributação deste ativo; as instituições de crédito a utilizam para garantia do limite e segurança do crédito rural, fazendo com que de fato tais preços tornem-se parâmetro para utilização tanto no cenário econômico privado, quanto para formulação de políticas públicas.

O mercado de terras brasileiro, conforme Reydon (1992), é definido como imperfeito, uma vez que o objeto de negociação se caracteriza por uma oferta fixa, imóvel e concentrada. Neste contexto de imperfeições, a terra pode ser utilizada como fator produtivo na produção de bens agrícolas e pecuários e como um ativo de reserva de valor em um período de tempo.

A abordagem teórica a ser utilizada neste estudo tem como pano de fundo o sistema econômico capitalista. Polany (1980, pg.81) aponta que a economia de mercado é um sistema econômico dirigido, regulado e controlado por mercados, em que agentes econômicos tomam suas decisões precedidos de expectativas em auferir o maior ganho monetário possível e um mercado de terras se forma a partir da aceitação generalizada da propriedade da terra, independentemente da sua forma ou das garantias que mantem esta forma; A existência da propriedade privada da terra e suas formas jurídicas de seu estabelecimento, são fatores que quando claramente estabelecidos e garantidos, conferem liquidez ao ativo terra e a viabiliza a existência de seu mercado secundário (REYDON, 1992).

De acordo com Reydon e Felício (2017), dadas as condições e a legalidade dos negócios de um mercado de terra, este pode ser definido como: a) informal: mercados que organizam e permitem de forma simplificada os processos de transação de terra e transição de direitos, em termos comerciais são bem-sucedidos, porém, possuem suas limitações, são dotados de alta incerteza, não possuem regras claras, restando muitas vezes como irregulares ou inseguros; b) formal: são mercados de terras que envolvem instituições organizadas para a sua administração, possuem agências reguladoras (cartórios, autoridades cadastrais e outros) voltadas para realizar o gerenciamento, tributação, avaliação e planejamento, sendo que o grau de segurança é maior, suas transações comerciais são bem-sucedidas e dada a legalidade dos negócios também é composto por instituições financeiras, que participam do processo de compra, avaliação e crédito.

De todo modo, a referência geral para a formação de um mercado de terras, sempre foi a propriedade, e em regiões onde a propriedade não é formalmente estabelecida, mas é socialmente aceita, os negócios ocorrem, portanto, existe um mercado de terras, sendo justificada pelo fato de que a propriedade deve ser entendida como parte de uma convenção (REYDON, 1992).

SEMIÁRIDO BRASILEIRO E A POLÍTICA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO O SEMIÁRIDO

O semiárido compreende nove estados do território nacional (Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí e Minas Gerais), sendo que em relação aos estados que compõem a região Nordeste, diferencia-se por incluir o Norte de Minas Gerais e excluir o estado do Maranhão, conforme Figura 01. O semiárido é responsável por 18,2%(982.566 km²) do território nacional e 11% da população do país, aproximadamente 23,8 milhões de pessoas, vivem na região (IBGE, 2010).

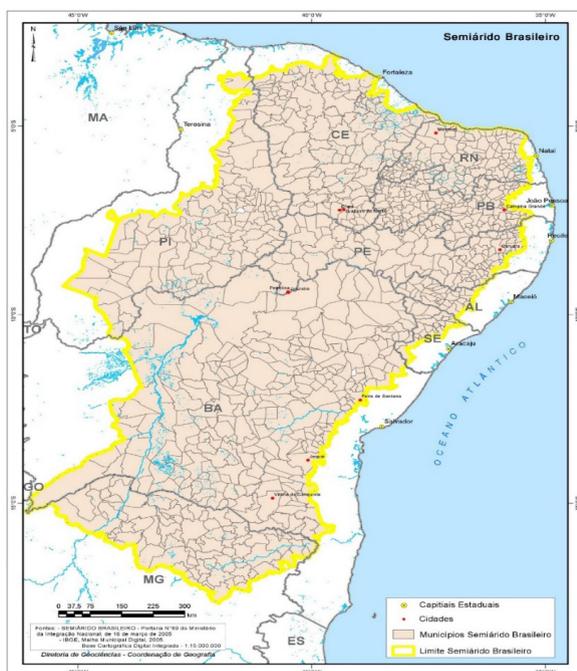
A estrutura fundiária predominante no Semiárido confunde-se com aquela encontrada na região Nordeste; Logo, a análise realizada neste item, recorre a literatura que trata da região Nordeste, no período anterior a 2005, ano de delimitação geográfica do semiárido nordestino pelo IBGE.

O histórico do processo de desenvolvimento do Semiárido Nordestino, é marcado pela concentração de terras e atividades agrícolas como o carro chefe da economia regional, porém, destacada ênfase é conferida as irregularidades climáticas, baixo volume pluviométrico dentre mais de 60% do território que compreende a região Nordeste. Este baixo volume de chuvas, muitas vezes é agravado com as causalidades de períodos de secas prolongadas que assolam por anos a população do semiárido. Devido a este fenômeno climático, a discussão em torno do uso e posse da terra recebe menor atenção.

Apesar dos inúmeros avanços em torno da discussão da propriedade e posse da terra no cenário brasileiro e das especificidades das regiões que compõem o território nacional, pouco são aqueles que na atualidade percebem a situação de pobreza extrema do semiárido nordestino relacionada ao grave problema agrário existente na região, restando mais uma vez o uso das justificativas climáticas como a grande causa das problemáticas existentes ali. Identifica-se que em muitos casos, o Estado se faz ausente nas discussões acerca do tema, de modo que se propõe a trabalhar com os

efeitos da seca, ao invés de aplicar olhar mais holístico sobre a sociedade nordestina, como se organiza, se define e demanda ações governamentais. Permanecem, portanto, o conservadorismo à frente do poder, representando os interesses das minorias privilegiadas e traduzindo o poder exercido através das propriedades extensas, constituídas por parcelas de terras, com solos cultiváveis de elevada fertilidade, localização geográfica e bioma propício. Em paralelo a este contexto, restam os segmentos mais frágeis da sociedade civil (CARVALHO, 1985:179).

Figura 01 – Polígono das Secas



Fonte: IBGE, 2005³.

Pessoa (1990:30), aponta que ao longo de décadas e governos, muitas foram as propostas que visavam a ampliação das bases legais com a finalidade de alterar as condições estruturais do campo, todas em grande parte, realizadas por movimentos sociais e entidades representativas de diversos segmentos organizados.

³Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semiárido Nordestino e do Polígono das Secas, publicado em 2005. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiario.shtm?c=4>. Acesso em: 18/07/2017.

E em detrimento de uma política de desenvolvimento regional, o governo militar a partir da década de 1960, criou agências⁴ de fomento com a tentativa de reduzir as desigualdades regionais. Tais órgãos, apresentavam como objetivo principal, a execução de políticas que dinamizassem a economia de cada região do país e promovessem maior grau de integração nacional.

Ações específicas foram realizadas, de modo que a região Sul e Nordeste, receberam atenção especial. A região Sul, por sua vez, foi contemplada por conta da experiência com a prática de atividades irrigadas. A região Nordeste, que tem parcela importante do seu território, semiárido⁵, afetado por um problema de ordem natural, secas quase periódicas, fenômeno que na maioria das situações é tomado como um dos entraves ao desenvolvimento agrícola e pastoril, também recebeu financiamento para o desenvolvimento da agricultura irrigada (CARVALHO, 1985).

Deste modo, estaria a agricultura irrigada, dotada da capacidade de transformar a estrutura produtiva relativa à agricultura tanto do ponto de vista econômico, quanto social, pautada em uma lógica que Carvalho (1985) classificou como modernização reformista, constituída sob o regime de produção capitalista, com adoção de práticas modernas de produção, voltadas a ao aumento da produtividade em que os benefícios são compartilhados pelos diferentes atores que participam do processo produtivo, inclusive aos pequenos agricultores, através da execução de processos de reforma agrária. A modernização neste sentido, seria reformista ao propor a interação, comercialização agrícola e tomada de decisões entre os diferentes agentes ligados à produção (CARVALHO, 1985, p.466).

Porém, segundo Carvalho (1985), não seria esta a face principal do atraso econômico da agricultura do semiárido, pois o padrão da estrutura agrária ali encontrada, bem como o processo de geração e apropriação da renda da terra, também seriam fatores de entraves ao desenvolvimento econômico daquela região⁶. Ainda segundo o autor, em um contexto de alta concentração fundiária, o semiárido, carecia de incentivos que tratassem para além da questão agrária, constituindo-se a irrigação como um instrumento capaz de

⁴SUDENE criada em 1959, SUDAM criada em 1966 e SUDECO criada em 1967.

⁵O semiárido compreende nove estados do território nacional (Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí e Minas Gerais).

⁶Como dantes já visto neste trabalho, a concentração fundiária é parte do contexto histórico da ocupação territorial desta região do país, de modo que é derivada do capital e poder político das classes conservadoras, que por sua vez detém parcelas importantes de terras produtivas, porém, em sua maioria ociosas, em contradição ao grande número de trabalhadores, em especial aqueles que ocupam o semiárido, que lutam pelo acesso à terra e ao mercado de trabalho.

tornar como potenciais áreas de solo árido, conferindo-lhes dinamicidade econômica e social e de uso do solo e água.

MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL DA POLÍTICA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO AO SEMIÁRIDO

O Governo Federal instituiu em 1968, no bojo da elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento-PND, o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário – GEIDA, com o objetivo de constituir uma política de irrigação para o Brasil, ação realizada através do Programa Plurianual de Irrigação-PPI, lançado em 1970, que estabelecia as diretrizes para a política de irrigação no país, com grande parcela dos investimentos voltados a região Nordeste. A intenção principal do PPI, era que a irrigação tornasse um instrumento de promoção do crescimento econômico, com responsabilidade de implementação dirigida a DNOCS e SUVALE (BRASIL,2008, pg.09). Segundo Brito (1991), o PPI foi responsável pela reorientação do Estado brasileiro em relação à agricultura irrigada, pois estabeleceu metas a serem cumpridas e a ampliação do conhecimento acerca dos recursos disponíveis, baseados em relatórios técnicos e estudos de viabilidade econômica.

O Programa de Integração Nacional – PIN, criado através do Decreto-Lei nº1.106/1970, foi o responsável pelo financiamento da primeira fase do Plano Nacional de Irrigação, que teve como pano de fundo, I PND lançado em 1972 e o II PND em 1979. Em outubro de 1974, foi criado o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, denominado como POLONORDESTE, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste (essencialmente aquelas afetadas pelas secas), conforme texto do Decreto nº79.794 de outubro de 1974.

Neste período de desenvolvimento de planos e programas de incentivo e desenvolvimento da agricultura irrigada, percebe-se que o governo da ocasião, atuou sob uma perspectiva intervencionista mediante a ampliação do conhecimento acerca dos recursos naturais disponíveis e pela implementação de políticas a nível nacional. Foram estabelecidas diretrizes e metas através do I Plano Nacional de Irrigação, todas capitaneadas pelo setor público, mas claramente voltadas ao estímulo da iniciativa privada. Este encabeçamento das ações pelo setor público, ganhou um sentido diferenciado, apenas quando do Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis

(PROVARZEAS), do Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) e da criação de “lotes empresariais” nos projetos públicos de irrigação, que conferiu a condição de manifestação da iniciativa privada (BRASIL, 2008, pg. 11).

E mediante ao estabelecimento de tais condições, o modelo da grande irrigação pública, foi aquele empreendido em maior escala pela Política Nacional de Irrigação na região do semiárido Nordeste, pois conforme prevê o Projeto de Irrigação Nacional, este modelo de infraestrutura irrigada permite maior integração social e desenvolvimento socioeconômico, pois em sua estrutura originária prevê a implantação de rebuscada engenharia, com a finalidade de captar, armazenar e distribuir águas a áreas afetadas pela indisponibilidade hídrica, conformando em seu projeto original irrigantes/colonos, pequenos e médios empresários e os empresários agroindustriais.

A exploração de um grande projeto de irrigação, conforme marco regulatório, prevê a interação de colonos e empresários como um modo de desenvolver e expandir a agricultura irrigada no semiárido. A terra é caracterizada como um meio de produção para ambos, com o diferencial que para o caso dos colonos, este meio de produção privado foi transformado em um patrimônio público através do processo de desapropriação, medida que torna o colono dependente das decisões do ente governamental que administra o perímetro e determina o tipo de exploração que o lote deverá receber. Tal planejamento produtivo é realizado com base em pesquisas de mercado e prevê o atendimento das necessidades “do mercado” (CODEVASF, 1984).

PROJETO JAÍBA: CONCEPÇÃO INICIAL E ASPECTOS FORMAIS DA IMPLANTAÇÃO

Pautado em uma política nacional para o desenvolvimento agrícola, combate as secas e expansão da fronteira agrícola, o Projeto Jaíba foi considerado como um projeto público de irrigação de grande potencial transformador para a região Norte do estado de Minas Gerais, periodicamente castigada pela seca, pobreza extrema, economia incipiente e isolamento territorial. Previa-se a modernização da agricultura local, integração econômica e aumento da renda dos trabalhadores, a partir de uma produção agrícola moderna pautada na fruticultura em áreas irrigadas a partir do rio São Francisco e suas vertentes.

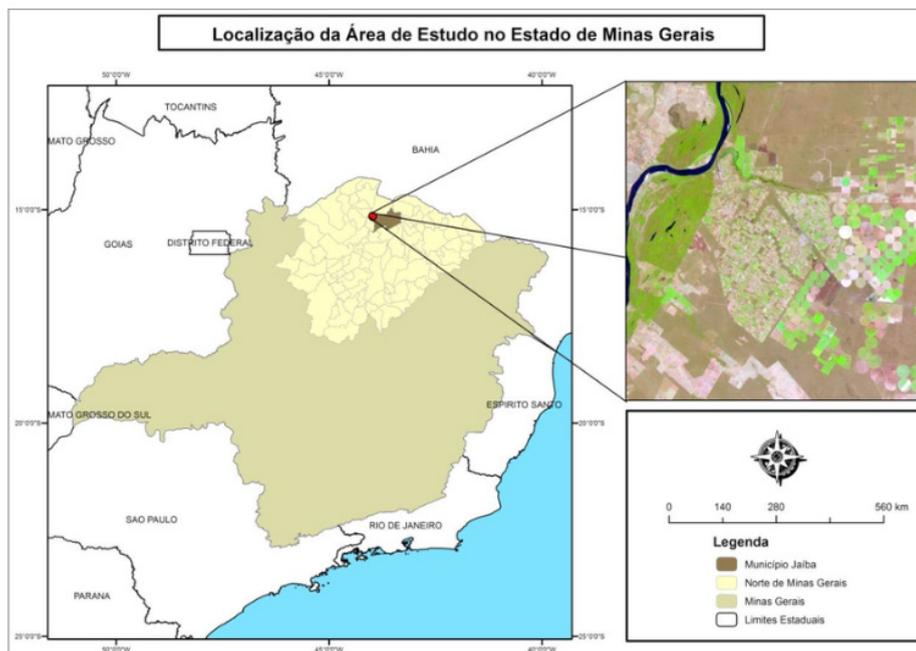
Concebido em decorrência do sucesso de um projeto piloto de irrigação

em terras devolutas na Mata do Jaíba, o Projeto Jaíba assumiu projeção nacional baseado em um conjunto de aportes financeiros voltados para o desenvolvimento agrícola, que teve a execução da infraestrutura iniciada em 1979, com o intuito de construir-se o maior perímetro irrigado da América Latina capaz de contribuir para o abastecimento do Sudeste brasileiro. Assim sendo, a etapa de conformação do empreendimento que viria a ser o Projeto Jaíba coincidiu com o período em que o desenvolvimento da agricultura irrigada crescia em todo o Brasil, e mediante a este cenário de criação de programas de fomento para o desenvolvimento da região nordeste, no ano de 1979, através do Convênio nº59/79, firmado entre o Ministério do Interior e Estado de Minas Gerais, determinou que as ações de desenvolvimento, estudos, projetos e obras de engenharia do então denominado Distrito Agroindustrial Jaíba e Projeto de Irrigação do Mocambinho, seriam de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba-CODEVASF, com apoio e assistência técnica da Ruralminas. Por meio deste instrumento, ficou estabelecido que dos 230.000 hectares, lotados para compor o perímetro irrigado, 100.000 hectares seriam destinados para execução das obras de infraestrutura coletiva de irrigação e loteamentos destinados a pequenos produtores e empresários. Esta área, somada a mais 130.000 ha de terras devolutas, tornaria um projeto de grande irrigação pública, conforme os moldes previstos no Plano Nacional de Irrigação.

O perímetro irrigável do Jaíba, foi planejado para se constituir como um polo de desenvolvimento regional a partir da agricultura irrigada, pautada em estância superior pela prática da fruticultura, cultura selecionada com base na adaptação do solo e às condições climáticas do vale do São Francisco, estando as fruteiras tropicais como: abacate, acerola, banana, goiaba, mamão e manga como perfeitas para o cultivo na região (PLANVASF, 1989, pg.128).

O Projeto Jaíba, foi dividido em quatro etapas de implantação (Etapa I, II, III e IV), sendo que dos 100.000 ha considerados como aptos a irrigação, optou-se por irrigar aproximadamente 66.0000 ha e destinar os 34.000 ha restantes em áreas de proteção ambiental, reserva legal, infraestrutura de canais e bombeamento de água e administração do perímetro irrigável.

Figura 02 – Localização da Área de Estudo – Projeto de Irrigação Jaíba, Jaíba/MG.



Fonte: Veloso et al, 2015.

INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO JAÍBA

A implantação do Projeto Jaíba é considerada foi considerada como extremamente morosa devido as descontinuidades de recursos e crise econômica que o país passou ao fim dos anos 1970. Calcula-se que no início do projeto, mais de US\$189,9 milhões⁷ tenham sido gastos apenas com a infraestrutura de bombeamento das águas do São Francisco até o nivelamento dos canais (CODEVASF, mimeo).

No início da década de 1980, alguns poucos irrigantes foram assentados na gleba D, pertencente ao projeto piloto de irrigação, denominado como Mocambinho. Neste período era grande a especulação em torno das conclusões das obras, tendo em que vista o Projeto Jaíba havia sido planejado para se tornar um agente de desenvolvimento socioeconômico na região Norte de Minas Gerais. Porém, praticamente 10 anos depois, o que se via era porções de obras inacabadas e um enorme contingente populacional à espera do início da operação do Projeto Jaíba (RODRIGUES et al., 2000).

⁷A valores do período.

De acordo com a CODEVASF (mimeo), ao fim das primeiras obras de infraestrutura, bombeamento e construção dos principais canais de irrigação, o orçamento acabou e foi preciso buscar novos recursos financeiros para dar continuidade às obras e ações do perímetro irrigável.

A etapa I foi originalmente implantada com os recursos do Banco Mundial⁸, de modo que, a condição de acesso à terra como um instrumento de redução da pobreza, foi privilegiado no momento de seleção dos colonos. A meta principal da realização da área de colonização dentro do Projeto Jaíba, era proporcionar aos produtores condições administrativas, técnicas e econômicas para contribuir com o desenvolvimento da agricultura irrigada e agronegócio na região Norte de Minas, promovendo a fixação do homem ao campo e sua inclusão no processo produtivo (CODEVASF, mimeo).

A etapa II, foi projetada para receber empreendimentos empresariais. Dotada de uma área de 34.772,76 ha, das quais 19.276,40 ha são irrigáveis. Esta etapa do Projeto Jaíba foi planejada com o objetivo de diversificar e aprimorar a estrutura socioeconômica do perímetro irrigável. Destinada a pequenos e médios empresários agrícolas, a forma de acesso é via concorrência pública, coordenado pelo governo do estado de Minas Gerais.

As etapas III e IV, de acordo com o Distrito de Irrigação Jaíba ainda não receberam a infraestrutura específica para a irrigação, sendo contempladas apenas pelos canais principais de irrigação, e as áreas destas etapas são de 12.000 ha e 9.734 ha respectivamente, somando 21.934 de hectares disponíveis para irrigação, assentamento e produção agrícola.

Portanto, a única etapa concluída do empreendimento de irrigação, Projeto Jaíba, foi a Etapa I, e por este motivo, tornou-se objeto de análise desta pesquisa, haja visto que as demais etapas não são passíveis de análise exploratória, dadas as condições parciais de operação.

ESTUDO DE CASO: PROJETO JAÍBA – ETAPA I - ACESSO À TERRA EM MEIO A UM CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

⁸No início de 1986 o Banco Mundial passou a apoiar financeiramente o Projeto Jaiba, mediante a concessão de empréstimo ao Governo Federal, através da CODEVASF. O valor alcançado através deste empréstimo, tinha como objetivo principal concluir as obras referente a Etapa I por meio da irrigação de 24.669 há (WORLD BANK, 1988). A proposta do Banco Mundial como condições fins para a concessão do empréstimo, US\$71 milhões foram destinados a conclusão da Etapa I do Projeto Jaíba, sob a condição principal de famílias agricultoras, que não detinham de parcela de terra, fossem inseridos no processo de produção do projeto (WORLD BANK, 1988). A partir deste aporte financeiro foram construídos canais de irrigação que seriam responsáveis por irrigar os lotes ocupados pelas famílias colonas assentadas, infraestrutura de irrigação, eletrificação e estradas de acesso, como será apresentado a seguir (CODEVASF, mimeo).

Estaria ocorrendo um processo de concentração da posse da terra na Etapa I do Projeto Jaíba?

Esta foi a percepção inicial da pesquisa, resultante de uma conversa guiada com agricultores da região. Com uma pesquisa motivada em compreender os movimentos de transformação da estrutura fundiária que ali ocorriam, histórias de quem permaneceu, de quem comprou, de quem saiu, foram os instrumentos valorosos para a descrição dos resultados. Um fato já era conhecido por todos os entrevistados: muitos assentados do Projeto Jaíba, não permaneceram em suas terras e ocorre no mesmo a negociação informal de lotes, situados na área destinada ao assentamento.

Por meio de visita realizada em setembro de 2017, junto a CODEVASF (sede de Montes Claros) e Distrito de Irrigação Jaíba (sede em Mociminho), foram realizadas entrevistas com os diretores responsáveis pelos dois órgãos com o objetivo de alcançar informações acerca das mudanças na estrutura fundiária do Projeto Jaíba ao longo dos mais de 30 anos de implantação. Através das entrevistas e informações disponibilizadas pelos representantes, foi possível identificar que de fato, ocorrera um reordenamento da composição fundiária da Etapa I do Projeto Jaíba, justificado pela negociação informal das parcelas de terras recebidas pelos assentados, que resultara na modificação da distribuição da posse dentre os ocupantes daquela área, com situações de posse de lotes em quantidades superior a aquelas definidas legalmente para implantação e gestão do perímetro irrigado.

Porém, segundo os próprios representantes dos órgãos responsáveis pela gestão do perímetro, este processo não foi captado através de levantamento fundiário consolidado, mas sim, através de informações emitidas a cunho não oficial dos técnicos que realizam visitas in loco aos assentados. Questionados acerca da existência de uma rotina de fiscalização e acompanhamento dos assentados, os representantes foram categóricos em afirmar que tais procedimentos não são realizados, restando apenas o acompanhamento dos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG, que tem o objetivo específico de acompanhar e fortalecer o plantio e comercialização empreendida pelos assentados.

Ainda, acerca das mudanças que ocorreram na distribuição da posse dos lotes destinados aos assentados do Projeto Jaíba, foi questionado qual seria o retrato atual do assentamento, e na mesma frequência, as afirmações provenientes da CODEVASF, quanto do DIJ, indicaram que é real a negociação de lotes entre os assentados, bem como, entre

assentados e indivíduos externos ao perímetro de irrigação, de modo que *aproximadamente de 30% dos lotes ainda estariam em posse dos assentados originários.*

O estudo apresentado por Couto (2016), através de uma amostra composta por 165 lotes da gleba F da Etapa I do Jaíba revelou que 35,15% eram proprietários com titularidade (CCU ou Matrícula), 33,33% deste grupo eram fruto de processos de aquisição via contrato de compra e venda, 14,55% eram lotes explorados por arrendatários e 16,97% dos lotes eram explorados por familiares. Logo, a afirmação apresentada pela CODEVASF foi corroborada através do estudo.

No entanto, o desejo deste estudo era avançar sobre a questão do domínio dos lotes e apresentar maiores afirmações acerca de como estava distribuída a posse dos lotes no assentamento implantado na Etapa I.

Indícios decorrentes das afirmações feitas pelos técnicos entrevistados e através da percepção da pesquisadora ao realizar a visita ao assentamento em outubro/2017, indicavam a alteração da composição fundiária do assentamento, porém, a pesquisa bibliográfica sobre o Projeto Jaíba foi realizada e não foram encontradas fontes de dados oficiais que demonstrassem tais mudanças, nem ao menos dissertações ou teses que tratassem de maneira profunda deste tema. Logo era preciso demonstrar e entender os porquês destas modificações, bem como, de que forma elas estavam ocorrendo.

E assim ficou claro que apenas uma pesquisa de campo, realizada a partir de entrevistas diferentes atores sociais envolvidos ao perímetro irrigado, bem como, aqueles considerados como os protagonistas deste processo: agricultores da Etapa I, seria fundamental para conferir respostas ao questionamento realizado, bem como, para comprovação ou negação da hipótese sugerida.

METODOLOGIA PARA O ESTUDO

A metodologia utilizada para esta etapa da pesquisa, foi a combinação do levantamento bibliográfico acerca da Etapa I do Projeto Jaíba junto aos órgãos responsáveis por sua concepção, implantação e execução atual e pesquisa de campo. Esta fase de pesquisa compreendeu-se entre os meses de outubro a dezembro de 2017.

Os critérios estabelecidos para a realização da pesquisa de campo foram estipulados em etapas. A primeira, foi composta pela coleta de dados

secundários acerca do processo de seleção para o assentamento e estrutura fundiária da Etapa I do Projeto de Irrigação Jaíba. Através da visita a CODEVASF – 1ª Superintendência em Montes Claros-MG e DIJ na cidade de Jaíba, foram realizadas entrevistas com funcionários responsáveis pela coordenação fundiária, gestão de dados e serviços, sendo que relatórios, cópias de convênios e contratos, foram disponibilizados por estes órgãos⁹.

A segunda etapa compreendeu o estudo de campo nas glebas que compõem a Etapa I do perímetro irrigado. Entrevistas foram realizadas mediante a formulação prévia de questionário semiestruturado com questões direcionadas a caracterização do irrigante selecionado. Nesta etapa de pesquisa, já era de conhecimento da pesquisadora a existência da prática de negociação de lotes na Etapa I, logo, o questionário foi formulado de modo a identificar o irrigante selecionado mediante a condição de formalidade dos lotes.

Como estratégia para alcançar uma amostra diversificada de entrevistas junto aos assentados que compõem o perímetro irrigado, por meio de um veículo, os canais principais de irrigação do perímetro, foram percorridos. Considerando, que a área destinada ao assentamento é dividida em glebas, o objetivo era obter uma amostra de aproximadamente 5% de cada gleba, para que as informações pudessem ser estatisticamente confiáveis. O propósito era captar um número de entrevistas representativas para cada fase de assentamento da Etapa I, combinadas entre irrigantes assentados e compradores de cada gleba. Assim sendo, a unidade selecionada para identificação dos questionários foi unidade de negócio, ou seja, lote adquirido, resultando em um total de 120 questionários aplicados.

Uma série de entrevistas foram realizadas para compor a pesquisa de opinião junto a atores-chaves da região do perímetro irrigado. Definiu-se um representante entrevistado para cada instituição. O critério de escolha das instituições baseou-se nas interligações que as mesmas dispunham para com a Etapa I do Projeto Jaíba. Privilegiou-se para a escolha do entrevistado a condição de representatividade dentro da instituição, tempo de atuação e área de atuação (correlata ao objeto da pesquisa). Portanto, foram selecionadas seis instituições: Sindicato de Trabalhadores Rurais, Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA, DIJ, Prefeitura M. de Jaíba, Associação dos Agricultores da Gleba A (gleba com maior número de assentados) e EMATER.

⁹Apesar do assentamento das famílias na Etapa I do Projeto Jaíba ter sido realizado pela Ruralminas, esta autarquia do governo de Minas Gerais teve suas atividades encerradas, restando no momento atual apenas a CODEVASF sob a coordenação da Etapa I, até que o governo de Minas Gerais, designe uma nova gerência ao Projeto Jaíba.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PROJETO JAÍBA-ETAPA I

A etapa I do Projeto Jaíba, considerada a área bruta, ocupa uma superfície total de 32.959,33 hectares, sendo demarcada em dez glebas dispostas ao longo dos canais de irrigação. Seis destas glebas, A, B, C3, C2, D e F eram consideradas devolutas, portanto, pertenciam ao Estado e foram destinadas as famílias assentadas em processo de colonização. A gleba C2 é uma área pertencente aos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, e foi destinada a pequenos e médios empresários. A gleba 4, é composta por propriedades particulares, pré-existentes ao projeto de irrigação, e foram beneficiadas através do transporte de águas dos canais que abastecem as glebas A e B. As glebas C1, C4 e E são glebas pertencentes a empresas privadas. A gleba D, é ocupada pelo perímetro de Mocambinho, projeto piloto do Projeto Jaíba (CODEVASF, mimeo). Vide QUADRO 1:

Quadro 01 – Ocupação do Perímetro Irrigável – Etapa I.

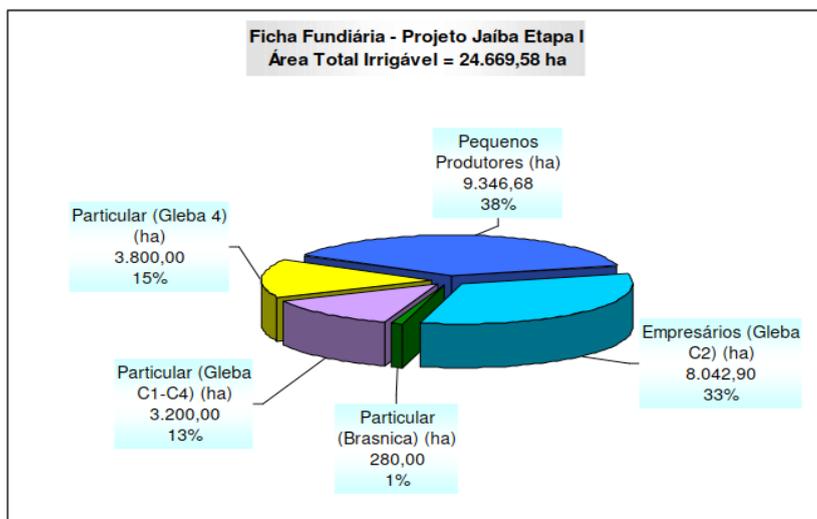
Quadro de ocupação Perímetro Irrigável Etapa I			
GLEBA	ÁREAS (ha)		N.º DE LOTES
	BRUTA	IRRIGÁVEL	
A	6.038,21	4.296,79	845
B	2.829,26	2.055,85	399
C3	488,63	295,02	57
D	2.669,87	1.038,79	201
F	2.336,16	1.660,23	326
Subtotal	14.362,13	9.346,68	1.828
C2 (Pequenos e Médios Empresários)	9.557,20	8.042,90	325
Subtotal	9.557,20	8.042,90	325
Área de Particulares beneficiados pela infraestrutura instalada na Etapa I C1 e C4 (particular)	3.832,10	3.200,00	-
E (Brasnica¹)	661,5	280	-
4 (particular)	4.546,40	3.800,00	-
Subtotal	9.040,00	7.280,00	-
Total Etapa I	32.959,33	24.669,58	2.153

Fonte: adaptado, Distrito de Irrigação de Jaíba-DIJ, 2016.

Quando observado o quadro acima, percebe-se que o projeto original para a Etapa I do Projeto Jaíba, já previa em uma única área, através da separação por lotes, a interação entre famílias assentadas e empresas, de modo que sob o contexto de uma estrutura fundiária moderna, baseada em sistemas de irrigação, passariam a conviver dois modos de produção diferentes, o primeiro baseado na produção familiar, portador de situações específicas e particulares, que ao mesmo tempo em que é “proprietário dos meios de produção” também é responsável pelo trabalho utilizado na produção e que produz em grande parte para o consumo próprio (WANDERLEY,2000), e o segundo modo de produção, aquele dotado de capital, que utiliza mão de obra remunerada, produz para o mercado e detêm do conhecimento prévio necessário a ampliação da produtividade.

A Etapa 1 do Projeto Jaíba detinha em sua estrutura fundiária ocupada, 38% da área irrigável destinada as famílias agricultoras/pequenos produtores, 33% da área irrigável ocupada pelos Pequenos e Médios Empresários, sendo o empreendimento agrícola Brasnica e as áreas particulares responsáveis por 29% da área irrigável. Dentre a parcela destinada ao assentamento dos colonos, se fazem presentes os núcleos de apoio (com escritórios da CODEVASF, DIJ, EMATER, escolas e posto de saúde), estação de bombeamento e infraestrutura elétrica, vide FIGURA 01:

Figura 05 – Ficha Fundiária – Projeto Jaíba Etapa I.



Fonte: DIJ, 2016.

Através da Figura 05, é possível compreender que desde a concepção formal da Etapa I, já estava presente a assimetria da posse da terra dentre aqueles que tornariam seus proprietários, pois a soma da área irrigável destinada aos chamados particulares representa 62% (15.322,90 ha) da área total irrigável que compõe a Etapa I, enquanto a área irrigável destinada aos pequenos produtores, ou ainda, aos assentados, é de 38% (9.346,68 ha).

O quadro 02, logo abaixo, espelha a realidade fundiária da Etapa I e valida a máxima nacional de que “muitos têm pouco e poucos tem muito” quanto à distribuição da terra, bem como, reitera os argumentos apresentados até o momento, de que estaria concentrada a posse da terra no perímetro irrigado.

Quadro 02 – Quadro de Distribuição dos Lotes – Etapa I

Quadro de Distribuição dos Lotes - Perímetro Irrigável Etapa I		
Tipo de Produtores	Área Irrigável(ha)	Nº de Lotes
Pequenos Produtores	9.346,68	1828
Médios Empresários/Produtores	8.042,90 ha	325
Grandes Empresários/Produtores	7280,00 há	3

Fonte: adaptado, DIJ, 2016.

Logo, desde a fase inicial de operacionalização da Etapa I, o padrão de elevada concentração fundiária foi reiterado no interior do perímetro irrigado Projeto Jaíba.

Apresentada a análise geral acerca da distribuição da posse da terra na Etapa I do Projeto Jaíba, o próximo passo será realizar o estudo da situação fundiária da área destinada aos colonos assentados na Etapa I, constituindo o objeto principal desta pesquisa a partir dos levantamentos e entrevistas efetuadas durante a pesquisa de campo.

PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ASSENTADOS NA ETAPA I

O processo de seleção dos assentados da Etapa I do Projeto Jaíba foi capitaneada pela RURALMINAS, responsável pela gestão da estrutura fundiária do perímetro irrigado (CODEVASF, mimeo). Vagas informações foram encontradas acerca do assentamento das primeiras glebas por meio da pesquisa documental, de modo que a CODEVASF, limita-se a disponibilizar a informação de que participou de forma indireta da seleção.

De todo modo, por se tratar de terras devolutas, que tiveram sua

administração repassada a extinta RURALMINAS, é importante destacar que o processo realizado para o assentamento das famílias agricultoras, foi o da colonização, definida através do Decreto Federal nº59.428/66 como:

“Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas” (BRASIL, Decreto nº59.428, 01 de novembro de 1966, art. 5º).

Logo, a colonização também tem como objeto de mudança, a promoção da melhor distribuição da terra, modificando o regime de posse e uso, visando o atendimento de princípios que perpassam pela justiça social, desenvolvimento rural e aumento da produção. E na Etapa I do Projeto Jaíba, esta “forma” de assentamento, previa a exploração do lote ou parcela de terra para o sustento, através da mão de obra familiar, estando a propriedade da terra recebida vinculada a RURALMINAS. Portanto, os lotes foram disponibilizados aos colonos mediante a emissão da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, documento comprobatório do recebimento do lote por parte da CODEVASF e Ruralminas, que veda até o recebimento da escritura do lote, a venda, aluguel, doação, arrendamento ou empréstimos do lote recebido a terceiros (RODRIGUES, 1998).

Mediante a seleção realizada dentre os pequenos agricultores da região norte de Minas Gerais, cada irrigante escolhido recebeu um lote de aproximadamente¹⁰ 5 hectares, dotado da infraestrutura necessária para irrigação, sendo que dada a disponibilidade a pagar de cada selecionado, o mesmo poderia acessar até a 04 lotes familiares – 20 hectares, com a função de realizar o cultivo suficiente para o sustento da família e excedentes para manutenção da estrutura de irrigação e captação de água. Como forma de subsidiar e apoiar o período de adaptação dos assentados, no primeiro ano o custeio referente a irrigação não foi cobrado. Após este período, a tarifação da água passou a ser cobrada, com base no tamanho da área recebida e

¹⁰O recorrente uso do termo “aproximadamente” quando se tratar das medidas das áreas e lotes do Projeto Jaíba, deve-se pelo fato do tamanho dos lotes variar de um para outro, dada a espacialidade das glebas construídas em torno dos canais. As medidas dos lotes são de 140m x 400m, incorrendo a variação em alguns poucos metros de diferença entre os lotes. No entanto, a área irrigável respeita o limite estabelecido de 5 ha.

referente ao consumo de água a partir dos canais de irrigação, com vistas a recuperar o capital investido no sistema de irrigação do lote. Quanto ao pagamento da parcela de terra recebida, ficou estabelecido que o valor da terra recebida pelo assentado deveria ser pago no prazo de 20 anos, com carência de cinco anos e juros de 6% ao ano (SOARES, 1999, p. 113).

PROCESSO DE SELEÇÃO DAS GLEBAS D, C3, F E B

Na medida que foi iniciada a operação da Etapa I, o projeto piloto Mocambinho implantado no início da década de 1980 foi incorporado a Etapa I (tratado no capítulo 2 deste trabalho), restando como o primeiro grupo de assentados do Projeto Jaíba, identificados como Gleba D. Segundo Rodrigues (1998), quando da operacionalização do Projeto Jaíba e de toda a infraestrutura de irrigação ali construída, foi a vez da gleba F, composta por 326 lotes, a receber os assentados no ano de 1989. Um ano depois, seria iniciada a seleção para a gleba C3, com 57 lotes, concluída em 1993.

Ao final de 1995, 230 lotes que compunham a gleba B, estavam com a infraestrutura pronta para assentamento, e o assentamento foi efetivado em 1996.

Mediante a dificuldade em encontrar documentos oficiais que tratassem acerca do tema, durante as entrevistas realizadas por esta pesquisa, foi perguntado aos irrigantes quais eram as condições de seleção definidas para a escolha dos ocupantes das glebas D, F, C3 e B. A mesma questão foi direcionada aos entrevistados da CODEVASF e DIJ, e mediante as respostas obtidas, foi possível identificar que os critérios estavam correlacionados as condições socioeconômicas das famílias e não à capacidade ou experiência na lida com a terra. Os critérios apontados como preponderantes pelos entrevistados foram:

- a. Não portar da propriedade de algum imóvel rural
- b. Residir na região Norte de Minas
- c. Não possuir emprego formal (carteira assinada)
- d. Famílias com maior número de dependentes
- e. Ter idade entre 21 e 60 anos
- f. Não ter sido beneficiado em programas de colonização ou reforma agrária

Tais informações acerca do critério de seleção também foram confirmadas através da pesquisa de opinião, em que os responsáveis pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER em suas considerações, citaram a heterogeneidade dos ocupantes da Etapa I do Projeto Jaíba nas primeiras glebas ocupadas, essencialmente composta por pintores, feirantes, pedreiros, parceiros, trabalhadores agrícolas, dentre outros.

É possível perceber que não houve qualquer preocupação referente ao fato da experiência prévia na agricultura, demonstrando o desalinhamento do processo de seleção com a proposta original do perímetro irrigado, que era de constituir o perímetro irrigado em um pólo de fruticultura em médio prazo. Os entes selecionados para compor o assentamento, dispunham de pouca ou nenhuma experiência no cultivo agrícola.

Por sua vez, o Convênio nº0038/86 realizado entre o Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação e a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, estabeleceu que a Ruralminas seria o órgão responsável em fornecer as capacitações, apoio e assistência técnica necessária aos assentados; porém, segundo as entrevistas realizadas, de meados 1990 até 2003, este tipo de serviço foi ofertado de modo precário, restrito a resolução de questões ligadas ao solo, em que a Emater atendia aos colonos com um equipe reduzida, a mesma que atendia ao restante da comunidade rural dos municípios de Jaíba e Manga.

SELEÇÃO DA GLEBA A

O processo de seleção e assentamento da Gleba A foi o último a ser realizado, dada a sua localização, pois era a área mais distante da sede administrativa do perímetro irrigado, localizada na gleba D, e por ser tratar da gleba com maior número de lotes, 845 no total.

Esta gleba teve sua infraestrutura finalizada em 1997 e no mesmo ano passou a receber os novos irrigantes, restando a sua ocupação realizada de forma parcelada, haja vista que a quantidade de lotes e famílias selecionadas.

Os critérios definidos para o processo de seleção para a gleba A foram alterados, deixando de seguir o padrão definidos para as glebas D, F, C3 e B, dadas as dificuldades encontradas no cultivo irrigado pelos primeiros assentados (CODEVASF, mimeo).

Segundo o levantamento realizado por esta pesquisa, através um encontro entre representantes do Sindicato de Trabalhadores do município de Jaíba, Igreja Católica, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Ruralminas,

CODEVASF, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e EMATER, foi instituído um novo perfil de irrigante para compor o processo de seleção, com a finalidade de tornar o desenvolvimento dos irrigantes da gleba A e conseqüentemente da Etapa I, mais alinhada ao planejamento inicial do Projeto Jaíba: inserir os agricultores rurais assentados no mercado da fruticultura, de modo a promover a expansão da economia regional e o desenvolvimento da agroindústria (RURALMINAS, s.d.).

Assim sendo, os critérios privilegiados para compor o processo de seleção dos assentados da gleba A, foram:

- a. Ser agricultor ou possuir experiência com o cultivo agrícola
- b. Não portar da propriedade de imóvel rural
- c. Residir na região
- d. Renda inferior a dois salários mínimos em atividades não-rurais
- e. Famílias menores, com até 03 dependentes
- f. Não ser funcionário público, militar ou autárquico
- g. Não ter sido beneficiado em programas de colonização ou reforma agrária
- h. Apresentar atestados de bons antecedentes criminais
- i. Ter experiência com irrigação (facultativa)

Tais critérios, segundo a CODEVASF (mimeo), estavam previstos na Lei de Irrigação e no Estatuto da Terra, porém, mediante algumas alterações¹¹, estabeleceram um novo padrão de irrigantes para a Gleba A, em que a condição prévia de experiência na agricultura passou a ser considerada, bem como, uma formação familiar com menor número de filhos.

CONCLUSÃO DA ETAPA I – FASE DE ASSENTAMENTO

O processo de assentamento das famílias selecionadas para compor a Etapa I do Projeto Jaíba, foi marcado pela morosidade. Foram necessários aproximados dezesseis anos para a destinação de todos os lotes. Tal

¹¹ Nos últimos processos de seleção, as famílias com maior nível de escolaridade receberam pontuação maior, bem como, famílias com menores e com conhecimento prévio no cultivo da agricultura irrigada, foram privilegiadas.

morosidade, é justificada pela CODEVASF como necessária para adequação dos critérios de seleção ao longo do tempo, pois apenas desta forma o desenvolvimento do Projeto Jaíba poderia ser alcançado¹².

Em 2006, a Etapa I do Projeto Jaíba contava com 1363 de famílias assentadas, sendo que até o final deste mesmo ano, foram assentados mais 454 famílias de colonos irrigantes, concluindo a destinação dos lotes da gleba A e, portanto, o assentamento das 1828 famílias de colonos, conforme previsto no projeto inicial para a Etapa I. Isto posto, o término do assentamento das famílias irrigantes, previsto para 1993, foi concluído apenas em 2006.

É importante destacar que dentre a área destinada a etapa I do Projeto de Irrigação, haviam lotes pertencentes as prefeituras de Jaíba e Matias Cardoso, transformados em 140 lotes de pequenos e médios empresários, e duas fazendas. Os canais construídos no entorno das empresas Agrivale (desativada atualmente) e Brasnica, estava autorizada a utilizar a infraestrutura mediante transporte das águas do canal, dado o pagamento devido da utilização (CODEVASF, s.d.). E este cenário fundiário diverso, será o tema de análise para o próximo item deste trabalho.

ANÁLISE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PROJETO JAÍBA ETAPA I: COLONIZAÇÃO IRRIGADA

De acordo com o Quadro 1, a Etapa I do Projeto Jaíba, área destinada aos pequenos agricultores, ocupa uma área total bruta de 14.362,20 ha. Contudo, descontadas as áreas comuns destinadas a infraestrutura de irrigação, a área total irrigável é de 9.346,68 ha, divididos em 1826 lotes familiares de até 05 hectares.

Em consulta ao SICOB – Sistema de Cobrança da CODEVASF, que trata do cadastro de cobrança referente a amortização e cobrança do valor K1, em novembro de 2017, os lotes destinados aos assentados na Etapa I, estavam distribuídos da seguinte Tabela 1 abaixo.

A partir da distribuição dos lotes apresentada na Tabela 01, é possível auferir que que a totalidade dos lotes disponíveis (1828 lotes), não estavam ocupados, podendo ser explicada a diferença de lotes vazios pela desistência formalizada de alguns assentados junto a CODEVASF, ou ainda, lotes que não tiveram as condições de seleção atendidas¹³. Através da disposição dos

¹²Vide entrevistas realizadas em Setembro de 2017.

¹³Conforme posicionamento formal da CODEVASF, após envio de questionamento por email.

Tabela 01 – Irrigantes assentados conforme Sistema de Cobrança da CODEVASF – SICOB – Projeto Jaíba Etapa I.

Assentados/Estrutura Fundiária *		
Condição do Assentado: dos nesta condição	Qtde de Assenta-	Qtde de Lotes
Portador de 01 lote	1662	1662
Portador de 02 lotes	29	58
Portador de 03 lotes	15	45
Portador de 04 lotes	1	4
Totais*:	1707	1769

Fonte: SICOB – CODEVASF – Atualizado em: 14/11/2017

* conforme cadastro na CODEVASF.

dados é possível identificar que aproximadamente 90,92% das famílias não tiveram as condições de seleção atendidas¹⁴. Através da disposição dos dados é possível identificar que aproximadamente 90,92% das famílias assentadas foram contempladas com 1 lote de até 5 hectares, ou seja, a maior parcela dos selecionados não dispunha de capacidade financeira para se comprometer para com a aquisição de mais de 01 lote, conforme as regras do processo de seleção.

Contudo, a estrutura fundiária da Etapa I do Projeto Jaíba, em especial da área destinada a colonização/assentamento dos irrigantes, pode ser considerada como uma contradição no período atual, pois os dados SICOB, disponibilizados pela CODEVASF, não retratam a estrutura fundiária observada, pois durante o período de pesquisa de campo, foi recorrente a identificação pela pesquisadora, de cercas que contornavam áreas superiores a 5 ou 10 hectares de terra irrigada.

Durante a pesquisa de campo, muitas dificuldades foram encontradas, dentre elas, entrevistar aqueles que saíram, apenas, uma entrevista/observação foi alcançada, pois geralmente voltam para a cidade de origem (a maioria do Norte de Minas Gerais) ou vão para as cidades maiores da região em busca de melhores oportunidades; ampliar o número de observações, pois alguns entrevistados não disponibilizaram as informações pessoais ou sobre o processo de compra, qual a motivação principal da aquisição, dentre outros, apenas disseram que possuíam lotes no perímetro e quantidade; acessar

¹⁴Conforme posicionamento formal da CODEVASF, após envio de questionamento por email.

aos lotes que estão localizados nas extremidades dos perímetros, pois as estradas são de terra e em péssimas condições de tráfego em carro comum. De todo modo, todos aqueles agricultores que tivemos a oportunidade de entrevistar, nem que fosse de modo muito informal dada a desconfiança de muitos, informaram que é crescente a compra de lotes por uma mesma pessoa e que a prática é considerada como normal, pois, na medida que a atividade dá certo, compra-se mais lotes quando a oportunidade aparece.

Dadas tais condições e a metodologia de pesquisa definida, as entrevistas foram feitas mediante a definição de unidade de negócio, ou ainda, quantidade de lotes para o mesmo irrigante, formalizado por meio da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU e Contrato de Compra e Venda, também chamado de Contrato de Gaveta, por não dispor de registro oficial no cartório de títulos.

Portanto, foram entrevistados 21 agricultores na Etapa I, que possibilitaram mediante a análise do domínio originário o alcance de 120 lotes de até 05 hectares, 6,56% dos 1826 lotes que compõem a Etapa I e 6,78% dos 1769 considerados como ocupados pela CODEVASF em novembro de 2017.

A distribuição das observações dentre as glebas foi ordenada mediante o quadro 03:

Quadro 03 – Distribuição por Gleba dos Lotes Analisados – Projeto Jaíba Etapa I.

Observações - Lotes por Gleba:	Quantidade Total de lotes	Quantidade de lotes observados durante a pesquisa	(%) Percentual
Gleba A	845	67	7,92
Gleba B	399	23	5,76
Gleba C	57	3	5,26
Gleba D	199	4	2,01 ²
Gleba F	326	23	7,05
Total:	1826	120	

Fonte: Pesquisa de Campo

A condição de formalidade dos 120 lotes analisados foi um fator que chamou a atenção durante o processo de leitura dos dados e apresentou distribuição conforme expresso no Quadro 04:

Quadro 04 - Condição Formalidade dos Lotes Analisados – Projeto Jaíba Etapa I

Condição de Formalidade	
Condição de Formalidade dos Lotes	Qtde
Pequeno Irrigante – CDRU – Concessão de Direito Real de Uso	9
Contrato de Compra e Venda com Registro no Cartório de Notas	110
Contrato de Compra e Venda sem Registro – gaveta	1
Pequeno Irrigante Portador de Matrícula do Imóvel	0
Total:	120

Fonte: Pesquisa de Campo

É possível perceber através do quadro 04, que a condição de formalidade dos lotes analisados é temerária, sendo que apenas nove lotes pertencem a irrigantes assentados, detentores da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU expedido pela Ruralminas, logo, ainda não cumpriram com a totalidade do pagamento dos valores referente ao K1, K2 e amortização do lote. Os lotes em condição de Contrato de Compra e Venda com Registro no Cartório de Notas, foram de 110 no total, representando mais de 91,6% da amostra, ratificando a condição de normalidade da prática de compra e venda dos lotes agrícolas na Etapa I, mesmo que diante da irregularidade do ato. Isto posto, é possível concluir que nenhuma das observações dispunham de Registro no Cartório de Títulos. Em tese, ninguém é dono do lote ou dos lotes que ocupam, possuem apenas a posse.

A questão da formalidade da posse dos lotes da Etapa I, é um imbróglio que se desenvolveu desde a primeira fase do assentamento, ainda na década de 1980. Devido a diversas motivações, como endividamento, falta de aptidão, desinteresse, entre outros, assentados não permaneceram nos lotes que receberam, negociando no mercado informal o direito à terra que receberam. Tais negociações muitas vezes foram feitas sob o chamado contrato de gaveta com registro em cartório de notas, trocas em veículos, casas na cidade ou até mesmo em áreas de sequeiro (vide discurso registrado nas entrevistas coletadas).

O que de fato percebe-se ao visitar o perímetro irrigado, é que existe ali uma realidade bem diferente daquela apresentada pela CODEVASF em relatórios oficiais. A presença de produtores agrícolas que não foram selecionados por meio do processo de assentamento nos lotes da Etapa I é uma

prática considerada como *comum* no perímetro irrigado; a compra de um lote localizado no assentamento, em tempos atuais, é vista como uma questão de oportunidade de negócio, contrariando a premissa inicial e a condição legal que privilegiava o assentamento de famílias que não tinham acesso à terra.

Um outro fator identificado durante a visita no perímetro irrigado, foi a questão do arrendamento da terra. Apesar de pouco comum, nos questionários propusemos a seguinte questão: “O Sr. (a) arrendaria o seu lote? ”, e muitos responderam positivamente, inclusive dois entrevistados, pequenos irrigantes selecionados pela CODEVASF, ambos usufruem da aposentadoria rural e compartilharam que arrendam o lote que possuem na atualidade, pois não detém mais da força necessária para realizar o plantio e seus filhos não quiseram permanecer cultivando a terra. Logo, o arrendamento lhes serve como uma maneira de complementar a renda de forma segura por um determinado período de tempo. Portanto, em análise primária acerca do perímetro irrigado, que teve seus primeiros assentados em 1989 e a idade destes primeiros assentados, compreende-se que muitos destes já estão em fase de aposentadoria, dado que mais de trinta anos se passaram, podendo muitos casos similares, se repetirem no perímetro irrigado.

A distribuição dos lotes analisados durante a fase de pesquisa alcançou uma representatividade considerável quanto ao número de observações necessárias para análise da estrutura fundiária da Etapa I, dada as dificuldades encontradas, bem como, os limites da pesquisa (acesso aos lotes localizados nas extremidades do perímetro irrigado, entrevistas aos colonos, financiamento da pesquisa, dentre outros). Dos 120 lotes aos quais obtivemos acesso, todos como anteriormente dito, eram provenientes da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, vinculados a 120 colonos irrigantes diferentes, logo, o número de observações espelhou uma distribuição fundiária inicial, de 1 lote de 05 hectares para 1 irrigante perante a condição formal e legal de quando as famílias foram assentadas.

Assim sendo, foram alcançados os indícios necessários para que a hipótese de concentração fundiária em um assentamento, pudesse ser validada, conforme o quadro 05.

Considerando o limite estabelecido pela CODEVASF e RURALMINAS de lotes a serem ocupados por cada colono assentado (4 lotes), é possível compreender através do quadro 05, que dos 21 entrevistados, 14 foram classificados como produtores agrícolas, pois acessaram as terras via a negociação informal dos lotes. Destes 14 produtores agrícolas, 10

Quadro 05¹⁵ – Caracterização e Distribuição da Posse dos Lotes Analisados
– Projeto Jaíba Etapa I.

Entrevistados	Condição do Domínio do Lote	Quantidade de Lotes que possui na Etapa I	Área Total (ha)
1	Produtor Agrícola	<u>07 lotes</u>	35
2	Colono Irrigante	03 lotes*	15
3	Produtor Agrícola	<u>05 lotes</u>	25
4	Produtor Agrícola	04 lotes	20
5	Produtor Agrícola	<u>08 lotes</u>	40
6	Colono Irrigante	03 lotes	15
7	Produtor Agrícola	03 lotes	15
8	Produtor Agrícola	<u>07 lotes</u>	35
9	Produtor Agrícola	02 lotes	10
10	Produtor Agrícola	01 lote	5
11	Colono Irrigante	01 lote	5
12	Colono Irrigante	01 lote	5
13	Colono Irrigante	01 lote	5
14	Colono Irrigante	01 lote	5
15	Produtor Agrícola	<u>05 lotes</u>	25
16	Colono Irrigante	03 lotes	15
17	Produtor Agrícola	<u>20 lotes</u>	<u>100</u>
18	Produtor Agrícola	<u>12 lotes</u>	<u>60</u>
19	Produtor Agrícola	<u>15 lotes</u>	<u>75</u>
20	Produtor Agrícola	<u>10 lotes</u>	<u>50</u>
21	Produtor Agrícola	<u>08 lotes</u>	40

Fonte: Pesquisa de Campo.

excedem o limite máximo da posse de lotes por indivíduos, contrariando o objetivo inicial do perímetro irrigado para a Etapa I, que era promover uma distribuição mais igualitária dentre os colonos. Os quatro restantes, apenas 1 produtor agrícola detém de 1 lote, os demais possuem ao menos 02 lotes em sua posse.

¹⁵Legenda para o quadro: Foi considerado como produtor agrícola aquele que acessou a terra por meio da aquisição informal do lote, podendo ser também considerado como o *new settler* ou *new colonist*. O termo colono irrigante tratou de caracterizar o irrigante selecionado através da Ruralminas para ocupar a Etapa I. *O entrevistado acessou 1 lote através do processo de seleção realizado pela Ruralminas e com o passar do tempo adquiriu mais 2 lotes, através da negociação informal com outros assentados.

Ainda com base no quadro 05, quando analisada a distribuição da posse dos 7 entrevistados que se identificaram como colonos irrigantes, 4 afirmaram possuir 1 lote. Dois colonos apresentaram mais de 1 lote em sua posse, mediante a informação de que os lotes adicionais foram adquiridos via negociação informal com outros colonos que desistiram do cultivo na Etapa I e venderam seus lotes. Apenas 1 colono irrigante possui 03 lotes agrícolas, todos mediante Concessão de Direito Real de Uso - CDRU. Logo, quando da formulação do problema de pesquisa, os pressupostos sugeridos de fato retratam parte da formatação da estrutura fundiária da Etapa I assumida ao longo dos anos, de modo que alguns colonos, efetivamente adquiriram áreas de vizinhos que desistiram do cultivo, e esta aquisição tornou-se possível, conforme ratificação através dos questionários, através do sucesso no cultivo da fruticultura irrigada.

Quando organizados os dados apresentados no quadro 05 através do método de estratificação de área (ha), é possível visualizar de maneira mais sucinta o modo como se encontra distribuída a posse da terra entre os entrevistados, vide quadro 06:

Quadro 06 – Percentuais do Número de Estabelecimentos segundo os estratos de área (ha) em relação aos totais. Projeto Jaíba Etapa I.

Estratos*	Número	%
0 – 10	6	28,57
10 – 20	5	23,81
20 – 50	7	33,33
50 – 100	3	14,29
100+	-	-
Total	21	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

*Distribuição com Base na Metodologia Utilizada pelo Censo Agropecuário-IBGE.

Quando observado o quadro acima, percebe-se que a maior parte dos estabelecimentos, 33,33% agrupam-se no estrato que varia de 20 a 50 ha, e a participação de 14,29% dos estabelecimentos no estrato 50 a 100 ha merece atenção. A soma destes dois estratos em termos de área representa 47,62% do total da pesquisa, demonstrando a mudança no padrão da composição fundiária dentro da área destinada ao assentamento, uma vez que o limite de

lotes em posse de um mesmo indivíduo e/ou cadastro de pessoa física-cpf deveria ser de no máximo 20 hectares; logo a totalidade da distribuição que atende a esta regulamentação, deveria situar-se entre os estratos 0 a 10 e 10 a 20 hectares, o que não ocorre na amostra coletada, apesar de representarem a maioria - 52,38% dos estabelecimentos.

Por meio da distribuição da posse dos lotes retratada, é possível afirmar que tem ocorrido um processo de concentração da posse da terra na Etapa I do Projeto Jaíba, ainda que se consideradas as restrições do número de observações alcançados por meio da pesquisa de campo. Aqueles denominados como produtores agrícolas possuem área que variam entre 07 lotes - 35 hectares, chegando até o caso mais abrangente de 20 lotes - 100 hectares, em posse de um único agricultor, fato que segundo entrevistados não é isolado.

Em busca de demonstrar de forma mais clara o peso da distribuição fundiária observada, apresenta-se na sequência, o cálculo do índice de Gini – que tem a finalidade de medir a desigualdade da posse da terra para o presente estudo.

Analisada a totalidade da amostra (120 lotes agrícolas observados), o nível calculado para o Índice de Gini das observações, ficou em torno de 0,493, que de acordo com Câmara (1949), é classificada como uma concentração média da posse da terra, com valores próximos a aquele identificado para o semiárido mineiro, 0,536 conforme Censo Agropecuário (2006)¹⁶. Se comparado com a estrutura fundiária brasileira, que entre 1967 e 2000, apresentou concentração fundiária em torno de 0,80, o valor de 0,493, pode ser considerado como baixo. Entretanto, estamos tratando do nível de concentração da posse da terra em uma área que foi destinada a famílias agricultoras, por meio de uma ação de colonização específica para o perímetro irrigado, que em sua concepção previa a garantia do acesso à terra e aos meios de produção (irrigação), em que o acúmulo de parcelas superiores a 20 hectares não é permitido do ponto de vista legal e regulamentar do assentamento.

E tais resultados são explicados com base nos processos de compra e venda informal dos lotes (vide entrevistas), onde foi possível perceber que esta atividade se iniciou na década de 1990, intensificou nos anos 2000 e ainda ocorre em um ritmo compassado na atualidade, em que a compra de um lote adicional é vista como uma oportunidade de ampliar a produção

¹⁶ Logo, os movimentos de transformação da estrutura fundiária do assentamento podem refletir as mesmas condições do cenário regional, o que carece de estudo específico.

em meio a um ambiente de expansão da fruticultura irrigada.

De todo modo, por intermédio das entrevistas de opinião realizadas com os seis representantes da CODEVASF, IMA, EMATER, DIJ, Associação de Produtores da Gleba A e Prefeitura Municipal de Jaíba, a hipótese de concentração também foi corroborada por todos os entrevistados, e assumiu as mesmas condições verificadas nas entrevistas dos agricultores, de que este processo não tem sido realizado a toque de caixa, mas sim, ao longo do tempo, na medida em que o perímetro irrigado tem se consolidado.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa em sua fase final poderia presumir que o processo de colonização realizado no perímetro irrigável Projeto Jaíba Etapa I agiu em atendimento a necessidade de assentamento de agricultores com o objetivo de promover a democratização do acesso à terra, bem como, para o desenvolvimento da sociedade local e regional. Contudo, tal condição prevista pelos órgãos responsáveis pelo programa de assentamento não vigorou, pois compreendeu-se, que de fato, o acesso à terra e à irrigação não foram suficientes para o êxito da Etapa I do Projeto Jaíba, visto que condições como: processo de seleção mediante o perfil necessário para o cultivo irrigado, assistência técnica suficiente desde a fase inicial do assentamento, acesso ao crédito, e condições mínimas para moradia, educação e saúde, não poderiam estar ausentes.

Segundo Greenhalgh (1996, p. 4), há uma resistência em efetivar a reforma agrária no Brasil, de modo que para muitos grupos políticos e sociais, a reforma agrária pode ter perdido o sentido, mas continua como uma necessidade entre os trabalhadores rurais e até mesmo a população urbana, originária do rural, que enseja o retorno ou a conquista de sua parcela de terra. E esta necessidade, se coloca como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Mas também é sabido, que a reforma agrária não pode ser empreendida apenas através de uma mera distribuição de lotes como se observa em muitos assentamentos do território nacional e para o caso apresentado neste estudo. É preciso que ocorra uma mudança radical na estrutura política e social do campo, para que o assentado venha ser dotado de maior autonomia (para o caso do Projeto Jaíba, o cultivo foi direcionado e a CODEVASF e RURALMINAS fixaram incentivos e estrutura de irrigação próprias a fruticultura, reduzindo o poder de barganha de muitos assentados em cultivar e comercializar o fruto ao qual dispunha

de aptidão e/ou interesse).

De acordo com Silveira:

(...) a reforma agrária é entendida como uma política social a fim de atingir a redução da desigualdade no meio rural. Isso significa dizer que ela envolve não só a distribuição racional de terra, mas também a modificação das relações de trabalho e do relacionamento do homem no meio. Enfim, pressupõe mudanças no meio rural de forma a oferecer condições de uma vida digna no campo (SILVEIRA, 2003, p.97).

Logo, o propósito final de uma política que promove a distribuição da terra e o acesso a água em meio ao semiárido deveria ser a fixação do homem no campo. E como instrumentos para efetivar a desejada permanência, infraestruturas básicas como serviços públicos (saúde, educação e assistência técnica suficiente), acesso ao crédito e estradas rurais se fazem necessários, caso contrário, torna-se o intento da atividade rural pelo assentado, penosa e infrutífera, dispensado os casos em que os selecionados dispuserem de capital social e monetário suficiente para instaurar o cultivo.

Trazida tal análise para o caso observado neste estudo, a hipótese inicial desta pesquisa de que permaneceram em seus lotes aqueles assentados que obtiveram sucesso no cultivo irrigado e que mediante a desistência de assentados vizinhos adquiriram lotes adicionais em um mercado informal, pode ser confirmada. Mas também revelam que em grande maioria, as negociações dos lotes foram realizadas entre colonos e produtores agrícolas provenientes das áreas de sequeiro da região, motivados pelo aumento da oferta da terra irrigada, negociadas a um preço abaixo do mercado, confirmando o entendimento acerca do funcionamento dos mercados de terras conforme Reydon (1992), que aponta que tais mercados são considerados imperfeitos ou informais devido as desigualdades expressivas na distribuição da propriedade da terra, ações individuais dos agentes econômicos locais, uma vez que a terra não é um produto homogêneo (possui variações em sua extensão, bem como, na qualidade dos solos), condições espaciais, ou ainda, geográficas capazes de alterar o preço e agentes econômicos sem-terra que a procuram, porém, não possuem condições econômicas de sustentar a sua demanda.

Na medida que entes externos adquirirem lotes em uma área direcionada a agricultura familiar, a parcela que permanece assentada, assistiu à

substituição de seus pares por indivíduos especializados no cultivo da fruticultura ou de indivíduos que dispõem do capital financeiro necessário para empreender este cultivo, demonstrando a dualidade entre irrigantes assentados e produtores agrícolas (novo colono/assentado) na área destinada aos selecionados. Esta dualidade por sua vez, revela a ingerência do Estado em não efetivar a devida fiscalização da posse dos lotes do assentamento, bem como, a ingerência do Estado em executar uma política que não coaduna e não propicia o desenvolvimento do assentado.

De todo modo, as mudanças na composição fundiária do assentamento Etapa I Projeto Jaíba, podem ser vistas como resultados de um conjunto de ações que não primaram pela sustentação dos assentados na área recebida, pois, desde a concepção inicial do perímetro irrigado, não fazia parte do interesse maior do Estado dinamizar a concentração da posse da terra na região, mas sim, transformar o perímetro irrigado em uma esfera de desenvolvimento agrícola capaz de integrar semiárido mineiro mais integrado ao restante da economia estadual. O que de fato se observou, foi uma distribuição de lotes a famílias previamente selecionadas, em cumprimento a uma necessidade de financiamento (Banco Mundial) para o funcionamento do perímetro irrigável. E esta seleção cumpriu seu papel: direcionar lotes a famílias que não dispunham do acesso à terra, contudo, não foi capaz de prever ou subsidiar as condições que promoveriam a permanência dos selecionados nos lotes recebidos.

A pesquisa de campo foi primordial para conferir evidências de que este movimento de concentração da posse da terra não tem acontecido de modo aleatório, mas que é delineado ao longo de um processo falho de assentamento das famílias selecionadas (pautado em um perfil de assentados que não atendiam aos requisitos necessários para o cultivo irrigado), ingerência da infraestrutura necessária para permanência dos assentados (assistência técnica, escolas, postos de saúde, mobilidade, dentre outros) e primordialmente, a definição prévia do cultivo a ser empreendido pelos colonos, a fruticultura, fato que submeteu os assentados a uma situação análoga a uma camisa de força, pois grande parte não detinha de conhecimentos na lida da terra, e aqueles que dispunham da experiência para com o cultivo agrícola, estavam pautados pela lógica do cultivo de sequeiro, amplamente exercida no semiárido nacional.

E diante das dificuldades enfrentadas pelos irrigantes selecionados, a presença dos produtores agrícolas, tornar-se-ia como “*comum*” dentre o

assentamento, em um movimento de negociação informal de lotes (compra e venda) a um baixo custo, permeada pela informalidade e orientada para a concentração da posse da terra em uma área de colonização, que passou a contar com a soma de um lote por produtor agrícola, a cada assentado desistente da atividade rural.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto-Lei nº1106 de 17 de junho de 1970**. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1106.htm. Acesso em 18 de abril de 2017.

BRASIL, **Decreto nº59.428, 01 de novembro de 1966**. Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 - 82 - 83 - 91 - 109 - 111 - 114 - 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 - 10 - 11 - 12 - 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966 - Colonização e outras formas de acesso à propriedade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 nov. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59428.htm. Acesso em: 01/07/2017.

BRASIL, **Decreto nº74.794, 31 de outubro de 1974**. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 1974. Seção 1, Página 12391. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-1974-423254-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18/04/2017.

BRASIL. **A irrigação no Brasil: Situação e Diretrizes**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/documents/10157/3672008/A+irrigacao+no+Brasil+-+diretrizes.pdf/b88c745b-f5b3-4f3d-b375-483033a2e80c>. Acesso em 27 de março de 2017.

BRASIL. **IBGE Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso

em: 18/07/2017.

BRASIL. **IBGE Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.. Acesso em: 18/07/2017.

BRITO, M. S. O Programa Nacional de Irrigação: uma avaliação prévia dos resultados. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 53, n. 2. p. 113- 125, abr./jun. 1991.

CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, V.7, nº. 77, p. 37 - 58, 1949.

CARVALHO, J. O. **O nordeste semiárido: questões de economia política e de política econômica**. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp, 1985.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. **Relatório Anual de 1983**. Brasília, 1984, 110 p.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. **História do Projeto Jaíba**. MIMEO.

CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. RURALMINAS. Distrito de Irrigação. Perímetro irrigado de Jaíba. Jaíba, s.d. (Manual informativo).

COUTO, D. **Análise do Cenário Agrícola para Delineamento do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – Caso Perímetro Irrigado Jaíba, Sistema 5, 6, 7 e 8**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – Extensão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. UFLA. Lavras.

DEININGER, K.; BYERLEE, D. **The Rise of Large-Scale Farms in Land-Abundant Developing Countries: Does it have a future?** Disponível em: http://cega.berkeley.edu/assets/cega_events/30/AfDR_Deininger--Byerlee_Large-Farm-Small-Farm-Debate_P-S.pdf. Acesso em 20/04/2017.

DEAN, W. “Latifundia and land policy in nineteenth century Brazil”. **Hispanic American Historical Review**, v.51, nº4, 1971.

PESSOA, D. **A estrutura fundiária e a diferenciação social. Políticas Fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos.** Coor. Dirceu Pessoa. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. Recife, Brasil, 1990.

PLANVASF. **Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco.** Programa para o Desenvolvimento da Irrigação (1989-2000). Brasília, junho de 1989. Cooperação Técnica: CODEVASF/SUDENE/OEA. Disponível em :<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/sca?b=ad&id=556264&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22PLANO%20DIRETOR%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20DO%20VALE%20DO%20SAO%20FRANCISCO.%22&qFacets=-autoria:%22PLANO%20DIRETOR%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20DO%20VALE%20DO%20SAO%20FRANCISCO.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>. Acesso em: 01/07/2017.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REYDON, B.; PLATA, L. A ampliação do acesso à terra e o Imposto Territorial Rural. **XXII Encontro da ANPEC**, 1995.

REYDON, B. P. Mercado de Terras Agrícolas e Determinantes de seus Preços no Brasil: Um Estudo de Caso. 1992. Unicamp, Campinas, 1992.

REYDON, B. P. e CORNELIO, F.N.M. **Mercados de Terras no Brasil: estrutura e dinâmica.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) NEAD, 2006. 444 p. (Nead Debate n.7).

REYDON, B. P. FELÍCIO, A. S. G. Fundamentos da Governança Fundiária. In: FAO. **Governança da Terras: da teoria à realidade brasileira.** Brasília, 2017. Volume 1, capítulo 1.

RODRIGUES, L. **Investimento agrícola e o grande projeto Jaíba: uma interpretação: 1970-1996.** Tese de Doutorado. 337 pp. FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

RODRIGUES, L., Cardoso, J. M. A., & Botelho, T. R. **Formação social e**

econômica do norte de Minas. Montes Claros-MG. Unimontes, Montes Claros, 2000.

SILVEIRA, U. **Reforma agrária: a esperança dos “sem-terra”.** Franca: Ed. UNESP, 2003.

SOARES, C. C. **O caráter social e as perspectivas de adaptação da pequena produção inserida em projetos de concepção técnica: o caso do Projeto Jaíba.** 1999. Dissertação de Mestrado. UFLA, Lavras, 1999.

VELOSO et al. Determinação do Albedo de superfície em áreas irrigadas no Projeto Jaíba (Minas Gerais) mediante imagens landsat 5 – TM. **Revista Ra’ega**, v. 35, p. 126-146, Dez/2015.

WANDERLEY, M. N.B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: **X World Congress of Rural Sociology e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

RÁDIO COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA: DESAFIOS, DIFICULDADES E O PAPEL DAS LIDERANÇAS

Matheus Henrique de Souza Santos¹

Ana Cláudia Fernandes Terence²

RESUMO : Este artigo objetiva pontuar os desafios, as dificuldades e o papel de suas lideranças no processo de elaboração do projeto de implantação da rádio comunitária Monte Alegre. Para tanto se alicerça em dois aportes teóricos: a comunicação comunitária como instrumento alternativo ao sistema vigente; e a comunicação comunitária como instrumento de transformação e fortalecimento da cidadania. A rádio comunitária, um contraponto no sistema de comunicação, é uma maneira de democratizar o serviço de radiodifusão por meio da organização comunitária, porém a sua instalação demanda envolvimento e protagonismo da comunidade. Realizou-se um estudo qualitativo e exploratório, caracterizado como estudo de caso que abrangeu a reestruturação da Associação dos Moradores do Assentamento Monte Alegre na busca ao cumprimento dos requisitos para implantação da rádio, processo que contou com a vontade emergente dos seus membros empenhados em contribuir, a partir de suas perspectivas, para uma sociedade mais justa e igualitária. Houve o envolvimento de um grupo de pessoas conscientes de suas ações e desafios impostos para que a rádio se tornasse sustentável e tivesse condições de concretizar sua principal função: a cidadania ativa que possibilita aos assentados compreender que mudanças de sua realidade dependem de auto-organização. Destaca-se neste processo uma experiência de construção coletiva que resultou em avanços na organização da comunidade, com base na concepção de cidadania ativa e no protagonismo dos seus integrantes.

¹Administrador Público, Mestre em Ciências Sociais- Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara; Doutorando no Programa de Política Científica e Tecnológica da Universidade de Campinas – UNICAMP/ Bolsista CAPES; mhsouzasantos@gmail.com

²Administradora Pública; Mestre e Doutora em Engenharia de Produção – USP/SP; Professora Assistente Doutor no Departamento de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara; anaterence@fclar.unesp.br

PALAVRAS-CHAVE: comunicação comunitária; cidadania; comunicação pública; assentamento rural

ABSTRACT: This article aims to point out the challenges, difficulties and the role of its leaders in the implementation process of the Monte Alegre community radio. It is based on two theoretical contributions: community communication as an alternative tool to the current system; and community communication as an instrument for transforming and strengthening citizenship. Community radios, a counterpoint in the communication system, are a way of democratizing the Brazilian broadcasting service through community organization, but setting it up demands the involvement and protagonism of the community. A qualitative and exploratory study was carried out, characterized as a case study, which included the restructuring of the Residents' Association of Monte Alegre's Settlement in the pursue to comply with the requirements for Monte Alegre Radio installation. The process of implementing the radio in the community relied on the emerging desire of its members, committed to contribute, from their perspectives, to a more fair and egalitarian society. There was the involvement of a group of people aware of their actions and the challenges imposed so that the radio became sustainable and could fulfill its main function: active citizenship that enables the settlers to understand that the change of their reality depends on their self-organization. In summary, the Monte Alegre community radio deployment process evidences an experience of collective construction that has generated an advance in its organization, based on the concept of active citizenship and the protagonism of its members.

KEYWORDS: Community Communication; Citizenship; Public Communication; Rural Settlement

INTRODUÇÃO

Weber (1999) nos traz a reflexão sobre o padrão adotado de burocracia no Estado moderno, que se comporta como garantidor dessa relação Estado-capital, tornando os processos institucionais altamente complexos para que os cidadãos não possam assimilá-los. Unido a essas mudanças e preocupado com o surgimento de conflitos, gerados pela imposição de uma nova lógica política-social-econômica, o sistema capitalista necessita estruturar-se, cada vez mais em escala maiores, de maneira que construa e/ou mantenha os

consensos e ideários alinhavados com sua essência, na busca permanente de reprodução e acumulação de capital (HARVEY, 2011).

Bourdieu (2014), ao tratar do controle do Estado sobre as pessoas, afirma que não é possível que as regras que compõem o Estado sejam pacificamente assimiladas e, para tanto, é preciso que estruturas cognitivas sejam produzidas, ressaltando que “(...) as relações de força são relações de comunicação (...)” (BOURDIEU, 2014, p.225) e para que essa comunicação exista são precisos instrumentos que a elaborem e forneçam diariamente.

É nesse momento que os meios de comunicação por todo o mundo se constroem à luz da subserviência ao sistema. Lima (2009) pontua três papéis que a Comunicação exerce nesse novo contexto do capitalismo mundial. Primeiro como instrumento de socialização, ou seja, auxilia o indivíduo a assimilar a cultura e as normas sociais; segundo, é a sua habilitação em construir as prioridades do Estado e os debates públicos, a agenda pública e; terceiro, onde o autor destaca como mais importante, é no exercício, de longo prazo, em construir realidades “através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana (...) e, em particular, da política e dos políticos” (LIMA, 2009, p. 86).

Observa-se que o Estado moderno, com suas prioridades e dinâmica, e os sistemas de comunicação têm uma relação simbiótica na atualidade, onde cada um exerce determinadas tarefas para o funcionamento da “normalidade” do outro, sendo o primeiro o grande financiador do segundo, por exemplo. No Brasil, o sistema de comunicação conta com uma regulamentação dispersa, fragmentada e defasada não cumprindo com a diversidade de conteúdo e a complementaridade entre privado, público e estatal. Com o predomínio das redes privadas nacionais prevalecem os interesses privados e particulares, além de se ter um foco demasiado na exploração comercial. Tais empresas ou até mesmo conglomerados de comunicação, por meio de concessão pública, possuem praticamente como único parâmetro de atuação as regras do mercado (BRITTES, 2012; ATTAYDE, 2007; LIMA, 2009).

O estabelecimento de políticas públicas para a comunicação voltadas ao interesse coletivo provoca o amadurecimento da esfera pública. Portanto, a pluralidade e a desverticalização das informações passam a ser vitais para o fortalecimento da cidadania, pautadas no direito à comunicação. Nesse contexto podem destacadas algumas iniciativas como a liberdade de imprensa, de expressão, programas de inclusão social, entre outras iniciativas de democratização (BRITTES, 2012).

Nesse contexto encontram-se as políticas públicas de comunicação que visam possibilitar e fortalecer os meios de comunicação comunitários, sendo estes de grande valia para a consolidação da Democracia com participação direta dos cidadãos. Mesmo que os instrumentos comunicativos comunitários estejam inseridos em uma realidade institucional contraditória à sua essência, a prática de organizar uma comunidade, construir valores comuns, discutir temas de interesses desses cidadãos - geralmente ausentes nos grandes meios de comunicação -, refletir sobre a relação Estado/capital, reconhecer a marginalização histórica de alguns setores – como o meio rural, objeto dessa pesquisa - e mobilizar indivíduos por meio de assuntos coletivos, é um processo de desenvolvimento que reconstrói a concepção de cidadania e cada um dos participantes.

Este artigo se alicerça em dois aportes teóricos: a comunicação comunitária como instrumento alternativo ao sistema vigente; e a comunicação comunitária como instrumento de transformação e fortalecimento da cidadania. Tem como objetivo descrever o processo de elaboração do projeto da implantação da rádio comunitária Monte Alegre, pontuando os desafios, as dificuldades e o papel de suas lideranças no processo. Para tanto, parte-se da apresentação da reorganização da Associação dos Moradores Monte Alegre (AMMA), que em 2010 alçou o direito de obter concessão pública para instalar uma rádio comunitária no Assentamento Monte Alegre, Araraquara S/P, processo suspenso em 2016.

Para atingir o objetivo proposto foi realizado um estudo de caso qualitativo e exploratório que abrangeu a reestruturação da Associação dos Moradores do Assentamento Monte Alegre na busca ao cumprimento dos requisitos necessários para instalação da Rádio Monte Alegre. Os dados foram coletados por meio de documentos, entrevistas e observação direta participante nas atividades de reestruturação administrativa da AMMA para a implantação da rádio comunitária Monte Alegre FM.

O artigo está dividido, além dessa introdução e das considerações finais, em três outras partes que levantam questões práticas em diálogo com as os autores da área para compreender esse processo dialético entre Estado-capital-comunicação, criando e recriando o mundo como o conhecemos com base no papel da comunicação comunitária na construção da cidadania. Na primeira parte, enfatiza-se a construção do conceito de comunicação pública e as suas abordagens. Na segunda discute-se a comunicação comunitária como um direito do cidadão e a potencialidade sobre o seu exercício prático

na ampliação dos direitos de cidadania. Na terceira parte discute-se o formato da comunicação comunitária como alternativa ao sistema vigente. A questão central que permeia o texto é o protagonismo do cidadão no processo de comunicação comunitária.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA: A CONSTRUÇÃO DE SEU CONCEITO E O USO DE SUAS FERRAMENTAS

O termo Comunicação Pública passou a ter uma discussão em torno de sua conceituação recentemente, com a preocupação em analisar os instrumentos de comunicação de massa e suas influências na vida pública e na organização da sociedade. Com o acúmulo do debate e da produção científica neste campo passou a ser possível a construção de uma formulação que tem no interesse público a sua centralidade e que sirva como meio de interlocução para as relações públicas e atores sociais em defesa da cidadania (DUARTE, 2009; KUNSCH, 2013; ZEMOR, 2009).

A elaboração conceitual de Armand Mattelart parte da reflexão sobre o campo da Comunicação e seu papel na consolidação de um sistema político-social-econômico no mundo, o capitalista. Mattelart (1994) elabora metodologias de análise para a compreensão dos fenômenos que expõem a comunicação social como agente de construção de bases ideológicas necessárias para o sistema e que se replicam em todo o mundo – em uma de suas explorações, tentou compreender como foram recebidas, por parte das trabalhadoras chilenas, o intenso fluxo de informações oriundas do governo norte-americano e de organizações dos Estados Unidos, sobre a necessidade, de elas e do governo chileno, controlarem a natalidade, analisando a relação entre os interesses postos (MALDONADO, 1999).

Ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas, Mattelart tem na questão cultural e na relação emissor/receptora centralidade dos seus esforços para compreensão dessa força de construção de ideias da comunicação. Em um primeiro momento, afirma que o sistema capitalista mantém total controle da produção cultural e dos gostos dos indivíduos, tese que não se sustenta, pois se assim fosse, as expressões culturais populares desapareceriam e não é isto o que ocorre. A cultura popular cria táticas de resistência e o sistema compreende a necessidade de assimilar essas expressões culturais, desde que seja sob a ótica do receptor/indivíduo apenas quanto consumidor. O diálogo existente, entre emissor e receptor, nunca vai afrontar a estrutura de dominação posta, por isso o autor constitui a alternativa “recepção crítica

organizada”, que em suma, procura contestar o “poder quase que total de controle das consciências dos leitores”. (MALDONADO, 1999, p.5). Sobre a linha metodológica da economia-política, Mattelart constrói um arcabouço argumentativo e põe à luz “(...) a configuração transnacional do sistema capitalista no campo da comunicação social”, ou seja, evidencia a posição que os grandes meios de comunicação mundial estão a serviço, e também se beneficiam, da perpetuação do sistema sócio-cultural-econômico atual. (MALDONADO, 1999, p.12), estabelecendo assim a relação simbiótica.

Abordando argumentos mais acadêmicos, uma vez que uma das críticas à Mattelart é a sua predisposição militante, parte-se para as contribuições reflexivas e formulações de Pierre Zémor. Para o autor, o domínio da comunicação pública se define pela legitimidade do interesse geral, assumindo uma postura de construção do campo onde o cidadão ao mesmo tempo em que recebe informações e dados também os produz (ZÉMOR, 1995; 2009). A comunicação pública não deve estar dissociada das finalidades das instituições públicas e deve: a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) ouvir demandas, expectativas, interrogações e o debate público; c) contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator) e; d) acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social (LIEDTKE; CURTINOVI, 2016, ZÉMOR, 1995; 2009).

O papel do cidadão é ponto chave para a compreensão do campo da comunicação pública. Zémor (2009) afirma que não pode haver passividade, pois ela provoca um profundo distanciamento dos serviços públicos e de seus usuários/cidadãos. Para tanto, é preciso compreender instrumentos e processos comunicativos que empoderem o cidadão, como receptor e produtor de informações, ao passo que se qualifique o serviço público ofertado.

O conceito de comunicação pública pode ser considerado uma evolução de outros que o precederam na busca de uma definição praticada por diferentes organizações sociais em contextos históricos distintos, incorporando terminologias como organizacional, governamental, comunitária, política, administrativa etc (LIEDTKE; CURTINOVI, 2016). Percebe-se nessa evolução e na formação do conceito de Comunicação Pública, primeiramente visto apenas como atividade de grupos de mídia e suas influências na sociedade, somando posteriormente os conceitos de cidadania e participação, a construção da visão da sociedade produtora de comunicação.

Brandão (2009) afirma que o conceito de Comunicação Pública não é claro, se encontra em permanente construção e não se limita a uma atividade específica, ou seja, o conceito não está sujeito a uma área de atuação delimitada, pois “(...) pelo menos por enquanto, comunicação pública é uma área que abarca uma grande variedade de saberes e atividades e pode-se dizer que é um conceito em processo de construção” (BRANDÃO, 2009, p. 01).

Dessa forma, a Comunicação Pública pode ser compreendida a partir de cinco abordagens ou áreas distintas de atividade profissional e da própria formulação de conhecimento, sendo estas: científica, organizacional, do Estado e/ou governamental, política e da sociedade civil organizada.

O conceito de comunicação científica é genérico (CARIBÉ, 2011), mas nos dias atuais pode ser compreendido como o diálogo entre a sociedade e a produção da ciência (BRANDÃO, 2009), abordando tanto a comunicação dirigida à comunidade científica, disseminação científica, quanto ao processo destinado ao público leigo, ou seja, a divulgação científica (CARIBÉ, 2011). Para Brandão (2009, p.03), o que se entende por comunicação científica é um processo que visa criar canais de integração da ciência com a vida cotidiana das pessoas.

A comunicação pensada e usada como estratégica de articulação interna de uma organização ou grupo se define como comunicação organizacional. Entende-se que abrange todas as formas de comunicação utilizadas e desenvolvidas pelas organizações em um processo dinâmico de relacionamento com seus públicos – internos e de interesse externos (SCROFERNEKER, 2006), com o objetivo de criar relacionamentos e construir a imagem da organização. Para tanto, utilizam-se os “(...) instrumentos e tecnologias de comunicação de massa, de grupo e interpessoal, complementado com técnicas diversas de pesquisas diversas” (BRANDÃO, 2009, p.03).

A comunicação do Estado e/ou governamental é compreendida como metodologias e instrumentos comunicativos do aparato estatal que busca o diálogo com os seus cidadãos, visando estabelecer uma relação de prestação de contas bem como de como lidar com a informação direcionada para a construção da cidadania (BRANDÃO, 2009, p.05). A comunicação governamental, não só no Brasil, mas na maioria das nações ocidentais segue a lógica da comunicação social, ou seja, um ato de propagar as ações do governo, aproximando-se mais da comunicação política do que algo mais institucional ou republicano (MATOS, 1999).

A quarta área que compõe o conceito de Comunicação Pública é a comunicação política. Podendo ser compreendida por dois aspectos: (1) utilização de instrumentos e técnicas da comunicação para a expressão pública de ideias, crenças e posicionamentos políticos, tanto dos governos quanto dos partidos; (2) disputas perenes entre os proprietários de veículos e das tecnologias de comunicação e o direito da sociedade de interferir e determinar conteúdos e o acesso a esses veículos e tecnologias em seu benefício (BRANDÃO, 2009, p. 06). O diálogo convergente na definição de Brandão (2009) e o proposto por Mattelart (1994) é visível, pois as duas abordagens tratam de processos comunicacionais como instrumentos de poder, de construção de ideias e consensos a favor dos grupos que mantém o seu controle. A autora pontua a relação entre mídia e poder afirmando que “atualmente a mídia é parte do jogo político, econômico e social, e partilha e disputa o poder com ou contra o Estado e com frequência à custa do enfraquecimento do papel do Estado” (BRANDÃO, 2009, p.06). No Brasil, o clientelismo político, característica da política nacional, repercutiu no controle dos meios de comunicação, ou seja, são as técnicas e tecnologias de comunicação absorvidas de maneira a servir como formas de propagação de posicionamentos de determinados grupos políticos (LIEDTKE, 2003).

Aprofundando-se na relação dos controladores do monopólio midiático e a sociedade, Lima (2009) afirma que as sociedades contemporâneas “podem ser consideradas “centradas na mídia” (*media centric*), uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela” (LIMA, 2009, p. 86).

Não se pode excluir o papel da mídia na socialização, na construção da agenda pública e, principalmente, na construção da realidade. Tem-se como resultado uma relação de perene desconforto, pois a mídia rege-se pelo mercado, não sendo um o espaço de resolução de problemas que afligem a sociedade.

Enfim, a quinta área, que finaliza esse conjunto de distintos eixos que compõem o conceito de Comunicação Pública, foco deste trabalho, que é a comunicação pública identificada com estratégias de comunicação da sociedade civil organizada. A comunicação comunitária ou popular é estabelecida dentro de uma comunidade ou grupo popular e propicia a participação ativa da população em processos comunicativos voltados a tratar conteúdos informacionais, de educação, de cultura e arte, de prestação

de serviços, respeitando os princípios éticos, as normas de programação e disseminação das manifestações culturais locais (PERUZZO, 2004a).

A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA

Movimentos populares são manifestações e organizações que possuem objetivos claros de promover a conscientização, a organização e a ação de segmentos das classes subalternas a fim de atender seus interesses e necessidades (PERUZZO, 2006). Segundo a autora, dentre os objetivos dos movimentos encontra-se, em última instância, a conquista e a ampliação de direitos de cidadania para o conjunto de segmentos excluídos da sociedade. E, ao encontro desse processo de constituição de direitos está a apropriação pública de técnicas e de tecnologias de comunicação que fortalecem e possibilitam o alcance dos objetivos dos movimentos populares (PERUZZO, 2004a; 2006).

A comunicação comunitária surge da percepção de grupos populares e entidades da sociedade que não se encontram inseridos no processo de produção e planejamento dos meios de comunicação. Ela se estabelece como um processo de comunicação emergente da ação de grupos populares, com um caráter mobilizador coletivo, com a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo. Geralmente trata de questões relativas à educação, cultura, arte, meio ambiente, prestação de serviços, participação popular (PERUZZO, 2004b).

Empreende a aplicação de instrumentos e atividades comunicativas, de responsabilidade e exercidas pelos próprios cidadãos, organizados no terceiro setor ou em movimentos sociais centrados na redução das desigualdades, de modo a resolver, ou pelo menos, amenizar problemas que afetam grandes segmentos populacionais. A tipologia da comunicação no terceiro setor corresponde a três modalidades, (1) comunicação dos poderes públicos com o terceiro setor; (2) comunicação de empresas com terceiro setor e; (3) comunicação das organizações não governamentais, movimentos sociais, associações comunitárias e similares, “(...) ou seja, os processos comunicacionais das organizações entre si, com a sociedade e com os públicos beneficiários de suas ações” (PERUZZO, 2009, p. 159).

As possíveis formas de comunicação comunitária são conquistas reivindicadas por movimentos sociais e instituições ligadas à democratização da comunicação e dos meios de mídia, de maneira a possibilitar que

expressões culturais consigam visibilidade e autonomia. A comunicação ligada à comunidade é um processo alternativo ao monopólio das comunicações, possibilitando que as narrativas sejam protagonizadas, construídas e apresentadas pelos próprios indivíduos da comunidade para a sua comunidade. Uma das razões para a criação de um veículo comunitário é a vontade de produção de um discurso próprio, sem filtros e intermediários (PAIVA, 2003).

O princípio da comunicação comunitária é a permanência de práticas democráticas voltadas ao cotidiano da comunidade que contestam as mercadológicas. Por isso, o surgimento e fortalecimento de metodologias e ferramentas da comunicação popular é um marco para um caminhar mais efetivo na consolidação do sistema democrático como um todo, já que compreendemos a Comunicação como um fator preponderante na sociedade democrática (BRANDÃO, 2009).

A proposta da comunicação comunitária demanda a revisão do conceito de comunidade e a análise da possibilidade de sua inserção na atualidade. Importante destacarmos que vivemos o fenômeno da globalização que alinha e propaga valores morais e culturais por todo o mundo, assim a ordem econômica mundial pretende se impor ao passo que cidadania e solidariedade se tornam paradigmas (PAIVA, 2003).

O ambiente rural não está excluído dessa uniformização, já que nas últimas décadas o crescimento das tecnologias, de plantio e de colheita, domina o cenário, ao passo que o conhecimento tradicional se esvai. E o Estado, enclausurado nas regras da economia mundial, tem um comportamento passivo diante desse cenário. Por isso, um instrumento comunicativo de característica comunitária pode ser uma ferramenta no enfrentamento da inexistência de um fluxo comunicativo coletivo e solidário para a defesa do acúmulo histórico e cultural dessas comunidades, se este for construído na sua essência comunitária. Não é um fim em si mesmo, mas um fomentador da importância da organização social e no enfrentamento coletivo das adversidades da comunidade.

Para a descrição e análise da implantação da rádio comunitária Monte Alegre FM, as perspectivas que Brandão (2009), Paiva (2003) e Peruzzo (2009) constroem são variáveis sustentadoras. A comunicação comunitária não pode ser vista apenas como um instrumento comunicativo que possibilita o compartilhamento e o recebimento de informações entre pessoas da comunidade, pois necessita-se considerar as demais movimentações

que estão acerca dessa centralidade como, por exemplo, a construção da cidadania por meio das ações práticas de criação de uma associação, de busca e conquista de concessão pública e todo o esforço coletivo para efetivação de tal instrumento. Esses momentos e processos são também formas libertadoras dessa comunidade, pois há assimilação de conhecimentos antes longínquos, integração de pessoas e setores da comunidade que anteriormente não mantinha diálogo e outros tantos ainda a serem explorados. Uma cidadania não só voltada para a defesa e promoção de direitos, mas também norteadada pela importância da construção da própria Democracia e seus instrumentos.

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: UM FORMATO AINDA POSSÍVEL?

O título escolhido para esta seção é uma inquietação resultante de um cenário essencialmente contraditório, ou seja, a realidade individualista e segregadora do sistema sociopolítico que vivemos não condizem com a necessidade básica de consciência e convívio coletivos que a comunicação comunitária/popular exige. Por isso precisamos avançar a nossa discussão para o entrave da democracia direta e participação política e social.

O Brasil é um país que avançou na sua compreensão de direitos civis, com a Constituição Federal, tendo uma forte confluência de organizações de trabalhadores que lutam pelo avanço dos direitos sociais, porém, quando tratamos dos direitos políticos, a realidade ainda é residual. O direito político se limita ao processo eleitoral (voto universal, pluralidade de partidos políticos etc.), que mantém vícios e privilégios de grupos determinados, não avançando para uma compreensão mais direta, mesmo tendo iniciativas reconhecidas e com amplo destaque como, por exemplo, o Orçamento Participativo (DAGNINO, 2004). Essa questão “deságua” nas particularidades de nossa estrutura e o seu impacto na cidadania (DUARTE, 2009).

Tratamos, nas sessões anteriores, que a comunicação ou o controle dos meios de comunicação de massa é estratégico na disputa de poder, por sua capacidade, sinteticamente, de construir consensos que convergem com os interesses dos grupos dominantes e, no Brasil, esta situação não é diferente, muito pelo contrário é evidente tanto quanto qualquer outra nação pelo mundo. Para Venício (2009), a importância da Comunicação no jogo político brasileiro teve reconhecimento durante os governos militares, pois eles, junto a seus parceiros civis que construíram todo o aparato estrutural e legal de abrangência nacional para obterem controle político e financeiro. Os militares e seus aliados civis desenvolveram a infraestrutura física necessária

à consolidação da mídia nacional por dois motivos: 1) de segurança nacional e 2) de mercado. E também foram os militares o primeiro grupo que fez uso político desta infraestrutura de comunicação seja com a censura realizada, mas sobretudo com o apoio “conquistado” das redes impressas e eletrônicas, algumas consolidadas durante o período militar (LIMA, 2009, p. 86).

Quase 30 anos da promulgação da Constituição Federal e o modelo de organização dos meios de comunicação e de controle legal permanece quase que intacto. Em nenhuma conjuntura política, pós-redemocratização, se conseguiu aglutinar força política para enfrentar esse dilema ou mesmo em tratar deste assunto. O principal avanço nesses últimos anos foram as, ainda poucas, concessões de radiodifusão comunitárias e, são menores ainda, os grupos que obtiveram e consolidaram essas concessões. As condições para que uma rádio comunitária se consolide são poucas e, em contrapartida, o investimento financeiro e político que se faz, para que essas mesmas rádios sucumbam aos interesses dos grandes grupos de mídias, são inúmeros.

Por outro lado, o exercício por si só, sem a necessidade de obtenção de sucesso, se configura em um aprendizado de cidadania, na importância do reconhecimento da comunidade, dos seus direitos e da participação política que são questões inerentes ao processo. E esse é o acúmulo que a comunidade e, em particular, o grupo que está envolvido diretamente nas ações da AMMA obtém. Por isso, é urgente a necessidade, por parte dos daqueles que se propõem a constituir uma rádio comunitária ou qualquer outro projeto desse perfil, de compreender o que realmente está em jogo e o desenvolvimento humano que se pode alcançar.

Conforme afirma Peruzzo (2004a), é um processo que não chega a ser uma força predominante, mas possui um papel relevante na democratização da informação e da cidadania, pelo fato de ampliar os canais de informação, de incluir novos emissores, e, sobretudo, por constituir-se de um processo educativo, não só pelos conteúdos emitidos, mas pelo envolvimento direto das pessoas no que fazer comunicacional e nos próprios movimentos populares.

O ASSENTAMENTO, A ASSOCIAÇÃO E A RÁDIO MONTE ALEGRE

Os assentamentos rurais são uma política pública que objetiva avançar na concretização da Reforma Agrária e no Brasil, assim como na maioria dos países, tornou-se a principal ferramenta para tanto. Organizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outros órgãos estaduais, dependendo de cada realidade regional, os assentamentos

se proliferaram pelo Brasil como principal método de redistribuição de áreas rurais para produção de alimentos, principalmente pós-promulgação da Constituição Federal de 1988 (MARTINS, 1999).

Muitos projetos sociais, ao longo das últimas três décadas, vêm sendo desenvolvidos junto aos assentados. Com o crescimento do debate da liberdade de expressão, com o desenvolvimento de inúmeras tecnologias de informação e com o amadurecimento político daqueles que vivem nos assentamentos, a Comunicação se tornou um dos temas mais requisitados para a elaboração de ações e projetos. Registramos o surgimento de rádios *web*, ou seja, rádios que utilizam a rede mundial de computadores como meio de distribuição, criação e diálogo, com a elaboração de *sites*, jornais impresso e revistas.

É nessa realidade que o Assentamento Monte Alegre, localizado entre três municípios paulistas – Araraquara, Matão e Motuca - está inserido, um grande espaço rural para a produção de alimentos, com dificuldade de avançar na política de reforma agrária brasileira que não consegue ir além da redistribuição de terra e com a necessidade de construir um diálogo perene entre os assentados – por sua significativa extensão territorial - e a comunidade externa.

Liderados por dois membros do assentamento (líderes A e B), iniciou-se um processo de articulação dos assentados para a formalização de uma organização social para que se pudesse pleitear, junto ao Governo Federal, uma concessão pública para implantação de rádio comunitária. Assim, em 2010 vários assentados do Monte Alegre assinaram o Estatuto da Associação dos Moradores Monte Alegre III, AMMA, tendo como objetivo, descrito no Artigo 2º, “(...) executar serviço de radiodifusão comunitária (...)” (AMMA, 2010, p. 01). Em sequência, acumulando conhecimentos das áreas jurídica e de técnica de rádio, os assentados protocolizaram seu pedido para obtenção de concessão de radiodifusão comunitária, sendo que nos meses que se sucederam, foram sendo aprovados em cada etapa necessária, para enfim, por meio do Ministério da Casa Civil, receberem a notificação que a AMMA respondia todas as exigências e que este lhe concedia esse direito.

É constante, na atuação desses dois líderes, a percepção da importância, que Zémor (2009) destaca como a preponderância de não haver passividade, nos líderes, em momentos distintos, destacam a ausência do Estado no Assentamento como um dos principais fundamentos de todo esse movimento de formação da Associação e, conseqüentemente, da própria

rádio comunitária.

Em todo esse processo, segundo os líderes A e B, por terem atuação crítica, os membros da AMMA sofreram assédio de indivíduos, principalmente do grupo político que administrava o município de Araraquara na época. Segundo o líder B, até a situação de serem impedidos de frequentarem livremente o espaço comunitário, que é da Prefeitura, mas que a Associação cuidava e reformava, com recursos próprios, para a implementação da rádio, tiveram que enfrentar. Em 2012, nos meses que antecederam as eleições municipais, essa relação chegou ao seu extremo, devido principalmente ao apoio político que cada membro optou em dar. Assim, a AMMA se desfez por completo por um período que durou quase 03 anos.

Inicia-se em 2015 o processo de reorganização da AMMA para instalação da rádio comunitária. Alguns marcos deste processo são descritos a seguir e encontram-se destacados no quadro abaixo (Quadro 01).

Quadro 01 – Marcos do processo de reorganização da AMMA

	Maio/Jul	Ago/Out	Nov/Dez		Janeiro	Fev/Jun
2015	Documentário e elaboração da parceria	Reunião com assentados	Planejamento Estratégico	2016	Planejamento Estratégico; Formação em rádio; Reorganização administrativa	Reorganização administrativa

No ano de 2015, os líderes A e B, os últimos remanescentes da formação inicial da AMMA participaram de um minidocumentário realizado por discentes do curso de Administração Pública da UNESP de Araraquara, que tinha como objetivo tratar das experiências de Comunicação Comunitária no município. Logo após a reflexão dos líderes sobre Comunicação, houve uma proposta de reorganização e parceria junto à Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). A ideia era simples, a Federação iria dispor de sua estrutura administrativa, política e jurídica para a reorganização da AMMA e se transformaria em parceira na implementação da Rádio Monte Alegre FM. É nesse momento que os grandes desafios se iniciam. Tal parceria não desconfigura a ideia de comunicação comunitária que elaboramos a partir de Brandão (2009) e Peruzzo (2009), mas a reforça quando compreendermos a FERAESP como organização não governamental que atua diretamente com movimentos

sociais ligados à luta pela reforma agrária no Brasil, em específico, no estado de São Paulo.

O primeiro passo foi o diálogo com diversos assentados para ingressarem na AMMA, que necessitava de, no mínimo, mais 10 membros. Foram 08 reuniões em diferentes locais do Assentamento para a exposição do que é uma rádio comunitária, da sua importância e dos benefícios que poderiam trazer à vida de cada um deles. Os debates foram intensos, principalmente quando enveredavam sobre “(...) *ficar longe de partidos*” e “(...) *não trazer para cá os jornais da cidade*”. Aqui podemos identificar a dificuldade de relacionamento que os assentados, na sua maioria com mais de 20 anos no Assentamento Monte Alegre tinham, primeiramente, com o jogo político, mas mais especificamente com o Estado, mesmo não sabendo traduzir em palavras, o sentimento que era passado é de uma profunda descrença e revolta com as promessas que o Estado (Federal, estadual e municipal) fez e nunca cumpriu, deixando-os à própria sorte. A outra fala destacada quanto aos “jornais da cidade” nos aponta a relação de distanciamento entre a comunicação majoritária e a realidade deles – já dialogada anteriormente, os assentados não se veem nas páginas dos jornais e revistas e, quando isso acontece, é de uma maneira distorcida que referenda a sua condição de marginalizados.

Após as reuniões, 24 assentados, além dos dois remanescentes, fizeram questão de participar do que chamamos neste trabalho de Planejamento Estratégico da Rádio Comunitária, que tinha como objetivos: (1) debater o papel da rádio comunitária e o contexto político da comunicação; destaca-se que esta atividade foi solicitada estritamente pelos próprios assentados que queriam falar e ouvir sobre suas necessidades e demandas; (2) planejar as ações da AMMA; (3) definir novas regras que seriam traduzidas em um novo estatuto ou regimento interno e; (4) definir a função de cada assentado na AMMA. Registra-se que a ordem dessas discussões não foi aleatória, durante as reuniões percebeu-se que os próprios assentados, para ingressarem ao projeto, queriam discutir primeiramente questões políticas intrínsecas, o que precisava ser feito e, somente depois, discutir quem iria fazer, pois dessa forma identificariam as potencialidades de cada um para cada tarefa. Nessas ações encontramos-nos diante da construção da cidadania e de um senso coletivo (BRANDÃO, 2009; DAGNINO, 2004), pois para eles não importava quem seria o Presidente ou Diretor de Eventos, mas sim qual deles teria maior condição para contribuir e fazer um trabalho eficaz.

Destacamos mais um traço importante para a consolidação do caráter da comunicação popular, segundo Paiva (2003), que é a preponderância da busca pelo protagonismo da narrativa, da visibilidade daquilo que não se vê e da autonomia em produzir comunicação, por parte da comunidade.

Até esse momento a contribuição da FERAESP se limitava aos dois profissionais que acompanhavam as reuniões, formulavam o Planejamento Estratégico com os assentados e, concomitantemente, dialogavam com o departamento jurídico para a regulamentação da Associação. Durante o processo de planejamento, que ocorreu em dezembro e janeiro de 2016, a discussão se desenvolveu de maneira fraterna e solidária e, dentre várias decisões tomadas, algumas merecem destaque: 1) o Conselho Comunitário, órgão obrigatório para uma rádio comunitária, não teria limite de participantes tampouco se era morador da zona rural ou urbana; 2) não se impedira a participação de membros da AMMA em processos eleitorais, desde que os mesmos pedissem o afastamento de suas funções; 3) a direção final da produção seria de responsabilidade do Conselho Comunitário e não da AMMA; 4) a grade de programas deveria garantir o mínimo de 50% de conteúdo destinado exclusivamente às questões rurais e; 5) a AMMA deveria ampliar suas ações comunitárias para projetos além da rádio.

Cada um dessas decisões e respectivos encaminhamentos, destacados acima, dialogam diretamente com o debate realizado, nas seções anteriores, sobre os meios de comunicação não serem inclusivos, a não ser quando for de interesse do mercado (MATTELART, 1999; LIMA, 2009); a difícil relação dos assentados com o Estado e com os representantes políticos (BRANDÃO, 2009); a necessidade de construir por si um espaço com a sua identidade e o papel de articulação mais amplo que a AMMA pode promover (DAGNINO, 2004), pois definiram que a Associação organizaria também, por exemplo, encontros temáticos e ofertasse um curso de profissionalização para os assentados. É a reconstrução da cidadania no centro do processo de reformulação da Associação.

Com o planejamento estratégico definido e a organização política consolidada, o ano de 2016 foi marcado pela formação dos membros em conhecimentos de rádio e som, bem como a dar início ao processo de judicialização da reorganização administrativa. Deu-se entrada no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica local, onde já havia o registro da AMMA. Destaca-se dentre os obstáculos que, desde o primeiro até o último dia para entrega de documentos e

consequente correção de erros identificados pelo cartório, foram exatas 17 idas e vindas, algo exorbitante até mesmo para o corpo jurídico da Federação.

Em junho de 2016, com todo seu planejamento em atraso, suas ações represadas e o sonho adiado, a Associação dos Moradores Monte Alegre III enfim recebeu parecer favorável para a formalização de seus atos e assim dar continuidade à implementação da rádio. No entanto, mais um imprevisto aconteceu: a Federação, principal parceira do projeto, desde o início de 2016 passou por uma crise política e reformulação da direção, resultando, dessa forma, na suspensão da parceria. Essa situação acarretou também na paralisação das articulações dos próprios assentados em torno da implementação da rádio comunitária do Assentamento Monte Alegre.

Destacam-se, no processo de reorganização para a instalação a rádio comunitária, a dedicação e a vontade emergente dos membros da comunidade empenhados em contribuir, a partir de suas perspectivas, para uma sociedade mais justa e igualitária. Houve o envolvimento de um grupo de pessoas conscientes de suas ações e desafios impostos para que a rádio se tornasse sustentável e tivesse condições de concretizar sua principal função: a cidadania ativa que possibilita aos assentados compreender que mudanças de sua realidade dependem de auto-organização. Evidencia-se, portanto, uma experiência de construção coletiva que resultou em avanços na organização da comunidade, com base na concepção de cidadania ativa e no protagonismo dos seus integrantes.

Os destaques acima vão ao encontro das características da comunicação pública como ferramenta de ampliação da cidadania, discutidas nas seções anteriores, ao se estabelecer um processo político de interação no qual prevaleceu a expressão e o diálogo entre os membros da comunidade, conforme ressaltam Matos (2011) e Kunsch (2013), com a atuação direta de sujeitos coletivos – as lideranças- em um processo participativo e inclusivo (LÓPEZ, 2011). López (2011) considera a comunicação pública como um processo eminentemente democrático no qual a mobilização social, compreendida como convocação de cidadão para realização de uma ação pontual e concreta, volta-se ao desenvolvimento da consciência e envolvimento a causas diversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos um momento em que o Estado serve como instrumento macro garantidor da normalidade econômica e é reservada aos meios de

comunicação a função de estabelecer e construir bases diárias. Os meios de comunicação de caráter comunitário ou popular são essencialmente opostos a esses objetivos, seu papel é democratizar e não monopolizar, é ampliar e não reduzir e é coletivizar e não individualizar a informação.

O processo de reorganização da AMMA para instalação da rádio na comunidade exemplifica o contexto de dilemas e contradições que a política pública de rádios comunitárias enfrenta. Os obstáculos a serem enfrentados são de toda ordem, políticos, sociais, econômicos e jurídicos, por exemplo. Não há um movimento de articulação dessa complexidade sem uma revolução pessoal de cada indivíduo ao passo que estes constroem a reorganização e a revolução do coletivo. Cada desafio encontrado, alguns desses relatados nesse trabalho, simboliza o que os teóricos analisam quanto à resistência de a comunicação pública no Brasil atingir um grau de democrático em que possa realmente assumir a sua função mais sublime, a de construção de um consenso de cidadania que faça do indivíduo pilar do coletivo. Em síntese, esta experiência, por mais que ainda não tenha alçado seu objetivo principal, evidencia que a construção coletiva, por si só, gerou um avanço na organização da comunidade para que, juntos, possam buscar uma melhor solução para seus problemas.

Objetivar um instrumento de comunicação comunitária é uma forma direta de quebra do monopólio da subjetivação que os grandes grupos de mídia mantêm e os membros da AMMA têm total consciência disso. A Comunicação Comunitária tem a missão de romper esta lógica limitadora, seja televisa, impressa ou via ondas de rádio, mas, infelizmente, ainda são poucos os exemplos de plena efetividade em todo Brasil. Enfim, a Comunicação Comunitária ainda é um formato possível? Afirmamos que sim, desde que se compreenda a amplitude dos objetivos que podem ser alcançados e não apenas a implantação e sustentação do instrumento comunicativo, ou seja, a comunicação comunitária deve ser compreendida também como um instrumento de cidadania.

REFERÊNCIAS

AMMA. **Estatuto Social da Associação dos Moradores Monte Alegre III**. 2010.

ATTAYDE, M. C. A lei geral de comunicação eletrônica de massa e a

qualidade da programação televisiva. **Revista do Serviço Público**, v.58, n.3, p.303-322, jul-set, 2007.

BORDIEU, P. **Sobre o Estado**. Tradução de Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras 2014.

BRANDÃO, E. P. Conceito de Comunicação Pública. In. DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

BRITTES, J. G. Estudo comparativo sobre políticas públicas de comunicação na América Latina. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35, **Anais...**, Fortaleza, CE, 2012.

CARIBÉ, R. C. V. **Comunicação científica para o público leigo no Brasil**. Tese (Doutorado) – Faculdade da Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2011.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In. MATO, Daniel (coord.) **Políticas de ciudadanía y sociedad civil entiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DUARTE, J. Comunicação e Opinião Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2009.

HARVEY, D. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação Pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In.: MATOS, H. (org.) **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

LIEDTKE, P. F. Políticas públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil. **Revista Em Tese da UFSC**, v. 1, n., p. 39-69, ago- dez, 2003.

LIEDTKE, P.; CURTINOVI, J. Comunicação Pública no Brasil: passado, presente e futuro. **Revista Comunicação Pública**, Lisboa, Portugal, v.11, n.20, 2016. Disponível em <<http://cp.reveues.org/1171>>

LIMA, V. A. Comunicação e política. In. Duarte, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2.ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, V. A. **Para garantir o Direito à Comunicação: Lei Argentina, o Relatório Leveson (Inglaterra) e o HLG da União Europeia**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2014.

LÓPEZ, . C. J. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In.: KUNSCH, M. M. K. (org). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

MARTINS, J. S. Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Revista Sociologia**, USP, São Paulo, 11 (2): 97-128, 1999.

MATOS, H. A comunicação pública na teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, M. M. K. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

MATOS, H. Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo. In: INTERCOM, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 21, **Anais...** Rio de Janeiro, 1999.

MATTELART, A. Comunicação-mundo: história das ideias e das estratégias. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 1994.

PAIVA, R. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação e terceiro setor. In. DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, M. J. C. (Org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004a.

PERUZZO, C. M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004b.

SANTOS, B. S. **Democratizar a Democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCROFERNECKER, C. M. Andrade. Trajetórias teórico-conceituais da Comunicação Organizacional. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 31, dez./2006.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ZÉMOR, P. Como anda a Comunicação Pública? **Revista do Serviço Público**, Brasília v.60, n.2, Abr/jun 2009.

ZÉMOR, P. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je? Paris, 1995. Trad. Brandão, Elizabeth.

A PERCEPÇÃO AO MEIO AMBIENTE EM ESTUDO SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Valéria Andreatta Whitaker¹; Dulce Consuelo Andreatta Whitaker²
Marinaldo Fernando Souza³; Zildo Gallo⁴*

RESUMO: A região central do estado de São Paulo contém os municípios de Araraquara, São Carlos e Ribeirão Preto e possui características ambientais tais como: manchas de solos férteis Terra Roxa, relevo ondulado e rede hidrográfica que a tornaram sujeita a ampla ocupação, com cultivos de café, laranja e cana de açúcar. Tais condições estão discutidas neste trabalho, assim como o modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico que provoca desequilíbrios ambientais e sociais, desmatamento com perda parcial dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, degradação do solo e dos recursos hídricos, redução da biodiversidade e homogeneidade social e agrícola. Foram apresentadas algumas alternativas a esse modelo: a pesquisa/ação do Nupedor/ NEEA que envolve propostas agroecológicas para a agricultura familiar dos assentamentos rurais de reforma agrária da região, experiências inovadoras em espaços rurais com práticas educativas e ambientais, em uma ecovila em São Carlos e na Fazenda da Toca em Itirapina. O contexto do trabalho situa ainda a passagem do Complexo Cafeeiro para o Complexo Agroindustrial da Cana e do Álcool, com transformações socioambientais causando desruralização e desurbanização.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente; Desenvolvimento Agrícola; Educação; Percepção Ambiental.

¹Dra. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado) da UNIARA

²Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado) da UNIARA

³Dr. pelo Programa de Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara

⁴Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado) da UNIARA

ABSTRACT: The central region of São Paulo State contains the cities Araraquara, São Carlos and Ribeirão Preto and has environmental characteristics such as Terra Roxa fertile soil patches, soft hills relief and hydrographic network that made it subject to extensive occupation, with coffee crops, orange and sugar cane. Such conditions are discussed in this paper, as well as the hegemonic agricultural development model that produce environmental and social imbalances, deforestation with partial loss of Atlantic Forest and Cerrado biomes, degradation of soil and water resources, reduction of biodiversity and social and agricultural homogeneity. Some alternatives to this model are presented: the Nupedor/NEEA project that involves agroecological proposals for the family agriculture of rural agrarian reform settlements in the region and innovative experiences in rural areas with educational and environmental practices, in an ecovillage in São Carlos and Toca Farm in Itirapina. The context of the work also places the passage from Coffee Complex to Sugarcane and Alcohol Agro-industrial Complex, with socio environmental transformations causing desruralization and desurbanization.

KEYWORDS: Environment; Agricultural Development; Education; Environmental Perception.

INTRODUÇÃO

A degradação ambiental acelerada e a destruição dos ecossistemas vêm provocando a perda da biodiversidade, o comprometimento do uso dos recursos naturais e o aumento da poluição do solo, da água e do ar com reflexos sobre a saúde e a qualidade de vida. O esgotamento e a poluição dos recursos hídricos podem comprometer o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico de certas regiões.

Um novo paradigma de desenvolvimento econômico, em contraposição ao modelo dominante de utilização dos recursos naturais, pode se inspirar em novos modelos que surgem como alternativa. Esses novos modelos podem ser construídos através da visualização de atividades econômicas, a partir de iniciativas empresariais, educacionais e experiências inovadoras que representem um novo paradigma de desenvolvimento visando equilíbrio ambiental e sustentabilidade econômica. As características ecológicas, os processos de uso do solo, a qualidade e os usos múltiplos da água e a relação destes fatores com a qualidade de vida e saúde da população como um todo,

são aspectos a serem considerados.

Como decorrência da deterioração do meio ambiente que afeta a disponibilidade e a qualidade dos recursos naturais, torna-se necessário que a sociedade desenvolva uma nova percepção da natureza.

As universidades, enquanto centros de pesquisa, são geradoras de conhecimento que podem subsidiar planos de manejo ambiental, cujo sucesso depende da percepção e inserção da perspectiva e das experiências práticas da comunidade. Esta integração depende do envolvimento e da participação da comunidade e dos setores públicos e privados da sociedade nos problemas ambientais (TUNDISI, STRASKRABA, 1995).

O meio acadêmico pode contribuir com este objetivo, estimulando e difundindo experiências práticas de agroecologia, atividades de agricultura orgânica e alfabetização ecológica, como uma forma de educação holística a ser aplicada em novos modelos de gestão, uso, conservação e recuperação do ambiente natural.

A educação holística pode representar uma interface integradora como ferramenta para conciliar desenvolvimento econômico e meio ambiente. Portanto, não se trata de uma educação ambiental que não transforma o desenvolvimento econômico, mas uma Educação para uma nova forma de desenvolvimento.

Uma nova visão do desenvolvimento econômico deveria englobar uma tecnologia harmonizada com valores humanos e ambientais, o que requer descentralização e menores escalas para soluções de alguns problemas, tais como: produção de alimentos e sua dependência energética e dos recursos naturais, entre os quais solos não erodidos e não salinizados e disponibilidade de água não contaminada (ODUM, 1988).

Pensando em termos de educação holística, uma observação da realidade com olhos atentos para o que de novo está acontecendo no entorno é de suma importância. As experiências socioambientais alternativas ao modelo agropecuário introduzido pela “revolução verde”, presentes na região e observadas neste artigo, têm o papel de servir como faróis àqueles que buscam saídas para o caos socioambiental produzido pela modernização da agricultura, que se seguiu após a instalação da ditadura militar no Brasil, a partir dos anos sessenta do século passado.

DESCRIÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

A região central do estado de São Paulo, ou macrorregião central, contém

as microrregiões administrativas de Araraquara, São Carlos e Ribeirão Preto, municípios que abrangem os projetos analisados neste trabalho.

“A região está inserida no Planalto Ocidental Paulista, cujo relevo é em geral levemente ondulado com predomínio de colinas amplas e baixas com topos aplanados” (ROSS, MOROZ, 2011 p 12).

O relevo pouco desgastado, os solos férteis (latossolo roxo e terra roxa devido aos afloramentos e derrames de basalto) e o clima quente e chuvoso são favoráveis às atividades agrícolas (FAPESP, 1998)

Predominam duas categorias de solos no território paulista, os Latossolos e os Argissolos. Entre os primeiros estão as denominadas Terras Roxas do interior paulista, famosas pela sua fertilidade (ROSSI, OLIVEIRA, 2000, p. 23)

De acordo com Oliveira et al., (1999) na região central predominam os latossolos. Esses solos mais intemperizados são normalmente encontrados em relevos mais suaves, em posições mais estáveis e com menor taxa de erosão. Sendo favoráveis, se bem manejados, ao cultivo da cana de açúcar, laranja e café (ROSSI, OLIVEIRA, 2000).

A expansão da agricultura e o cultivo da cana de açúcar na década de 1970, início da década de 1980 e mais recentemente ocorreu sobre áreas de cerrado. As antigas áreas florestais situadas sobre os solos mais férteis, já haviam sido desmatadas, em sua maioria, no começo e em meados do século XX para dar lugar aos plantios de café e aos cultivos atuais (MIRANDA, FONSECA, 2013, p.11).

Dois biomas são predominantes no Estado de São Paulo, o Cerrado e a Mata Atlântica. A faixa de cerrados atravessa o estado no sentido nortesul, em forma de arco convexo perpassando o território de quase todos os municípios pertencentes a área central, tais como: Ribeirão Preto, Araraquara e São Carlos. Esses municípios integravam o bioma do Cerrado, mas muitos municípios destas microrregiões estão parcialmente situados em ambos biomas: do Cerrado e da Mata Atlântica. Logo, esta região situa-se numa área de transição da Mata Atlântica para o Cerrado, ou seja, numa área de Tensão Ecológica ou ecótono (MIRANDA, FONSECA, 2013).

“Há uma generalizada expansão da agricultura especialmente da cana de açúcar em toda essa região, com a permanência de remanescentes de Cerrado” (MIRANDA, FONSECA, 2013, p.16).

A biodiversidade do estado de São Paulo está entre as mais complexas do país. Na condição original, o território era integralmente coberto pelos biomas Mata Atlântica e Cerrado. A presença destes dois biomas, junto aos demais fatores naturais, conferia riquíssima diversidade da paisagem e de formas de vida. O estado ainda possui, e mantém intactas, áreas remanescentes de Mata Atlântica, a despeito do histórico de ocupação e de atividade econômica que culminou na perda da cobertura vegetal, hoje reduzida a porções remanescentes. Esses fragmentos, em sua grande maioria estão distantes entre si, dificultando ou impedindo o fluxo gênico e suas funções ecológicas, o que compromete a conservação da biodiversidade e constitui a principal causa de extinções de espécies da fauna e flora paulistas (ESTADO DE SÃO PAULO).

O bioma do Cerrado encontra-se muito fragmentado e degradado pelo avanço das cidades, da agricultura e da pecuária. Em São Paulo, ele ocupa apenas 1% da área do Estado, da qual já cobriu 14%. E apenas cerca da metade que restou encontra-se protegida na forma de unidades de conservação e de reserva legal. (DURRIGAN et al, 2004). O Cerrado está debilitado porque são algumas manchas de vegetação, com intenso uso e ocupação ao seu redor e essas pequenas ilhas de vegetação isoladas são muito mais frágeis. A ameaça não é apenas sobre a biodiversidade, mas também sobre os estoques do Aquífero Guarani, uma das maiores reservas de água subterrânea do mundo, uma vez que, com a substituição da vegetação nativa pela agricultura, os agrotóxicos e adubos podem chegar ao solo profundo e contaminar o aquífero. (BITENCOURT, MENDONÇA, 2004). A região central do estado está localizada numa área de recarga do Aquífero Guarani.

Araraquara e São Carlos situam-se na bacia hidrográfica Tietê/Jacaré. As principais atividades econômicas nesta região são o agronegócio (usinas de açúcar e álcool, mineração, curtumes e fundições). Os usos do solo são, portanto, caracterizados por atividade agroindustrial e agropecuária. Na zona rural predominam extensas culturas de cana-de-açúcar, laranja, pastagens e áreas de reflorestamento com Eucaliptus sp e Pinus sp. Na bacia hidrográfica restam apenas 11,31% de áreas de vegetação nativa que consistem em cerrados e florestas ripárias ao longo do curso dos tributários. (TUNDISI et al, 2008).

REFLEXÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICAS DA REGIÃO

Este tópico é resultado de uma discussão dos autores deste trabalho, daí seu caráter ensaístico. Constitui-se uma contribuição original que correlaciona as informações dos estudos citados no tópico anterior “Descrição da área em estudo” e representa conhecimentos que discutimos sobre diferentes campos entrelaçados: ambiental, histórico, econômico e social.

A topografia de relevo relativamente suave, caracterizado pelas colinas e solos férteis com as manchas de Terra Roxa, cujas propriedades são ideais para o cultivo do café, foi um dos fatores motivadores da marcha do café na direção do interior paulista durante o século XIX.

Alterações antrópicas significativas ocorreram a partir do ciclo do café nesta região, que era até então bem preservada em contraste com as áreas litorâneas e mineiras, onde os ciclos do ouro e da cana de açúcar já haviam produzido fortes impactos sobre os ecossistemas, com perda significativa da vegetação original nos séculos anteriores.

A primeira fase do desmatamento, na região paulista, aconteceu através da instalação das fazendas de café e expansão das ferrovias, sendo a madeira usada para os dormentes e produção de energia das fornalhas. É importante ressaltar que a perda da biodiversidade deve ter sido acentuada nesta região, pelo fato dela representar a transição de dois biomas: o da Mata Atlântica e o do Cerrado, uma vez que, em áreas ecotônicas de transição, a biodiversidade é ainda mais elevada.

A partir do processo de urbanização da década de sessenta, com o surgimento das cidades de porte médio, o cultivo de laranja na década de setenta, e a posterior expansão da monocultura da cana de açúcar e do agronegócio nos anos noventa, vão intensificando as mudanças no perfil do território.

A perda da biodiversidade no meio rural tornou-se irreversível: os remanescentes da vegetação original são poucos e em pequenas áreas que representam fragmentos isolados, nos quais o valor destes como “pool” gênico torna-se ainda maior. Tais fragmentos funcionam como microssistemas isolados dentro de um macro sistema bem degradado pela paisagem dominada pela monocultura da cana de açúcar. A carência de mata ciliar e as reservas legais, isoladas como ilhas, cercadas pela cana, muitas vezes sem conexão com a mata ciliar, já fragmentada e não contínua, bloqueia o fluxo gênico e de informação na cadeia ecológica. Tais processos foram analisados por Durrigan et al, 2004 e Miranda e Fonseca, 2013.

O processo de redução da biodiversidade certamente afetou os cursos de

água, que sofrem, tanto a poluição urbana, como a agrícola: agrotóxicos, fertilizantes químicos e principalmente o vinhoto que foi lançado durante anos nos rios da região, cujo maior impacto é derivado da agricultura (conforme descrito por Bintencourt e Mendonça, 2004); em contraposição às áreas de maior adensamento urbano e concentração de indústrias em outras regiões.

A queimada dos restos culturais da cana de açúcar, praticada durante anos, foi ainda um agravante da monocultura sobre a biodiversidade dos ecossistemas adjacentes, os quais muitas vezes sofreram os efeitos direta ou indiretamente desta ação; além da exaustão do solo pelo cultivo ininterrupto e queima dos resíduos orgânicos da sua superfície.

As consequências sociais e culturais da monocultura da cana de açúcar, que foram extensamente estudadas por D'Íncio, 1972; Whitaker, 1984; Whitaker, 2006; produziram uma maior homogeneidade social na configuração rural local, caracterizando a região agrícola como rica em relação ao aspecto da exportação, mas pouco diversificada na produção agrícola. A região possui uma pobre diversidade produtiva, sendo importadora de alimentos a longa distância.

Este modelo implicou num empobrecimento, em vários níveis sistêmicos, da cadeia produtiva, da baixa diversidade agrícola dos produtos até no nível das variedades e das sementes, o que provoca uma maior vulnerabilidade e riscos para o agricultor em relação às variações econômicas e ambientais, apesar do alto valor comercial dos produtos de exportação, no caso da cana de açúcar e da laranja.

Ora, transformações em qualquer ecossistema, repercutem necessariamente na cultura dos grupos humanos que vivem em consonância – imbricados, influenciados ou até mesmo condicionados – pelo ecossistema em questão. São processos, ao mesmo tempo ambientais e socioculturais. (WHITAKER, 2006)

No caso da região em pauta, foi possível observar esse tipo de transformação e os problemas sociais decorrentes, quando da passagem do Complexo Cafeeiro para o Complexo Agroindustrial da Cana e do Alcool, que se acentuou na segunda metade do século XX.

Com efeito, as antigas fazendas de café da região – formadas a partir do século XIX, quando o país se tornou o grande produtor mundial – nunca foram, segundo a historiadora araraquarense Ana Maria Martinez (1967), formadoras de latifúndios. Eram fazendas de porte médio, e concentravam numerosa população de colonos, imigrantes ou seus descendentes, que

garantiam uma enorme diversidade agrícola, o que está bem documentado do ponto de vista histórico (por exemplo, o excelente álbum de Araraquara de 1915 traz minuciosas descrições das aristocráticas fazendas da região, nas quais imperava extraordinária diversidade agrícola). É óbvio que a vida desses colonos não era fácil e numerosa bibliografia registra a exploração de que eram vítimas. Mas como dispunham sempre de um lote para seus plantios, tinham grande fartura de alimentos e relativa autonomia – além da autoridade que exerciam os mais velhos sobre membros da família (o que pode ser analisado também como autoritarismo ou repressão, mas não nos cabe analisar aqui). Do ponto de vista socioambiental, no entanto, havia certo equilíbrio, uma vez que os patrões permaneciam na fazenda e produzia-se ali a maior parte do que se comia (frutas de todos os tipos e animais de diferentes espécies em relações sistêmicas). Havia então um modo de vida menos agressivo, que além de não destruir completamente as florestas, substituía a biodiversidade “invadida” por diversidade agrícola baseada na policultura e na criação, ou seja, na produção de alimentos, mais próxima do ecossistema “invadido”.

Uma população rural expressiva exercia então uma pressão positiva sobre a urbanização nas pequenas cidades que lhes forneciam os serviços religiosos e de comércio, e até mesmo médicos, odontológicos e de hotelaria – o que foi bem estudado por Whitaker (1984) no caso de Santa Lúcia, pequena cidade da região, rodeada por fazendas de café.

Com a substituição do complexo cafeeiro pela cana – o café migrando na marcha mais a oeste e o pró álcool estimulando a monocultura de cana – desintegrou-se o colonato, e a rica diversidade agrícola que o caracterizava foi suprimida. A monocultura com as características discutidas na introdução deste artigo, foi acompanhada do aprofundamento da devastação do meio ambiente e as transformações sociais foram dramáticas. Os colonos foram tangidos pelo êxodo rural, abandonaram as fazendas e quando os velhos fazendeiros morreram, seus filhos e netos arrendaram as terras para o plantio de cana.

Surge o trabalhador volante, morador das cidades, mas que tem que ir ao campo para exaustivas jornadas de trabalho (e que entra para uma nova categoria sociológica, sob o conceito de “boia fria”). (D’ÍNCAO, 1972)

Resumindo: ocorre um rápido processo de desruralização e de desurbanização. Que seja: dissolvem-se as estruturas patriarcais no campo e desurbanizam-se as pequenas cidades, transformando-se em “dormitórios” de trabalhadores rurais.

Marginalização, cidades inchadas, periferias urbanas sem planejamento, enfim, dramáticas transformações, com a desorganização das pequenas cidades, já que a produção de commodities repercute mais favoravelmente nos grandes centros urbanizando-os, mas esvazia as “aldeias” (MORSE, 1975).

Não se pode esquecer que todos esses fenômenos ocorrem dentro de uma totalidade histórica: um país do Terceiro Mundo em processo acelerado de industrialização, passando a produzir bens de capital, com mudanças sociais em todas as regiões, cada uma com suas especificidades. O processo porém é excludente. Instalam-se poderosas multinacionais, com abundância de capitais que aprofundam nossa dívida externa. Ficamos então sob o domínio da ideologia do Brasil Potência: o famoso milagre brasileiro, que rapidamente daria origem à “Crise do Milagre”. (SINGER, 1976).

Tais os efeitos dramáticos da transição nos modelos hegemônicos: de um modelo menos devastador sobre o ecossistema - o Complexo Cafeeiro, com sua diversidade agrícola - para o modelo “agrobusiness” que o desarticula e destrói os fragmentos do ecossistema original, implantando a monocultura como ideal de modernidade e produtividade.

Nesse sentido, os exemplos e estudos de casos que serão mostrados neste trabalho são relevantes porque vão na direção contrária ao modelo hegemônico de desenvolvimento da região, baseado na monocultura. E podem, portanto, despertar uma nova percepção do meio ambiente, como nas seguintes experiências.

EXPERIÊNCIAS ATUAIS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS ALTERNATIVAS NA REGIÃO

O Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento e Documentação Rural (Nupedor) da Uniara, vem há anos estudando a agricultura familiar dos assentamentos rurais de reforma agrária da região. Algumas iniciativas espontâneas por parte dos assentados relativas à diversificação agrícola, ao manejo do solo (preservação da matéria orgânica) e à recomposição da vegetação foram observadas nas pesquisas de campo (WHITAKER et al, 2011). Sendo assim, um projeto conjunto do Nupedor com o Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia (NEEA), ambos do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara, em ação com outros órgãos implementou a **Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do estado de São Paulo** sob coordenação da Dra Vera Lúcia Silveira Botta

Ferrante.

A região de atuação deste projeto constitui os assentamentos de reforma agrária localizados nas microrregiões de Araraquara, São Carlos e Ribeirão Preto. O projeto tem como relevância estimular a prática da produção diversificada e não convencional neste território da região central do Estado de São Paulo, caracterizado pela produção de monocultura de cana-de-açúcar e laranja, uso intensivo de agrotóxicos e sistemas produtivos com baixa demanda e capacidade de ocupação de força de trabalho. Estes dois monocultivos expulsaram a agricultura de alimentos, os quais por sua vez, têm que ser importados, o que implica em gastos com o seu transporte e a perda de hábitos alimentares locais. Também o desmatamento teve influência sobre o microclima regional, a conservação dos solos e a conservação dos recursos hídricos. (NUPEDOR; NEEA, 2017)

Os resultados e atuações desse projeto foram em vários domínios ambientais, sociais, econômicos e educacionais, tais como: a produção de hortaliças orgânicas e o desenvolvimento de estratégias de comercialização e ações para a obtenção do selo de certificação; a criação de uma feira de orgânicos com o fortalecimento da transição agroecológica; uma ação junto à rede municipal de educação para a instalação de horta educacional; a regularização da comercialização da produção orgânica e da venda institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Registra-se ainda, a produção de galinhas em sistemas agroecológicos na Cooperativa de Produtores Assentados de Motuca, num processo de transição da produção convencional de aves e ovos para uma produção tipo caipira e baseada em alimentos agroecológicos. Esta ação ocorre em parceria com a ESALQ-USP, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) campus Matão. Importante lembrar a construção de uma unidade experimental dentro de um lote de assentamento, em caráter demonstrativo de um sistema de produção caipira e orgânico, com a realização de cursos de capacitação e a implementação de uma unidade experimental de avicultura no Assentamento Monte Alegre.

Caravanas agroecológicas foram realizadas promovendo ações educativas com professores e alunos nas escolas de Araraquara/SP em apoio à construção de valores e saberes ligados à sustentabilidade, através de visitas a sítios agroecológicos. O projeto tem parceria com a ESALQ-USP, INCRA-SP, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI),

Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FAF), IFSP campus Matão, Fundação Mokiti Okada, ONG Iniciativa Verde e com o Serviço Social do Comércio - SESC Araraquara. Os alunos visitaram dois lotes do Bela Vista do Chibarro e o Projeto Curumim-SESC. Uma visita à Fazenda da Toca, de produção agroecológica diversificada, localizada em Itirapina-SP, foi organizada.

A lista de atividades é ainda longa, em resumo: Instalação de um sistema silvipastoril em área de recuperação de pastagem degradada no assentamento Monte Alegre. Conversão de uma lavoura cafeeira convencional para um sistema agroflorestal cafeeiro, numa área de antiga lavoura convencional no assentamento Santa Helena, no município de São Carlos. Realização de cursos e palestras sobre o manejo agroecológico do solo, com destaque no caso do sistema silvipastoril, no controle da erosão de solos. Implementação de um sistema agroflorestal em um lote no Assentamento Bela Vista do Chibarro. Implementação de uma unidade de produção, beneficiamento e comercialização de ervas medicinais no Assentamento Monte Alegre, com a recuperação e valorização do conhecimento de plantas medicinais e medicina tradicional das mulheres assentadas. Incorporação deste saber nas práticas agroecológicas, com a sistematização do uso no controle de pragas e de doenças na agricultura, assim como, a comercialização desses produtos sob a forma desidratada. Implantação de uma área experimental de adubação verde no Instituto de Biotecnologia da UNIARA, um centro de estudos interdisciplinares que desenvolve programas de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, extensão e serviços. Nesta área realizou-se o plantio de adubos verdes de verão (crotalária, guandu e mucuna preta) e de inverno (tremoço, aveia preta e ervilhaca) para avaliar o comportamento de tais espécies na região, e produção de sementes que estão sendo distribuídas aos agricultores para serem avaliadas em campo. Iniciou-se a validação tecnológica sobre o cultivo de hortaliças em manejo agroecológico. Na área da fruticultura instalou-se um pomar diversificado para se avaliar o comportamento das espécies às condições edafoclimáticas locais em manejo agroecológico. Elaboração dos biofertilizantes, compostagem e microrganismos eficazes e realização de cursos em todos os assentamentos do projeto.

Os realizadores do projeto consideraram que tais tecnologias sociais compreendidas como um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população

e apropriadas por ela, representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. (FERRANTE, apud NUPEDOR; NEEA, 2017). Salientando-se que elas também atuam na soberania e na segurança alimentar dos assentados envolvidos, além de representarem modelos de cultivos e uso do solo que melhoram a saúde da população e a condição do meio ambiente em geral, nas áreas de implementação do projeto.

Neste sentido, a sociedade tem buscado – em diferentes setores sociais – modelos alternativos de produção e de vida social, que chamam atenção pela criatividade e demonstram percepção aguda de seus realizadores da necessidade de mudanças que estamos propondo.

EXPERIÊNCIAS ENCONTRADAS EM PESQUISA CIENTÍFICA NA REGIÃO

Em sua tese de doutorado, Souza (2016) pesquisou práticas educativas em espaços rurais da região Central do Estado de São Paulo nas cidades de São Carlos e Itirapina. O autor apresentou duas experiências educacionais, chamando-as de “singularidades educacionais alternativas aos modelos hegemônicos de escolarização formal”. Seus estudos contribuem com as premissas centrais deste artigo, na medida em que demonstra e defende possibilidades educacionais que podem contribuir para a formação de pessoas com percepção profunda de meio ambiente, capazes de transitar e equacionar um dos grandes desafios da sociedade contemporânea: o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade econômica. Concordamos com Souza (2016, p.67) quando afirma que “estudar essas singularidades que são orientadas dentro de novos conceitos de matriz de sustentabilidade, pode fornecer às Ciências – e aqui destacamos a Educação como chave de transição - novas possibilidades de desenvolvimento comunitário rural e urbano, tanto na dimensão socioeconômica, como na ambiental, cultural e educacional”.

Destacaremos inicialmente o caso exemplar da Ecovila Tibá. Localizada a dezessete quilômetros do centro de São Carlos S.P, a ecovila é um espaço rural associativo de onze alqueires fundado no ano de 2006. Como descreve Souza (2016), “são pessoas que “desistem” da vida exclusivamente urbana e que levam suas preocupações com a educação, com o meio ambiente e com a própria qualidade de vida a consequências de alta coerência”. No local há aproximadamente trinta moradores, entre famílias permanentes e visitantes em sistema de residência temporária, todos em fluxo constante para troca de experiências em educação permanente sobre temas de

interesse. Suas produções materiais e simbólicas estão estreitamente ligadas aos fundamentos agroecológicos e permaculturais. O objetivo dos fundadores foi proporcionar condições para o desenvolvimento de um estilo de vida sustentável e “espaço de produção e reprodução de condições materiais e simbólicas voltadas para a vida no campo”. Portanto, repensar o consumo, preservação e recuperação da natureza, trabalho solidário, fortalecimento e reconexão espiritual, com foco nos processos educativos para a sustentabilidade, são premissas fundamentais da *práxis* tibaporá. Esse fenômeno de retorno das pessoas e de suas famílias para o rural, realizando atividades diversificadas, organizadas em redes, que buscam modos de vida sustentável, incluindo a alternância entre o convívio urbano e rural, é o que Silva e Hoffmann, (2001) e Souza, Whitaker e Whitaker (2015) têm conceituado como o Novo Rural.

Já cabe ressaltar que a Ecovila não é um espaço educativo formal tal como encontramos nas escolas tradicionais. O que interessou ao pesquisador, foi o que ele chamou de “*grande painel filosófico educacional*” com infinitas possibilidades e interações que fazem emergir um grande caleidoscópio de práticas que vão além da relação de ensino e aprendizagem da escolarização formal. Utilizando-se do método etnográfico, pergunta: quem os tibaporás pensam que são? o que eles pensam que estão fazendo? quais os objetivos daquilo que eles pensam que estão fazendo? As respostas são verdadeiras rupturas e reencontros com antigas práticas humanizadoras, o que faz emergir infinitas reflexões para uma educação que leve a uma percepção ambiental profunda.

Neste contexto, um ambiente que poderia inicialmente parecer caótico revela preocupações importantes com os processos educativos informais e não-formais, além de organizações que podem inspirar os ambientes educacionais. Quaisquer atividades representam uma possibilidade educativa, seja o livre brincar, as atividades extraescolares com educadores, uma reunião de adultos, o cuidar dos animais, o roçado do campo, a preparação da comida, a recepção de pessoas ou uma cerimônia espiritual. Há uma intencionalidade que demarca o espaço educativo e, evidentemente nada parecido com as estruturas racionais dos currículos e projetos políticos pedagógicos das escolas formais. Como aponta Souza (2016), os vícios acadêmicos acabam levando pesquisadores a exageros na qualificação, quantificação e enquadramento das práticas educativas “como se tudo tivesse que ser nomeado, encaixotado e levado para consumo”, mas cumpre ressaltar

a preocupação dos tibaporás em não apontar marcas indelévels em suas práticas educativas para a comunidade. Apesar da inspiração na Filosofia das Diferenças de Deleuze e Guattari, na Educação como Prática de Liberdade de Paulo Freire ou das Pedagogias Libertárias Anarquistas, a maior preocupação é deixar espaços para o diálogo permanente, que justifique a fluidez criativa e apague quaisquer posições dogmáticas ou sectárias. Apresenta-se, portanto como uma alternativa educativa integradora que permite olhares complexos para os fenômenos socioambientais. Souza (2016) alerta que os processos educativos na ecovila “não estão desvinculados da cultura científica, mas são dialogados com os saberes populares profundos, objetivando criar condições de enfrentamento das ideologias dos sistemas de exploração capitalista”. Tal como afirma Whitaker (2008, p.286) é necessário que os ambientes educativos – ou exatamente a escola – urbanos ou rurais, estabeleçam condições de reconexão entre “os conteúdos culturais hegemônicos e aqueles que parecem “menores”, que além de existirem em maior quantidade, são os que sustentam e caracterizam uma população que foi rural até poucas décadas. O estabelecimento dessas pontes garantirá a proteção da cultura e do ecossistema”.

O nosso segundo destaque é para a Escola de Educação Infantil na cidade de Itirapina, localizada na Fazenda da Toca, que é uma grande propriedade rural voltada para produção de orgânicos e manejo agroflorestal em larga escala. A Fazenda da Toca está localizada na cidade de Itirapina - a 200 km de São Paulo - e ocupa uma área de 2300 hectares, que por muito tempo foi utilizada para a monocultura da laranja. Há quarenta anos a propriedade pertence à família do empresário Abílio Diniz, bastante conhecido pela gestão de grandes corporações do ramo varejista e processamento de alimentos. Desde o ano de 2009, a fazenda vem passando por transformações e colocando em prática os seus projetos sustentáveis de agricultura orgânica e indústria de alimentos, investindo na educação e pesquisa em vários setores. O objetivo central foi confrontar a lógica do agronegócio monocultor e destruidor do ecossistema, implantando gradativamente um contexto educativo apoiado pelas teorias sistêmicas e pelos conhecimentos e práticas agroecológicas e permaculturais. Talvez, os dois setores com maior visibilidade e sucesso, sejam justamente a Escola e os Sistemas Agroflorestais em larga escala, ambos com forte tendência para a formação de pessoas com percepções ambientais profundas. Como sugere Souza (2016), *passaram a adotar novas tendências filosóficas, políticas, sociais*

e econômicas, que pudessem apoiar este movimento de transição de um modelo produtivo linear, fragmentado e mecânico, para um grande sistema ecológico, interdependente e cooperativo. Pensando na organização rural, o autor chama a atenção para um rural tradicional em transição, com novas características de gestão e de convívio, no qual podem ser encontradas, tanto as características de um Novo Rural agroecológico como o emergir de uma ruralidade nomeada como um Rural Paradoxal: como harmonizar os interesses econômicos, os processos de educação e a sustentabilidade ambiental?

[...] por um lado a necessidade de lucro imediato em um mundo cada vez mais veloz, voraz, produtivista, globalizado e competitivo, por outro a necessidade de harmonizar sustento econômico, rentabilidade, tempo, recuperação e preservação do meio ambiente e sustentabilidade (SOUZA, 2016, p.34)

Essas transformações começaram a inserir a fazenda em uma grande rede de fomento aos estudos e aplicações educativas e empresariais inovadoras, que *estimulam a emergência em todo o mundo de novas estruturas de propriedade como alternativas às estruturas corporativas dominantes – uma crescente revolução da propriedade* (CAPRA, 2014). No caso brasileiro, é uma tendência que vem ganhando cada vez mais adeptos no mundo empresarial e que já é uma realidade que mostra sua efervescência em milhares de experiências comunitárias em forma de Ecovilas que são verdadeiras “Revoluções Moleculares que buscam uma articulação ético-política entre os três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana” (GUATTARI, 1995).

No “Contexto Toca”, Souza (2016) coloca foco nos processos educativos da Escola da Toca, que na época recebia crianças apenas para educação infantil. Tinha a capacidade para atender setenta crianças de dois a seis anos de idade, mas estava atendendo cerca de quarenta, divididas em turmas multisseriadas no período da manhã e da tarde, acompanhadas por três educadores e educadoras em cada turno. A escola foi criada em 2008, em formato de creche, para atender as famílias de trabalhadores residentes na fazenda. Foi nesta época também que começaram a surgir as primeiras ações de transição da Fazenda para a produção agrícola diversificada, orgânica e agroecológica. Toda essa transição material e filosófica, também trouxe uma série de demandas e desafios que foram amplamente debatidos e fortalecidos,

resultando na criação do Instituto Toca que colocou foco *na aprendizagem e na pesquisa, a partir do trabalho com a educação formal e não-formal, vivências educativas, cursos e projetos de integração com a comunidade.*

Essas primeiras experiências educacionais da Escola da Toca, em 2008, foram vivenciadas ainda na época da produção convencional da laranja. Foi a partir deste momento que começaram a surgir as ideias embrionárias de formação do Instituto Toca – 2012 – responsável por pensar e implementar o contexto de educação e pesquisa da Fazenda. Tal como descreve Souza (2016), *“passou a funcionar a partir de três frentes principais, que é a Escola Toca do Futuro com o trabalho de educação formal, o programa Sementes da Toca de educação não-formal e o programa de desenvolvimento e capacitação de pessoas através do Centro de Estudos e Vivências Ambientais”*

Este foi também foi o momento em que os núcleos voltados para o debate educacional começam a delinear o painel filosófico-educacional que poderia atender aos objetivos centrais de uma educação para a sustentabilidade, como elemento primordial para a percepção ambiental.

Desta forma, além de realizar diálogos transdisciplinares com importantes teorias da Psicologia e da Educação, a reorganização educacional apoiou-se principalmente na Teoria Sistêmica e nos princípios da “alfabetização ecológica” de Fritjof Capra e (cols.) que, de forma geral:

[...] incorpora os princípios do pensamento relacional da ecologia e do olhar sistêmico, não como uma disciplina isolada, mas como estratégia de entrelaçamento desses princípios com os conteúdos dos seus currículos. É um olhar sistêmico para os processos educativos e que pode ser empregado em quaisquer etapas dos métodos de ensino formal escolarizado que conhecemos, ou nos mais variados contextos educativos (SOUZA, 2016, p.102).

É evidente que não temos a pretensão de abordar todo o vasto empreendimento teórico das Teorias Sistêmicas ou da ecoalfabetização. Mas é importante ressaltar que ambas têm como foco a observação complexa entre as relações, os padrões e o contextos, que dão sinais de como a natureza sustenta a Teia da Vida (CAPRA, 2006) e (CAPRA; LUIGI, 2014).

O importante para nós aqui, é perceber o quanto esta metodologia pode provocar a capacidade de uma pessoa desenvolver a inteligência ecológica e a mudança dos pontos de vista fragmentados e mecanicistas: “das partes

para o todo, dos objetos para as relações, do conhecimento objetivo para o conhecimento contextual, da quantidade para a qualidade, da estrutura para o processo, dos conteúdos para os padrões” (CAPRA, 2006).

Como estratégia para o fortalecimento da educação para uma ecologia profunda, as experiências educacionais – a exemplo das que foram apresentadas – precisam subverter a condição de isolamento e realizar conexões promovendo a sensibilização necessária para a superação das estruturas conservadoras. Ou seja, ampliar experiências singulares e percepções profundas de proteção ao meio ambiente.

Apesar dos obstáculos advindos da fúria produtivista do sistema, acreditamos numa educação com reflexão profunda sobre o meio ambiente, produzindo novas subjetividades, influenciando também na diminuição de injustiças e desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização acelerada com a transformação drástica da agricultura em países do Terceiro Mundo vem ameaçando a diversidade em vários níveis sistêmicos: desde o nível genético e biológico relativo às espécies, variedades, raças de plantas e animais cultivados até no nível paisagístico e cultural. A estabilidade e a sustentabilidade da agricultura tradicional são baseadas na diversidade da produção agrícola. A menor uniformidade dos plantios, apesar de uma menor produtividade para o agricultor, fornece uma margem extra para a resistência às pragas, doenças, outros riscos ambientais e condições econômicas incertas. As monoculturas criadas longe do centro de origem tendem a apresentar defesas genéticas mais simples contra patogenias e pragas, com safras mais vulneráveis ao ataque de epidemias quando comparadas com agro ecossistemas tradicionais (ALTIERE e MERRIC, 1997).

Segundo Dugan (1994), as pressões do desenvolvimento urbano, industrial e sobretudo agrícola sobre os ecossistemas estão promovendo a pobreza e a marginalização social das comunidades rurais, devido à substituição do uso sustentável dos recursos pela conversão em uma agricultura custosa energeticamente e ineficiente em relação ao uso dos recursos naturais. As consequências ambientais deste fenômeno são a erosão, a salinização, a acidificação e a perda da fertilidade do solo, a perda de ecossistemas, da biodiversidade e das funções ecológicas; além da perda da diversidade cultural, e fonte de alimento e de renda das comunidades, com resultante

pressão da população sobre o meio urbano. A manutenção dos processos e funções ecológicas dos ecossistemas é de interesse para a sociedade do ponto de vista sócio econômico e do desenvolvimento econômico. Portanto, a preservação da diversidade física e biológica é fundamental para a população, seja a rural que conserva sua fonte de recursos e sobrevivência, seja a urbana que recupera a qualidade dos recursos naturais que consomem.

Este trabalho apresentou uma caracterização socioambiental da região central do Estado de São Paulo, mostrando a sua importância relativa aos biomas originais e a presença do aquífero guarani; assim como os principais ciclos econômicos do café, laranja e cana de açúcar que determinaram o modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola, com base na monocultura, que causaram inúmeros impactos ambientais e sociais. Foram apresentadas alternativas a este modelo destruidor da natureza e das relações sociais em assentamentos de reforma agrária, envolvendo iniciativa variadas de agroecologia para a agricultura familiar. Outras experiências sociais e educacionais inovadoras de sustentabilidade econômica e ambiental numa ecovila em São Carlos e na Fazenda da Toca em Itirapina foram apresentadas como possibilidades de um novo rural. Processos tanto de educação formal, como informal nestes espaços rurais, foram discutidos através da percepção dos seus atores sociais e da população urbana, em relação ao desenvolvimento e ao meio ambiente da região.

Este artigo é mais um dos muitos que se colocam no sentido de divulgar novas possibilidades de trajetórias diferenciadas para o desenvolvimento regional que caminham na contramão do modelo concentrador de propriedades, de renda e destruidor do meio ambiente. É mais um, mas nunca será demais, pois a mudança de rumo é urgente e cada vez mais necessária frente aos crescentes riscos que a humanidade e todo o Planeta estão sujeitos neste momento ímpar da história do mundo.

Os estudos de casos diferenciados de uso e ocupação do território para a produção de alimentos ambiental e socialmente corretos, quando iluminados e expostos à luz do dia, servem como estímulos para que novos casos aconteçam. Não se trata de pregar no deserto, pois os casos apreciados são verdadeiros e perfeitamente replicáveis, principalmente pela agricultura familiar, que é mais adaptável à policultura por conta da sua escala produtiva menos extensa e extensiva.

Nestes tempos hegemonzados pela produção agrícola monocultural e agressiva ao meio ambiente, a divulgação de experiências bem sucedidas,

que apontam no sentido contrário do consenso (mito) pré-fabricado pelo grande capital agropecuário de que a radical modernização conservadora do campo no Brasil garantiria a produção de alimentos para a população local e para a exportação (a ideia do Brasil como celeiro do mundo), é necessária e bastante educativa, no mais claro sentido da educação pelo exemplo. Lançar olhares sobre o novo e percebê-lo como viável sempre será um bom caminho; esta foi a intenção primeira da construção deste artigo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A.; MERRICK, L. C. Agroecologia e conservação in situ da diversidade de plantas nativas no Terceiro Mundo. In: WILSON, E.O. (org). **Biodiversidade**. Pp. 462-473. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.999

BITENCOURT, M. D.; MENDONÇA, R. R. **Viabilidade de conservação dos remanescentes de cerrado no Estado de São Paulo**. São Paulo: AnnaBlume, 2004. 169 p.

CAPRA, Fritjof et al. **Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006. 318 p.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2008.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A Visão Sistêmica da Vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix - Amana-key, 2014. 615p.

D'INCAO, M. C. **O Boia-Fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: VOZES, 1972. 154 p

DUGAN, P. J. Wetlands in the 21th century: the challenge to conservation science. In: MITSCH, W. J. (Ed) **Global Wetlands: Old Word and New**. Pp.75-87. Elsevier Science, 1994.

DURIGAN, G; FRANCO, G.A.D.C; SIQUEIRA, M.F. A vegetação dos

remanescentes de cerrado no Estado de São Paulo. In: BITENCOURT M.D. & MENDONÇA R.R. (orgs.). **Viabilidade de conservação dos remanescentes de cerrado no Estado de São Paulo**. Pp. 29-56. São Paulo: Annablume, 2004.

ESTADO DE SÃO PAULO. A Biodiversidade no Estado de São Paulo. Disponível em Portaldabiodiversidade.sp.gov.br/a-biodiversidade-no-estado-de-sao-paulo. Acesso em 03/05/2018.

FAPESP (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO). O novo mapa de relevo paulista. Revista Pesquisa Fapesp Ed. 35 Setembro, Pp 14-15.1998. Disponível em fapesp35-14-site.pdf. Acesso em 03/05/2018.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1995. 56 p.

MARTINEZ CORREIA, A. M. **História Social de Araraquara 1817 a 1930** (mimeo), 1967

MIRANDA, E. E.; FONSECA, M. F. **Considerações fitogeográficas e históricas sobre o bioma cerrado no Estado de São Paulo**. Embrapa Nota 1 Técnica Campinas, SP. Dezembro, 2013. 30 p

MORSE, R. Evolução das cidades latino americanas. **Cadernos CEBRAE** no 22, São Paulo, 1975.

ODUM, E.P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p.

OLIVEIRA, J.B.; CAMARGO, M.N.; ROSSI, M. & CALDERANO FILHO, B. **Mapa pedológico do Estado de São Paulo: legenda expandida**. Instituto Agrônomo/EMBRAPA Solos. Campinas. 1999. 64p

NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento e Documentação Rural); NEEA (Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia). Relatório Técnico CNPq n. 39/2014 **Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do Estado de São Paulo**. UNIARA. Araraquara /SP. 2017.

ROSSI, M.; OLIVEIRA, J. B. O mapa pedológico do Estado de São Paulo **O Agrônomo**, Campinas, v. 52, n.1, Pp 21-23. 2000.

ROSS, J. L. S.; MOROZ, I. C. Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 10, Pp. 41-58, 2011.

SINGER, P. **A Crise do Milagre**. São Paulo: Paz e Terra, 1976. 168 p.

SILVA, J. F. G.; HOFFMANN, R. **Caracterização do Novo Rural Brasileiro: 1992 - 1998 / fase III**. Pesquisa Fapesp, São Paulo, v. 0, n. 0, p.14-17, 01 out. 2001. Mensal.

SOUZA, M. F.; WHITAKER, V. A.; WHITAKER, D. C. A.. Configurações Rurais: estudo comparativo de modelos alternativos. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 17, n. 2, p.117-127, 12 dez. 2015. Semestral

SOUZA, M. F. **Além da Escola**: reflexões teórico-metodológicas com base na análise de práticas educativas alternativas descobertas em áreas rurais da região de São Carlos S.P. 2016. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista - Unesp, Araraquara, 2016.

TUNDISI, J. G.; MATSUMARA-TUNDISI, T.; D. C. P., A. P. L., Paulo H. Von Haeling e Eduardo H. Frollini. A bacia hidrográfica do Tietê/Jacaré: estudo de caso em pesquisa e gerenciamento. **Estudos Avançados**, v. 22, n.63, Pp159-172. 2008.

TUNDISI, J. G.; STRASKRABA, M. Strategies for building partnerships in the context of rivers management: the role of ecotechnology and ecological engineering. **Lakes and Reservoir: Research and Management**, v.1, Pp 31-38, 1995.

WHITAKER, D. C. A. **Ideologia e Práticas Culturais: O controle ideológico dos trabalhadores da cana**. São Paulo USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1984 (Tese de Doutorado).

WHITAKER, D. C. A.; BEZZON, L. C. **A Cultura e o Ecossistema**.

Campinas: Alínea, 2006.

WHITAKER, D. C. A. O Rural-urbano e a escola brasileira. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 1, n. 11, p.283-294, 01 out. 2008. Semestral.

WHITAKER, V. A.; WHITAKER, D. C. A.; SOUZA, M. F. de. Subjetividade, Ciência e Natureza. In: FERRANTE. V. L; DE LORENZO H.C.; RIBEIRO M. L.; TEXEIRA, D.; NUNES, L. **Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente: Os Desafios da Interdisciplinaridade**. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário Araraquara. Pp 9 - 23 PUBLIT Soluções Editoriais, 2011.

PERCEPÇÃO SOCIAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORTE DO PARANÁ E NO PONTAL DO PARANAPANEMA

*Luiz Antonio Norder¹
Maurício Ventura Ursi²*

RESUMO: Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa quantitativa realizada a partir de questionários estruturados, aplicados em amostragem aleatória, que abrange as regiões do Pontal do Paranapanema (SP) e do Norte do Paraná, com a finalidade de caracterizar a percepção de assentados e técnicos extensionistas sobre os serviços de extensão e alguns componentes de gestão ambiental: tratamento de esgoto, resíduos sólidos, erosão, assoreamento, embalagens de agrotóxicos e arborização de espaços habitados. Foram também incluídas informações sobre percepções de qualidade habitacional. A pesquisa evidencia que, embora haja a identificação, por parte de assentados e extensionistas, de diversos problemas ambientais nos assentamentos, predomina a percepção de que há uma grande limitação nas ações de extensão rural voltadas para estes problemas.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Ambiental; Gestão de Resíduos; Recursos Hídricos; Estudos de Percepção; Assentamentos Rurais.

ABSTRACT: This paper presents the results of a quantitative survey based on structured questionnaires applied at a random and representative sampling in areas of land settlements in the regions of Pontal do Paranapanema (SP) and Northern Paraná. The objective is characterize the perception of settlers and technical extension services about some components of environmental management: sanitary sewer, domestic waste, erosion, siltation, empty pestination containers, and arborization of inhabited spaces. Information about housing quality perceptions was also included. The survey shows that there is the identification by settlers and extension of environmental problems related to theses components, but also predominate the perception

¹ Professor do Departamento de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos (DDR/UFSCar). E-mail: luiz.norder@cca.ufscar.br.

² Professor do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: mventura@uel.br

that there is a strong limitation in the rural extension of actions for these problems.

KEYWORDS: Environmental Management; Waste Management; Hidric Resources; Perception Studies; Land Settlements.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversas pesquisas vêm buscando analisar as múltiplas dimensões do processo histórico de assentamento de populações em áreas rurais através de programas de reforma agrária, distribuição de terras públicas, criação de reservas extrativistas, programas de crédito fundiário e outras políticas fundiárias. Ao mesmo tempo, as políticas públicas passaram a priorizar os processos de desenvolvimento rural com base em enfoques territoriais. Inclui a complexidade do debate ambiental e seus aspectos sociais, culturais, educacionais, políticos, institucionais, jurídicos, estéticos, paisagísticos, entre outros. Tendo em vista a relevância do envolvimento e da participação dos diversos atores nos processos de transição ambiental em áreas rurais e urbanas, diversas pesquisas vêm sendo realizadas com a finalidade de avaliar a percepção social em relação a diversas temáticas, como veremos na próxima seção.

Neste sentido, este artigo analisa, especificamente, as percepções de assentados sobre quatro componentes de gestão ambiental: tratamento de esgoto doméstico, resíduos sólidos, recursos hídricos e arborização do espaço habitado. Foram selecionadas as regiões do Pontal do Paranapanema e do Norte do Paraná, onde foi realizada pesquisa quantitativa por amostragem aleatória, com a aplicação de questionário estruturado, como veremos abaixo. Na região do Pontal do Paranapanema, foi também possível levantar dados sobre a percepção de extensionistas da Fundação Itesp, o que permitiu uma análise comparativa com a percepção dos assentados da mesma região.

Os dados foram produzidos no âmbito do Projeto de Pesquisa *Avaliação Participativa e Indicadores de ATER em Agroecologia e Restauração Florestal em Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema (SP) e no Norte do Paraná (PR)*, financiado pelo CNPq e realizado por docentes do Departamento de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e estudantes das duas instituições. As duas regiões pesquisadas apresentam histórico de conflitos sociais pela posse da

terra e atuação de movimentos sociais, sobretudo a partir dos anos 90, com expressiva mobilização política com vistas à realização de programas de reforma agrária (CECÍLIO; PUZIOL; SILVA, 2010;). A partir de 2005, os movimentos sociais e a criação de assentamentos nas duas regiões passaram, no entanto, por um expressivo refluxo.

No que se refere à questão ambiental, na região Norte do Paraná, pesquisas recentes apontam para a complexidade do processo social de constituição dos assentamentos rurais, considerando sua localização, fertilidade do solo e formas de organização interna (TSUKAMOTO; ASARI, 2003), em um contexto regional marcado por uma rápida e intensa devastação florestal a partir da década de 1930 (SANTOS FILHO, 1980). No Pontal do Paranapanema, a degradação ambiental provocada pelo desordenado e predatório processo histórico de ocupação se expressa, mais recentemente, na forma como vem sendo praticada a pecuária extensiva, na construção de barragens de usina hidrelétricas, no assoreamento dos rios e córregos e em intensos processos de perda dos solos (erosões e voçorocas), o que tem mobilizado diferentes instituições na busca de soluções (BARONE; FERRANTE, 2012).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa realizada parte de referenciais teóricos sobre desenvolvimento territorial rural e estudos de percepção social, que serão abordados nas próximas duas seções.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

A partir do final dos anos 1990, as teorias sobre desenvolvimento rural passaram a atribuir maior relevância ao conceito de território como eixo de interpretação analítica e política (BONNAL; MALUF, 2009). Chegase mesmo a estabelecer uma contraposição entre, por um lado, a noção de desenvolvimento agrícola, centrado em categorias econômicas e setoriais, e, por outro, a noção de desenvolvimento rural, centrado na categoria território (HUYLENBROECK; DURAND, 2003). Desta forma, as conceituações sobre desenvolvimento rural passam a ser apresentadas como uma ruptura em relação às teorias sobre a modernização da agricultura – e também como um novo paradigma simultaneamente de pesquisa e de políticas públicas (PLOEG, 2006).

Neste sentido, há uma revalorização do rural enquanto espaço habitado,

como suporte para o desenvolvimento de múltiplas atividades não agrícolas e como depositário da biodiversidade e da agrobiodiversidade (LEFF, 2009). O rural passa então a ser interpretado em sua multidimensionalidade, passando pela qualidade de vida de seus habitantes, pela diversificação econômica, pela presença de uma infra-estrutura moderna e pela preservação ambiental, entre outros aspectos. Para tanto, ganha relevo as formas de articulação social e políticas dos diversos atores em um determinado território (MIOR, 2003) ou em determinada transição agroambiental (BRANDENBURG, 2004).

Este deslocamento no foco interpretativo esteve associado a uma releitura sobre a importância da agricultura familiar e do campesinato, tendo em vista o repertório cultural, os interesses específicos e as práticas sociais e organizativas de uma diversificada população rural que busca autonomia e qualidade de vida (WANDERLEY, 2001). Os assentamentos rurais, derivados de variadas políticas de distribuição fundiária, inserem-se em um heterogêneo conjunto de iniciativas voltadas para o estabelecimento de diversidades que caracterizam os processos de desenvolvimento rural (CUNHA; NUNES, 2008; COSTA; FUTEMMA, 2006).

ESTUDOS DE PERCEPÇÃO SOCIAL

Trata-se de uma abordagem que, mantendo suas especificidades metodológicas, remete à utilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em seu Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), cuja finalidade é produzir *“indicadores sociais que possibilitem verificar como a população avalia os serviços de utilidade pública disponíveis ou postos à disposição pelo Estado brasileiro”* (SCHIAVINATTO, 2011: 253). Neste sentido, o estudo do IPEA contém estudos de percepção social sobre acesso à Justiça, igualdade de gênero, direito das crianças, saúde, educação, cultura, inclusão financeira, trabalho e renda.

Os estudos de percepção têm sido utilizados, portanto, em diversas áreas de conhecimento, como apoio à formulação de políticas ambientais (RODRIGUES et al., 2012), em regiões com riscos ambientais derivados de atividades de mineração (VALENTE, 2008), em educação ambiental (MARIN, 2008), entre outras.

“A literatura sobre a percepção social de riscos naturais e tecnológicos é relativamente abundante e tem conhecido, ao longo dos últimos anos, um aumento significativo, sobretudo no que se refere à forma como as diversas percepções sociais são (ou não) integradas em processos de tomada de

decisão e em medidas associadas à prevenção, mitigação e eliminação dos riscos” (VALENTE, 2008: 3)

As informações quantitativas derivadas de estudos de percepção podem contribuir para a qualificação do debate público sobre diversos temas e têm sido reconhecidas como um instrumento para a identificação de demandas, caracterização de problemas e mapeamento de limitações na implementação de políticas públicas. Também permitem dimensionar determinadas características educacionais e culturais, bem como sua transformação ao longo do tempo.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa realizada em assentamentos nas regiões Norte do Paraná e Pontal do Paranapanema teve o objetivo de produzir informações quantitativas de percepção social através da aplicação de questionário estruturado em amostragem aleatória e representativa.

As famílias foram selecionadas previamente, tendo como base a numeração oficial dos lotes, de acordo com a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As questões e respostas com múltipla escolha contemplaram temas como qualidade de vida e trabalho, produção agropecuária e agroecológica, gestão ambiental, restauração de florestas nativas e avaliação sobre os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), entre outros, de forma a obter dados referentes ao ano-base de 2010.

Foram utilizados os parâmetros estatísticos da *Pesquisa Sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos do Brasil* (PQRA), publicada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 2010, cuja amostragem de 2,0% permitiu o estabelecimento de uma margem de confiança de 95% para os resultados obtidos (INCRA, 2010).

Na região do Pontal do Paranapanema, formada por 32 municípios, vários deles entre os mais baixos IDHs do Estado de São Paulo, considerou-se um universo de 5.707 famílias assentadas, distribuídas em 108 projetos de assentamentos criados pelos governos federal e estadual até 2005, em uma área total de 138.681 hectares, o que perfaz uma média de aproximadamente 24 hectares por família; os assentamentos pesquisados existiam há pelo menos dez anos; em todos os casos, os serviços de assistência técnica e extensão rural vinham sendo prestados pela Fundação Itesp.

O questionário estruturado foi aplicado junto a uma amostra de 2,45%

dos lotes (22% acima da utilizada na PQRA/INCRA), totalizando 140 famílias entre 13 de abril e 07 de maio de 2011 em 85 assentamentos situados em 14 municípios: Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Rosana, Sandovalina, Teodoro Sampaio e Ribeirão dos Índios.

Os Escritórios Regionais da Fundação Itesp e o total de famílias e de assentamentos assistidos no momento da pesquisa eram os seguintes: Mirante do Paranapanema, 1.156/30; Presidente Bernardes: 589/12; Presidente Epitácio: 390/5; Presidente Venceslau: 1.072/22; Rosana: 628/4; Euclides da Cunha: 662/11; e Teodoro Sampaio: 1.210/24. Assentamentos com um pequeno número de famílias não foram incluídos no plano amostral por não terem sido sorteados; é o caso de assentamentos com menos de 30 famílias; ainda assim, foi mantida a proporção em pequenos assentamentos em relação ao total. O mesmo ocorreu para os assentamentos pesquisados no Paraná.

No Norte do Paraná, foram selecionados três municípios contíguos, caracterizados por uma população majoritariamente rural e com predominância de atividades agropecuárias: Ortigueira, São Jerônimo da Serra e Tamarana. Estes três municípios contavam em 2010, respectivamente, com populações de 23.554 (59% rural), 11.336 (50% rural) e 12.232 habitantes (52% rural). Trata-se de uma região que apresentava os mais baixos IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) no Paraná em 2000, sendo que o município de Ortigueira apresentou o mais baixo IDH (0,620) no Estado. Os municípios de São Jerônimo da Serra e Tamarana, com IDHs de 0,674 e 0,683, situavam-se entre os 25 municípios com o menor IDH no Estado, que contava com 399 municípios (IPARDES, 2003).

Dados oficiais do INCRA/PR indicavam um total de 520 famílias em sete assentamentos em Ortigueira, 282 famílias em onze assentamentos em Tamarana e 339 famílias em oito assentamentos em São Jerônimo da Serra, todos estes criados havia mais de dez anos. Os serviços de assistência técnica e extensão rural vinham sendo ofertados desde 2008 mediante convênio entre o INCRA e a Emater/PR (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) – e realizados por esta em parceria com a Fundação Terra. A Fundação Terra é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), conforme Lei 9.790/99, criada em 2002 em uma Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Funcionários

da Emater/PR. Foram aplicados 71 questionários entre 09 e 14 de maio de 2011 em 20 assentamentos nos três municípios paranaenses selecionados, correspondendo a 6,2% do total de famílias assentadas – uma amostragem, portanto, três vezes superior à utilizada na PQRA/INCRA (2010).

Foi também realizada a aplicação de um questionário estruturado junto aos técnicos extensionistas da Fundação Itesp na região do Pontal do Paranapanema, com parte das questões elaborada de forma similar às apresentadas aos assentados. Isso permitiu uma comparação com a percepção dos assentados em relação a diversos assuntos. Foram obtidos 56 questionários preenchidos de um total de 83 profissionais da Fundação Itesp atuando com ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) na região do Pontal do Paranapanema, o que corresponde a 67,4% do total. As questões também foram realizadas tomando 2010, como ano-base.

Os principais resultados da pesquisa sobre a região do Pontal do Paranapanema foram discutidos presencialmente em atividade realizada no município de Teodoro Sampaio no âmbito da programação *Itesp Debate*, em 12 de julho de 2012, que contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas, entre coordenadores e técnicos extensionistas e representantes de assentados e movimentos sociais. A atividade evidenciou que a construção de indicadores de percepção em escala regional, como os que serão analisados a seguir, contribui significativamente para o debate público sobre o planejamento e as ações de assistência técnica e extensão rural.

RESULTADOS DA PESQUISA

Apresentaremos nesta seção os resultados da pesquisa, inicialmente com informações relevantes para uma contextualização dos indicadores relacionados às agências oficiais de ATER nos dois Estados pesquisados. Em seguida, há uma análise das condições sociais e habitacionais, incluindo uma comparação com a situação anterior ao assentamento. As seções seguintes permitem caracterizar a percepção dos assentados sobre as condições de tratamento de esgoto doméstico, destinação de resíduos sólidos, recursos hídricos e arborização do espaço habitado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É preciso salientar, inicialmente, que a percepção dos assentados sobre os serviços de ATER, analisada a seguir, pode ser interpretada a partir de seu contexto local e regional. Dados obtidos pela pesquisa mostram

que há diferentes percepções em relação às vinculações institucionais estabelecidas pelos assentados. As vinculações mais frequentemente consideradas positivas eram as que vinham sendo estabelecidas com o comércio local, com agências bancárias e com entidades religiosas. Com prefeituras, as vinculações foram consideradas ótimas ou boas por 26% e 28%, respectivamente, no norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema.

Cerca de um terço afirmava que vinha mantendo vinculações boas ou ótimas com a Fundação Itesp, órgão estadual responsável pelos serviços de extensão rural no Pontal do Paranapanema; por outro lado, outros 28,6% as apresentavam como ruins ou péssimas, o que se configura como uma percepção um pouco mais favorável do que aquela manifestada em relação às prefeituras da região (NORDER, URSI, MENEZES JR, 2014).

Tabela 1- Percepções sobre a qualidade dos serviços de ATER no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema (2010).

	N	Ótima	Boa	Regular	Ruim	Péssima
Assentados no Norte do Paraná	69	4,35	23,19	24,64	17,39	30,43
Assentados no Pontal do Paranapanema (SP)	136	2,94	18,38	29,41	19,12	30,15
Técnicos Itesp (SP)	69	8,93	55,36	33,93	1,79	-

Fonte: Norder, Ursi, Menezes Jr., 2014.

É preciso levar em conta que apenas 5% dos assentados do Pontal do Paranapanema e por 11% dos assentados no Norte do Paraná afirmaram ter participado de atividades de extensão realizadas por organizações não-governamentais, universidades e outras instituições foram identificadas (para maiores detalhes, ver NORDER, URSI, MENEZES JR, 2014). A pesquisa também gerou dados e análises sobre gestão florestal (NORDER et al., 2015) e transição agroecológica (NORDER et al., 2017).

CONDIÇÕES SOCIAIS E HABITAÇÃO

As Tabelas 2 e 3 mostram que, para a maioria dos assentados nas duas regiões pesquisadas, as melhorias mais significativas estão relacionadas à qualidade da habitação e da alimentação. Em seguida, aparecem a renda e o patrimônio familiar. No caso do Norte do Paraná, 64,7% dos assentados consideram que sua habitação no assentamento era melhor do que a

anterior, contra 28% que indicavam uma piora neste aspecto. Por volta de 45% dos assentados nesta região estimavam ter ocorrido uma melhoria na educação, na saúde, no patrimônio coletivo e nas condições de esporte e lazer. Informações complementares podem ser observadas na Tabela 2.

Tabela 2- Percepção dos assentados sobre situação social antes e depois do assentamento na região Norte do Paraná (2010).

Norte do Paraná	N	Melhor	Igual	Pior
Moradia	68	64,7	7,35	27,94
Educação	64	46,88	21,88	31,25
Saúde	70	44,29	27,14	28,57
Renda	69	56,52	27,54	15,94
Alimentação	68	54,41	33,82	11,76
Organização	55	40,00	32,73	27,28
Esporte e lazer	60	46,67	36,67	16,66
Patrimônio familiar	67	55,22	31,34	13,43
Patrimônio produtivo	65	40,00	49,23	10,77
Patrimônio coletivo	45	53,33	35,56	11,11

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A Tabela 3 mostra que, entre 50% e 60% dos assentados da região Norte Paranaense, o total de cômodos e a qualidade da casa onde viviam eram avaliados como bom ou ótimo, em contraposição a aproximadamente 20% que as consideravam ruim ou péssimo. Em relação ao saneamento básico, 25% manifestaram a percepção de que a situação era ruim ou péssima, predominando, no entanto, para mais de 70%, a percepção de que as condições de saneamento eram boas ou razoáveis – aspecto que voltará a ser discutido adiante.

Tabela 3 - Percepção dos assentados sobre condições de moradia no Norte do Paraná (2010).

Norte do Paraná	N	Ótimo	Bom	Razoável	Ruim	Péssimo
Total de cômodos	71	12,68	49,30	21,13	12,68	4,23
Qualidade da casa	71	5,63	46,48	26,76	12,68	8,45
Saneamento básico	71	1,41	43,66	29,58	18,31	7,04

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Na região do Paranapanema, a percepção de que houve uma melhoria em termos habitacionais, alimentares e financeiros, entre outros aspectos, é

ainda mais intensa do que a verificada no Norte do Paraná. Por outro lado, há também a avaliação de que o acesso aos serviços públicos de saúde e as opções de esporte e lazer estão entre os fatores menos favoráveis, ainda que, como mostra a Tabela 4, predomine, nestes mesmos quesitos, a percepção de que com o assentamento houve uma melhoria generalizada das condições de vida.

Tabela 4 - Percepção dos assentados sobre situação social antes e depois do assentamento na região do Pontal do Paranapanema (2010)

Pontal do Paranapanema	N	Melhor	Igual	Pior
Moradia	140	74,28	13,57	12,14
Educação	124	55,65	29,03	15,32
Saúde	138	44,92	28,99	26,09
Renda	139	64,03	25,90	10,07
Alimentação	138	68,12	27,54	4,35
Organização	119	60,50	31,09	8,40
Esporte e lazer	129	42,64	22,48	34,88
Patrimônio familiar	137	60,58	33,58	5,84
Patrimônio produtivo	130	50,77	36,92	12,31
Patrimônio coletivo	110	52,73	39,09	8,18

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Em relação ao Pontal do Paranapanema, preponderou a percepção, presente em mais de 70% dos assentados pesquisados, de que o total de cômodos e a qualidade geral da habitação eram bons ou ótimos; e a identificação de problemas de saneamento básico apenas em um pequeno grupo de assentados, cerca de 13% do total (Tabela 5).

Tabela 5 - Percepção dos assentados sobre condições de moradia no Pontal do Paranapanema (2010).

	N	Ótimo	Bom	Razoável	Ruim	Péssimo
Total de cômodos	139	21,58	50,36	21,58	5,76	0,72
Qualidade da casa	139	12,23	46,04	29,50	10,07	2,16
Saneamento básico	134	5,97	56,72	23,88	7,46	5,97

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A Tabela 6 disponibiliza os dados sobre acesso à comunicação nos assentamentos das duas regiões estudadas. Destaca-se a reduzida

inclusão digital, com apenas 4,23% e 7,14% dos domicílios pesquisados, respectivamente, do Norte do Paraná e do Pontal do Paranapanema com computadores com internet e uma cobertura de telefonia celular de aproximadamente 78% nas duas regiões.

Tabela 6- Acesso a comunicações nos assentamentos no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema (2010).

	Pontal do Paranapanema (N=140)	Norte do Paraná (N=71)
Computador com internet	7,14 %	4,23 %
Telefonia celular	77,14 %	78,87 %
Telefonia fixa	10,00 %	-
Telefone público	6,43 %	36,62 %

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Predominou entre os assentados a avaliação de que as ações das agências de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a melhoria das condições habitacionais foi nula ou prejudicial, tanto no caso da Emater no Norte do Paraná como da Fundação Itesp no Pontal do Paranapanema. Apenas uma parcela de aproximadamente 12% dos assentados nas duas regiões, com pequenas variações, reconhecia as ações realizadas como excelentes ou boas. Já entre os técnicos extensionistas da Fundação Itesp, a percepção era de que as ações para a melhoria habitacional haviam sido boas, o que corresponde a dois terços do total, como consta na Tabela 7.

Tabela 7 - Avaliação de assentados e técnicos sobre a contribuição da Agência de ATER para a melhoria nas condições de habitação em assentamentos rurais (2010).

	N	Excelente	Boa	Insuficiente	Nula	Prejudicial
Norte do Paraná	70	-	11,43	2,86	71,43	14,29
Pontal do Paranapanema	140	1,43	10,71	8,57	71,43	7,86
Técnicos do Itesp	56	16,07	66,07	14,29	3,57	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO

Nos assentamentos pesquisados tanto no Norte do Paraná quanto no Pontal do Paranapanema não foi identificada a instalação de rede de coleta

pública de esgoto em 2010. Os dados da Tabela 8 mostram que a fossa negra (ou fossa simples), segundo a pesquisa, era a destinação dos dejetos humanos em 92% dos assentamentos do norte do Paraná e em 78% da amostra do Pontal do Paranapanema. Já a fossa séptica estava presente, de acordo com a percepção dos assentados pesquisados, em apenas 1,41% dos lotes no Norte do Paraná e em 18,71% no Pontal do Paranapanema. Junto a isso, havia o lançamento de dejetos (de origem humana ou animal) em 19,7% dos lotes dos assentamentos do Norte do Paraná e 9% dos lotes no Pontal do Paranapanema, segundo a percepção dos assentados.

Tabela 8 - Percepção dos assentados sobre destinação de dejetos sanitários em assentamentos no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema (2010).

	N	Rede de esgoto	Fossa séptica	Fossa negra	Fossa simples	Não tem	Rios, Riachos
Norte do Paraná	71	-	1,41	64,79	28,17	5,63	-
Pontal do Paranapanema	139	-	18,71	64,75	15,11	0,71	0,72

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A Tabela 9 mostra que a ação das agências de ATER para a melhoria do esgotamento sanitário foi avaliada como nula por 76% das famílias do Norte do Paraná e por 76,3% no pontal do Paranapanema.

Tabela 9 - Avaliações sobre as ações de ATER para melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário em assentamentos no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema (2010).

	N	Excelente	Boa	Insuficiente	Nula	Prejudicial
Assentados Norte do Paraná	71	1,41	2,82	2,82	76,06	16,90
Assentados no Pontal Paranapanema	135	1,48	5,93	5,93	76,30	10,37
Técnicos do Itesp no Pontal	55	1,82		27,27	47,27	3,64

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

No Norte do Paraná, 16,9% consideravam que as ações chegaram a ser prejudiciais; e no Pontal, 10,37%. Apenas 4,23% no Norte do Paraná avaliaram as ações nesse sentido como excelentes ou boas. No Pontal do Paranapanema apenas 7,94% afirmaram que foram excelentes ou boas. Mesmo entre técnicos do ITESP participantes da pesquisa, 47,3%

avaliaram as ações para esta finalidade como nulas; para outros 27,3%, foram insuficientes e para 3,6%, prejudiciais. As ações para tratamento de esgoto doméstico foram consideradas como excelentes ou boas por 21,82% dos técnicos extensionistas.

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A pesquisa sobre gestão de resíduos permitiu um levantamento de dados sobre destinação de diversos resíduos sólidos: plástico, papel, vidro, alumínio, pilhas e baterias, óleo de cozinha, óleos e fluidos de motores e veículos, rejeitos, embalagens de agrotóxicos e entulhos de construção civil.

No caso dos assentamentos selecionados na região Norte do Paraná, a coleta regular ou a comercialização destes resíduos estava circunscrita a apenas uma minoria das famílias. De acordo com os resultados da pesquisa, os resíduos recicláveis vinham sendo, predominantemente, enterrados, queimados ou depositados a céu aberto, contra 5,2% que afirmaram comercializar ou entregar em um sistema de coleta regular. Cerca de dois terços (67,2%) afirmaram que pilhas e baterias vinham sendo queimadas, enterradas, depositadas a céu aberto ou em cursos d'água. Outras informações obtidas pela pesquisa podem ser observadas na Tabela 10.

Tabela 10 - Destinação de resíduos em assentamentos no Norte do Paraná (2010).

Tipo de Resíduo	N	Coleta/ Venda	Queimado/ Enterrado	Enterrado	Céu aberto	Rios
Plástico, papel, vidro, alumínio	58	5,20	18,97	55,17	24,14	-
Pilhas e Baterias	58	10,87	18,97	32,76	12,07	3,45
Óleo de cozinha	18	24,72	27,78	38,89	11,11	-
Óleo de motor, fluidos veículos	49	2,51	8,16	8,16	-	2,04
Rejeitos	66	3,52	15,16	62,12	22,73	-
Entulho. Demolição	50	16,38	8,00	2,00	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Na região do Pontal do Paranapanema, a coleta regular ou comercialização de resíduos alcançou índices superiores aos verificados no Paraná. Ainda assim, 88,4% dos assentados afirmaram que resíduos recicláveis, como plástico, papel, vidro e alumínio, vinham sendo queimados, enterrados

ou depositados a céu aberto ou lançados em cursos d'água; no caso específico de pilhas e baterias, o descarte no interior do próprio lote ou em cursos d'água chegava a, aproximadamente, dois terços do total (65,5%). Aproximadamente 11% dos assentados afirmaram que vinham depositando óleos e fluidos de motores, equipamentos e veículos no interior do próprio lote ou em cursos d'água. Outras informações sobre a destinação de resíduos, na percepção de assentados da região do Pontal do Paranapanema, podem ser observadas na Tabela 11.

Tabela 11- Destinação de resíduos em assentamentos no Pontal do Paranapanema (2010).

Tipo de Resíduo	N	Coleta/ Venda	Queimado/ Enterrado	Enterrado	Céu aberto	Rios
Plástico, papel, vidro, alumínio	121	14,81	11,57	50,41	25,62	0,83
Pilhas e Baterias	122	16,34	30,33	25,41	8,20	1,64
Óleo de cozinha	41	36,34	24,39	24,39	9,76	-
Óleo de motor	82	5,13	3,66	3,66	-	3,66
Rejeitos	132	11,47	9,85	68,18	13,64	-
Entulho, demolição	108	18,35	12,96	1,85	3,70	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

As ações de ATER no ano de 2010 para aprimorar o tratamento destes resíduos nos assentamentos foram avaliadas como excelentes ou boas por apenas 7,25% da amostragem no Norte do Paraná e por 4,57 % no Pontal do Paranapanema. Outros 4,35% no Norte do Paraná e 5,07% no Pontal do Paranapanema as consideravam insuficientes; 14,5% no norte do Paraná e 13,77% no Pontal do Paranapanema consideravam que as ações teriam sido prejudiciais. Cerca de três em cada quatro assentados nas duas regiões avaliaram como nulas as ações de ATER para a gestão de resíduos. Entre os técnicos extensionistas da Fundação Itesp, os que consideravam as ações de ATER para a gestão de resíduos como insuficientes ou nulas chegou a 78% do total. Informações adicionais sobre avaliação de assentados e extensionistas em relação à gestão de resíduos podem ser encontradas na Tabela 12.

Dados gerados pela pesquisa mostram que, entre os extensionistas do Itesp no Pontal do Paranapanema, menos do que 2% afirmaram ter trabalhado “muito” com gestão de resíduos e outros 35% consideravam ter trabalhado

“razoavelmente”, ou seja, pouco mais que um terço do total;

Tabela 12 - Avaliações de assentados e técnicos do Itesp sobre as ações de ATER para gestão de resíduos em assentamentos no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema (2010)

	N	Excelentes	Boas	Insuficientes	Nulas	Prejudiciais
Assentados no Norte PR	69	-	7,25	4,35	73,91	14,49
Assentados no Pontal	138	0,72	3,62	5,07	76,81	13,77
Técnicos do Itesp no Pontal	56	3,57	17,86	53,57	25,00	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

37% consideravam que haviam atuado “pouco” ou “muito pouco” com a gestão de resíduos. Os que responderam que não tiveram qualquer envolvimento com esta temática somavam 19,6% dos extensionistas no Pontal do Paranapanema.

A grande maioria dos assentados nas duas regiões, mais de 80% do total, considerava que não houve atuação das respectivas agências de ATER para o aprimoramento da destinação de embalagens de agrotóxicos. Havia, no entanto, uma diferença entre as duas regiões: no Pontal do Paranapanema, 7,6% identificaram ações efetivas do escritório de ATER para aprimorar a destinação de embalagens de agrotóxicos, além de 9,16% que identificaram “muito poucas” ações neste sentido; já nos assentamentos dos municípios selecionados no Norte do Paraná, o total de assentados que identificou ações efetivas de ATER oficial para a gestão de resíduos chegou a 16,67%. Para os servidores da Fundação Itesp no Pontal do Paranapanema, as ações dos escritórios regionais voltadas para um aprimoramento na destinação de embalagens de agrotóxicos foram consideradas excelentes ou boas por 62,5% dos assentados, contra 16% que as consideravam nulas e 21,43% insuficientes.

RECURSOS HÍDRICOS

A disponibilidade de água para uso doméstico foi estimada como suficiente por 90% dos assentados no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema. A principal fonte de abastecimento no Pontal eram poços artesianos ou semiartesianos (72,1%), seguidos de poço cacimba (22,9%), nascentes (2,14%) e rede pública. A cloração desta água vinha sendo realizada por 17% das famílias, além de outras 12% que a filtravam regularmente. A

disponibilidade hídrica para a produção foi identificada com boa ou ótima por 60,7% e como ruim e péssima para 22,9% na região, levando em conta que 79% não utilizavam qualquer sistema de irrigação. A contribuição da agência de ATER para aprimorar o abastecimento e tratamento da água foi apreciada como boa ou ótima por 8,6% dos assentados, contra 7,2%, 75,5% e 8,6% que as indicavam como insuficientes, ruins ou prejudiciais, respectivamente. Entre os técnicos extensionistas, 69,7% avaliaram as ações realizadas como boas ou ótimas, contra 21,43% que as consideravam insuficientes e 8,9% como nulas.

No Norte do Paraná, predominava o abastecimento diretamente de rios e córregos (89,7%) e, minoritariamente, açudes (4,4%), poço cacimba (2,9%) e nascentes (2,14%). Práticas como filtragem, cloração e fervura foram mencionadas, respectivamente, por 8,5%, 7% e 2,8% dos assentados, prevalecendo 81,7% de casos nos quais não há qualquer tratamento. A disponibilidade de recursos hídricos para a produção foi apontada como boa ou ótima para 72,5% e como ruim ou péssima para 18,8%, em um contexto no qual 88,7% dos entrevistados não contava com qualquer sistema de irrigação. As ações de ATER para aperfeiçoar o acesso aos recursos hídricos foram estimadas como boas ou ótimas por 11,4%, como insuficiente por 2,8%, nulas por 71,4% e prejudiciais por 14,3%. A pesquisa de campo evidenciou também que 81,5% dos assentados no Norte do Paraná consideravam que os cursos d'água nos assentamentos não estavam poluídos, contra 14,8% que caracterizavam rios, córregos e riachos como “pouco poluídos” e 3,7% como “muito poluídos”. No Pontal do Paranapanema, os cursos d'água não vinham sendo caracterizados como poluídos por 69,12% dos assentados; 16,18% consideravam os cursos d'água nos assentamentos como “pouco poluídos” e 14,71% como “muito poluídos”.

No norte do Paraná, cerca de um terço dos assentados não identificou processos erosivos em seus lotes no ano base da pesquisa, 2010. Já no Pontal do Paranapanema, os assentados que afirmaram ter verificado problemas de erosão em seus lotes foram praticamente o dobro: 64% do total. Este problema vinha se acentuando nos últimos anos na percepção de 40,9% dos assentados no Norte do Paraná e de 22,5% no Pontal do Paranapanema, contra 25,8% e 13,0%, respectivamente, que consideravam que o problema vinha sendo reduzido em seus lotes nos anos anteriores. Para os técnicos do Itesp, 40% consideravam que os casos de erosão vinham sendo reduzidos e 32% que vinham se acentuando.

Os assentados que não identificavam assoreamento nos cursos d'água nos assentamentos chegaram a 50% no Norte do Paraná e a 72,1% no Pontal do Paranapanema. Um total de 28,8% dos assentados no Norte do Paraná e 17,44% notaram assoreamentos de baixa ou média intensidade, além de 21,2% que consideravam que havia intenso assoreamento no assentamento. No Pontal do Paranapanema, casos graves de assoreamento foram relatados por 10,5% dos assentados e por 17,9% dos extensionistas do ITESP na região. No entanto, enquanto apenas 17,5% dos assentados apontaram para a existência de casos leves ou moderados de erosão nos assentamentos, este índice chegou na pesquisa a 71% dos extensionistas. Para quase 90% dos extensionistas, portanto, os assentamentos apresentavam algum grau de assoreamento.

A pesquisa buscou levantar informações sobre a perspectiva temporal sobre o tema e com isso foi possível estimar que o assoreamento se afigurava como uma tendência declinante para 16,4% dos assentados no Norte do Paraná e para 19,4% no Pontal, além de 21,4% dos extensionistas do Itesp. Por outro lado, 34,6%, 41,9% e 28,6%, respectivamente, consideravam que vinha ocorrendo uma intensificação de processos erosivos nos assentamentos.

As ações das agências de ATER para a redução da erosão e do assoreamento foram avaliadas como excelentes por apenas 1,56% no Norte do Paraná e por 0,88% no Pontal do Paranapanema; e consideradas boas por 6,25% dos assentados no Norte do Paraná e por 6,19% no Pontal do Paranapanema. Predomina largamente a indicação de que as ações de ATER para esta finalidade foram nulas: 75% no Norte do Paraná e 72,57% no Pontal do Paranapanema, além de 15,7% e 13,3%, respectivamente, que as consideraram prejudiciais.

ARBORIZAÇÃO DO ESPAÇO HABITADO

Entre assentados e técnicos, a arborização nos lotes dos assentamentos é considerada ótima/ideal por 46,5% e 51,5%, respectivamente, dos assentados no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema, opinião expressa por 10,9% dos extensionistas do ITESP no Pontal, ou seja, por aproximadamente metade dos assentados e por um pequeno grupo de extensionistas. Diferentemente, para 52,7% dos assentados no Norte do Paraná e 46,97% no Pontal do Paranapanema, bem como para 87,27% dos extensionistas do ITESP na região, a arborização dos lotes onde viviam ou com os quais trabalhavam precisaria ser ampliada.

Já a arborização das áreas comuns nos assentamentos era considerada como ótima/ideal por 52,2% dos assentados no Norte do Paraná e por 37,6% no Pontal do Paranapanema, sendo esta também a avaliação de 10,71% dos técnicos do Itesp. A necessidade de ampliação da arborização nas áreas de uso comum foi apontada por 61,6% e 52,24% dos assentados das duas regiões, respectivamente, e por 89,29% dos técnicos do ITESP no Pontal do Paranapanema. Predomina, portanto, a indicação de ações para o aprimoramento da arborização tanto do interior dos lotes como das áreas comuns nas duas regiões.

As ações de ATER com a finalidade de melhorar a arborização dos assentamentos foram estimadas como excelentes ou boas por 20,6% e 13,4% dos assentados, respectivamente, do Norte do Paraná e do Pontal do Paranapanema, interpretação compartilhada por 38,19% dos extensionistas do ITESP no Pontal. Os que consideravam nulas as ações de ATER para arborização somavam 61,8% dos assentados no Norte do Paraná e 70,9% no Pontal do Paraná. Outras informações sobre a percepção de assentados e extensionistas sobre arborização dos assentamentos nas duas regiões pesquisas podem ser observadas na Tabela 13.

Tabela 13 - Avaliações de assentados e extensionistas sobre ações de ATER para melhorar a arborização nos assentamentos (2010).

	N	Excelentes	Boas	Insuficientes	Nulas	Prejudiciais
Assentados no Norte PR	68	1,47	19,12	1,47	61,76	16,18
Assentados no Pontal	134	1,49	11,94	4,48	70,90	11,19
Técnicos do Itesp no Pontal	55	3,64	34,55	52,73	9,09	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Predomina entre assentados e extensionistas a percepção de que há a necessidade de se aperfeiçoar a arborização dos lotes familiares das áreas comuns nos assentamentos, ao passo que as iniciativas das agências de ATER nas duas regiões, no entanto, são avaliadas como boas ou excelentes por 20,6% no Norte do Paraná e por 13,4% no Norte do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de desenvolvimento rural envolvendo a agricultura

familiar e agrária passam por uma contínua recomposição da qualidade ambiental e do espaço habitado. As condições habitacionais, aliadas à estrutura de saneamento básico, às formas de gestão de resíduos e uso de recursos hídricos, entre outros aspectos, como a arborização, contribuem de forma decisiva para a qualidade de vida no campo. A pesquisa de campo realizada nos assentamentos das regiões do Norte do Paraná e do Pontal do Paranapanema sobre estes aspectos permite evidenciar alguns dos limites e contradições dos processos de gestão ambiental – e permite evidenciar a complexidade territorial e ambiental dos processos de desenvolvimento rural.

No que se refere à gestão de resíduos, foi constatado que a maioria dos assentados vinha queimando e enterrando resíduos recicláveis, tais como plástico, papel, vidro e metais, juntamente com pilhas, baterias e rejeitos não recicláveis. Por outro lado, apenas 7% dos assentados pesquisados no Norte do Paraná e 4% no Pontal do Paranapanema estimaram como boas ou ótimas as ações de extensão rural oficial para aprimorar a gestão de resíduos. No mesmo sentido, 78% dos técnicos extensionistas da Fundação Itesp no Pontal do Paranapanema consideravam insuficientes ou nulas as ações realizadas para a gestão de resíduos.

A percepção de assentados e técnicos para a gestão de recursos hídricos e para a arborização do espaço habitado segue um perfil bastante semelhante, predominando um contraste ente a situação ambiental vivenciada nos assentamentos e as ações de ATER visando o equacionamento destes problemas. Este quadro aponta para a importância de um aprimoramento da pauta ambiental nas agências prestadoras de serviços oficiais de extensão rural, bem como para a relevância da produção de estudos quantitativos de percepção como parte dos instrumentos voltados para a caracterização dos problemas ambientais e de sua discussão pública, algo que contribui para fomentar o conhecimento, o envolvimento e a participação de diversos atores locais.

Verifica-se uma demanda reprimida em relação à questão ambiental junto às populações aqui estudadas. Por se tratar, em grande medida, de um componente educativo, uma abordagem multidisciplinar desta problemática deve permear o debate, no sentido de construir alternativas de atuação nestes territórios. Neste sentido, a atuação da ATER apresenta um grande potencial a ser explorado, principalmente se construir vinculações e programas comuns de ação com outros agentes do poder público local e regional, principalmente das áreas de educação, saúde e meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BARONE, L. A, FERRANTE, V.L.B. (2012), Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. **Dados**, 55(1): 755-785.

BONNAL, P., MALUF, R. (2009), Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 211-250.

BRANDENBURG, A. (2004), Sócio-ambientalismo e novos atores na agricultura. In: CALZAVARA, O. E R. O. LIMA (org.), **Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Eduel (Universidade Estadual de Londrina).

CECILIO, M. A; PUZIOL, J. K. P., SILVA, I. M. S. (2010), A Espacialização da Educação do Campo no Paraná: uma forma de resistência do MST. **Teoria e Prática da Educação**, vol. 3, n. 2, p. 213-222.

COSTA, R.C., FUTEMMA, C.R. (2006), Racionalidade com compromisso: os assentados do Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio – SP) e o projeto de conservação ambiental. **Ambiente & Sociedade**, vol. , nº. 1, p. 127-148.

CUNHA, L.H.; NUNES, A.M.B. (2008), Proteção da natureza e conflitos ambientais em assentamentos rurais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, p. 27-38.

HUYLENBROECK, G., DURAND, G, org. (2003), **Multifunctional agriculture: a new paradigm for European agriculture and rural development**, Aldershot: Ashgate

INCRA (2010). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Pesquisa sobre Qualidade da Reforma Agrária (PQRA/INCRA)**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES (2013). **Indicadores de desenvolvimento sustentável por bacias hidrográficas do estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES (Instituto

Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

LEFF, E. (2009), **Ecologia, capital e cultura. A territorialização da racionalidade ambiental**, Petrópolis: Vozes.

MARIN, A. A. (2008) Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol. 3, n. 1, p. 203-222.

MIOR, L. C. (2003), **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste catarinense**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado.

NORDER, L., URSI, M.V. (2013), Indicadores sobre vinculações institucionais entre assentados no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, vol. 16, p. 43-57.

NORDER, L., URSI, M.V., MENEZES JR, A., RODRIGUES, D.D. (2015), Percepção social sobre florestas nativas e restauração ecológica em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema e Norte do Paraná. **Campo Território**, vol. 10, n. 20, p. 538-557.

NORDER, L., URSI, M.V. (2017), Percepção social sobre transição agroecológica e extensão rural em assentamentos no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema. **Espacios**, vol. 38, p. 15-32, 2017.

PLOEG, J.D. (2006), O modo de produção camponês revisitado. In: Schneider, S. (org.), **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, pp. 13-54.

RODRIGUES, M. L. et al. (2012), A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 96-110.

SANTOS FILHO, A. (1980), As principais consequências do desmatamento e o uso do solo no Estado do Paraná. **Floresta**, vol. 11, pág. 12-16.

SCHIAVINATTO, F. (org.) (2011), **Sistema de Indicadores de Percepção**

Social (SIPS). Brasília: Instituto de Pesquisa Social Aplicada, 254p.

TSUKAMOTO, R.Y., ASARI, A.Y. (2003), Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação. **Geografia**, Volume 12, Número 1, p. 483-494, Jan/Jun. 2003.

VALENTE, S.; FIGUEIREDO, E.; COELHO, C. (2008), Entre os riscos e os benefícios – análise da percepção social do risco em duas comunidades mineiras. **Anais do VI Congresso Português de Sociologia**, Lisboa, de 25 a 28 de junho de 2008.

WANDERLEY, M. N. B. (2001), A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIACARRA, N. (org.), **Uma nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Clacso/ASDI.

POLÍTICA DE ATER E OS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PAA NO ESTADO DE MATO GROSSO: FATOS E EVIDÊNCIAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

José Roberto Rambo¹; Murilo Didonet de Moraes²; Gilmar Laforga³; Raimundo Nonato Cunha de França⁴; Antonio Lázaro Sant'Ana⁵

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi analisar como os agricultores familiares beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) veem a importância dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e se este está atendendo as demandas produtivas cotidianas. A pesquisa teve como foco de investigação o PAA nos municípios de Juína, São José dos Quatro Marcos e Tangará da Serra no estado de Mato Grosso e foi desenvolvida entre os meses de junho e setembro de 2015, com agricultores familiares assentados pela reforma agrária e beneficiários do PAA. Observou-se ausência ou pouca representatividade das ações de ATER aos agricultores familiares assentados que participam do PAA nestes municípios. Entretanto, os entrevistados demonstraram, em maior proporção, a importância que as ações de ATER têm para o desenvolvimento satisfatório de suas atividades cotidianas. Dessa forma, nota-se a importância de as políticas públicas dirigidas ao segmento da agricultura familiar estarem articuladas entre si, em especial os serviços de ATER para os agricultores familiares fornecedores do PAA, de modo que haja um fortalecimento mútuo.

PALAVRAS-CHAVE: PNATER; Produção; Assentamento; Reforma Agrária.

¹Professor Adjunto do Curso de Agronomia - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Tangará da Serra/MT

²Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

³Professor Adjunto do Curso de Agronomia - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Tangará da Serra/MT

⁴Professor Adjunto do Curso de Agronomia - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Tangará da Serra/MT

⁵Livre Docente -Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

ABSTRACT: The objective of this work was to analyze how family farmers beneficiaries of food acquisition Program (PAA) see the importance of services of technical assistance and rural extension (ATER) and if this is in view of the daily production demands. The research focused on the PAA in the municipalities of Juína, São José dos Quatro Marcos and Tangará da Serra in the State of Mato Grosso, Brazil, and was developed between June and September of 2015, with family farmers settled by agrarian reform and beneficiaries of the PAA. It was noted the absence or lack of representativeness of stick to family farmers settled that participate in the PAA in these municipalities. It was noted the absence or lack of representativeness of ATER's actions to family farmers settled that participate in the PAA in these municipalities. However, respondents demonstrated in greater proportion, the importance that actions of ATER have to satisfactory development of their everyday activities. In this way, the importance of public policies directed to the segment of family farm be articulated among themselves, in particular the services of ATER to family farmers from PAA, so that there is a mutual strengthening.

KEYWORDS: PNATER; Production; Settlement; Agrarian Reform.

INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, nos últimos 20 anos, ocorreram importantes mudanças que convergem para novos papéis atribuídos à agricultura familiar no contexto nacional. À partir de meados da década de 1990, emergiram políticas públicas no Brasil voltadas à construção de novas vias de desenvolvimento rural e que incluíam programas e ações, especificamente direcionados à agricultura familiar (DIAS et al., 2013). No contexto dessas transformações, pode-se citar a regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996; no ano de 2003 a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2004.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pela Lei nº. 10.696/2003 como parte da política de fortalecimento da agricultura familiar, direcionada especificamente à aquisição, pelo governo, de alimentos produzidos por essa agricultura (BRASIL, 2003). Os agricultores para participarem do PAA devem se enquadrar nas regras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e ocorre,

Lei de ATER não se limite ao campo teórico, ainda são necessárias ações locais e efetivas. O trabalho desenvolvido por Moraes et al. (2013) levantou alguns aspectos da ATER na Microrregião de Andradina, no estado de São Paulo (processos de formação profissional intermitente, a atuação de extensionistas orientados às formas convencionais de produção e a baixa qualidade, e até mesmo nulidade, dos serviços de ATER prestados) que demonstram a necessidade de mudanças imediatas a fim de se superar as variadas limitações dos serviços disponibilizados aos agricultores familiares.

O objetivo deste trabalho foi analisar como os agricultores familiares beneficiários do PAA veem a importância da ATER e se o serviço está atendendo as demandas produtivas cotidianas destes em assentamentos da reforma agrária de três municípios do estado de Mato Grosso.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa teve como foco de investigação o Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios de Juína⁶, localizado na Mesorregião Norte do Mato Grosso, São José dos Quatro Marcos⁷ e Tangará da Serra⁸, pertencentes a Mesorregião Sudoeste do Mato Grosso, tendo como base a pesquisa com 39 agricultores familiares assentados pela reforma agrária beneficiários do programa⁹, que participaram de ao menos duas das edições dos projetos do PAA conforme especificado no quadro 1.

A seleção dos sujeitos pesquisados ocorreu a partir do contato prévio com os mesmos, tendo técnica *snowball*, isto é, cada entrevistado indicava outro até a informação se repetir ou voltar ao primeiro indicado (BIERNACKI, WALDORF, 1981).

Este trabalho pode ser classificado, quanto à abordagem metodológica, como de caráter descritivo, pois busca descrever as características de determinada população (neste caso, os agricultores familiares beneficiários do PAA em três cidades do estado de Mato Grosso) e traçar uma relação entre elas (GIL, 2002). Empregaram-se, para isto, artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática e a análise dos dados (MARCONI, LAKATOS, 2017).

⁶ Unidade Executora Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua (AJOPAM).

⁷ Unidade Executora Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana (APRAS).

⁸ Unidades Executoras Associação Comunitária Antônio Conselheiro Vale do Tarumã no ano de 2010 e Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Tangará da Serra e Região (Coopervida) em 2011 e 2014.

⁹ Especificamente em Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária do Programa Nacional de Reforma Agrária nos municípios de Juína (Projeto de Assentamento (PA) Iracema I, Iracema II e Iracema III), São José dos Quatro Marcos (PA Florestan Fernandes e PA Santa Rosa I) e Tangará da Serra (PA Antonio Conselheiro).

administrativamente, pela emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (AGAPTO et al., 2012).

Os alimentos adquiridos pelo programa têm como destino: a) o consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional; b) o abastecimento da rede socioassistencial; c) o abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição; d) o abastecimento das redes de públicas de ensino e de saúde, das unidades de internação do sistema socioeducativo e dos estabelecimentos prisionais; e) a constituição de estoques públicos de alimentos, destinados a ações de abastecimento social ou venda; f) abastecimento dos órgãos e das entidades da administração pública, direta e indireta; e g) o atendimento a outras demandas definidas pelo GGPA (BRASIL, 2017).

Em 2003, de acordo com Caporal (2005), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a ser responsável pelas atividades de ATER (assistência técnica e extensão rural). Por delegação de uma de suas secretarias (Secretaria da Agricultura Familiar – SAF), um grupo de técnicos coordenou a elaboração da política a partir um amplo processo de consulta. Foram realizadas audiências, encontros e seminários, envolvendo representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de ATER governamentais e não governamentais. Este processo, democrático e participativo que envolveu mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas, levou à construção de alguns consensos e a um conjunto de acordos que culminaram no documento que sintetiza a PNATER, em 2004.

Mais recentemente foi sancionada a Lei nº 12.188/2010 (conhecida como Lei de ATER), que instituiu uma nova versão da PNATER, com algumas alterações significativas em relação à primeira versão. Nesta, observa-se a presença dos princípios de base ecológica com enfoque para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar e considerando os conhecimentos científico, empírico e tradicional (BRASIL, 2010). Embora a primeira versão da PNATER tenha sido construída de forma democrática, a Lei de ATER (que atualmente rege todas as ações de ATER em âmbito nacional) tem sido criticada por alguns autores (CAPORAL, 2011; DINIZ et al., 2011) por não ter incorporado todos os avanços alcançados e nem ter sido amplamente discutida com a sociedade.

Entretanto, para que o avanço possibilitado pela institucionalização da

Quadro 1- Municípios, Anos e Número de Agricultores Familiares assentados participantes da pesquisa.

Município	Ano				Agricultores Familiares
	2010	2011	2012	-	
Juína	2010	2011	2012	-	8 ¹
São José dos Quatro Marcos	2010	2011	2012	2014	17 ²
Tangará da Serra	2010	2011	-	2014	14

Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

A pesquisa de campo foi desenvolvida entre os meses de junho e setembro de 2015, com a aplicação de formulário de perguntas abertas e fechadas. As questões englobavam temas como a caracterização do recebimento dos serviços de ATER, dos responsáveis pelo serviço, os motivos do recebimento do serviço e a importância do serviço para a família; e foram perguntadas e anotadas pelo entrevistador no contato face a face com o entrevistado (PÁDUA, 2004).

A análise dos dados foi realizada a partir da tabulação dos dados levantados pela aplicação dos formulários. Os dados e sistematizações são apresentados textualmente na forma de frequência relativa (estatística descritiva).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se trata da produção agrícola, em especial a relacionada ao segmento da agricultura familiar, é notório o surgimento do comentário relativo à ausência dos serviços de ATER. No caso dos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra e que estão a comercializar sua produção via PAA e outros mercados, essa situação não é diferente, uma vez que todos os entrevistados disseram não ter recebido nenhum tipo de serviço de ATER no lote.

Castro (2015) afirmar que, historicamente no Brasil, os pequenos agricultores sempre foram marginalizados no acesso a ATER. Até mesmo no período mais pulsante da extensão rural pública (quando ainda existia a Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), o foco das instituições públicas era, prioritariamente, os médios e grandes proprietários e os produtos voltados ao mercado externo. No entanto, continua o autor, a presença de um sistema público e gratuito de ATER somente justifica-se pela importância da agricultura familiar, pelos benefícios que os serviços de ATER promovem no âmbito do desenvolvimento rural

e da produção agropecuária e pela dificuldade de parte desse público em pagar por esse serviço.

De acordo com Batalha et al. (2005), a insuficiente disponibilidade de assistência técnica é um dos motivos que explicam os resultados abaixo do esperado no que se refere a aplicação das tecnologias de gestão pela agricultura familiar. Tais tecnologias são de fundamental importância para o bom andamento de políticas de compras governamentais como o PAA, o qual exige um aperfeiçoamento técnico, gerencial e organizacional do produtor.

Entretanto, existem algumas peculiaridades em Juína e São José dos Quatro Marcos que merecem ser discutidas. Em Juína, diferentemente de Tangará da Serra, 12,5% dos entrevistados afirmaram ter recebido serviço de ATER no lote. Número próximo a esse foi observado em São José dos Quatro Marcos, onde 20% disseram ter recebido serviços de ATER no lote.

Porém, em Juína, o serviço de ATER presente no lote se deve à realização de projeto do PRONAF, ou seja, se apresenta de caráter não continuado e busca atender necessidade pontual, visto que somente uma visita foi realizada EMPAER¹⁰.

Já em São José dos Quatro Marcos, ao realizarmos um comparativo local, observa-se que no PA Santa Rosa I 57,14% dos entrevistados disseram ter recebido o serviço de ATER¹¹, em contraposição ao PA Florestan Fernandes, em que somente 10% dos entrevistados disseram ter recebido o serviço¹². Porém, deve-se citar que o serviço de ATER recebido pelos agricultores, não tem como principal foco das visitas às atividades vinculadas a comercialização com o PAA, pois foram para atender basicamente demandas da atividade leiteira¹³, a qual não está vinculada ao Programa, entretanto é a principal atividade agropecuária dos agricultores e do município.

Os dados apresentados por Guanzirolí et al. (2012) demonstram que a assistência técnica pouco evoluiu no atendimento aos agricultores familiares. O último censo realizado aponta que apenas 20,88% dos agricultores familiares teriam recebido assistência técnica em 2006, contra 16,67% em 1996. Nota-se que o resultado encontrado pelos autores se assemelha ao

¹⁰Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural – EMPAER.

¹¹Somente 14,28% dos entrevistados receberam serviços de ATER pela EMPAER, com visitas voltadas as atividades agrícolas comercializadas com o PAA.

¹²Com a realização de cinco visitas pelo filho do produtor que trabalha em Empresa de Comercialização de Insumos Agropecuários.

¹³As visitas do serviço de ATER foram realizadas pela COOPNOROESTE (Cooperativa Agropecuária do Noroeste do Mato Grosso Ltda.) e envolveram 42,85% dos entrevistados, para 14,28% dos entrevistados foram realizadas uma visita e para 28,57% dos entrevistados foram realizadas três visitas.

observado em Juína e São José dos Quatro Marcos.

Além disso, segundo Guanziroli et al. (2012), a baixa disponibilidade de assistência técnica para os agricultores familiares fragiliza dois de seus importantes eixos: o uso de adubos e corretivos e o fortalecimento do processo associativista. Deve-se destacar que estas duas características estão fortemente associadas àqueles produtores que passam a utilizar o PAA, conforme destaca Chmielewska et al. (2010). Diante disso, a presença da assistência técnica pode auxiliar para que os processos de mudança nas práticas produtivas e organizacionais observados a partir do PAA se mantenham e sejam ampliados.

Com relação à importância do serviço de ATER, os agricultores familiares de Juína foram unânimes em ressaltar a relevância de tal ação para o bom desenvolvimento de suas atividades. Para os entrevistados, o serviço do técnico(a) da ATER serviria para “[...] estar orientando a gente” (Entrevistado 7), sendo que este auxílio não estaria voltado a somente um agricultor, mas a muitos, em suas palavras: “[...] ajudaria não só para mim.” (Entrevistado 6).

A opinião do entrevistado acima é corroborada por Wanderley (2003). Segundo a autora, o desenvolvimento da atividade agrícola exige um crescente domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas, além de um controle gerencial por meio de uma nova contabilidade. Neste sentido, a modernização transforma a agricultura numa profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que carece dos serviços de assistência técnica.

Em Tangará da Serra 92,86% dos entrevistados, porém, consideram o serviço importante, ou até mesmo “essencial” (Entrevistado 6), em especial se direcionado a dar possibilidades de “[...] produzir mais e melhor” (Entrevistado 13). Por outro lado, 7,14% não veem o serviço como importante. Este fato pode ser decorrente de experiências negativas, uma vez que um dos entrevistados afirmou que: “[...] fez PRONAF, a assistência não veio [...]” (Entrevistado 8).

Os dados acima apontam duas contrastantes percepções em relação ao serviço de ATER: àqueles que o considera importante - porção mais representativa dos entrevistados - e àqueles outros que não o considera fundamental às suas atividades. Neste segundo grupo, ressalta-se a descrença do entrevistado ao citar um caso mal sucedido. O trabalho de Taveira e Oliveira (2008), o qual verificou o serviço de extensão rural na perspectiva

dos agricultores assentados do Pontal do Paranapanema – SP, nos auxilia na explicação deste caso. Neste trabalho, ficou evidente que havia grupos insatisfeitos com o serviço de ATER prestado em todos os assentamentos pesquisados. O grupo de assentados com opiniões mais negativas assinalou a necessidade do serviço de ATER flexibilizar suas abordagens aos diferentes públicos, de modo a atender as diferentes características socioeconômicas, produtivas e tecnológicas, as quais, por sua vez, requerem novas formas de atuação.

Ao associar esse resultado com a opinião do entrevistado, vislumbra-se um ponto em comum: o descrédito dos agricultores frente às entidades que prestam ou prestaram algum serviço de ATER. É provável que o agricultor entrevistado venha de experiências pouco eficientes e que não melhoraram sua condição de vida, criando assim obstáculos a qualquer ação de ATER. Tal fato deve ser observado e servir como referência a qualquer entidade que futuramente vier a trabalhar neste Assentamento.

Em São José dos Quatro Marcos, 88,24% dos entrevistados consideram que o serviço de ATER é importante para desenvolver suas atividades, uma vez que o agricultor familiar é possuidor de “[...] tantas dúvidas” (Entrevistado 15) e a presença da assistência técnica colabora, segundo os agricultores em “[...] coisa que não está saindo bem” (Entrevistado 4). Com relação aos outros 11,16% que não consideram o serviço de ATER como importante para o lote, a principal justificativa está no fato de trabalharem desde a infância com atividades agrícolas e pecuárias e, por isso, “[...] já sabe produzir” (Entrevistado 10). A presença do técnico, para outro entrevistado, é dispensável, pois o serviço de ATER visualizado não vem de encontro às demandas do dia-a-dia da propriedade, fator justificado em sua fala: “[...] EMPAER só faz projeto, e não dá assistência” (Entrevistado 13).

Andrade et al. (2014) comentam que o descrédito na ATER em Araras-SP pelos agricultores familiares é devido ao fato da ação do serviço oficial público se limitar a aspectos burocráticos de desenvolvimento dos assentamentos, ou seja, não atender aos anseios e necessidades do dia-a-dia dos agricultores.

Diferentes autores apontam que os serviços de assistência técnica continuada são capazes de dar apoio ao planejamento da unidade produtiva familiar, sendo que a falta dessa ação pode ser considerada um problema estruturante ao PAA (SAMBUICHI et al., 2014; VALNIER; RICCI, 2013; D’ÁVILA; SILVA, 2011; GRISA et al., 2011). Segundo os autores, a ausência dos serviços de ATER pode até mesmo inviabilizar o acesso dos

agricultores ao Programa, já que sua presença, quando efetiva e continuada, poderia proporcionar condições de acesso aos recursos disponibilizados em sua totalidade, isto é, organizar, planejar a produção e atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA. Dessa forma, a concretização do PAA parece estar associada à prestação de um serviço de ATER eficiente, pois as duas políticas públicas objetivam o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, de modo que o fortalecimento de uma engrandecerá a outra.

Becker e Anjos (2010), pesquisando no sul do estado do Rio Grande do Sul, trazem a confirmação que o diferencial dos agricultores familiares fornecedores ao PAA da região em relação aos demais é o fato de 93,3% dos entrevistados terem recebido algum tipo de assistência técnica no último ano agrícola, serviço este que auxiliou no planejamento das atividades produtivas e na organização social da produção.

Nesse sentido, Muller, Fialho e Schneider (2007, p. 25) comentam que, para os municípios gaúchos de Pelotas e São Lourenço do Sul, o “saber fazer” acumulado pelo CAPA¹⁴ com relação às políticas públicas para a agricultura familiar, principalmente articulando uma rede de organizações e cooperativas e prestando assistência técnica aos integrantes destas, fez a diferença na operacionalização do PAA, demonstrando-se com isto o quanto o papel da assistência técnica pode contribuir na produção e, principalmente, na organização da produção e da comercialização, mesmo que a agência oficial de ATER estadual não tenha se envolvido com as ações do programa.

Por outro lado, constata-se que a ausência de articulação das políticas públicas e a deficiência dos serviços de ATER dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores familiares (MATTEI, 2007; DORETTO; MICHELLON, 2007; HESPANHOL, 2009; HOLANDA, 2012; MELO; FIGUEIREDO, 2012; VELOSO; HESPANHOL, 2012; QUEIROZ et al., 2015; SCHEUER et al., 2016). Ao contrário, caso fossem presentes, muito poderiam contribuir, em especial no planejamento para a participação desses produtores no PAA a médio prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados demonstraram a ausência de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares assentados da reforma agrária que participam do PAA no município de Tangará da Serra. Nos casos em que esteve presente (Juína e São José dos Quatro Marcos), a baixa representatividade,

¹⁴Centro de Apoio ao Pequeno Produtor – ONG.

a efemeridade e a desigualdade entre os assentamentos atendidos foram características marcantes.

No âmbito da importância dos serviços de ATER prestados, ao mesmo tempo em que demonstraram o descrédito perante as entidades fornecedoras do serviço, os agricultores transpareceram, em maior proporção, a importância de tais ações para o desenvolvimento satisfatório de suas atividades cotidianas.

Dessa forma, as políticas públicas dirigidas ao segmento da agricultura familiar devem ser articuladas entre si, em especial os serviços de ATER para os agricultores familiares fornecedores do PAA que, junto com suas organizações, seriam beneficiários das ações do Estado, com melhorias na organização, no planejamento, na produção e na comercialização de seus produtos.

AGRADECIMENTO

A Fundação de Amparo a Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT pelo financiamento do Projeto de Pesquisa “Política pública na agricultura familiar matogrossense: uma análise do PAA em assentamentos nos municípios de Tangará da Serra, Juína e São José dos Quatro Marcos” Edital Universal Doutor FAPEMAT 003/2014.

REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13-21. 2012.

ANDRADE, F. R. P; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. Limites para o desenvolvimento do programa de aquisição de alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, n. 1, p. 225-244, 2014.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos:

EduFSCar, 2005.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72. 2010.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10, n. 2, p. 141-163. 1981.

BRASIL. Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017. Altera o Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de novembro de 2017. 2017.

_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 de julho de 2003.

_____. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2010.

CAPORAL, F. R. Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, p.1-7, dez, 2011.

_____. **Política Nacional de Ater**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. 2005. 14p. Disponível em: <https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Pnater+primeiros+passos>. Acesso em: 20/03/2017.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência

técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 12, jul/dez, 2015.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no Estado de Sergipe**. Brasília: IPEA, 2010 (Texto para Discussão, 1510).

D'ÁVILA, C. A. R; SILVA, S. P. Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, v. 15, n. 2, p. 335-346. 2011.

DINIZ, P. C.; TAVARES, J. L.; ALMEIDA, A. Chamadas públicas de ATER: primeiras reflexões. Recife: UFRPE. 2011. 16p.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. A avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. In: BOTELHO FILHO, F. B.; CARVALHO, A. D. (Orgs.). **Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais. v. 7, n. 27, p.107-138. 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DISABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr/jun, 2012.

HESPANHOL, R. A. M. O Programa de aquisição de alimentos (PAA) na MRG de Dracena (SP). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 20, p. 64-87, 2009.

HOLANDA, D. R. **Desenvolvimento rural sustentável: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território da cidadania Vale do Curu e Aracatiçu-CE.** 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p.

MATTEI, L. F. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no estado de Santa Catarina. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 1-31, 2007.

MELLO, G. C. F. C.; FIGUEIREDO, A. M. R. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Cuiabá-MT na ótica da nova economia institucional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 15, n. 1, p. 131-159, 2012.

MORAES, M. D.; SILVA, F. C.; GONZAGA, D. A.; SANT'ANA, A. L. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o caso da Microrregião de Andradina-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, p. 71-90, 2013.

MULLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Campinas, v. 1, n. 1, 2007.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa:** abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2004.

QUEIROZ, R. F. N.; NEVES, S. M. A. S.; SEABRA JUNIOR, S.; MACHADO, T. S. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 184-200, 2015.

SAMBUICHI, R. H. R.; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, M. A. C.; MOURA, A. M. M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência

do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. A. C.; SAVIAN, M. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 75-104.

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A. S.; MOURA, A. P.; NEVES, R. J. Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 85-106, 2016.

TAVEIRA, L. R. S.; OLIVEIRA, J. T. A. A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema – SP. **RER**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 009-030, jan/mar, 2008.

VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 198-228, 2013.

VELOSO, F.; HESPANHOL, R. A. M. O PAA na região de Dracena: da diversificação à especialização produtiva. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 34, p. 161-178, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, outubro, 2003.

ASSENTADAS NO CIRCUITO DO PRONAF MULHER: EXPRESSÕES DA AUTONOMIA FEMININA?

Lais Tubero Izidoro¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Henrique Carmona Duval³

Daiane Roncato Cardozo⁴

Helena Carvalho De Lorenzo⁵

RESUMO: O presente artigo é resultado de uma pesquisa que teve por objetivo verificar a operacionalização das políticas públicas voltadas para as mulheres, especialmente o Pronaf Mulher, buscando compreender os desafios de sua execução no assentamento Monte Alegre, Araraquara/SP. A metodologia foi composta de uma revisão bibliográfica sobre o tema, trabalho de campo a fim de se conhecer como ocorrem as relações de gênero no assentamento e a influência da política pública, aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado a mulheres assentadas e gestores. Procurou-se identificar os avanços e os entraves que ainda existem em relação à participação das mulheres nos espaços institucionais. Como resultados, pode-se afirmar que o Pronaf Mulher não está sendo acessado pela maioria das trabalhadoras no assentamento pesquisado em função das assimetrias de poder existentes dentro do núcleo familiar das assentadas e no campo social do assentamento como um todo. A falta de informação e de diálogo nas relações entre assentadas e agentes técnicos foi apontada como um dos principais entraves de acesso das mulheres a esta política pública.

PALAVRAS-CHAVE: Pronaf Mulher; Relações de gênero; Políticas públicas; Assentamentos rurais; Participação social.

¹ Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara - UNIARA.

² Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

³ Docente da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Campus Lagoa do Sino, Buri.

⁴ Pesquisadora de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

⁵ Docente e Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

ABSTRACT: This article is the result of a research that aimed to verify the operationalization of the public policies directed at women, especially Pronaf Mulher, seeking to understand the challenges of their execution in the Monte Alegre, Araraquara / SP settlement. The methodology was composed of a literature review on the subject, fieldwork in order to know how gender relations occur in the settlement and the influence of public policy, the application of semi-structured interviews with settled women and managers. It sought to identify the advances and obstacles that still exist in relation to the participation of women in institutional spaces. As a result, it can be affirmed that Pronaf Mulher is not being accessed by the majority of the workers in the settlement researched due to the asymmetries of power existing within the family nucleus of the settlers and in the social field of the settlement as a whole. The lack of information and dialogue in the relations between the settlers and technical agents was pointed out as one of the main obstacles for women to have access to this public policy.

KEYWORDS: Pronaf Women; Gender relations; Public policy; Rural settlements; Social participation.

INTRODUÇÃO

A complexidade dos assentamentos pode ser dimensionada por apresentar novas relações de produção e de trabalho, promover uma redistribuição nos sistemas produtivos territoriais e novas perspectivas quanto à reprodução da vida material das famílias. Na condição de assentados, por muitas vezes inédita, os trabalhadores deparam-se com problemas relativos à organização política e econômica. Uma das esferas de repercussão destas implicações se refere à situação das mulheres assentadas, grupo social que está em constante luta para a conquista de seus direitos. O objetivo do estudo foi analisar a possível influência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura - Pronaf Mulher na situação das mulheres do assentamento Monte Alegre.

Durante a pesquisa foram feitas entrevistas semiestruturadas procurando verificar como se dão as expressões da dominação masculina nos diferentes atores e espaços que compõem o processo para a obtenção do Pronaf Mulher. Este Programa se constitui como uma modalidade do Pronaf voltado às mulheres da agricultura familiar. Foi selecionado como objeto de estudo em razão da baixa procura e número de contratos desta modalidade, apesar do crescimento do movimento de mulheres rurais nos últimos anos.

A bibliografia utilizada advém principalmente de estudos já realizados pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR/UNIARA) sobre o desenvolvimento dos assentamentos rurais, incluindo projetos com recorte nas relações de gênero e nas políticas públicas voltadas às mulheres assentadas. As principais conclusões destes projetos apontam que apesar das conquistas como a titulação conjunta, novos créditos e assistência técnica específicos para mulheres, ainda persistem expressões de patriarcalismo tanto no interior das famílias assentadas como por parte do projeto estatal de assentamentos (FERRANTE et al., 2012).

São sistemas de controle culturalmente enraizados, que normalmente fazem uma alusão ao caráter de “ajuda” em relação ao trabalho das mulheres, sem reconhecer que elas são as principais responsáveis pelo trabalho em sistemas produtivos no interior das pequenas propriedades, sobretudo os quintais com produção de hortas, aves e suínos, muitas vezes identificados com práticas agroecológicas (SILIPRANDI, 2011). Por outro lado, tem-se constatado que as mulheres exercem atividades também em outros sistemas de produção, inclusive os comerciais, mas suas atividades não se restringem à esfera agrícola, pois participam de atividades não-agrícolas dentro e fora das propriedades rurais (BRUMER, 2004). Acredita-se, portanto, que sem o devido reconhecimento da importância dos papéis das mulheres no desenvolvimento rural, as políticas públicas a elas direcionadas podem reproduzir tal preconceito de que seu trabalho é ajuda, e o crédito específico para mulheres financiar atividades que não sejam aquelas de seu interesse.

As pesquisas apontaram ainda um crescimento do protagonismo das mulheres na formação de grupos formais, como as associações de mulheres, que atuam na produção e no processamento de produtos antes tipicamente voltados ao autoconsumo (ESMERALDO, 2008). Especificamente em Araraquara, por meio da organização e da interlocução das mulheres na esfera local suas reivindicações se concretizaram em espaços de produção, como uma padaria e uma cozinha multiuso. A partir disso, seus produtos alcançaram mercados urbanos abertos também por uma política de inclusão produtiva em feiras municipais (FERRANTE; DUVAL, 2009).

A partir das informações destas investigações preliminares foram realizados trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas, que tiveram como objetivo identificar nas falas das entrevistadas expressões de dominação masculina que ocorrem tanto dentro do campo – lote e casa – representada principalmente pelo marido, como no espaço urbano, representada pelos

agentes de assistência técnica. Também foi realizado um levantamento de dados secundários em endereços eletrônicos governamentais, acerca da execução do Pronaf Mulher no âmbito da agricultura familiar, com o objetivo de compreender os objetivos e mensurar a participação desta modalidade de financiamento no montante geral de contratos do Pronaf.

Por meio das entrevistas foi possível detectar lacunas de compreensão entre as mulheres assentadas e os agentes institucionais, dado que os projetos e expectativas, relativos à renda das mulheres não são conhecidos pela instituição que presta assistência técnica.

A coleta de dados secundários se fez por meio do acesso à Matriz de Dados do Crédito Rural vinculada ao Banco Central do Brasil. Neste site é apresentada uma extensa variável de informações relacionadas ao crédito rural e apresenta-se como opção de consulta verificar alguns dados relacionados ao Pronaf a partir do ano de 2013 até o ano de 2016, já que nos anos anteriores as informações estão sistematizadas no Anuário Estatístico de Crédito Rural. Todavia, estes anuários não fornecem a descrição das linhas do Pronaf nos dados apresentados. Também não constam informações sobre o histórico de acesso ao Pronaf Mulher em Araraquara, mas foi possível selecionar dados referentes ao cenário estadual, o que pôde auxiliar a delinear hipóteses referentes ao acesso das trabalhadoras assentadas do Monte Alegre ao Pronaf Mulher.

Importante salientar que o Pronaf Mulher surge como forma de atender parte da demanda das mulheres rurais, e aumentar a participação das mulheres no Pronaf. O Ministério do Desenvolvimento agrário emite uma portaria n. 121 em 22 de maio de 2001 que determina uma participação mínima de 30% de mulheres no programa. Por meio da Campanha de Crédito para a Igualdade das Trabalhadoras Rurais, no plana Safra 2004/2005, entra em vigor o Pronaf Mulher, sob os seguintes pressupostos: a) construir estratégias de acesso das mulheres e jovens trabalhadoras ao Pronaf-crédito; b) desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao Pronaf e aos fundos constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras rurais. (HERNANDEZ, 2009). É importante deste contexto que se considere a ausência da mulher no crédito rural ao longo de toda sua história enquanto agricultora familiar.

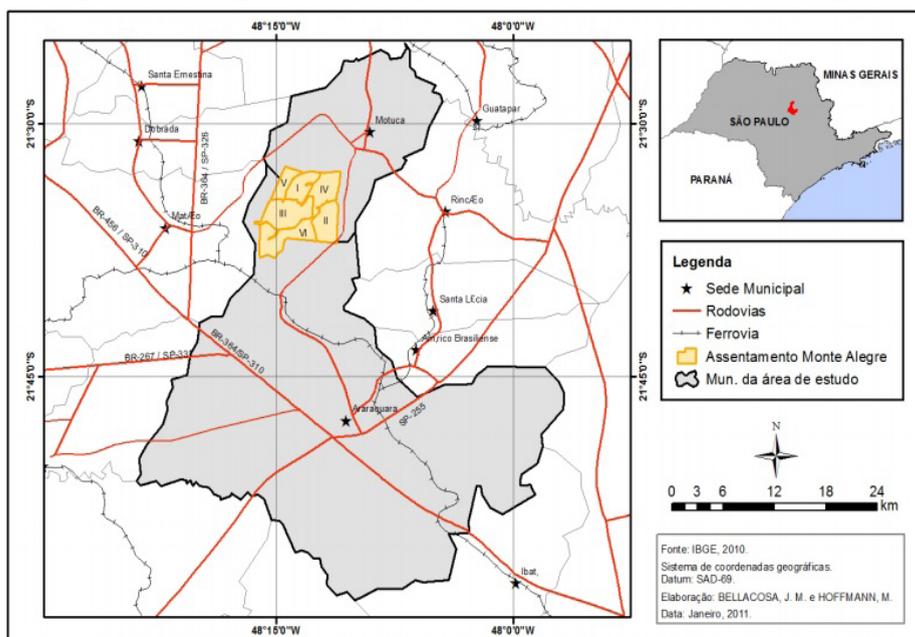
Ainda que a democratização do acesso ao crédito tenha sido o principal norteador da formulação do Pronaf Mulher, foi possível diagnosticar que

as mulheres do Assentamento Monte Alegre não têm tido acesso ao Pronaf Mulher e que isso se deve a um conjunto de fatores, que se expressam sobretudo em relação à falta de informação e à ineficiência do Pronaf Mulher em se diferenciar das outras modalidades de crédito, fazendo com que seja uma política voltada para as mulheres apenas por conta da nomenclatura, sem representar, efetivamente, elementos concretos da conquista da sua autonomia.

O ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE: ESPAÇO DA INVESTIGAÇÃO

O Projeto de Assentamento da Fazenda Monte Alegre está localizado em uma área pertencente ao Governo do estado de São Paulo, a qual possui 6.595,19 ha, e abrange a zona rural dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão. É dividido em seis núcleos sendo que destes, dois (III e VI) se localizam no município de Araraquara. Pela proximidade com a cidade e pela característica do terreno, a região foi explorada para o cultivo de eucalipto até 1985, pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do estado de São Paulo – CODASP, período que vai coincidir com o I Plano de Reforma Agrária (CAMPOI, 2005).

Figura 1 – Mapa da localização do Assentamento Monte Alegre.



Fonte: BELLACOSA; HOFFMANN, 2010.

O órgão gestor e responsável por dar assistência técnica aos assentados é a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Foi por meio deste órgão que os primeiros núcleos foram instalados, entre os anos de 1985 e 1986, sendo que os demais núcleos só foram instalados dez anos depois (FERRANTE; DUVAL, 2009). Atualmente, residem 418 famílias no assentamento Monte Alegre, sendo que é no núcleo VI que há maior concentração de famílias.

A criação do assentamento se deu em um cenário de expansão dos movimentos grevistas de boias-frias, que tiveram destaque nacional pelas greves de Guariba (FERRANTE, 1992; BARONE, 2002). Estas greves, conforme detalha Ferrante et al. (2012), se deram como forma de reivindicar os direitos trabalhistas que não estavam sendo respeitados nas usinas canavieiras. Era marcante a exploração do trabalho que, por muitas vezes, tinha como consequência adoecimentos. Conforme começou a haver repressões e perseguições políticas dentro dos movimentos grevistas, houve uma pressão por parte dos boias-frias para a obtenção de terra (FERRANTE et al., 2012).

DO DIREITO AO VOTO À INSERÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA BREVE TRAJETÓRIA DO FEMINISMO

Os assentamentos se fazem enquanto um produto de luta pela reforma agrária, e neste contexto de conquista, o papel da mulher se apresenta oscilante, já que embora sejam atuantes no processo de conquista, têm seu papel secundarizado na dimensão familiar e produtiva nos lotes dos assentamentos (BARONE et al., 2012).

Foram vários os avanços ao longo do tempo, possibilitados pela luta feminista em relação aos direitos das mulheres. Entretanto é importante refletir que embora mitigadas, as formas de dominação ainda existem e, na medida do tempo, se tornaram mais complexas, às vezes camufladas em uma teia de invisibilidades.

Quando se fala em dominação masculina, admitem-se as modificações sofridas nas instituições patriarcais, que pelas transformações nos processos de subordinação da mulher pelo homem, assume-se como uma expressão mais geral do que patriarcado. Miguel e Biroli (2014) relata que esta dominação masculina foi construída ao longo da história e sempre coexistiu com alguma forma de resistência das mulheres, ora mais ou menos organizadas politicamente. O feminismo em sua trajetória, segundo Miguel e

Biroli (2014, p.19), “se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública”. Apresenta como exemplo as discrepâncias que ocorriam nas lutas travadas pelo feminismo nos séculos XVIII e XIX, em que as escravas não eram consideradas parte do movimento e não tinham espaço de fala.

Dada a origem da sociedade brasileira, constituída sobre pilares escravocratas, que tinha como consequência sobretudo a concentração fundiária e a desigualdade social, fez-se necessário que uma parcela da população feminina se inserisse no mercado de trabalho, ocupando o espaço público, destinado aos homens (NADER, 2005). Esta inserção se fez restrita aos elementos econômicos e não possibilitou de imediato uma emancipação política e assim os homens continuaram a dominar os espaços e todos os aspectos relacionados com a vida das mulheres. Deste modo, “na passagem do patriarcado colonial para o contratualismo liberal, a autoridade e o privilégio masculinos seguiram predominando nas esferas pública e doméstica” (MOLYNEUX, p. 30 apud AZEVEDO, 2017).

Avançando para as décadas de 1960 e 1970 no Brasil, o feminismo elaborou importantes reflexões a partir de Heleieth Saffioti e Elizabeth Souza-Lobo, sobretudo referentes ao patriarcado e às desigualdades subjacentes ao trabalho das mulheres, entre outras, que contribuíram significativamente para o avanço das pautas femininas no Brasil. O patriarcado, ou dominação masculina como é conceituado por alguns autores e autoras, foi objeto de estudo de diversos trabalhos, como nos estudos do sociólogo Max Weber que define dominação masculina como o estabelecimento de vínculos pessoais entre o senhor, os demais membros da família e os servos, e tem como fundamento a autoridade do chefe da família ou comunidade doméstica. Essa autoridade se baseia na tradição, ou seja, “na crença da inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre” (WEBER, 1991, p. 234).

Essa construção histórica foi responsável por apresentar perspectivas e direcionar o feminismo contemporâneo. Os diversos caminhos trilhados para a inserção das pautas feministas nos debates midiáticos e na sociedade como um todo foram essenciais para que as mulheres conseguissem se articular para responder de uma forma cada vez mais firme aos problemas que vão se modificando ao longo do tempo, mas que possuem as mesmas raízes.

Em relação ao debate sobre espaço público e espaço privado, existem diferentes perspectivas que foram se estruturando ao longo da construção do pensamento feminista. A naturalidade dada à divisão sexual entre público e

privado foi e vem sendo intensamente criticada pelas feministas. A dualidade colocada no debate é criticada por Miguel e Biroli (2014), que interpretam a divisão entre público e privado como uma forma de esvaziar o teor político das relações privadas, como se as relações de poder não fossem intrínsecas à política.

Esta relação entre o espaço privado e as mulheres dificulta a intervenção do Estado sobre as opressões que estas sofrem dentro de casa. Ela também corrobora para a ideia de que a mulher deve se resguardar e assumir exclusivamente seu papel de cuidadora, sendo considerado como “desvios”, como Miguel e Biroli (2014) sugerem, sua inserção na esfera política, nos espaços de poder público (Câmara de vereadores, Câmara dos deputados, entre outras representações).

A autora chama a atenção para o fato de que o espaço público não representa o espaço de debate entre iguais, já que devido à dominação masculina, as mulheres não se encontram nos mesmos ou ocupam posições menores e, portanto, para que o debate avance, seria necessário a superação das desigualdades na esfera privada. Tendo em vista que as mulheres não ocupam com igualdade os espaços políticos, pode-se analisar que dificilmente as políticas públicas elaboradas nestes espaços irão contemplá-las na esfera privada, sem que haja alguma pressão por parte destas. “O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.33).

Portanto, avaliar como as mulheres são incluídas socialmente por meio das políticas públicas é uma tarefa complexa, já que nem sempre a existência de uma política pública é garantia da efetividade do que ela se propõe a fazer. Além disso, a própria definição de política pública também se coloca de modo plural (SOUZA, 2006).

Para o presente artigo, é fundamental observar as políticas públicas voltadas para as mulheres e tentar entender que diferenças elas fazem para a sua vida produtiva no lote. Se no contexto de luta pela terra, por vezes, as relações patriarcais são superadas pela necessidade de homens e mulheres estarem na militância política, é sabido que, no âmbito do lote, as igualdades são sufocadas pelos papéis sociais impostos e muitas vezes encenados como marcas de uma cidadania tutelada.

O PRONAF MULHER: CONQUISTA DA AUTONOMIA DA MULHER POR MEIO

DO CRÉDITO?

Conforme destacam diferentes autores (ALVES, 2012; ZORZI, 2008) o acesso ao crédito se torna um tema extremamente relevante quando se coloca em análise a condição da mulher no meio rural, já que pode permitir a apropriação de um projeto econômico e possibilitar a autonomia financeira das trabalhadoras rurais.

Levando em consideração que o empoderamento da mulher se estrutura por meio da modificação das relações de gênero, Hernandez (2009) avalia fatores que poderiam garantir sua autonomia econômica e sua representação social e política. Desta forma, é importante avaliar os efeitos das políticas de crédito rural no cotidiano das mulheres rurais, principalmente as políticas de crédito que receberam, por meio de muitas lutas, um recorte de gênero. É o caso, por exemplo, do Pronaf Mulher, que se faz como um eixo de gênero dentro do Pronaf. Neste trabalho não há a intenção de realizar análise em profundidade do Pronaf, visto a existência de uma vasta gama de trabalhos que executam esta tarefa.

O que se pretende é realizar uma breve discussão tanto do processo histórico de sua criação quanto da sua caracterização para fornecer elementos que auxiliem na interpretação e análise da inserção das mulheres nesta política de crédito.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem o intuito de financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. É assegurado as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais e por isso uma das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. Ainda segundo informações contidas no site, o agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho (BRASIL, 2018). Desde sua criação, o Pronaf passou por diversas modificações objetivando contemplar um maior número de trabalhadores rurais. Conforme Fernandes (2008):

O Pronaf está dividido em três modalidades: investimento, custeio e infraestrutura. O crédito de custeio destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, enquanto o crédito de investimento destina-se às benfeitorias da propriedade. Essas duas

modalidades podem ser acessadas de modo individual, coletivo ou grupal, obedecendo ao enquadramento da propriedade nos grupos [...] (FERNANDES, 2008, p.14).

Brummer e Spanavello (2012) apresentam uma configuração do acesso ao Pronaf, baseadas no Censo Agropecuário de 2006. Analisando o acesso ao recurso, as autoras explicam que se diferenciam os agricultores familiares e não familiares pelas respostas à não utilização do crédito, já que o número de agricultores que responderam não precisar do crédito foi maior para os enquadrados como não familiares ao mesmo tempo em que é maior o número de agricultores familiares que não acessaram o crédito por medo de ficarem inadimplentes. Diante deste cenário, constata-se uma tendência à concentração de recursos aos mais capitalizados.

No caso das mulheres, a questão da assimetria de poder derivada da desigualdade de gênero se insere como um entrave a mais dentro dos contrapontos na operacionalização do Pronaf. Ainda que o Pronaf seja direcionado para participação familiar, o homem é encarado como elemento central, fato este que “acaba excluindo as mulheres das esferas de discussão e interlocução com o Estado” (ZORZI, 2008, p.53). Cientes destas dificuldades, as mulheres rurais se organizam politicamente e reivindicam junto ao Estado uma série de direitos que pudessem permitir desenvolvimento da mulher no campo. Conforme já mencionado, uma das consequências das mobilizações realizadas pelas mulheres rurais foi a criação da linha Pronaf Mulher.

Conforme analisa De Melo (2003), “o Pronaf enquanto política pública não foi pensado enquanto um projeto que poderia instrumentalizar a mulher agricultora para que ela pudesse resolver seus próprios problemas em relação à dominação masculina” (DE MELO, 2003, p. 118). Isso significa que não houve a preocupação em se incorporar as questões de gênero no programa. Contudo, assim como outros programas e políticas públicas, conforme ocorre seu desenvolvimento, vão se modificando algumas características a fim de se alcançar um melhor desempenho ou uma melhor aplicabilidade na região que será executado.

No caso do Pronaf Mulher, a mesma unidade familiar pode contratar até dois financiamentos. O crédito disponibilizado é de até R\$ 50.000,00, com juros que variam de 1% a 2% a.a., de acordo com o valor de financiamento, que pode ser pago em até dez anos, incluindo os três primeiros de carência

(BANCO DO BRASIL, 2018). As mulheres estão presentes de modo significativo no campo, ainda assim, não representam com muita expressão o acesso ao crédito, principalmente no Pronaf Mulher. Em relação ao acesso no Pronaf, no estudo realizado por De Melo (2003) no município de Afogados da Ingazeira/PE, as mulheres acessaram o Pronaf, mas com um índice baixo e, na grande maioria, o de limite de crédito mais baixo, o “Pronaf B”. Ela avalia que essa participação ocorre porque há um desinteresse dos maridos em acessarem uma linha de crédito com limite tão baixo, devido à burocracia e pouca rentabilidade.

Desta forma são elencadas as dificuldades do acesso ao Pronaf, que embora tenha contribuído substancialmente para o acesso ao crédito por parte dos assentados, precisa ser aprimorado para contemplar seus beneficiários de forma mais eficiente. São mencionados problemas que ocorrem também no âmbito institucional quando há desencontro de informações entre agentes bancários e técnicos de extensão rural (FERNANDES, 2008, p.19).

Diferentemente, no assentamento Monte Alegre, as mulheres não têm tido acesso ao Pronaf Mulher, embora já tenha havido um “mutirão de projetos” elaborados pelo ITESP nos anos entre 2004 a 2007, mas que resultou em um endividamento das famílias que obtiveram o crédito uma vez que os projetos foram realizados como resposta do órgão às pressões políticas da época e não foram elaborados de maneira conjunta. O funcionário do Itesp entrevistado nos descreveu este episódio e ficou nítido em suas falas o descontentamento nesta ocasião:

[...] houve uma pressão política aqui no município, reuniu-se um número grande de mulheres e foram até Brasília e aí eles achavam que o Pronaf Mulher era uma dívida que ia fazer para a mulher e isso não ia ter uma consequência, um pagamento, esse tipo de coisa. E aí houve uma pressão muito grande, houveram várias reuniões que foram feitas no assentamento, desse partido político com as mulheres do assentamento e por sua vez os maridos e mulheres vieram para cima de nós. A gente explicou, mas eles quiseram mesmo assim que fosse feito o projeto e então foi feito. O que resultou em uma inadimplência enorme depois, quando começou a vencer. Porque eles já tinham crédito, já tinham financiamento, então foi mais um. Só que aí quando começou a vencer, o partido político, as pessoas, aí some (Funcionário Itesp, 2016).

Esta pressão política ocorreu como forma de pressionar os agentes

públicos para a realização do Pronaf Mulher. Embora tenham sido elaborados, o funcionário não pode afirmar que todos os projetos foram aprovados, já que segundo ele, o banco não transmite estas informações. Ocorre que neste episódio, conforme já foi mencionado, os projetos foram elaborados com o único propósito de atender à pressão política e, portanto, direcionavam a obtenção de crédito para a execução de atividades que geralmente são de maior responsabilidade masculina. A maior parte dos projetos, conforme descreveu o funcionário, foi destinado para obtenção de gado de corte, seguido de gado leiteiro e houve um projeto para perfuração de um poço artesiano. Este episódio reflete os entraves existentes em uma política pública que não leva em consideração as relações de gênero existentes.

O ACESSO CASSADO AOS DADOS: REFLEXOS DA DESVALORIZAÇÃO DA MULHER NO PRONAF?

Conforme destacado no trabalho “Cirandas do Pronaf para Mulheres”, publicado em 2005, o acesso a informações para elaborar, executar e avaliar políticas públicas é essencial. Contudo, embora já tenham se passado 11 anos da criação do Pronaf Mulher como uma linha específica de crédito, existem problemas relativos à divulgação e acesso aos dados que dificultam acompanhar a situação desta modalidade ao longo do tempo. Embora não seja o objetivo central deste estudo, é primordial que se destaque a dificuldade de obter dados que possibilitem a avaliação do acesso das mulheres a este crédito, principalmente em nível local. Houve, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, tentativas frustradas de comunicação oficial com a agência do Banco do Brasil em Araraquara responsável por avaliar e aprovar o financiamento do Pronaf Mulher. Além disso, os sites institucionais vinculados ao Pronaf não fornecem dados detalhados relacionados à escala estadual, tampouco municipal. Existem indicações de locais online para obter essas informações, mas ao acessar os endereços nos deparamos com informações incompletas, confusas ou inexistentes.

É o caso, por exemplo, do Portal Brasileiro de Dados Abertos em que consta um link sobre indicadores do Pronaf, mas que, ao acessá-lo, direciona o usuário a uma página com informações desconfiguradas. Outro caso relevante é o da Matriz de Dados do Crédito Rural vinculada ao Banco Central do Brasil. Neste site é apresentada uma extensa variável de informações relacionadas ao crédito rural e apresenta como opção de consulta verificar alguns dados relacionados ao Pronaf a partir do ano de 2013, já

que nos anos anteriores as informações estão sistematizadas no Anuário Estatístico de Crédito Rural. São sites com informações de difícil acesso e, às vezes, desconfiguradas. Ainda sobre os Anuários Estatísticos de Crédito Rural, salientamos que eles abrangem os anos de 1999 até 2013, todavia não fornecem a descrição das linhas do Pronaf nos dados apresentados. As estatísticas, neste caso, se convertem em barreiras que impedem o efetivo conhecimento da movimentação do Pronaf, especialmente para as mulheres.

Segundo dados do trabalho de Lourenço de Lima et al. (2013) existe uma concentração de acesso ao crédito nas regiões Nordeste e Sul, sendo que a região Nordeste concentra 61% das operações. A concentração do valor financeiro aplicado no Pronaf Mulher neste período também ocorre nestas duas regiões. Já o estado de São Paulo teve baixo acesso a esta modalidade de crédito, juntamente com a maior parte dos estados das regiões Norte e Sudeste.

No entanto, o aumento de contratos no ano de 2006 pode sugerir uma demanda política, já que foi o último ano do primeiro mandato do então presidente da república Luis Inácio Lula da Silva/PT. Podemos supor que este aumento se fez como estratégia política não só por parte do partido como dos próprios movimentos sociais, já que a continuidade do financiamento era incerta com a possibilidade de mudança de gestão. Esta suposição está embasada em uma das falas coletadas na entrevista do técnico do Itesp em Araraquara. Ainda sobre a fala do técnico é importante destacar que os projetos para as assentadas do Monte Alegre não foram aprovados pelo banco, já que, segundo o técnico, foram elaborados cerca de 300 projetos e o número de contratos firmados em 2006, em todo o estado de São Paulo se limitou a 224 (LOURENÇO DE LIMA et al., 2013). O dado referido pelo técnico provavelmente se refere ao total de contratos do Pronaf neste ano, pois ele não soube diferenciar o que seria Pronaf Mulher do montante total. Conforme a discussão que se segue, é bem provável que não havia nenhum Pronaf Mulher dentre esses contratos, haja visto o maior acesso ao financiamento de mulheres por meio do Pronaf B.

Nos anos seguintes, o cenário e a distribuição desigual de contratos do Pronaf Mulher permaneceram. Ainda persiste uma concentração de contratos na região Nordeste e um número ínfimo de contratos firmados no estado de São Paulo (Quadro 1).

De acordo com os dados disponíveis na Matriz de Dados do Crédito Rural, dos 947 contratos firmados na região sudeste entre 2013 e 2016, apenas 5 foram no estado de São Paulo. Destes cinco, três foram para

projetos relacionados à atividade agrícola e dois para a pecuária. Todos os cinco contratos foram para o financiamento de atividades consideradas investimento.

O baixo acesso das mulheres no estado de São Paulo ao Pronaf Mulher não significa, entretanto, que estas estão excluídas do acesso ao crédito rural. Conforme a fala de um funcionário do Banco do Brasil entrevistado neste trabalho, as mulheres acessam mais expressivamente o Pronaf B. Esta modalidade de crédito é mais conhecida por ser mais antiga, e sua preferência ocorre principalmente por não exigir uma série de obrigações impostas em outras modalidades, sobretudo por ser um empréstimo de baixo valor. Este acesso ao Pronaf B se configura como mais uma estratégia das mulheres para se inserirem nas políticas públicas, quando estas não são devidamente formuladas para contemplar a complexidade da existência das mulheres no espaço rural. Conforme o Quadro 2 demonstra, diferentemente do baixo acesso ao Pronaf Mulher, no caso dos dados relativos ao Pronaf que contempla outras modalidades, a presença das mulheres é bem maior, embora seja bem menos expressiva que a dos homens.

No município de Araraquara, embora não tenha sido firmado nenhum contrato do Pronaf Mulher, no período entre 2013 a 2016 houve 7 contratos de Pronaf que totalizaram o valor de R\$1.952.200,73, segundo os dados da Matriz de Dados do Crédito Rural. Não foi possível verificar quanto destes contratos foram realizados por mulheres, já que esse tipo de discriminação não consta nas informações. Restrição reveladora de que o acesso ao crédito ainda é considerado prioridade masculina.

Quadro 1 – Quantidade de Contratos Pronaf Mulher por Regiões.

Região	2013 - 2016
SUDESTE	947
NORDESTE	3.248
SUL	459
NORTE	755
CENTRO-OESTE	41
TOTAL	5.450

Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural, 2016.

Quadro 2 - Quantidade e valor dos contratos de Pronaf por Região, Uf e Gênero*

REGIÃO	UF	GÊNERO	TOTAL DE CONTRATOS	VALOR DOS CONTRATOS (R\$)
SUDESTE			1.036.225	17.055.749.671,51
	MG		871.421	12.488.466.542,36
		MASCULINO	658.228	10.904.018.625,07
		FEMININO	213.193	1.584.447.917,29
	SP		123.734	3.509.135.769,50
		MASCULINO	103.030	2.991.769.987,81
		FEMININO	20.704	517.365.781,69
	ES		134.550	3.128.907.363,74
		MASCULINO	109.265	2.567.831.530,24
		FEMININO	19.052	446.029.650,31
	RJ		22.887	449.706.596,48

(*) Refere-se ao sexo do emitente pessoa física da operação

Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural, 2016.

O PRONAF MULHER NO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE: A CONFIRMAÇÃO DA EXCLUSÃO

Diante de toda esta dificuldade em obter dados oficiais que pudessem revelar a situação das mulheres rurais em Araraquara diante do Pronaf Mulher, optou-se por realizar algumas entrevistas com algumas mulheres do assentamento Monte Alegre e com os agentes mediadores envolvidos. Neste caso, o objetivo não foi mensurar a participação das mulheres do Monte Alegre no Pronaf Mulher, mas sim caracterizar a participação destas nas políticas públicas, incluindo a de crédito, como estratégia para obterem renda. Confirmou-se a constatação de que muitas mulheres desconheciam o Pronaf Mulher, mas almejavam se inserir em algum grupo ou organização que visasse renda.

As entrevistas realizadas revelam aspectos em comum, que corroboram com as dificuldades de acesso ao Pronaf Mulher no Estado de São Paulo,

elucidadas com os dados apresentados anteriormente. A invisibilidade do trabalho, a exclusão na participação da decisão da destinação da renda do lote e a falta de informação referente ao Pronaf Mulher permearam as falas das assentadas entrevistadas.

Por exemplo, quando questionado o acesso ao Pronaf para a assentada A, ela nos contou que a mãe acessa todo ano o crédito, mas que não se trata da linha Pronaf Mulher. Reside no núcleo IV do assentamento Monte Alegre e já participou da diretoria da cooperativa que tem sede neste núcleo. Ela nos informou que ficou sabendo da existência da linha direcionada às mulheres em uma visita que realizou em um escritório da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em São Paulo, há três anos atrás. Afirmou que não conhece nenhuma mulher no assentamento que tenha acessado a linha Pronaf Mulher.

Tratando-se dos agentes de assistência técnica, reiterou que os técnicos do Itesp nunca dispuseram algum material informativo sobre a existência do Pronaf Mulher na sede da cooperativa. Ela apontou que os técnicos fazem reunião uma vez por ano e quem perde a reunião fica sem as informações.

Quando questionada se haveria um interesse de outras mulheres pelo acesso ao Pronaf Mulher, no sentido de contribuir com o desenvolvimento de alguma atividade específica, a assentada A comentou sobre a dificuldade de uma renda direcionada às mulheres:

[...] hoje eu vejo, no meu trabalho aqui dentro, que são poucas mulheres. Quando fazemos um trabalho aqui, é uma ou duas que vêm. Não tem trabalho para a mulher, não tem trabalho voltado para a mulher. [...] então eu penso dessa forma, os trabalhos feitos com mulheres tendem a dar mais certo e são mais organizados porque têm mais foco, as mulheres se dedicam mais no que estão fazendo. [...] As mulheres não têm a renda específica delas. A não ser quando elas se juntam, que são poucas, porque só têm a padaria. E tem quem trabalha para fora como doméstica. Olha o tanto de terra que tem, vai trabalhar de faxineira para os outros? (Assentada A do Monte Alegre, 2016, pôr data).

Esta fala da assentada A revela dimensões que se escondem sob o discurso do trabalho familiar homogêneo. Embora a mão de obra empregada na produção do lote seja familiar, a destinação da renda não fica sob responsabilidade conjunta. Os projetos não são elaborados sob a

perspectiva de uma agricultura familiar, ao contrário do idealizado pelos órgãos institucionais.

Outra assentada entrevistada que reside no núcleo IV do assentamento Monte Alegre (Assentada B) também evidenciou em suas falas a falta de informação referente ao funcionamento do Pronaf Mulher. A assentada respondeu que já ouviu falar sobre isso nas reuniões de mulheres de que participou, mas que não conhece ninguém que o projeto tenha saído do papel.

É importante mencionar que outras mulheres têm dificuldade em relatar os nomes dos créditos que tiveram acesso. Talvez por fatores que estejam relacionados ao tempo e à memória, mas esta falta de informação pode sugerir uma falta de acompanhamento das atividades financeiras do assentamento, que ficam sob responsabilidade dos homens e/ou evidenciar a falta de participação na elaboração dos projetos produtivos, o que distancia a efetiva participação das mulheres na elaboração dos documentos e as torna passivas de um recurso que já vem estruturado. A assentada B descreveu que os primeiros Pronafs a que teve acesso conseguiu pagar em dia, mas no projeto que apontava para a compra de gado leiteiro acabou se endividando, pois teve despesas com o problema de saúde de sua mãe. Neste caso a falta de informação consistente evidencia uma pouca apropriação das atividades desenvolvidas pelo Itesp para o lote. A entrevistada tem conhecimento sobre a política pública do Pronaf, e apesar de ter pouco conhecimento sobre o Pronaf Mulher, o que fica evidente na fala é a fragilidade dessa política no sentido de propiciar o desenvolvimento/empreendimento da produção familiar em decorrência do endividamento.

Entre episódios de conflito que ocorrem no assentamento, relacionados com políticas de crédito, foi relatado por uma assentada que foi forçada a aceitar um financiamento que não almejava (Assentada C). Este financiamento era no valor de R\$9.000,00 que seria usado para a aquisição de gado. Não aceitando ser contrariado, o marido na época a forçou assinar:

Nós chegamos a discutir até na frente da pessoa que estava fazendo o papel. Porque eu não queria pegar esse dinheiro, para que fazer dívida? E eu ainda tive que assinar. No final da história: meu marido chegou a me ameaçar para eu assinar. Ele chegou a falar que se ele não pegasse esse dinheiro eu morreria. Sofri muito na mão dele, muito, muito (Assentada C do Monte Alegre DATA, 2016).

O financiamento acabou sendo feito diante das ameaças sofridas e por conta da seca que matou o gado, o casal acabou se endividando. Posteriormente, o marido ficou doente e faleceu, assim a dívida ficou sob responsabilidade da assentada. Ela ainda está em situação de inadimplência, mas já realizou a negociação com o banco para poder quitar a dívida. Este relato é muito ilustrativo como expressão dos gargalos existentes no Pronaf e no Pronaf Mulher. Ainda que a assinatura conjunta tenha, em sua essência, a intenção de fomentar a discussão dos projetos produtivos entre homens e mulheres, na prática ela não é suficiente para a superação dos conflitos gerados pelas relações de redes reafirmadas pelo patriarcalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos apontar que embora seja específico para as mulheres, o Pronaf Mulher não está sendo acessado pelas trabalhadoras no assentamento pesquisado, o que pode gerar a conclusão que não consiste, verdadeiramente, em uma política pública que leva em consideração as relações de gênero. Isso porque não pressupõe as assimetrias de poder existentes dentro do núcleo familiar das assentadas, assimetrias essas inerentes à sociedade patriarcal e, portanto, também presentes nas relações com os mediadores externos.

Analisando as falas das assentadas percebemos um descompasso em relação às necessidades produtivas das mulheres. Na realidade, durante a pesquisa empírica e refletindo as falas coletadas, percebemos que as mulheres assentadas não almejam mais uma jornada de trabalho, mas uma autonomia financeira, o poder de decidir onde investir sua renda, já que mesmo com a DAP sendo elaborada no nome do casal, o cartão para acesso ao crédito fica na posse do marido. Neste sentido, a melhor saída que gestores têm encontrado, no caso analisado, é associar a execução do Pronaf B às atividades das mulheres, o que geralmente não tem efeito satisfatório no aumento do poder de decisão das mulheres sobre a aplicação do recurso. No entanto, constatou-se que a dominação masculina se dá justamente nos momentos de decisão e controle sobre os recursos econômicos. Acredita-se que dificilmente o Pronaf Mulher consegue subverter esta lógica.

Por outro lado, a burocracia e a falta, de informação têm sido apontadas como grandes entraves de acesso das mulheres às políticas públicas. Além disso, o Pronaf Mulher se constitui enquanto uma modalidade de crédito voltada para a mulher, mas que não direciona o tipo de projeto produtivo a ser elaborado. Desta forma, o acesso pode ocorrer, mas sem nenhuma

eficiência no sentido de corrigir as desigualdades de renda existentes no lote. A dificuldade em acessar os dados do Pronaf Mulher corrobora com a pouca relevância dada a essa política por parte do Estado.

Sendo assim, o Pronaf Mulher promove avanços no sentido da cidadania feminina, uma vez que se faz como o reconhecimento governamental das assentadas como trabalhadoras rurais. Entretanto, ainda que as políticas públicas específicas para as mulheres não consigam transpor as barreiras do machismo na sua fase de implementação, as mulheres assentadas acabam construindo outras estratégias para se inserir no processo produtivo. Por meio do enfrentamento político, da auto-organização e da articulação política com o poder local elas não só se fazem ouvidas como conseguem captar suas demandas transformando-as em reivindicações políticas, como foi o caso das mulheres da padaria que conquistaram um espaço produtivo por meio do Orçamento Participativo e das relações com diversos outros agentes do território. A maneira de fazer política desconstrói a ideia de que a mobilização política só se faz em espaços formais e legitimados.

Sem o longo percurso para o acesso aos dados – muitas vezes frustrado -, e sem a constatação de sua invisibilidade, este estudo não teria podido contestar as armadilhas que transformam o Pronaf Mulher, na maioria das vezes, em uma idealização ou uma promessa típica das ações patrocinadas por uma cidadania tutelada. Constatou-se que as políticas públicas de microcrédito não têm clareza e aplicabilidade efetiva enquanto projeto de desenvolvimento, além de trazerem em seu bojo um conteúdo machista muito forte, que nos leva a associá-lo a uma mera mudança terminológica. No tocante aos créditos e, especialmente ao Pronaf Mulher, pode-se dizer que não foram rompidas as teias que transformam muitas vezes os benefícios concedidos às mulheres em expressões de uma ideologia machista camuflada.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. A. A Formação Social do Brasil e suas ‘cegueiras’ de gênero. In: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2017, São Luís. Anais da VIII JOINPP, 2017.

ALVES, M. F. P. Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais. Discutindo a experiência do Pronaf Mulher no Oeste Potiguar. In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. 2012. p. 20-24.

BANCO DO BRASIL. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/TabelaAF.pdf>. Acesso em: set. 2018.

BARONE, L. A. et al. Considerações acerca da produção nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, v. 15, p. 135-156, 2012.

BARONE, L. A. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 2002.

BELLACOSA, J. M.; HOFFMANN, M. **O cerco dos canaviais: contradições e conflitos nos assentamentos rurais**. Agrária (São Paulo. Online), [S.l.], n. 13, p. 111-136, dec. 2010. ISSN 1808-1150. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/agraria/article/view/45572/49598>>. Acesso em: 03 nov. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i13p111-136>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. Acesso em: set. 2018.

BRUMER, A.; SPANAVELLO, R. M. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao Pronaf mulher. **Revista Antropológicas**, v. 23 p. 93-117, 2012.

CAMPOI, A. M. **Sistemas de produção e estratégias de vida para a permanência na terra: um estudo no projeto de assentamento Monte Alegre**—Araraquara—SP. (Dissertação de mestrado). Araraquara: UNIARA, 2005. 183p.

DE MELO, L. **Relações de Gênero na Agricultura Familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira – PE**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2003.

ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em Mulheres Assentadas. In: Adriana L. Lopes; Andrea Butto. (Org.).

Mulheres na Reforma Agrária. A experiência recente no Brasil. 1ed. Brasília: MDA, 2008, v. 14, p. 185-216.

FERRANTE, V. L. S. B. **A chama verde dos canaviais:** uma história das lutas dos boias-frias. Araraquara. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 1992. 589p.

FERRANTE, V.L.S.B., DUVAL, H.C. Vozes e Ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs). **Retratos de Assentamentos.** Araraquara, v.12, n. 1, p. 391 – 418, 2009.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. **Assentamento e Desenvolvimento:** Diagnósticos Rurais. Realização de pesquisa de campo junto aos assentados da Reforma Agrária na região Central, para análise de sua inserção na economia local e da recepção, implementação e execução das políticas públicas realizadas pelo Inbra – SP. Araraquara. 2012. 211p. (Série texto técnico CRT/SP/Nº 100000/2010).

FERNANDES, S. A. Gênero e Políticas de Crédito: o Pronaf-Mulher em Santa Catarina. Dissertação. UFSC, Florianópolis, 2008.

GALGANI HERNANDEZ, C. O. **Política de Crédito Rural com perspectiva de gênero:** um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? 2009. Tese. (Doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: BUTTO, A; LOPES, A. (Org.). Mulheres na Reforma Agrária. 1ed .Brasília: NEAD/MDA, 2008, v. 1, p. 19-38.

LOURENÇO DE LIMA et al. Crédito Rural: uma análise da atuação e características do Pronaf Mulher. **Econômico**, v.16, n.32, p.22, 2013.

MATTEI, L. et al. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica.** IICA, 2006.

MIGUEL, L. F; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MOLYNEUX, M. D. ‘The “Neoliberal Turn” and the New Social Policy in Latin America: How Neoliberal, How New?’ **Development and Change**, 39(5), pp.775-797, 2008.

NADER, M. B. A presença feminina no mercado de trabalho no Brasil e no Espírito Santo: dos tempos coloniais aos dias atuais. **Dimensões – Revista de História da Ufes.** Vitória: Ufes, n. 17, 2005.

SILIPRANDI, E. **Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar.** In: Lagarde, M.; Valcarcel, A. (Org.). *Pensamiento Iberoamericano: feminismo, gênero e igualdade.* Madrid: Egraf, 2011. p. 169-183. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909>>.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf-Mulher em Ijuí – RS.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

WEBER, M. Sociologia da dominação. In: WEBER, M. **Economia e sociedade.** Brasília: UnB, p. 187-223, 1991.